

GOVERNMENT OF INDIA

ARCHÆOLOGICAL SURVEY OF INDIA

CENTRAL
ARCHÆOLOGICAL
LIBRARY

ACCESSION NO.

59194

CALL No.

946.905/O.P.

D.G.A. 79

O ORIENTE PORTUGUÊS

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUESA

VOLUME XIV — 1917

Não me mandas contar estranha historia;
Mas mandas-me louvar dos meus a gloria.

CAMÕES, *Lus.*, c. III, est. III.



NOVA GOA

IMPRESA NACIONAL

1917

946.905

O.P.



Ref. 954.031

O.P.

CENTRAL ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY, NEW DELHI

Acc. No. 59194

Date 31-12-75

Call No. 946.905

O.P.

O ORIENTE PORTUGUÊS

XIV

1917

DIRECTOR

J. A. Ismael Gracias

Índice dos colaboradores

A

A. F. Moniz — pgs. 253 e 302.

B

B. C. Tavares de Melo — pg. 141.

C

C. F. Alvares da Costa — pg. 275.

D

Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque — pgs. 155 e 319.

F

Francisco Xavier Vás (Cónego) — pgs. 152 e 278.

J

J. A. Ismael Gracias — pgs. 29, 53, 57, 107, 153, 163,
214, 223, 278 e 283.

J. B. Amâncio Gracias — pgs. 90, 119, 183 e 236.

José Pascoal M. Machado — pg. 209.

M

Manuel Xavier (Padre, S. J.) — pg. 1.

P

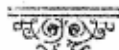
Pedro José Soares (extr.) — pg. 129.

R

Ricardo Micael Teles — pgs. 94 e 197.

S

Simam Machado (extr.) — pg. 313.



ÍNDICE DAS MATÉRIAS

A

- Abreviaturas latinas — pg. 129.
Assentos de óbitos do convento de S. Francisco de Damão
— pg. 302.
Aula de Artilharia em Goa — pg. 107.

B

- Bens pensionados em Goa — pgs. 183 e 236.
Bocage na Índia — pgs. 29 e 57.
Boticário (Um) e dois Médicos antigos de Goa — pg. 275.

C

- Comédias de Diu — pg. 313.
Compendio Vniuersal — pg. 1.

D

- Deposição do Vice-Rei da Índia, Conde de Óbidos — pgs.
163, 223 e 283.
Dialeto indo-português de Ceilão — pg. 141.
Documentos do arquivo da Fazenda — pgs. 90 e 119.

E

- Extrato de vários assentos de óbitos da freguesia dos
Reis-Magos — pgs. 94 e 199. Corrigenda — pg. 282.

I

Igreja (A) de S. Francisco de Surrate — pg. 253.
Index alfabético, cronológico e remissivo — pgs. 155 e 319.
Irrigação (A) na Índia antiga — pg. 209.

P

Publicações recebidas — pg. 327.

V

Vária Variorum:

Alma minha ... — pg. 279.
Anais dum mosteiro indú — pg. 217.
António Caetano de Sousa (D.) — pg. 214.
Cristovão Colombo era português? — pg. 216.
Etimologia de Bagdad — pg. 215.
Franceses na Índia — pgs. 53 e 218.
História militar de Angola e Moçambique — pg. 281.
Índice de *O Oriente Português* — pg. 55.
Inimici hominis domestici ejus — pg. 55.
Noticias da Índia, de 1648 — pg. 153.
Padre (O) João Delgado — pg. 218.
Peixe misterioso (Um) — pg. 220.
Porque o Barão d'Ourém foi nomeado Governador
Geral da Índia? — pg. 278.
Sino do Priorado do Rosário em Velha Goa — pg.
278.
Sinos do Mosteiro de St.^a Mónica em Velha Goa
— pg. 152.



O ORIENTE PORTUGUÊS

14.º Ano

Vol. XIV — 1917

N.º 1 e 2

Janeiro e Fevereiro



COMPENDIO VNIUERSAL ETC.

(Continuação da pag. 336 do volume antecedente)

Dos Arcebispos de Goa

Dom Joam de Albuquerque da Recoleta de Sam Francisco. 1.º Bispo de toda a India, governou tres annos. Fra Castellhano, como se vê da Chronica d'el Rey D. João 3.º, Pag. ... Pte. 3.ª, Cap. 52.

Dom Jorge de Sancta Lusía, Dominico. 1.º Bispo de Malaca, governou dous annos e veyo antez de hir para lá em Goa por morte de Dom Joam, antez da vinda de Dom Gaspar.

Dom Gaspar 1.º Arcebispo de Goa, governou sette annos. Foi clérigo.

Dom Jorge Themudo, Dominico, Bispo de Cochim, 2.º Arcebispo, governou trez annos.

Dom Gaspar, clérigo, 3.º Arcebispo, governou da 2.ª vez tres annos.

Dom Henrique de Tavora, Dominico, 2.º Bispo de Cochim, 4.º Arcebispo, governou 4 annos.

Dom Frey Vicente da Fonseca, Dominico, 5.º Arcebispo, governou tres annos. Foi filho de Jeronimo da Fonseca, Manteyro da Raynha D. Catharina e Veedor da Fazenda da India.

Dom Frey Matheus da Ordem de Thomar, 6.º Arcebispo, governou seis annos, 3.º Bispo de Cochim.

Dom Frey Andre da Recoleta de S. Francisco governou por morte de D. Matheus, 4.º Bispo de Cochim, governou dous annos.

Dom Frey Aleixo de Menezes, Agostinho 7.º Arcebispo governou 18 annos.

Dom Fr. Christovão de Lisboa, Jeronimo, 8.º Arcebispo governou 8 annos e 3 mezes.

Dom Frey Sebastião de S. Pedro, Agostinho, 1.º Bispo de S. Thomé 5.º Bispo de Cochim e depois governador de Goa tres annos por morte de D. Frey Christovão e 9.º Arcebispo governou 4 annos menos hum mez e 18 dias, falleceo a 7 de novembro de 629.

Dom Frey Manoel Tellez, Dominico, 10.º Arcebispo de Goa falleceo no Cabo de Boa Esperança vindo para a sua Igreja.

Dom Frey Miguel Rangel, Dominico, 7.º Bispo de Cochim, governou Goa hum anno.

Dom Frey Francisco dos Martyres, Frade de S. Francisco, 11.º Arcebispo de Goa, tomou posse em 21 de outubro de 636. Governou



Compendio de todos os Viso-Reys e Governaderes do Estado da India,
feito pello Padre Manoel Xavier da Companhia de Jesus.

Dom Francisco de Almeyda, Viso Rey, partio de Lisboa a 25 de março de 1565 com 20 vellas, governou 4 annos: fez as fortalezas de Cochim e Cananor; e desbaratou a armada do Soldão do Egipto junto de Chaul; e hindo para o Reyno o mataram os Cafres no Cabo de Boa Esperança onde foi fazer agoada na do Saldanha. Quando vinha para a India destruiu Quiloa pondo outro Rey, destruiu Mombaça a ferro e a fogo, fez a fortaleza de Angediva, começou a de Cananor, fez tributario o Rey de Ceilam e o de Baticala, e mando(u) o primeiro elefante.

Affonso de Albuquerque, 1.º Governador, partio de Lisboa por Capitão mor de sineo naos a 6 de março de 506.

Tomou posse do governo o anno de 509. Governou seis annos, tomou Goa duas vezes aos mouros e outras duas Malaca e Ormuz. Falleceo na barra de Goa vindo de fazer a fortaleza de Ormuz, foi sepultado em N. Sra. da Serra que elle mandou fazer e seus ossos levaram despois a Lisboa. Estão em N. Sra. da Graça na capela mor que elle mandou fazer para isso; fez tributario o Rey de Maldiva.

Lopo Soares, 2.^o governador, partio de Lisboa a 7 de Abril de 1515 com quinze vellas, governou 3 annos. No Mar Roxo destruiu Zeila, edificou Ceilão e Colombo.

Diogo Lopez de Siqueira, alcaide mor do Landoval (Alandroal), governador, partio de Lisboa com nove naos a 27 de março de 1518. Governou tres annos e foi se para o Reyno. Este fez e deu aos frades de S. Francisco o convento que tem em Goa, e fez Chaul e mandou embaixador ao Preste, foi ao Mar Roxo. Em seo tempo se fez a fortaleza de Pacem, destruiu uma armada de Dio fez a fortaleza de Chaul.

Dom Duarte de Menezes, 4.^o governador, partio de Lisboa com dose vellas a 5 de Abril de 1521. Governou 3 annos foi-se para o Reyno. Em seu tempo se levantou o Rey de Ormuz e despois de queimada a cidade o fez tributario.

Dom Vasco da Gama, 1.^o Conde da Vidigueira, almirante da India, 2.^o Viso Rey, partio de Lisboa com quatorse vellas a 9 de Abril de 1524. Governou 4 annos e tres mezes e 20 dias. Falleceo em Cochim em 25 de Dezembro, foi sepultado em Sto. Antonio e seus ossos levados ao Reyno.

Dom Henrique de Menezes Roxo, Capitão de Cananor, por successão 5.^o governador; governou hum anno e hum mez. Falleceo em Cananor anno 1526. Jaz na Capella mor; mandou derribar Calecut. Morrendo esse governa-

dor sahio na 1.^a via Pedro Mascarenhas que estava em Malaca.

Lopo Vaz de Sampayo governou por successão tres annos e dez mezes: fez grandes armadas com que desbaratou muitas vezes ao Samorim e as de Cambaya e as de Malaca e tinha feito hum a de 136 vellas para hir sobre Dio.

Nuno da Cunha partio de Lisboa por 7.^o governador a 18 de Abril de 1528 com treze naos, governou nove annos e dez mezes athe 7bro de 538. E hindo-se para o Reyno falleceo no caminho no anno de 539. A elle se entregou Baçaim e a fortaleza de Dio e as terras de Salsette e Bardez. Mandou hua armada ao Estreito e fez tributario a El Rey de Adem. Em seu tempo veyo Diogo Botelho ao Reyno em hua fusta e havia em Dio hum homem (de) casta Bengalla de 335 annos de idade.

Dom Garcia de Noronha, 3.^o Viso Rey, partio de Lisboa a 6 de Abril de 1538, com onze naos. Governou hum anno e sette mezes. Falleceo em Goa em fim de Abril de 1540. Jaz na Capella mor da See. Fez pazes com o de Cambaya.

Dom Estevão da Gama, 2.^o filho do Almirante, por successam do 8.^o governador. Governou dous annos e hum mez. Em hum a armada em que foi ao Estreito destruiu muitas cidades e chegou perto do Monte Sinay aonde armou cavalleiro a D. Luis de Attayde. Mandou a seu irmão Dom Christovão com muita gente de socorro ao Preste Joam de Ethiopia aonde morreo martyr.

Dom Martim Affonso de Souza, 9.^o governador, partio de Lisboa a 7 de Abril de 541, com sinco naos, invernou em Moçambique, chegou a Goa a 16 de mayo de 542. Governou tres annos e quatro mezes. Em seu tempo se descobrio Jappão e se fez a Igreja de S. Thome. Este trouxe consigo e na sua nao o Bemaventurado Pe. Sam

Francisco de Xavier, o 1.º da Companhia de Jesus que cá passou, houve muitas victorias do Samorim e castigou a Raynha de Batalá donde ficou dizendo Oxar Martin Affonso dizendo de antes Oxar Balicalá.

Dom João de Castro, 10.º governador e 4.º Viso Rey, partio de Lisboa a 28 de março de 545 com seis naos, governou dous annos e nove mezes, falleceo em Goa a 5 de Junho de 548. Venceo o grande cerco de Dio e dous exercitos do Idalcão que veyo sobre Goa e lhe tomou Dabul.

Garcia de Saa, por successão 11.º governador, governou hum anno e hum mez de 6 de Junho de 548 athe 5 de Julho de 549. Falleceo em Goa, jaz na Cappella mor de Nossa Sra. do Rosario Em seu tempo vieram os Frades de S. Domingos e fortificou todas as fortalezas da India.

Jorge Cabral por successão 12.º governador, governou hum anno e quatro mezes de 6 de Julho de 549 athe 6 de novembro de 1550. Destruio muitas armadas do Samorim e alcançou muitas victorias dos Reys das Ilhas de Maluco.

Dom Affonso de Noronha, irmão do Marquez de Villa Real, 5.º Viso Rey: partio de Lisboa a 3 de mayo de 1550 com sinco naos, governou quatro annos. Destruio o Rey de Columbo e a cidade de Ceitanaca e 25 galles Reaes do Turco Solemão que sahiram do Estreito, foram cercar Ormuz, escaparam duas com seu general que o Turco mandou matar por fogir.

Dom Pedro Mascarenhas, 6.º Viso Rey; partio de Lisboa a 2 de Abril de 1544 com seis naos, governou nove mezes: falleceo em Goa a 23 de Junho de 1555. Jaz na Capella mor de Sam Francisco junto de Dom João de Castro. Tomou Pinda.

Francisco Barretto, por successão 13.º governador, governou quatro annos e dous mezes de 24 de Junho de 1555 athe 2 de Setembro de 558. E foi se para o Reyno e foi general das gallés e despois tornou por governador e conquistador de Sofalla aonde falleceo, alcançou muitas victorias do Idalcam.

Dom Constantino de Bragança, filho de D Jaimés Duque de Bragança, 7.º Viso Rey, partio de Lisboa a 7 de Abril de 558 com quatro naos, governou tres annos e oito dias; tomou Damão e a Ilha de Manar e destruiu o Rey de Jafanapatão e lhe tomou o dente de bogio que os Pegús e Chingallas adoravam e porque o Rey de Pegú lhe dava tresentos mil pardaos o qual elle mandou queimar; em seu tempo se fundou a fortaleza de Moçambique.

Dom Francisco Coutinho, Conde de Redondo, 8.º Viso Rey, partio de Lisboa a 9 de março de 1561 com cinco naos, governou dous annos e meio. Falleceo em Goa no fim de Fevereiro de 1564. Jaz na Capella mor de Sam Francisco.

Joam de Mendonça por successão 14.º governador, governou seis mezes e foi-se para o Reyno.

Dom Antonio de Noronha, 9.º Viso Rey, filho do Marquez de Villa Real, partio de Lisboa a 29 de março de 1654 com 4 naos, governou 4 annos e dous mezes athe 10 de outubro de 1568, e foi se para o Reyno. Tomou e fez Mangalor. Invernou em Moçambique. Falleceo no Cabo de Boa Esperança.

Dom Luis de Attayde, 10.º Viso Rey, partio de Lisboa a 7 de Abril de 1568 com cinco naos, governou 3 annos menos 35 dias. E foi-se para o Reyno, tomou Barcelor e Onor. E teve toda India de cerco. Em huma procissão solemne foi á mão direita d'El Rey da Sé a S. Domingos.

Dom Antonio de Noronha, 11.^o Viso Rey, partio de Lisboa a 17 de março de 1571 com cinco naos, governou 2 annos e 3 mezes de 6 de setembro de 571 athe 8 de Dezembro de 573, e foi-se para o Reyno onde logo morreo, no principio de seu tempo se perdeu Challe.

Antonio Monis Barreto, 15.^o governador, veyo do Reyno por governador de Malaca e por ordem d'el-Rey succedeo ao Viso Rey D. Antonio de Noronha. Governou 3 annos e dez mezes; e foi-se para o Reyno. Em seu tempo teve Malaca tres sercos em nove mezes e se perdeu Ternate. A este vinha tirar Ruy Lourenço de Tavora o anno de 578, mas por fallecer no mar ficou governador mais algum anno.

Dom Diogo de Menezes, 16.^o governador, governou nove mezes de 21 de novembro de 577 athe 22 de Agosto de 578, e foi-se para o Reyno aonde seguio ao sr. D. Antonio e por isso foi degolado em Cascaes.

Dom Luis de Attayde, Conde de Atouguia 12.^o Viso Rey 2.^a vez, partio de Lisboa a 16 de outubro de 577 com 3 vellas, invernou em Moçambique, chegou a Goa a 20 de Agosto de 578. Governou 2 annos e meio, falleceo em Goa, quinta feira 9 de março de 581. Sepultado nos Reys Magos.

Fernam Tellez de Menezes, por successão 17.^o governador, governou 6 mezes e vinte dias: foi-se para o Reyno. Jurou a El Rey Phellipe a 3 de setembro de 581 por cartas que vieram por Ormuz.

Dom Francisco Mascarenhas, Conde de Villa Dorta, 13.^o Viso Rey e o 1.^o que veyo por El Rey Phellipe; partio de Lisboa a 8 de abril de 581 com 4 naos, governou 3 annos e 2 mezes e 2 dias athe 25 de novembro de 584 e foi-se para o Reyno.

Dom Duarte de Menezes Conde de Tarouca 14.^o Viso Rey. Partio de Lisboa a 10 de Abril de 584 com cinco

naos, governou 3 annos, 6 mezes e 8 dias, falleceo em Goa a 4 de mayo de 588. Foi sepultado nos Reys. Mandou á costa de Melinde Martim Affonso de Mello com 2 galleões 3 galles, e dose galleões com 650 Portuguezes com que destruiu Ampozá matando-lhe o Rey e destruiu Mombaça, mandou a D. Paullo de Lima com outra armada com que destruiu aquella inimiga cidade e a queimou e arrazou.

Manoel de Souza Coutinho, por sucessão 18.º governador, governou tres annos e 16 dias e hindo para o Reyno desapareceo no caminho anno 1592. Mandou seu irmão Thome de Souza Coutinho á costa de Melinde com hua armada de 5 galles das quaes arribou huma e 2 galleões, 6 galeotas, 6 navios, hua manchua com 900 Portuguezes e tomarão quatro galles de Turcos e hua galeota que tinha tomado aos Portuguezes; destruirão Mombaça por agazalhar Turcos; tomarão-se em seu tempo 12 galeotas de Cunhale em Carpatão as quaes tinham destruido duas galles de Portuguezes.

Mathias de Albuquerque, 15.º Viso Rey, partio de Lisboa a 8 de mayo de 1590 com 5 naos das quaes arribarão 4. Invernou em Moçambique e veyo a Goa em huas fustas a 16 de mayo de 591. Governou 6 annos e 4 dias e foi-se para o Reyno. Mandou logo em Agosto do mesmo anno a André Furtado de Mendonça com 20 navios a Ceilão onde tomou 14 galeotas de Cunhale e o Reyno de Jafanapatão, matando-lhe o Rey e pondo outro tributario a 12 de setembro de 594. Em seu tempo tomou Cosme de Lafetta o morro de Chaul e se fez a fortaleza de Mombaça e vierão os primeiros Inglezes a India.

Dom Francisco da Gama, Conde de Vidigueira, 16.º Viso Rey, partio de Lisboa a 10 de abril de 596 com 5 naos, invernou em Mombaça e veyo a Goa em fustas a 22 de mayo de 597. Governou 3 annos e 3 mezes e foi-se para o Reyno. Mandou Lourenço de Britto com hua armada ao sul aonde os Jaos lhe tomarão 3 galles com toda a gente e lhe matarão; mandou seu irmão D. Luis da Gama ao Cunhale onde morrerão 40 Portuguezes; man-

dou o anno de 599 Andre Furtado Mendonça ao Cunhale o qual trouxe vivo a Goa, onde lhe cortaram a cabeça e o esquartejarão anno de 1600.

Ayres de Saldanha, 17.^o Viso Rey, partio de Lisboa a 4 de Abril de 1600 na nao Sam Valentim, tomou Cochim a 28 de outubro, foi o 1.^o que El Rey Phellipe 2.^o mandou com 4 naos. Governou 4 annos e sinco mezes. Entrou em Goa dia de Reys e hindo para o Reyno falleceo no caminho na altura das Ilhas, foi sepultado na Igreja dos Padres da Companhia na Ilha Terceira e a nao em que elle hia deu á costa na barra de Lisboa onde morreo muita gente e se perdeu a fazenda. Em seu tempo começou a cercar Cochim e Rachol e o forte da Agoada na barra de Goa e vierão os primeiros Olandezes á barra. No cabo de seu tempo tomarão os mesmos Olandezes Amboino: nesta nao veyo o Padre Antonio de Andrade, Provincial desta Provincia e o primeiro que pregou o Evangelho nos grandes Reynos do Tibet que elle descobrio.

Dom Martim Affonso de Castro, 18.^o Viso Rey, filho do Conde de Monsanto, partio de Lisboa a 28 de Abril de 1604 em 5 naos, tomou Moçambique a 4 de outubro e Goa a 29 de mayo de 605 nos navios de remos que Ayres de Saldanha tinha mandado á costa de Melinde a buscar novas de naos do Reyno que não vierão este anno, porque de sinco que partirão com o Viso Rey se perdeu o galleam S. Phellipe. Governou 2 annos e 13 dias, falleceo em Malaca a 3 de Junho de 607, jaz na Capella mor da Companhia. Partio para Malaca a 3 de mayo de 606 com 16 galleões, huma caravella, 4 gallés e 21 fustas e 3 naos de mercadores, pelejou junto a Malaca com onze naos olandezas e hum pataxo que com armada de onze Reys visinhos tinham cercado Malaca e por todas erão 327. Mandou El Rey duas caravellas no fim do anno de 604, huma das quaes tomou ainda o Viso Rey em Melinde e veyo com elle para a India e a 2.^a chegou a Goa ao primeiro de Setembro.

Dom Frey Aleixo de Menezes, Arcebispo Primaz da India, Frade de Sto. Agostinho, ficou governador pello

Viso Rey D. Martim Affonso de Castro e por sua morte succedeo no governo; governou 3 annos e 25 dias de 3 de mayo de 606 athe 28 de mayo de 609, e no principio de 611 se foi para o Reyno; foi 19.º governador. Em seu tempo teve Moçambique dous cercos pellos olandezes e de ambas vieram á barra de Goa, da 1.ª tomarão hua nao do Reyno aos Ilheos queimados e da 2.ª por amor delles queimaram os Portuguezes outra aos mesmos Ilheos.

Andre Furtado de Mendonça, por successão do Conde da Feira, que morreo no mar, 20.º governador; governou 3 mezes e 3 dias de 28 de mayo athe o ultimo de agosto de 609, e hindo para o Reyno morreo no mar, seu corpo levado a Lisboa e sepultado em N. Sra. da Graça.

Ruy Lourenço de Tavora, governador que foi de Algarve, 19.º Viso-Rey, partio de Lisboa a 28 de outubro de 608. Invernou junto a Moçambique com hu galleão, 2 urcas e hum pataxo. Veyo a Goa ao 1.º de Setembro de 609. De Moçambique mandou o pataxo a Ormuz. Governou 3 annos e 3 mezes e 15 dias athe 15 de Dezembro de 612. Ficou hum anno na India e foi-se para o Reyno o anno de 614 na nao N. Sra. do Cabo. Em seu tempo se acabou o baluarte da Agoada da Barra e se arrazou o Castellet e se começaram as guerras do Norte.

Dom Jeronimo de Azevedo, general de Ceilão, 20.º Viso Rey. Succedeo no governo por ordem d'el Rey, tomou posse a 15 de Dezembro de 612. Mandou logo descobrir a Ilha de S. Lourenço. Governou 4 annos menos 28 dias, foi-se para o Reyno e morreo prezo no castello onde esteve 2 annos; foi sepultado em S. Roque de Lisboa.

Dom João Coutinho, Conde de Redondo 21.º Viso Rey. Partio de Lisboa com 6 vellas a 21 de Abril de 612, chegou a Goa a 17 de novembro, governou 2 annos menos 7 dias. Faleceo em Goa a 20 de novembro de 619. Foi sepultado nos Reys.

Fernam de Albuquerque, por successão 21.º governador, tomou posse em 11 de novembro de 619. Governou 3

annos, hum mez e 9 dias. Falleceo em Goa a 29 de janeiro de 622, foi sepultado em N. Sra. da Serra na cova do grande Albuquerque. Em seu tempo se perdeu a fortaleza de Queixome que foi feita contra seu parecer pello general do Estreito Ruy Freire de Andrade; e Ormuz e não chegou o socorro que lhe mandava por Constantino de Saa; mandou ao Reyno sinco correos sem ter resposta, em hum anno faltarão as naos e no outro chegou huma só com a gente morta.

Dom Francisco da Gama, Conde da Vidigueira, da chave dourada, o primeiro que se chamou excellencia na Índia, partio de Moçambique onde perdeu 3 naos a 8 de 7bro de 622. Chegou a Cochim onde esteve 15 dias. Chegou a Goa a 18 de Dezembro de 622. Governou 5 annos, 2 mezes e 8 dias, foi-se para o Reyno na nao Monte Calvario que partio a 17 de Março de 628. Fez dous fortes hum em N. Sra. do Cabo, outro em Mormugão de S. Francisco Xavier; no seu ultimo anno se perderam 3 galleões de armada da companhia do general Nuno Alvarez Botelho com tormenta sem se saber aonde; logo que entregou o governo nos Reis foi prezo para o passo de Daugim e tomada a rol a fazenda. E foi prezo ao Reyno.

Dom Frey Luis de Brito, Bispo de S. Thomé, eleito de Cochim, 22.^o governador tomou posse a 6 de Março de 628. Governou um anno e 5 mezes e 23 dias faleceo a 9 de Julho de 629. Está enterrado em S. Agostinho de cuja ordem era.

Por morte do governador D. Frey Luis de Brito se abriram as vias em S. Agostinho. E na 1.^a sabio o mesmo Bispo. E na 2.^a Nuno Alvarez Pereira, cujo nome cauzou novidade, porque para ser o que estava em Sofalla faltava o Dom e para ser o general dos galleões acharão ser o Pereira em lugar do Botelho, porque era conhecido sendo tambem Pereira. E Nuno Alvarez Pereira se chamou sempre na Corte todo o tempo que nella esteve, como mostrarão muitas cartas d'El-Rey para Elle, e só quando houve de herdar o morgado por morte do seu irmão, deixou o Pereira e tomou o Botelho. E porque El-Rey man-

dava que estando auzente o ditto Nuno Alvarez Pereira governassem até elle vir o Arcebispo capitam da cidade e o mais velho conselheiro, Nuno Alvarez Botelho por ser mais velho no Conselho e unico então na India do Conselho de Estado de Sua Magestade por El-Rey, vendo que Malaca estava de cerco, aceitou o governo com D. Lourenço da Cunha, capitam da cidade, e com Gonçalo Pinto da Fonseca, chanceler que foi eleito em lugar do Arcebispo que não quiz aceitar na See de Goa a 2 de agosto de 629. Só a fim de acodir a Malaca protestando na fee diante de todos por hum protesto que mandou ler em vos alta pello Secretario de Estado Paulo Rebello, que não desistia da prova de ser elle aquelle aquem El Rey entregava o governo por virtude daquella via; mas só a dilatava por hir acodir a fortaleza de Sua Magestade para o que faltava tempo neste mez. E fez huma armada de 28 navios, hum pataxo, sem fazer huma só fusta e partio a 21 de setembro de 629. Governador absoluto da India de Ceilão para alem, levou por seus capitães almirante Andre Coelho, Dom Jeronimo da Silveira, Dom Gonçalo da Silveira seu irmão, Miguel Ferrão de Castelbranco, Antonio de Sousa Coutinho, Francisco de Sousa Pereira, Antonio Mourão de Oliveira, Francisco Pinheiro Carrasco, estes por terem sido em outras occaziões capitães mores, mandando lhes levar bandeiras de Christo nos seus navios, Dom Francisco Manuel Gonçallo Pereira de Peralta, Dom Diogo de Lima, Bernardo Froes, D. Antonio Mascarenhas, Pedro da Costa Homem, D. Manoel Pereira, Simão Ferreira Gomez Lobo da Silva, Luis Gonçalvez de Sousa, João de Sequeira, Antonio de Mello de Sampayo, Roque Pereira d'Alta, João Gomez de Abreu Manoel de Sousa Falcão, Gaspar Furtado do Prado Balthasar Mendez, Joam Alvarez, e no pataxo Ambrosio Borges de Sottomayor da sua goleota e era capitam Joam Moniz de Caldas. Antes de partir mandou meter no tronco ao Secretario Paulo Rebello aonde esteve de 2 de Agosto athe 8bro de 630. Chegou a Malaca a 21 de 8bro que achou cercada e em grande aperto ja de 3 mezes por dous Generaes do Achem, hum por nome Laxemane e outro Manaja, com mais de 19000 homens que tinham vindo em 240 gallés, os quaes tanto que o governador chegou levantaram se de junto dos mouros e acodiram ás gallés que o governador bateo com os navios e 3 barcassas que fez de 21 de 8bro athe 6 de Dez.º de 629. E alcançou a victoria

vespera da Virgem da Conceição e tomou todas as embarcações das quaes mais de 40 jugavão por banda peças de 50 libras de pelouro de ferro. Tomou 300 peças de 73 libras de pelouro de ferro, artilheria miuda não teve conto. Dos inimigos morrerão sinco ou 6 mil. Na armada só 20 Portuguezes e só da terra deu de saco aos soldados 24 horas. Elle só para sy tomou hum passaro de nome Cacatua. Mandou Antonio de Sousa Coutinho em huma gallé da dos inimigos a Goa que se chamava amparo do mundo e Roque Pereira noutro navio para o Reyno, mandou logo o pataxo N. Sra. dos Remedios e nelle Francisco de Sousa Pereira e o Pe. Bartholomeu Freire da Companhia. Ao dia da Conceição foi recebido em Malaca e levado a See debaixo de palleo, como governador victorioso em huma solemne procissam. Fizeram-lhe a pratica na porta da cidade com as mais ceremonias costumadas aos governadores. Comungou na See e pregou o Pe. Andre Pereira da Companhia ventador (visitador?). Logo ao outro dia partio ao estreito em busca dos inimigos europeos, mandou-se-lhe offerecer tributario d'El Rey de Portugal o Rey de Perú do qual mandou receber o tributo por Dom Jorge da Silveira com 12 navios que foi bem recebido do Rey e assentadas as pazes recebeu o tributo que foi 130 baris de Callaim com o qual chegou a Malaca donde partio na monção por Capitam geral de Macao. Mandou para Goa passarem ao Reyno a S. Magestade a quem os mandava de presente o Capitão general Laxamane outros seus capitães, porem o Laxamane chegando a Ceilão morreo de huma postema a 22 de Março 630. Partio de Malaca com 23 navios e 4 gallés sobre as fortalezas e feitorias dos Inglezes e Olandezes e chegando ao Reyno de Zamby queimou 2 poderosas naos e tomou hum grande pataxo com muita e grossa artilheria e muita gente. Despois pôs a ferro e fogo todo o Rio de Zamby, suas povoações, hortas e herdades, e saindo do Rio com estas victorias deu com hua poderosa nao de 44 peças de artilheria em q' vinha hum grande Inglez para Zamby que trazia 104 pipas de polvora, provimento de todas as feitorias e atracando esta nao com 17 navios o abraçou, e tendo já todos os inimigos cativos e apartada a armada, ouvindo que o navio de Dom Antonio Mascarenhas estava embaraçado na proa da nao foi na galle em q' estava para o socorrer e hindo passando pella popa da nao, arreventou a nao e meteo no fundo a

galle, da qual não appareceo mais que o governador ainda meyo vivo porem logo espirou, e com elle as esperanças da restauração da India, que nelle estavam postas por ser Capitão que mais era notado de temerario, que de fraco, e era piedosissimo com Deos e muy affavel para com seus capitães e soldados a quem tudo dava, e por esta cauza quando morreo não lhe acharão mais que quatro camizas e seis seroilas, e papeis de grossas dividas que elle devia. Morreo a 5 de mayo de 1630. Seu corpo foi depositado em Malaca na Igreja dos Padres da Companhia, de quem era particular amigo e devoto.

Dom Miguel de Noronha, Conde de Linhares, da chave dourada, gentil homê da bocca, 2.^a Ex.^a na India, 23.^o V. Rey. Partio de Lisboa a 3 de Abril de 629 com 3 naos 6 galleões e hum pataxo, tomou Moçambique, chegou a Goa a 21 de 8bro do mesmo anno, mandou fazer a fortaleza do Cambalim. E no anno seguinte de 631 se embarcou em 4 galles e hua urca e grande copia de navios e partio a 15 de fevereiro a visitar as fortalezas do Sul athé Cochim, donde tomou a Goa a 16 de Abril. No seu primeiro anno alcançou o governador e capitão geral Nuno Alvares Botelho em Malaca aquella famosa victoria dos Achens e queimou 4 naos Inglezas e destruiu o Rio de Zamby, no mesmo anno se levantou toda a ilha de Ceilão matando os chingallas ao general Constantino de Saa de Menezes ficando-nos com as fortalezas maritimas. No anno 631, 2.^o do seu governo, entrando o Rey de Mombaça a visitar o capitão daquella fortaleza Pedro Leitão de Gáboa lhe cortou a cabeça e a todos os mais christãos que não quizerão arenegar e se fez forte na fortaleza sobre a qual mandou no novembro seguinte a Dom Francisco de Moura com hum armada de 15 ou 16 fustas e hua urca a qual desembarcando sem ordem pellos mattos foi ferido e desbaratado pelos cafres e mortos muitos nossos. Voltou a Goa vencido a 3 de Junho de 632. Entré os mortos acabaram Pedro Alvarez de Castelbranco, Dom Diogo de Lima e João da Fonseca. Vindo pois ao Reyno que a nossa armada se vinha refazer temendo sua volta, desfez o que pode da fortaleza e destruiu o que havia na ilha e metendo se em 5 embarcações com toda a sua gente e 35 peças de artilheria da fortaleza se acolheu para o Estreito, o que sabido por Pedro Roiz Botelho

que lá tinha ficado em 5 fustas e que se estava refazendo em parte, se foi meter na fortaleza e a reparou. Em seu tempo destruiu o Mogor Bengalla, cujos Portuguezes se defenderão muitos mezes valerosamente athe que foram cativos e levados ao Agra com mulheres e filhos; fez as pazes com os Inglezes em Goa aonde foi firmar o Prezidente Guilherme Meshialdo que foi d'elle recebido com notavel apparato, as quaes pazes foram solemnizadas a petiçam dos mesmos Inglezes pello Padre Antonio de Andrade, Provincial desta Provincia. E despois pello Padre Paullo Reymão da Companhia fez a famosa ponte e estrada que vay de Ribandar a Pangim e a fonte e bica de Goa que da caza da polvora, que elle tambem acrecentou, cae sobre o mar e dentro nos navios que nella fazem agoada; governou este Estado seis annos e hum mez e 17 dias, entregando o governo em 9 de dezembro de 635 a Pedro da Silva, o Mole. Partio para o Reyno na nao N. Sr.^a de Saude em 17 de março de 636 e não pôde tomar a barra de Lisboa e foi a Cadix.

Pedro da Silva, o Mole, 24.^o V. Rey, partio de Lisboa a 12 de Abril de 635 com 2 naos e hum galleão, veyo por fora e tomou Poliporto em 22 de novembro e Cochim onde esteve tres dias, e a barra de Goa em 8 de Dezembro, dia da Concepção de N. Sr.^a e 8.^a de S. Francisco Xavier, em cujo dia chegara a nova de elle ter chegado a Poliporto. Trouxe consigo ao Pe. Marcello Mastrillo, a quem S. Francisco Xavier apparecera em Napoles, estando expirando de hua ferida mortal da cabeça e mandando-lhe fazer voto de hir a India, lhe dera perfeita saude milagrosamente no mesmo ponto, e foi degolado em Japão pella fee no anno de 637. A primeira couza que fez na India foi não consentir lھے allassem por Ex.^a, dizendo não havia de ter mais na India do trouxera de Portugal. Em seo primeiro anno cercarão a barra de Goa os Olandezes com onze naos, aos quaes deo o general Antonio Tellez tres batalhas em seis galleões, sahio tambem a nao S. Joam de Deos e seu capitão Gonçalo de Barros. No 2.^o de 638 tornarão os inimigos com 13 embarcações e Antonio Tellez lھے sahio em seis galles e lھے deu huma famosa batalha com pouca perda nossa e muita dos inimigos e Dom Luis de Castelbranco no seu galleão S. Bartholomeu abraçou a nao almiranta e a teve rendida, e sobrevivendo sobre

elles a fiscal deu o fogo ao galleão e abrazou todas tres, salvando-se elle com o Padre Lourenço de Miranda da Companhia, hum capellam e a mais gente posto que ficaram cativos pellas lanchas dos inimigos por andarem perto e o inimigo foi sobre Baticala e o tomou. No 3.^o anno tornarão os inimigos com dez ou onze embarcações e estiverão na barra de Goa athe os primeiros de março e não houve nada no anno de 638 que foi 2.^o do seu governo. Matarão os Chingallas em Ceilão ao general Diogo de Mello em batalha em Candia e vierão conquistando tudo até Columbo, mas hindo de Goa Dom Antonio Mascarenhas por general os venceu e se fez senhor das terras. E o anno de 639 fez o Mogor guerra a Damão para onde foi por general de todo o norte Luis de Mello de Sampayo, que era almirante dos galleões e por capitão da fortaleza D. Manoel de Menezes e o general em hum salto foi ferido de duas espingardas que, dissimulando com notavel valor, se veyo retirando a cidade com muita perda do inimigo, onde descobrindo as feridas morreo no 2.^o dia com grande sentimento de todos por ser fidalgo velho de grande valor, experiencia e de notavel zello do serviço de S. Magestade, a quẽ serviu de capitão mor de varias armadas, capitão de Malaca duas vezes, general do norte, almirante dos galleões e ultimamente general nestas guerras, foi sepultado em S. Domingos. Succedeo-lhe logo o general Antonio Tellez. Governou 3 annos 6 mezes e 18 dias, morreo em Goa em 24 de Junho de 639. Foi sepultado em S. Domingos, onde abrindo-se a successão, se achou na primeira via Dom Nuno Alvarez Pereira, na 2.^a Dom Lourenço da Cunha, na 3.^a Ruy Freire de Andrada, na 4.^a Diogo de Mello de Castro, o Arcebispo e Dom Francisco de Moura, todos mortos, tirados os dous ultimos dos quaes D. Francisco estava no reyno e o Arcebispo disse que a via não fallava com elle por naquelle tempo estar em Portugal. Aberta a 2.^a successão sahio na primeira via o General Antonio Pinto da Fonseca, defuncto em Malaca, na 2.^a sahio o general da armada de alto bordo Antonio Tellez, que estava em Damão cumprindo as pazes que o Mogor já pedia, onde se lhe mandou recado como El-Rey mandava e que ficasse governando entre tanto o capitam da cidade, o mais velho conselheiro e Arcebispo. Governou Pedro da Silva 3 annos, 6 mezes e 16 dias.

Antonio Tellez 24 governador por successão tomou posse em Damão em 11 de Julho de 639, onde tinha hido soccorrer aquella fortaleza que o principe de Mogor tinha cercado, e compostas as couzas voltou por terra a Baçaim e daquy despedio a Surrate ao Pe. Thomas de Barros visitador, do Mogor, que leva não consigo seu companheiro o Padre Ignacio da Cruz, lhe mandou logo as formas das pazes assinadas pello Principe de Baçaim. Partiu para Chaul na armada do norte de que era capitão-mor Ruy Diaz da Cunha em 24 de 7bro. Vio todas as fortalezas do norte tirando Dio, em nem huma quiz aceitar recebimento nem pallio senão em Chaul donde partio para Goa o 1.º da 8bro, aonde havião preparado grandes festas para o receber, mas tudo parou em luto de que achou Goa cuberta por o Olandez ter entrado com dez vellas a barra de Mormugão e abrazados os dois galleões Bom Jesus, capitana de sua armada, e Sam Sebastião a que se estava dando querena e a S. Boaventura em que acodio aos defender valentemente Alvaro de Souza em 30 de 7bro. O março seguinte foi o Olandez sobre Columbo com onze embarcações e desembarcando em terra foi recebido dos nossos com perda de muita gente sua e tomando o forte de Negumbo voltou nos primeiros de março sobre Galle e tendo sitiado a praça, chegou por terra com parte do exercito o capitão do Campo Diogo de Mendonça que logo lhe ganhou a artilheria, fazendo-o embarcar com perda de muita gente, mas voltando de novo foi no primeiro salto morto Diogo de Mendonça e o inimigo se fez sahir da fortaleza pella porta da bahia. Em 13 de março despedio o governador Manoel Mascarenhas e depois Dom Braz de Castro por general de Ceilam com dous socorros que não quizeram passar e ficaram em Tuticorim, que, se passarão, nunca o inimigo tomara Galle. Mandou logo ordem a Antonio de Mello para que lhes tomasse as armadas e passasse a Ceilam. Governou hum anno e 2 mezes e sette dias. Succedeu-lhe seu cunhado o V. Rey João da Silva Tello, e foi-se para o Reyno na caravella Sancto Antonio em 3 de Dezembro á noite por estar o inimigo na barra em 6 embarcações.

Joam da Silva Tello, 1.º Conde de Aveiras, 3.ª Ex.ª na India, 25 V. Rey, Partio de Lisboa a 21 de março e dos cachopos a 26 de 640 em 5 embarcações passou no Cabo

dia de S. Boaventura 14 de Julho e surgiu em Goa 19 de 7bro. Teve no seu primeiro anno a barra de Goa de cerco com 6 embarcações do Olandez. Despediu para Ceilão a D. Felliipe Mascarenhas por governador, o qual tomou logo Negumbo ao Olandez Venceo o levantado Diogo Balthasar com 7 mil homens e o matou, venceo o Rey de Candia e lhe matou 20 mil. No seu primeiro anno tomou o Olandez Malaca tendo-a de cerco com 22 naos de 5 de agosto e huma armada do Rey de Surrate e a 14 de Janeiro de 641 em que a rendeo por desordens e fraqueza do Capitão Manoel de Souza Coutinho, que depois de a entregar 3 dias, morreo. No 2.º agosto em 30 cercou o Olandez Goa com dez vellas, as quais em 22 de 7bro chegando do reino a 1.ª náó que a magestade do Sr. Rey D. Joam 4.º mandava, lhe derão batalha e a renderão com morte do capitão Sancho de Faria da Silva, não tendo respeitado as pazes que S. Magestade tinha já feito com Olanda, mas toda a culpa teve o V. Rey que, sabendo que a náó vinha, a não socorreo, nem lhe mandou aviso. Em 8 de 7bro teve do reyno hum pataxo em que El-Rey lhe mandava que logo o jurasse por legitimo e natural Rey de Portugal, como fez na See de Goa, mas depois de grandes requerimentos da Cidade e do Povo.

V. Rey Dom Felipe Mascarenhas provido por El-Rey Dom Joam 4.º sendo general de Ceilam. Vindo para o Reyno faleceu no mar.

V. Rey Joam da Silva Tello, Conde de Aveiras 2.ª vez. Faleceu na costa de Moçambique sem chegar a tomar posse.

Governadores por successão Francisco de Mello de Castro, Antonio de Souza Coutinho e o Arcebispo de Goa D. Frey Francisco dos Martyres.

V. Rey D. Vasco Mascarenhas, Conde de Obidos. Nam acabou o triennio por se levantarem contra elle sediciosos. Vindo-se para o reyno, ficou governando D. Braz de Castro.

V. Rey D. Rodrigo Lobo da Silveira, Conde de Cerzedas. Tomou posse do governo e em hum mesmo dia prendeo em differentes fortalezas da India alguns culpados na rebeliam passada, mandando prezo para o reyno D. Braz de Castro hum delles. E dentro em 4 mezes faleceo, dizem que ajudado com sentimento universal de toda a India.

Governador por successam Manoel Mascarenhas Homem, general que foi de Ceilam Governou o anno de 1656.

V. Rey Antonio Tellez de Menezes, Conde de Villa Pouca de Aguiar. Faleceo no caminho.

Governadores por successam Manoel Mascarenhas Homem, Francisco de Mello de Castro, e Antonio de Sousa Coutinho. Governaram no anno de 1658.

Governadores por successam aos ditos D. Pedro de Lancastre, e Luis de Mendonça Furtado. Governaram no anno de 1661.

V. Rey Antonio de Mello de Castro, com titulo de governador o primeiro anno e depois de V. Rey. Entregou por ordem da Raynha regente aos Inglezes Bombaym. E veio-se para o Reyno.

V. Rey Joam Nunez da Cunha. 1.º Conde de S. Vicente, Partio anno 1666 e faleceu na India.

Governadores por successam no anno 1668, Antonio de Mello de Castro, Manoel Corte Real de Sampayo e Luiz de Miranda Henriquez, que nam chegou a tomar a posse por morrer em Dio.

V. Rey Luiz de Mendonça Furtado de Albuquerque, 1.º
Conde do Lavradio, Partio de Lisboa anno 1670.

V. Rey D. Pedro de Almeyda.

V. Rey Francisco de Tavora.



Dos Mestres, Governadores, Priores e Commendadores-mores que
houve na Ordem de S. Bento de Aviz.

Mestres

- 1.º Dom Pedro Affonso, irmão d'ElRey D. Affonso Henriquez.
- 2.º Dom Gonçalo Viegas, filho de Egas Moniz.
- 3.º Dom Fernando Eanez.
- 4.º Dom Simão Roiz Monteiro, em tempo d'ElRey D. Sancho.
- 5.º Dom Frey Martim Fernandez.
- 6.º Dom Frey Simão Soarez
- 7.º Dom Frey Egas Moniz
- 8.º Dom Frey João Pirez.
- 9.º Dom Frey Lourenço Affonso.
- 10.º Dom Frey Garcia Pirez.
- 11.º Dom Frey Gonçalo Moniz.
- 12.º Dom Frey Vasco Affonso.
- 13.º Dom Frey Gil Pirez.
- 14.º Dom Affonso Mendez.
- 15.º Dom Frey Gonçalo Vaz.
- 16.º Dom Frey Estevão Gonçalvez Leitão.
- 17.º Dom Frey João Roiz Pimentel.
- 18.º Dom Frey João Affonso.
- 19.º Dom Frey Diogo Garcia.
- 20.º Dom Frey Martinho de Avellar.
- 21.º ElRey Dom João 1.º.
- 22.º Dom Frey Fernam Roiz de Sequeira.

Governadores e Administradores

- 1.º O Infante D. Fernando, filho d'ElRey D. João 1.º.

- 2.º Dom Pedro filho do Infante Dom Pedro.
- 3.º ElRey Dom João 2.º.
- 4.º O Principe D. Affonso, filho do mesmo Rey.
- 6.º (¹) ElRey Dom João 3.º.
- 7.º ElRey Dom Sebastião.
- 8.º ElRey Dom Henrique.
- 9.º ElRey Phellipe 1.º
- 10.º ElRey Phellipe 2.º
- 11.º ElRey Phellipe 3.º

Priores-móres

- 1.º Dom Frey Gonçalo.
- 2.º Dom Frey Lourenço.
- 3.º Dom Frey Martim.
- 4.º Dom Frey João de Tourães.
- 5.º Dom Frey Affonso.
- 6.º Dom Frey Alvaro.
- 7.º Dom Frey Nuno Cordeiro.
- 8.º Dom Frey Antonio Preto.
- 9.º Dom Frey Jorge de Lencastre.
- 10.º Dom Frey Pedro Alvarez Landim.
- 11.º Dom Frey Antonio Barreiros.
- 12.º Dom Frey Antonio Mimoso.
- 13.º Dom Frey Francisco de Avellar.
- 14.º Dom Frey Lopo de Sequeira Pereira.
- 15.º Dom Frey Manoel de Barde.

Commendadores-móres

- 1.º Dom Frey Simão Hermiges.
- 2.º Dom Frey João Roiz.
- 3.º Dom Frey Affonso Mendez.
- 4.º Dom Frey Egas.
- 5.º Dom Frey João Moniz.
- 6.º Dom Frey Fernam Roiz de Sequeira.
- 7.º Dom Frey Lopo Vasques de Sequeira.
- 8.º Dom Frey Diogo Alvarez de Sequeira.
- 9.º Dom Frey Garcia Roiz de Sequeira.
- 10.º Dom Frey Pedro da Silva.
- 11.º Dom Frey Luis de Lencastre.
- 12.º Dom Frey Luis de Lencastre.
- 13.º Dom Frey Francisco Luis de Lencastre.

(¹) Falta no MS. o n.º 5.º.

APENDICE (1)

(Com letra diferente do resto do MS.)

1642. — O galeão S. Bento, capitão-mor D. João da Gama; perdeu-se em Moçambique a 27 de Dezembro de 1642.

Nossa Senhora de Penha de França, capitão Jorge da Costa. Pataxo Nossa Sr.^a do Rosario e St.^o Antonio, capitão Pedro de Oliveira. Pataxo N. Sr.^a de Oliveira, capitão Antonio Cabral, partio a 6 de Janeiro.

1643. — Náo St.^o Milagre, capitão-mor João Roiz de Saa. Náo St.^a Margarida, capitão Pedro de Araujo d'Azevedo.

1644. — Galeão S. João perola, capitão Antonio Cabral. Galeão Candelaria, capitão e cabo Luis Velho. Galeão S. Pedro, capitão Antonio Roiz Chamissa. Pataxo N. Sr.^a da Oliveira e St.^o Antonio, capitão Pedro de Lemos. Naveta St.^o Antonio, capitão Amadeu Louzado, perdeu-se na Ilha do Fogo.

1645. — Galeão S. Anna da Esperança, capitão João da Costa. Fragata N. Sr.^a dos Remedios, capitão Manoel Luiz Frolunario.

1646. — Navios para Ceilão, e por serem de particulares se não assentarão em lista os capitães. Navio St.^a Catarina, Nossa Sr.^a da Estrella, Nossa Sr.^a de Guadalupe, N. Sr.^a dos Remedios.

1646. — Nossa Sr.^a da Atalaya, capitão Antonio de Camera de Noronha. Vindo da India se perdeu no Cabo de Boa Esperança.

(1) Advirta-se que o autor faleceu a 16 de Junho de 1661, e, portanto, todos os factos posteriores, incluídos no seu MS., devem ter sido escritos por outrem.

Galeão S. Pedro, capitão-mor Luis de Miranda Henriques. Caravella N. Sr.^a de Nazareth, capitão Domingos Gonçalves Loureiro. Caravella St.^a Theresa, capitão Domingos de Magalhaes de Lima. Esta caravella mandou Antonio da Fonseca Meras.

1647. — A nao Candelaria, capitão Domingos Antunes. St.^o Antonio da Esperança, capitão Balthasar de Almeyda. St.^o Milagre, capitão Miguel Jorge Grego, perdeu-se na altura de Moçambique. Bom Jesus, capitão Matthias Figueira perdeu-se na mesma altura.

1648. — Galeão S. Roque, capitão Antonio da Costa de Lemos. St.^a Catharina, capitão Antonio Pereira.

1649. — Galeão S. Lourenço, capitão Diogo Leyte Pereira, perdeu-se em Moçambique. Galeão Bom Successo perdeu-se no mesmo sitio. Caravella N. Sr.^a de Nazareth, capitão Antonio Dias.

1650. — Galeão S. João Evangelista, o V. Rey Conde de Aveyras. Galeão S. Jorge, capitão-mor Luis Velho. Galeão S. Francisco, Luis Dultze Corte Real, perdeu-se. Galeão N. Sr.^a de Nazareth, capitão Bento Pereira. Caravella S. Francisco capitão o P. Manoel da Fonseca da Costa. Caravella N. Senhora de Nazareth, capitão Antonio de Lemos.

1651. — Galeão S. Thomé, capitão-mor Luis de Mendonça Furtado. Galeão Sto. Antonio de Managão, capitão João de Lazar de Vasconcellos. Pataxo N. Sra. do Socorro, capitão João Calado.

1652. — A nao N. Sra. da Graça em que foi o V. Rey o Conde de Obidos. O galeão S. João perola, capitão Amaro de Novaes. Galeão Santiago e S. Phelippe, capitão Antonio de Abreu de Freytas. Caravella N. Sra. de Nazareth, capitão Pedro Botelho.

1653 — Não Smo. Sacramento da Trindade, capitão-mor Luis de Mendonça Furtado. Almirante Francisco Machado Deça no galeão S. Jorge Naveta N. Sra. de Penha de França, capitão Pedro Botelho, tomaram-na os Olandezes na altura de Pernambuco.

1654. — Nossa Senhora da Graça, capitão-mor D. Fernando Manoel. Sto. Thomé almirante, capitão Carlos de Araujo de Vasconcellos. Sta. Helena, capitão Manoel de Piana da Cunha, perdeu-se na barra de Goa.

1655 — Bom Jesus Vidigueira, o V. Rey Conde de Sarzedas. Sacramento da Trindade, 2.^a vez capitão-mor Antonio de Souza de Menezes. Na não do V. Rey foi capitão Hieronymo de Carvalho. S. Francisco galeão, capitão Baltasar de Paiva Brandão. Naveta Sta. Theresa capitão, Manoel de Castro Fawella. Caravella N. Sra. de Boa viagem o Pe Manoel da Fonseca.

1656. — Bom Jesus do Carmo, capitão-mor Bartholomeo de Vasconcellos da Cunha. Nossa Senhora da Natividade e Sto. Antonio, capitão Antonio Pereira.

1657. — Bom Jesus da Vidigueira o V. Rey o Conde de Villapouca, e nelle foi por capitão-mor D. Pedro de Lancastre. Sta. Anna, capitão Antonio de Moura. S. Lourenço, capitão Antonio de Almeida Soares. Caravella N. Sra de Boa Memoria, capitão Verissimo Pereira Correa.

1658. — Bom Jesus de S. Domingos, capitão-mor D. Hieronymo Manoel. N. Sra. do Populo, capitão Manoel Velho de Brito.

1659 — Caravela N. Sra. de Nazareth, capitão Francisco Gonçalves Ferraz.

1660. — O galeão Sacramento da Esperança, capitão Francisco Rangel Pinto. A charrua N. Sra. da Estrella capitão Manoel Botelho do Amaral. O galeão Conceição para Moçambique, capitão Santiago Roiz, perdeu-se ahi.

1661. — A charrua N. Sra. da Salvação, capitão Agostinho Freyre Guerra, perdeu-se em Moçambique.

1662. — A naveta N. Sra. de Nazareth, capitão Francisco Gonçalves Freyre. A nao Ingresso em que foi o governador Antonio de Mello de Castro e Vedor da fazenda Luis Mendes de Vasconcellos.

1663. — A naveta N. Sra. dos Remedios, capitão e cabo André Pereira dos Reys.

A Caravella N. Sra. de Nazareth e Sto. Antonio, capitão Antonio Carvalho.

1664. — O galeão N. Sra. da Conceição e Sto Antonio, capitão-mor Bernardo Henriques de Miranda: N. Sra. da Guia e S. João, capitão D. Antonio Mascarenhas.

1665 — S. Pedro de Alcantara, capitão-mor D. Noutel de Castro. Nossa Senhora dos Remedios, capitão Francisco Rangel Pinto.

1666. — Sta. Theresa em que foi o V. Rey João Nunes da Cunha. Almirante S. Bento, capitão Paulo Gomes d'Abreu, arribou e tornou no anno seguinte. A naveta Penha de França, Francisco Gomez do Lago. A naveta N. Sra. de Nazareth e Sto. Antonio capitão Manoel Pereira Coutinho.

1667. — O galeão S. Bento, capitão e cabo Hieronymo Carvalho.

1668. — O galeão S. Gonçalo, cabo Francisco Ferreira

de Valdevelho, capitão e piloto Antonio Carvalho de Oliveira.

1669. — O galeão N. Sra. da Ajuda, capitão-mor Christovão Ferrão de Castel-branco.

1670. — N. Sra. dos Cardaes em que foi o V. Rey Luis de Mendonça Furtado, e por capitão Verissimo Pereira Correa. Almirante Sta. Catharina, capitão-mor D. Antonio Mascarenhas. N. Sra. da Guia e S. João Baptista, capitão Ruy Dort de Castello-branco. N. Sra. dos Remedios, capitão Simão de Sousa de Tavora, perdeu-se na Costa de Mombaça. Pataxo Bom Jesus da Trindade, capitão e piloto Thomé Gomes da Costa.

1671. — Galeão Bom Jesus de S. Domingos, capitão-mor Christovão Ferrão de Castellobranco Bom Jesus da Trindade, capitão Manoel Pereira.

1672. — Nossa Sr.^a da Ajuda, capitão-mor João Correa de Saa, perdeu-se vindo para o reyno. Almirante S. Pedro de Rates, Hieronymo Carvalho. Nossa Sr.^a de Nazareth e St.^o Antonio, capitão e mestre João Roiz da Sylva. Pataxo N. Sr.^a da Ajuda e St.^o Antonio, capitão e piloto Francisco Mendes Maya.

1673. — Bom Jesus de S. Domingos, capitão-mor D. Pedro da Costa. Almirante N. Sr.^a dos Cardaes, capitão Bernabé de Bairos. Pataxo Bom Jesus de Nazareth, capitão Pedro Lamego Palha.

1674. — N. Sr.^a do Rosario, capitão-mor Simão de Sousa

de Tavora. Bom Jesus da Trindade, capitão e mestre Manoel Carvalho.

1675. — O galeão S. Pedro de Rates, capitão João da Silva Guia.

1676. — Nossa Senhora dos Remedios e S Francisco de Borja, capitão Andre da Silva. Pataxo Bom Jesus da Trindade, capitão e piloto Francisco Novo Lisboa.

1677. — O galeão S. Pedro da Ribeira em que foi o V. Rey D. Pedro d'Almeyda e por capitão-mor D. Antonio da Costa. Pataxo S. João de Deus, capitão e piloto Antonio de Maya Diniz. Neste mesmo anno foram para Sofala as naos seguintes: N. Sr.^a da Conceição em que foi o mestre de campo Antonio Ribeiro de Araujo, capitão de mar e guerra, e piloto Hieronymo Domingues. Almirante S. Bernardo, capitão Pedro Nunes. Nossa Sr.^a do Rosario e S. João Baptista, capitão João da Silva Guia. Charrua Nossa Sr.^a da Visitação capitão e piloto Manoel Dias Pereira.

1678. — Pataxo N. Sr.^a do Pilar, capitão e piloto Antonio Vaz Salgado.

1679. — N. Sr.^a do Rosario e Santo Antonio, capitão D. João Pedro da Cunha. St.^a Maria de Saboya para Moçambique, capitão Manoel Pinto da Costa.

1680. — St.^o Antonio de Flores, capitão-mor Verissimo Caetano da Costa. Charrua N. Sr.^a da Visitação para Moçambique, capitão Manoel Gonçalvez de Amorim.

1681. — St.^a Maria Isabel de Saboya, em que foi o V. Rey Francisco de Tavora, capitão-mor D. João Pedro da Cunha. Almirante S. Francisco Xavier, capitão D. Hen-

rique Manoel. N. Sr.^a dos Milagres, capitão Manoel do Santos Pinto.

1682. — Santiago Maior, capitão Caetano de Mello e Castro, que foi por governador para Moçambique.

1683. — A charrua N. Sr.^a da Visitação, capitão de mar e guerra João Paulo Pereira. A charrua N. Sr.^a da Charidade, capitão André da Silva.

FIM

BOCAGE NA INDIA

Palavras prévias

BOCAGE que, depois de Camões, foi — no conceito de Herculano — o nosso primeiro poeta popular, também, como o glorioso cantor dos *Lusíadas*, esteve na Índia. Pouco menos de três anos.

Acêrca dêsse periodo interessante da sua sempre acidentada existência, encontram-se notícias mais ou menos desenvolvidas, mas nem sempre exactas;

No — *Estudo biográfico e literário* — por L. A. Rebelo da Silva, que precede as obras do poeta, edição anotada por Inocêncio Francisco da Silva, tomo 1.^o, 1853;

Na obra — *Bocage, sua Vida e Epoca literária* — do sr. dr. Teófilo Braga — Porto 1902 — que pode considerar-se a 2.^a edição, aumentada e correcta, do seu livro, sôb identico título ali publicado em 1876;

Nos artigos — *Bocage (Fragmentos de um estudo autobiográfico)* — publicado pelo sr. Eloi do Amaral em alguns n.^{os} da revista *Figueira*, volume de 1912;

Segundo o dr. Augusto Filipe Simões (*Elogio histórico de J. H. da Cunha Rivara*) e Teixeira de Aragão (*Descrição geral e histórica das moedas*..... tomo III, pag. 335, nota), Cunha Rivara, meses antes do seu falecimento (20 de Fevereiro de 1879), havia concluido uma importante memória sôbre Bocage na Índia, baseada em documentos officiaes. Todos os MSS. do sábio escritor foram doados por sua viuva, D. Sabina Placida da Silva Monteiro, á Bibliotheca Pública de Evora onde formam o gabinete denominado *Rivara*; al deve, pois, existir essa memória a que a alta competência do autor e a sua assidua exploração, durante quasi 22 anos, nos arquivos de Goa, dão garantia de trabalho tão copioso

em informações, como apurado na crítica. Seria muito para estimar que fôsse publicada, como já o foi, embora com graves imperfeições, um outro MS. seu, daquela colecção, intitulado *Inscrições lapidares da Índia Portuguesa*, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 13.^a série, n.º 8, 1894.

No entanto, vamos dar a lume o resultado das nossas investigações, a que um acaso deu origem. procurando, sem pretensão alguma literária, reunir e apreciar, num desataviado lavôr de síntese, de integração e de lógica, tudo quanto até aqui nos consta da passagem do infelizmente Elmano pela Índia, permitindo-nos repetir neste lugar, como preito nosso ao seu admirável e admirado engenho, a triunfal saudação que lhe dirige um primoroso vate brasileiro :

..... Viverás, enquanto
Houver quem pulse o mágico instrumento,
E préze a lingua que prezavas tanto :

E enquanto houver num ponto do universo
Quem ame e sofra, e amor e sofrimento
Saiba, chorando, traduzir em verso.

Pangim, 26-11-917.

J. A. Ismael Gracías.

BOCAGE NA INDIA

MEMÓRIA HISTÓRICA E CRÍTICA

I

COM os documentos, já publicados na maior parte, dos arquivos de Goa, podemos compor a seguinte folha de serviços de Bocage na India:

1786

28 ou 29 de Outubro — Chega a Goa, nomeado por carta patente de 4 de Fevereiro guarda-marinha da armada do Estado da India, a bordo da nau de viagem *N. Sra. da Vida, St.º Antonio e Magdalena*, que, sob o comando de José Rodrigues Magalhães, saiu de Lisboa em 14 de Abril. Nela veio também Francisco da Cunha e Menezes que, sendo governador da provincia de S. Paulo, fôra nomeado governador e capitão general da India, sucessor de D. Frederico Guilherme de Sousa, e embarcou no Rio de Janeiro, onde a nau fizera escala e tinha ordem para o receber. ⁽¹⁾

Os seus assentamentos officiaes dizem:

«Manuel Maria Barbosa Hedois de Bocage, filho

(1) A nau chegou á barra d'Aguada em 28 de Outubro (L.º de cartas e ordens do arquivo da Secretaria Geral do Governo, n.º 35, fls. 102 e 106), mas entrou no porto de Goa no dia subsequente, 29. Assim se explica, pois, a divergência, que se nota em vários documentos referentes, dizendo-se nuns que chegou a 28, e em outros a 29. Mencionamos, porisso, ambas as datas.

de José Luís Soares Barbosa e de D. Mariana Joaquina Xavier de Bocage, natural de Setubal, da idade de 21 anos.

Despachado com o posto de guarda-marinha para o dito Estado (da Índia) por carta de 4 de Fevereiro, registada na Casa da Índia, no livro das mercês para o ultramar, fls. 5 v.». (1)

13 e 18 de Novembro — A citada carta patente teve em 13 o *cumpra-se* do governador Menezes (que havia tomado posse em 3 de Novembro) e a 18 foi registada na estação competente. (2)

20 de Dezembro — Embarcado na fragata *Temível Portuguesa*. (3)

1787

? — Matriculou-se na aula real de marinha, mas «não fez exame por causa legítima». (4)

20 de Fevereiro — Na informação anual, de 1786, que nesta data deu acêrca dos oficiais do corpo de

(1) L.^o das *monções* do referido arquivo, n.^o 168, fls. 294 e 304. — L.^o n.^o 45 do *assentamento da gente de guerra*, existente na Biblioteca Nacional de Nova Goa (*Catálogo resp.*, pag. 33).

(2) L.^o denominado *Abertura de título de officiaes do corpo de marinha*, no arquivo da Fazenda, — doc. publicado pelo sr. M. Armando Ribeiro d'Almeida no *Oriente Português*, II, 356, e adiante transcrito.

(3) Doc. cit..

(4) Livro dos *assentos das entradas dos discípulos da aula real de marinha*, — doc. publicado por T. Mourão, a pag. 38 do *Almanaque Literário* de 1867, por A. J. Frederico Gonçalves de Figueiredo.

As disciplinas que se ensinavam nessa aula, que foi organizada em 1784 pelo governador D. Frederico Guilherme de Sousa, e funcionava em Pangim, eram distribuídas em 3 partes — a 1.^a, aritmética, noções de algebra, geometria e trigonometria rectilínea em 4 meses, — a 2.^a, trigonometria esférica e astronomia náutica em 3 meses, — e a 3.^a e última, pilotagem, nos restantes 3 meses, sendo o total do curso 10 meses, com lições em todos os dias úteis da semana. Tem sido infructíferas as nossas diligências em saber quando principiava o ano lecti-

marinha o respectivo comandante, capitão de mar e guerra, Vasco Luis Carneiro de Sousa e Faro, diz:

«Manuel Maria de Barbosa; guarda-marinha — tem viveza, veio êste ano do reino.» ⁽¹⁾

24 de Fevereiro — Partiu ⁽²⁾, não se diz para onde, mas é de presumir que tivesse embarcado na referida fragata para algum serviço regional, talvez na armada do Norte ou do Sul.

1788

? — Matriculado pela 2.^a vez na mencionada aula de marinha, não a frequentou «por causa legítima». ⁽³⁾

17 de Fevereiro — Informação relativa ao ano antecedente, que nesta data deu acêrca dos oficiais do corpo de marinha o mencionado comandante:

«Manuel Maria de Barbosa, guarda-marinha — *Anno de serviço*, um — *Antiguidade*, 18 de Novembro de 1786 — *Informação*, tem viveza e bom procedimento.» ⁽⁴⁾

23 de Fevereiro — Apresentou-se ⁽⁵⁾, não se diz

vo, que em 1784 abriu em 1 de Junho num compartimento da casa de D. Francisco Xavier de Castro. Nos mapas que acompanham o artigo *Breve noticia da origem e divulgação dos estudos superiores em Goa*, publicados pelo general João de Melo de Sampaio no *Or. Port.*, II, 110, vemos que os exames finais desde 1786 por diante se realizaram em Novembro ou Outubro. Quer-nos parecer, porisso, que o ano lectivo começaria em Janeiro, tendo sido a primeira abertura, na instalação, em 1 de Junho excepcionalmente. O curso era leccionado pelo lente Joaquim de Vasconcelos e pelo substituto João Baptista Verquain, ambos renetes de mar. Vide *O Mosaico* (jornal), n.º 3 de 1848 e *L.º de cartas e ordens* n.º 35, fls. 35 v. e 37.

(1) Cit. *L.º das monções* n.º 168, fls. 798.

(2) Doc. citado na nota (2) a pag. 32.

(3) Doc. cit. na nota (4) a pag. 32 q. v.

(4) *L.º das monções* n.º 169, fls. 304.

(5) Doc. cit. na nota (2) a pag. 32.

donde vindo, sendo de presumir que tivesse regresado de algum embarque.

17 de Novembro—Embarcado na fragata *Sta. Ana e S. Joaquim*. (1)

1789

20 de Fevereiro — Informação do ano antecedente, dada nesta data pelo referido comandante Sousa e Faro; repete o que disse na informação anterior, com a diferença de serem 2 os anos de serviço (2)

Todas as tres citadas informações foram enviadas para a Secretaria de Estado em 1787, 1788 e 1789, respectivamente.

25 de Fevereiro — Nomeado em portaria desta data pelo governador Cunha e Menezes, em atenção aos seus merecimentos e serviços, tenente de infantaria da 5.^a companhia do regimento da guarnição da praça de Damão (3), de que se lhe passou a respectiva carta patente no dia immediato, 26 de Fevereiro, referendada pelo secretário do Estado, desembargador Sebastião José Ferreira Barroco. (4)

(1) Doc. cit. na nota antecedente.

(2) L.^a das monções n.º 170, fls. 477.

(3) Não deve estranhar que um guarda-marinha fôsse nomeado tenente do regimento de infantaria. Nesses tempos, tanto na metrópole como aqui, officiaes do exército iam servir postos de marinha e vice-versa. Quem occupasse um posto de marinha, não estava inhabilitado de passar para qualquer arma, até das mais especiais, como a de cavalaria. Nas duas carreiras de mar e terra as categorias não eram definidas, nem invariavelmente graduais. O próprio Bocage, antes de vir á India, oferece disso um exemplo. Sentou primeiro praça de cadete no regimento de infantaria de Senbal; mudou de arma depois, entrando para a marinha; encontramo-lo outra vez no exército com o o posto de tenente de infantaria, em vespasas do seu despacho para a India.

(4) A carta patente foi transcrita por Filipe Neri Xavier no seu artigo *Bocage*, publicado no *Arquivo Universal*, vol. 4.^a, n.º 20, e na *Illustração Goana*, n.º 3 (Janeiro 1865), pag. 47. Em officio do mesmo dia

2 de Março — Para terra. (1)

14 (?) de Março — Seguiu para Damão a bordo da fragata *Sta. Ana e S. Joaquim*, do comando do capitão de mar e guerra Felix José Tinoco da Gama.

Diz F. N. Xavier no artigo citado a pag. 34, nota (4), que Bocage partiu em 8 de Março. Mas, duma carta escrita em 12 de Março pelo referido secretário do Estado, Ferreira Barroco, ao desembargador ouvidor geral do crime, Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, se deduz que a fragata devia ter saído em a noite de 13 para 14, ou depois,—carta que, por se referir a um incidente em que o poeta ficou por então envolvido, transcrevemos em seguida:

«Tem s. ex.^a mandado expedir ordem não só para prizão do official da marinha, chamado Raimundo (2), mas também para a de hum tenente de artilheria, chamado Jozé Salvador; consta que elle he que espalhou pelo seo regimento varios indicios, que tinha de que o dito Raimundo era o culpado na morte do velho Jozé Alves (3), e assim se elle não for coréo, servirá ao menos para ser coriado (acareado) com o outro. Também esta tarde ou amanhã pela manhã hade hir falar com v. s.^a hum guarda-marinha, chamado Manoel Maria, ha poucos dias despachado para Damão, o qual havia huns poucos de dias, que contara ao major Sarmento ter emprestado ou trocado huma caixa com o dito Raimundo, de que nasceo lembrar-se o referido major que podia ser

25 de Fevereiro de 1789 dizia o governador ao referido comandante do corpo de marinha:

«Ao guarda-marinha Xavier Leite de Souza que estava destinado para a fragata *S. Francisco Xavier* nomeará v. moê. para a guarnição da fragata *S. Anna*, em lugar do guarda-marinha Manoel Maria Bocage que tem outro destino». (L.^o de cartas e ordens, n.^o 37, fls. 76v.).

(1) Doc. cit. na nota (2) a pag. 32.

(2) O tenente de mar Raimundo José Cardoso.

(3) De Pangim.

esta mesma a em que foi achado morto pelo que mandou chamar e hindo o dito Manoel Maria vêla, achou que era a sua; como este indicio he forte, e será necessario que o mesmo Raimundo mostre evidentemente como passou a referida caixa do seo poder, pode servir o mesmo Manoel Maria de huma boa testemunha da devassa. Elle tem que partir para Damão na fragata *Sta. Anna*, e em taes termos deverá estar embarcado na noite do dia de amanhã; porém se v. s.^a entender que he necessario que elle fique para convencer o reo sobre a identidade da caixa, ficará, porque s. ex.^a assim mo disse. Estimarei que passe bem e os nossos colegas &. Deos gde. a v. s.^a muitos annos. Pangim, 12 de março de 1789.

P. S.— Se for necessario que fique Manoel Maria, mande-me dizer por carta sua que pode entregar ao dito Manoel Maria. Pela sala se ha de remeter a v. s.^a logo o caixão. *Sebastião Jozé Ferreira Barroco*». (1)

6 de Abril — Chegou a Damão e tomou posse, tendo o governador António Leite de Sousa exarado o *cumpra-se* na carta patente.

8 de Abril — Ausentou-se sem motivo, com o alferes Manuel José Dionísio, saindo ambos pela porta do campo. Ao governador e capitão general, Francisco da Cunha e Menezes participou esse facto o referido governador de Damão António Leite, pelo seguinte officio de 21 de Abril.

«Com a chegada da fragata *Sta. Anna*, desembarcou para esta praça Manuel Maria Barbosa, provido

(1) Cit. L.^o de cartas e ordens n.^o 37, fls. 86v. O tenente de mar R. Cardoso chegou a ser pronunciado por esse crime na devassa que lhe tirou o ouvidor geral do crime, e devia ser julgado em conselho de

por v. ex.^a em tenente para a 5.^a companhia do regimento della, e sentando praça no dia que desembarcou, se ausentou no dia 8 do corrente, com o alferes da 1.^a companhia Manuel José Dionisio, sahindo ambos pela porta do campo. Não posso dizer a v. ex.^a do motivo do primeiro, e do segundo só attribuo ás muitas dividas que adquiriu nesta praça, de varios, para seus jogos, que vim a saber depois da sua fuga.

Eu senti bem essa fuga, porque estou sem officiaes para o serviço, visto haver muitos vagos no regimento, e dois absolutamente incapazes para todo o serviço, que é o capitão D. Antonio de Menezes, da 6.^a companhia, e o alferes da 1.^a companhia de sipaes Luiz da Costa Franco, de que dei conta a v. ex.^a» (1)

No mapa da força militar de Damão, de 1789, remetido á Secretaria de Estado na monção do ano subsequente, figuram — *desertores* 2 — sendo 1 tenente e 1 alferes. — Sem dúvida são o tenente Bocage e o alferes Dionisio. (2)

guerra capital a 29 de Agosto de 1789 (ib., fls. 125v. e fls. 131). Nada mais conseguimos saber do processo, mas o tenente de mar Cardoso foi mandado de Goa em 1791 para as ilhas de Solor e Timor, com recomendação ao respectivo governador Joaquim Xavier de Moraes Sarmiento, para o vigiar e conservar até segunda ordem. — L.^o da correspondência com o governo de Macau, do arquivo da Secretaria Geral, n.^o 16 fls. 349.

(1) L.^o da correspondência do e com o governo de Damão (1786-1789). Este officio, de que primeiro deu noticia F. N. Xavier no artigo já mencionado na nota (4) a pag. 34, e que depois nós publicamos na integra (cit. *Catálogo*, pag. 34), veio desfazer por completo a lenda — outrora muito em voga, á qual se deu facil curso no *Estudo* de Rebelo da Silva, a que aludimos nas *Palavras prévias*, — de que Bocage tinha sido deportado de Goa para Macau pelo governador D. Frederico Guilherme de Sousa! Para essa cidade se dirigia êle, mas desertando e fugindo de Damão, sendo provável que tivesse seguido por Surrate ou Bombaim. O sr. Eloi do Amaral segue ainda essa lenda! — vide a revista — *Figueira* — vol de 1912, pag. 88 e 91 — e bem assim o autor da nota a pag. 166 do livro — *Bocage, Poesias eroticas, burlescas e satiricas* — ed. de Amsterdam, 1907.

(2) L.^o das monções n.^o 171, fls. 335.

De todo êsse tempo (Outubro de 1786 a Abril de 1789) foi regularmente pago dos seus soldos por períodos e pela forma constante duma nota que existe registada no arquivo da Fazenda, e que em seguida se transcreve textualmente. Os descontos, de que nela se faz menção, recaíam na importância de 5 meses que Bocage recebera adiantada em Lisboa, e haviam sido determinados pela Secretaria de Estado, em Aviso de 15 de Fevereiro de 1786:

«... . Pago 4 mezes e 2 dias de 29 de Outubro de 1786 até fim de Fevereiro de 1787:— 81 xerafins, 1 tanga e 40 reis — e nesta data 41:01:40, para desconto de 5 mezes de soldos, restam 40:00:00.— Pg. 4 mezes de Junho de 1787 — 80 xerafins, e nestes abateu 40 xerafins para o desconto de 5 mezes de soldo, restam 40:00:00 (40 xs.).— Pg. 3 mezes de Setembro de 1787 — 60 xerafins e nestes abate 18 xerafins 3 tangas e 20 reis, que ficava a dever para complemento de 5 mezes de soldo que recebeu adiantado em Lisboa, e restam 41:01:40.— Pg. 3 mezes até Dezembro de 1787, 60:00:00.— Pg. 6 mezes e 15 dias, de 14 de Abril de 1786, em que partiu de Lisboa até 29 de Outubro do dito ano em que chegou a esta cidade, a 20 xerafins por mez, e abonado na folha de pagamento da guarnição da fragata *S. Francisco Xavier e Sto. Antonio*, do tempo de 3 mezes, até 17 de Abril de 1788, e abonado em virtude do despacho á margem registado, 130:00:00.— Pg. 3 mezes até Março de 1788 60:00:00.— Pg. 3 mezes até Junho de 1788, 60:00:00.— Pg. 3 mezes até Setembro de 1788, 60:00:00.— Pg. 4 mezes e 14 dias de 1.º de Outubro de 1788, até 14 de Fevereiro de 1789, 89:01:40. — Pg. 17 dias de 15 de Fevereiro até 1.º de Março de 1789; abonado na folha de 3 mezes até 14 de Maio do dito ano, da guarnição da fragata *Sta. Ana e S. Joaquim*, 11:01:40.

A' margem do dito assentamento lê-se o seguinte : Emb. na fragata *Temivel Portugueza* em 20 de dezembro de 1786. Partiu em 24 de Fevereiro de 1787. — Abater este guarda-marinha 5 mezes de soldos adiantados que recebeu na cidade de Lx.^a, nos soldos que fôr vencendo nesta cidade, na forma do tenente de mar José Januario Jorge Leal ⁽¹⁾ de fls. 59v deste livro. Apresentou-se em 23 de Fevereiro de 1788, despacho da Junta da Real Fazenda de 22 do dito mez, para se praticar com este guarda-marinha o mesmo que se observou no pagamento dos soldos ao tenente de mar José Januario Jorge Leal, na conformidade da Real ordem; e o dito despacho e reqto. fica no maço do dito mez de Fevereiro de 1788, e registado no L.^o 3.^o dos registos geraes a fl. 30 v..

Emb. na fragata *Sta. Ana. e S. Joaquim* em 17 novembro de 1788. — Para terra em 2 de Março de 1789..... ⁽²⁾.

(1) Este official veio com Bocage na mesma nau e monção. Filho de Raimundo Jorge e de Ana Maria Micaela da Fonseca, natural de Lisboa, freguezia de Sta. Maria Magdalena, da idade de 34 anos. Despachado tenente de mar por carta de 4 de Março de 1786 (L.^o das monções n.^o 168, fls. 294).

(2) Documento cit. na nota (2) a pag. 32. No L.^o do *Alardo das fragatas e mais embarcações* (arquivo da Fazenda, comunicação do sr. Amancio Gracías) lê-se o seguinte :

«Ajuste da meza dos officiaes de guarnição da fragata *S. Anna e S. Joaquim*, de que era comandante o capitão de mar e guerra Félix José Tinoco da Gama, pelo tempo de 171 dias, de 15 de Novembro de 1788 té 4 de Mayo de 1789 :

Guarda-marinha

A Manoel Maria Barbosa Bocage, de 105 dias (xerafins) 10500000.
Excluindo-se o dia de desembarque (2 de Março) importa de facto em 105 dias o período (17 de Novembro a 1 de Março) da assistencia de Bocage a bordo daquela fragata.

II

WILLIAM Beckford, opulento fidalgo inglês que esteve tres vezes em Portugal, sendo a primeira em 1787, referindo a visita que, em 8 de Novembro desse ano, fez á Sé e ao convento dos Caetanos, de Lisboa, escreve numa das suas interessantes cartas, datada do mesmo dia ⁽¹⁾:

«O ponto, onde em seguida nos dirigimos, foi ao convento dos teatinos. Démos uma vista d'olhos á livraria, que ainda jaz na mesma confusão, em que a deixou o terramoto, metade dos livros tombados uns sobre os outros em montões pulverulentos. Um frade esperto e activo, que me disseram ter escripto uma historia da Casa de Bragança, ainda não impressa ⁽²⁾, guiou os nossos passos neste caos de literatura, e depois de procurar meia hora algumas viagens curiosas, que desejava mostrar-nos, levou-nos á sua cela e chamou a nossa atenção para um gabinete de medalhas, que com sua diligencia, e alguma despesa havia coligido.

Não sentindo em mim vocação para investigações numismaticas, deixei Verdeil com o frade abarbados

(1) Tradução no *Panorama*, XIV, 298 e 299. — Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, I, 130 e 131. O dr. Teófilo Braga insere também na sua obra — *Bocage, sua Vida e Epoca literaria*, ed de 1902 — vários trechos da carta citada.

(2) Quem seria esse frade esperto e activo, autor duma história da Casa de Bragança? esse *antiquario das medalhas*, como Beckford também lhe chama logo adiante? O dr. Teófilo Braga (*op. cit.*, pag. 123) põe neste lugar a seguinte nota: — «a *História Genealógica*, de D. António Caetano de Sousa, já estava impressa, em 13 tomos, de 1735 a 1749» — parecendo porisso que julga ser esse teatino o tal frade. Se assim é, de certo há um equívoco. D. António Caetano de Sousa, autor daquela obra, já era falecido muitos anos antes, a 5 de julho de 1759. Presumimos que seria o teatino D. Tomás Caetano do Bem, cronista da Casa de Bragança, falecido em 1797, autor de várias obras, entre outras da *Ilustração historica á genealogia dos Reis de Portugal*, publicada em 1789 e, portanto, ainda em MS. no ano de 1787, que Beckford tomaria como — *Historia da Casa de Bragança*.

com algumas legendas duvidosas, e fui recrutar de improviso quem me acompanhasse a vêr os corvos sagrados. Encontrei primeiro o abade Xavier, depois o famoso missionario pregador da Boa Morte, logo o grão-prior e por ultimo o marquez de Marialva. D. Pedro pediu que não o deixassem ficar de fóra, de maneira que fomos com o coche todo cheio, e eu conduzi toda a carrada a jantar em minha casa.

«Verdeil já estava de volta acompanhado do reverendo antiquario das medalhas, e tambem tinha arrebanhado o governador de Goa, D. Frederico de Sousa Calhariz ⁽¹⁾, e o seu constante companheiro,

(1) O apelido Calhariz é do pai de D. Frederico, D. Mauuel de Sousa Calhariz. Fidalgo conspícuo da côrte de D. João V, caiu no reinado subseqüente na maior desgraça, pois foi encarcerado em 1758 no forte da Junqueira, onde faleceu em resultado de gangrena das feridas que os ferros lhe abriram nas pernas! D. Frederico não usava esse apelido, mas é provável que em Lisboa o conhecessem e tratassem habitualmente como F. Calhariz.

Mas, aqui vem de ensejo duvida á consulta de quem estiver habilitado a resolvê-la. O seu 1.º nome era Frederico, como escreveu Beckford e como geralmente se escreve, ou *Federico*?

Vê-se *Federico*:

a) Nos documentos por êle assinados, o que se verifica tambem pelo fac-simile da sua assinatura na *Col. dos fac-similes das ass. dos vice-reis* por F. N. Xavier;

b) Na correspondencia official que durante o seu govêrno lhe foi dirigida seja de Lisboa, seja pelas autoridades locais e estrangeiras;

c) Na legenda do seu retrato, sem dúbida feito durante a sua permanencia em Goa, e que faz parte da galeria dos vice-reis, existente no convento de S. Caetano em Velha Goa, embora na transcriçãõ dessa legenda Teixeira de Aragão dê *Federico* (*Descrição Geral e Histórica das moedas* . . . III 333);

d) Tambem na legenda do retrato do seu sucessor Francisco da Cunha e Meneses, pertencente á referido galeria, legenda em que se diz: succedeu a D. Frederico e que Teixeira de Aragão alterou da mesma forma (*op. cit.*, 339);

e) Por aqueles tempos existia na Índia um navio chamado *D. Frederico*, de que era proprietário Francisco da Costa Magalhães (*L.º de cartas e ordens* n.º 35, fl. 144).

Seu avô materno, porém, foi o duque de Holstein, Frederico Guilherme, sendo natural que daí proviesse o nome ao neto.

Na relação dos vice-reis e governadores da Índia, ordenada em 1811 pelo secretário do Estado, Tovar de Albuquerque (MS. do arquivo da Secretaria Geral do Govêrno) já se diz tambem *Federico*.

Qual, pois, a origem de *Federico*?

um fanfarrão saboiano, ou piemontês, por nome Lucateli ⁽¹⁾, e também um mancebo palido, de compleição fraca, de olhar e modos excêntricos, o sr. Manoel Maria, a mais fóra do comum, mas talvez a mais original das criaturas poeticas formadas por Deus. Sucedeu achar-se numa daquelas disposições de espirito, de entusiasmo e de exaltação, que á semilhança do sol no pino do inverno, brilham quando menos se espera; milhares de ditos agudos, de expansões de alegria zombeteira, de repentes satiricos, disparava-os de chofre, de modo que todos andavamos a tombos com riso; mas, quando começou a recitar algumas das suas composições, nas quaes a profundeza de pensamento se mistura com os rasgos mais pateticos, senti-me abalado, como-vi-do. Em verdade, pôde dizer-se que este caracter extravagante e versatil possui a verdadeira varinha de condão, com que, a seu bel-prazer, ánima ou petrifica.

«Percebendo o quanto me atraía, disse-me:

«Não esperava que um cavalheiro inglês se dignasse prestar alguma atenção a um versejador,

(1) Quem seria êsse Lucateli?

Julga o sr. Augusto de Castro — um esmerado estudioso da vida e obra de Bocage — ser o capitão-tenente Conde de Lucateli, subdito do rei de Sardenha, no serviço de Portugal (veja-se o seu artigo *Um retrato de Bocage* na revista *Terra Portuguesa*, n.º 8 de 1916) o qual militou na Índia e faleceu em Fevereiro de 1790 no Cabo da Boa Esperança. Diz que dele se occupa o livro — *Noticia verdadeira das heroicas acções dos valerosos portuguezes na tomada das praças e terras do Estado da Índia* — Não apanhamos em as nossas investigações traço algum desse Lucateli na Índia.

Em 1787 encontramos, porém, um Estevam Lucateli, proprietário dos navios *O Mediterraneo* e *O Tejo*, aos quais o governador Francisco da Cunha e Meneses passou cartas de crença, respectivamente em 10 de Março e 14 de Setembro dêsse anno, para navegarem como barcos portuguezes da Calcutta para Lisboa. *O Mediterraneo* era de 500 toneladas e tinha 70 pessoas de equipagem e para s' a defeza 70 peças de artilharia, pólvora e balas. *O Tejo* de 450 toneladas. Nos registos das citadas cartas de crença estão em branco os nomes dos comandantes (L.º de cartas e ordens n.º 35, fls. 148v., e n.º 36, fls. 24v.).

moço, obscuro e moderno. Vós outros julgais que não temos outro poeta senão o Camões, e que o Camões não escreveu coisa digna de memoria senão os *Lusiadas*. E tem um soneto que vale metade dos *Lusiadas* ⁽¹⁾. Nenhuma imagem de beleza campestre escapou ao nosso divino poeta; e quão sensivelmente se transportam da paisagem para o coração! Que encantadora melancolia, como os derradeiros raios do sol no ocaso, se difunde em toda aquela composição! Se eu valho alguma coisa, fêz-me este soneto o que sou; mas que sou eu comparativamente com Monteiro? ⁽²⁾ Julgai, continuou ele entregando-me alguns versos manuscritos deste autor, de que os portugueses são veementes partidarios; posto-que façam impressão e sejam sonoros, devo confessar que o soneto de Camões, e muitos dos proprios versos do sr. Manuel Maria me agradaram infinitamente mais; todavia é certo que eu não estou bastante iniciado na força e formas da linguagem portuguesa para ser juiz competente.

(1) Neste lugar o dr. Teófilo Braga (*op. cit.*, pag. 111) intercala o seguinte lindo soneto descriptivo de Camões, que não se lê, aliás, no *Panorama*, nem no *Portugal e os Estrangeiros*, mas que, diz, transcreveu das edições inglesas de 1834 e 1839, das cartas de Beckford:

A fermosura desta fresca serra,
E a sombra dos verdes castanheiros,
O mancebo caminhar destes ribeiros,
Donde toda a tristeza se desterra;

O rouco som do mar, a estranha terra,
O esconder do sol pelos outeiros,
O recolher dos gados derradeiros,
Das nuvens pelo ar a branda guerra;

Emfim, tudo o que a rara natureza,
Com tantas variedades nos offrece,
Me está (se não te vejo) magoando.

Sem ti, tudo me enjôa, e me aborrece,
Sem ti, perpetuamente estou passando,
Nas mores alegrias mór tristeza.

(2) Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, poeta satírico.

«O nosso jantar foi alegre e de bons convivas; á sobremesa o abade apresentou uma imensa bandeja de frutas secas e doces, que um dos seus cento e cincoenta protegidos lhe mandou, não me lembra de que exotica região. Todas estas iguarias elle reservava para nos mandar, querendo quasi empurrar-as por nossa goela abaixo, como se fôssemos perús, e elle galinheiro cujo modo de vida dependesse de nos cevar bem. — «Já vistes (disse elle) em parte alguma tão admiraveis produções? A nossa rainha tem milhares de leguas de pomares, e rochas de oiro e diamantes, as riquezas e fertilidade de seus dominios não tem limites, e tambem o mar, o proprio mar deve pertencer-nos, se vos apraz, pois que temos imensos meios para construção naval, mastros de duzentos pés d'altura, madeiras incorruptiveis, corajosos marinheiros. D. Frederico vos pode contar as proezas d'alguns de nossos herois, ainda não ha muito tempo, contra os gentios em Goa; os vossos John Bulls não são metade tão activos, nem metade tão valorosos».

A darmos, pois, crédito a Beckford, teve este á sua mesa, em 8 de Novembro de 1787, entre outros hospedes o ex-governador da India D. Frederico Guilherme de Sousa, e — «o pálido mancebo sr. Manuel Maria, a mais fóra de comum, mas talvez a mais original das criaturas poeticas formadas por Deus» — que não é outro senão o poeta Bocage.

Que D. Frederico fizesse parte do amistoso ajuntamento, póde sem hesitação aceitar-se, pois, acabado o seu govêrno, havia regressado em Fevereiro de 1787 a Lisboa, onde se apresentou no 1.º de Novembro. Mas, como Bocage também poderia ter aí estado, quando as noticias resumidas no capitulo antecedente e fundadas em documentos officiaes o dão na India durante todo esse mesmo anno?

Da simples leitura dessas notícias pôde seguramente concluir-se ainda, que o poeta esteve na Índia Portuguesa *sem interrupção alguma*, desde 29 de Outubro de 1786 até á sua fuga da praça de Damão em abril de 1789, porquanto, aliás:

a) não poderia ter sido regularmente pago dos seus soldos em Goa, em períodos certos e determinados com exacção;

b) não poderia ter-se matriculado em dois anos consecutivos na aula de marinha, embora sem bom êxito, sendo certo que, combinando-se as duas verbas respectivas, trasladadas atrás, de redacção diferente, se mostra que Bocage frequentou a aula em 1787, mas não pôde fazer exame, enquanto que a não frequentou no ano subsequente; nem finalmente,

c) as suas três sucessivas informações de conduta, também já transcritas, e principalmente as referentes aos anos de 1787 e 1788, que expressamente mencionam a sua antiguidade de serviço — o que é muito de considerar nas informações militares — não deixariam de averbar qualquer ausencia ou interrupção no serviço, se a tivesse havido.

Como, pois, conciliar o que ficou dito e documentalmente provado com o que o viajante inglês na sua citada carta de 8 de Novembro de 1787 deixou registado? Eis um enigma interessante para as lucubrações dos investigadores, e cuja solução tem dado lugar apenas a hipóteses e conjecturas, que reclamam cuidadoso exame e apreciação.

III

COMO já vimos, a carta de Beckford é datada de 8 de Novembro de 1787; nela descreve o viajante inglês tudo quanto nesse mesmo dia fez, pois:

principia pelas palavras — «indo esta manhã no meu coche tosco» — e acaba com a menção da ceia ⁽¹⁾. Conservemos na memória este pormenor que é basilar para o estudo do enigma em discussão.

Alguns admitem a presença de Bocage na residência e ao jantar de Beckford nesse dia com a seguinte explicação: Bocage teria voltado de Goa em 1787 a Lisboa ⁽²⁾, porventura com o ex-governador D. Frederico Guilherme de Sousa, tornando á Índia no ano subsequente, 1788.

Rejeita, porem, formalmente esta hipótese e outras aventa o sr. dr. Teófilo Braga, expondo em vários lugares do livro citado (pags. 52, 53, 109 a 114, 124, 125 e 542) um acervo de razões que vamos recapitular:

Beckford esteve em Portugal tres vezes — em 1787, 1794 e 1799.

Quando pela segunda vez, foi na companhia de D. Frederico Guilherme de Sousa que encontrou Bocage. A chegada deste a Lisboa fixa-se indubitavelmente (*vic*) em Agosto de 1790. Mais além nas *notas e aditamentos* se alteram comtudo estes asser-tos, dizendo-se que Bocage chegou a Lisboa em fins de Maio de 1790 e que D. Frederico faleceu a 25 de Agosto dêsse ano. «De pouco mais de dois meses — acrescenta-se — seria a convivencia com o poeta e neste periodo é que se poderia dar o encontro com Beckford», — inferindo-se daí que este ainda no referido ano se achava em Lisboa.

(1) Cit. *Panorama e Portugal e os Estrangeiros*.

(2) «Na *Revista Critica de História y Literatura*, que se publica em Madrid, appareceu no n.º 10, Setembro de 1890, a pag. 300 um artigo intitulado *Um enigma na vida do Poeta Bocage*, em que o autor conclue: «Não há motivo para rejeitar o testemunho de Beckford, nem a data d'ele. Assim torna-se admissivel a segunda hipótese, a da vinda de Bocage de Goa a Lisboa em 1787» (Dr. Teófilo Braga, *op. cit.*, pag. 111, nota). O sr. Augusto de Castro é da mesma opinião.

As cartas de Beckford foram publicadas depois da sua morte, tendo duas edições, em 1834 e 1839.

Os editores confundiram com a data de 1787 cartas que pertencem á estada de Beckford em Portugal no ano de 1794.

A carta em questão «está cheia de incongruências de factos que o autor confundiu no seu espirito por não lhes ligar importância, ou melhor, porque tendo em vista a forma literaria, em que era exímio, redigiu as cartas mais tarde sobre apontamentos tomados».

Nessa mesma carta «há elementos que a reportam a 1794, como a rivalidade entre Bocage e Monteiro, e o prestígio poético de Bocage, que se generalizou depois que em 1791 publicou o tomo I das suas *Rimas*».

Embora a carta traga a data de 8 de Novembro de 1787, prova-se o erro dos compiladores porque, segundo se deduz da *Epístola de Elmano a Josino*, Bocage esteve então «indiscutivelmente doente em Goa, e elle mesmo allude ao facto histórico da descoberta da *Conjuração dos Pintos* em Agosto dêsse ano».

«Achando-se irrefragavelmente Bocage convalescente em Goa em Agosto de 1787 e matriculado na aula real de marinha em 1788⁽¹⁾, é forçoso considerar errada essa data e estólicas todas as hipóteses para justificar o seu aparecimento em Lisboa em 8 de Novembro de 1787».

Em suma: o sr. dr. Teófilo Braga, pondo inteiramente de parte a hipótese de que o jantar se tivesse effectuado na propria data—8 de Novembro de 1787—da carta de Beckford, fixa-lhe ora o ano de 1790, ora o 1793 e ainda o de 1794.

(1) Referencia á 2.^a matricula?

Merece-nos a maior consideração o eminente polígrafo português, cujo peregrino talento e colossal labor literário já tem de há muito a consagração pública. Reconhecemos com o sr. Joaquim de Araujo que no seu livro tantas vezes citado «com uma perseverança igual á de Thierry logrou fixar datas, apreciar factos e estabelecer descobertas em larga monta» (1); mas, sem querer praça entre os seus Aristarcos meticolosos, de que fala Consiglieri Pedroso (2) — longe de nós tal ideia — não julgamos de modo algum plausíveis os seus fundamentos que acabamos de resumir, salvo o que se refere á matrícula de Bocage em 1787 na aula de marinha.

Não é admissível que o encontro dos três — Beckford, D. Frederico e Bocage — se tivesse dado entre Maio a Agosto de 1790. Nada há que autorize a hipótese da estada de Beckford em Portugal nesse ano também, mas embora estivesse, D. Frederico já a esse tempo devia ser um doente e, portanto, pouco disposto a excursões e jantares. Por outro lado a carta põe na boca do abade Xavier estas palavras — «D. Frederico vos pode contar as proezas d'alguns dos nossos heróis *ainda não há muito tempo* contra os gentios de Goa» — o que deixa nítida a impressão de que o jantar se realizou pouco depois do regresso do ex-governador e não passados tres anos.

Demais, Bocage tinha já então pronto o seu poema — *A Manteigui* — truculenta sátira da amante dilecta de D. Frederico, e é crível que nestas circunstâncias o tivesse procurado em Lisboa? Seria o cúmulo de cinismo, de que não julgamos capaz o poeta, apesar de todos os seus defeitos. Natural seria, antes, o afastamento do que a aproximação.

(1) Artigo inserto no livro *Quinquagenário—1858 a 1908 — Cinco-enta anos de actividade mental de Teófilo Braga*, pag. 509.

(2) *Op. cit.*, pag. 516.

Assim, deve excluir-se a hipótese do ano de 1790 e, com mais razão, a de 1793 ou 1794, pois havia tres ou quatro anos que D. Frederico era falecido.

Beckford morreu em 1844 ⁽¹⁾ e, portanto, sobreviveu bastantes anos á publicação das suas cartas; provável é ainda que tivesse revisto as provas tipográficas. Das cartas evidentemente se conhece também, que escrevêra dia a dia as impressões dos acontecimentos que lhe mereciam especial registo. Pode, pois, admitir-se a invocada confusão e o erro ou a baralha dos compiladores?

É ainda inane fundamento a *Epistola de Elmano a Josino*.

Como adiante havemos de demonstrar, essa *Epistola* é, para nós, a última composição de Bocage em Goa. Nela trata Elmano de vários assuntos e, entre outros, da tal conjuração, resumindo em 18 versos apenas toda a história do grão caso, desde a sua descoberta — Agosto de 1787 — até ao seu julgamento e á execução dos réus — Dezembro de 1788. A gravíssima doença, que também nela diz ter padecido, pode razoavelmente fixar-se esse último ano em que igualmente — já vimos — não frequentou a aula de marinha por causa legítima. Bocage podia muito bem ter estado ausente de Goa em 1787, e voltando no ano immediato saber dos princípios e do trama da conjuração, cujo processo ainda estava correndo, inserindo depois tudo isso — desde o começo até ao fim — na *Epistola* em que muito pela rama a descreveu.

(1) A 2 de Maio de 1844. No que não são concordes, várias enciclopédias que temos á vista, é na data do seu nascimento que, segundo uns teve lugar a 29 de Setembro de 1759, segundo outros no 1.º de Outubro de 1760, ou em 1769. Vide: *The Century Cyclopædia of names*, 136, — *Pear's Cyclopædia*, 297, — e *The Encyclopædia Britannica*, 11 th. ed. III, 610.

Não é, portanto, em vista das circunstâncias aduzidas pelo sr. dr. Teófilo Braga (excepto a matricula, a que logo faremos o devido comentário) que se pode julgar improcedente a hipótese em estudo. Outras há, porém, de grande relevo, por que nós também dela nos afastamos, como em seguida se vai vêr.

IV

NAS três alíneas com que rematamos o capítulo II, crêmos ter cabalmente demonstrado que Bocache esteve na Índia *sem interrupção alguma* desde a sua chegada a Goa (1786) até á sua fuga de Damão (1789). Quando muito se poderá opor e conceder com respeito á alínea a), que o abono dos seus soldos se tivesse feito a qualquer procurador seu, durante a sua suposta ausencia em Lisboa no ano de 1787, embora disso menção alguma se faça — e era natural que se fizesse — no registo de pagamentos. Mas, como explicar tal ausencia em face do que consta do registo das matriculas em dois anos sucessivos (1787 e 1788) na aula de marinha de Goa? e desde que são de todo omissas neste ponto as suas informações de conduta, também dêsses dois anos e ainda a de 1786?

No registo da matricula escolar de 1787 se diz que «não fez exame por causa legitima». Claro é, pois, que frequentou a aula, mas, não pôde prestar as provas finais por qualquer motivo justificado. Frequentando-a — o ano lectivo completo, ou pelo menos durante uma boa parte — não podia ao mesmo tempo estar em Lisboa; nem achendo-se aí em Novembro de 1787, podia voltar a Goa a tempo de abrir, como abriu, nova matricula para o ano lectivo de 1788.

As citadas informações nenhuma ausencia mencionam e não podiam deixar de o fazer, caso se

tivesse dado. Bocage não podia regressar a Lisboa sem licença do governador e essa licença havia de ser infalivelmente registada no respectivo assentamento e averbada nas informações.

Na de 1786, dada em 20 de Fevereiro de 1787, não há menção alguma de ausência, ou mesmo de licença para esse fim concedida. Supondo, contudo, que a licença e regresso fossem posteriores a essa data, não deveriam constar das subsequentes e sucessivas duas informações dos anos de 1787 e 1788?

Não só nada consta, antes o comandante conta a antiguidade sem dedução alguma e abona o *procedimento* do guarda-marinha, o que envolve sem dúvida a ideia de *serviço efectivo*.

Mas, ainda há mais.

Também nada consta no livro da monção de 1787 acêrca do regresso de Bocage á metrópole. Nem igualmente da sua tornada a Goa, quer no livro da monção de 1788, quer no correspondente do assentamento da gente de guerra que nesse ano veio á India. A terem-se dado ambos os factos, não podia deixar de existir o seu registo nesses livros.

Mas, em abono da hipótese que nos ocupa, podem replicar-nos ainda: diz-se no documento do arquivo da Fazenda, reproduzido anteriormente a pag. 38, que Bocage *partiu em 24 de Fevereiro de 1787* (sem se declarar para onde) e que *se apresentou em 23 de Fevereiro de 1788* (sem se declarar também donde vindo). Não será lícito encher essa dupla omissão, acrescentando-se que tal partida foi para Lisboa e a apresentação feita de volta?

Crêmos que não.

Antes de mais, se a primeira verba quizesse referir-se á ida de Bocage a Lisboa com licença, não se escreveria *partiu*, mas *regressou*. Isto é muito natural. De resto as considerações atrás expostas encontram por completo semelhante interpretação.

Também, se Bocage tivesse estado em Lisboa no mês de Novembro de 1787, não podia voltar a Goa de forma a apresentar-se aqui em Fevereiro de 1788.

Na monção de 1788 vieram de Lisboa apenas duas naus de viagem — a *S. Luis e Santa Maria Magdalena* e a *Santissimo Sacramento e Nossa Senhora do Paraíso*, por outro nome a *Campêlo*. Saíram dali, a 1.^a em Abril chegando em Outubro, e a 2.^a em 18 de Julho ou depois ⁽¹⁾, tendo aportado a Goa só em 8 de Março de 1789 ⁽²⁾. Todas estas datas excluem por completo a presunção de que Bocage, tornando á India na monção de 1788, se tivesse apresentado em Goa a 23 de Fevereiro desse ano, salvo se veio em qualquer outro navio extra, mas ainda neste caso não vemos grandes probabilidades em, saindo na segunda quinzeza de Novembro de 1787, ter podido estar aqui em igual quinzeza de Fevereiro de 1788; uma viagem de três meses seria por êsse tempo extraordinária.

Julgamos, pois, ter demonstrado que Bocage não saiu da India em 1787 e, portanto, que, menos ainda, podia ter estado em Lisboa no mês de Novembro desse ano.

Tambem já atrás ficou provado, que o jantar não podia ter-se realizado em 1790, nem no ano de 1793 ou 1794, como quer o sr. dr. Teófilo Braga. Quando foi então?

O enigma continua e continuará sendo um verdadeiro *casse-tête* para os investigadores. Por feliz se deverá considerar quem o decifre satisfatoriamente e possa dizer *eureka!*

(Continúa)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

(1) O registo do L.^o do assentamento da gente de guerra é datado de 28 de Junho de 1788, mas no L.^o das monções n.^o 170, de 18 de Julho do mesmo ano.

(2) Cit. L.^o das monções.

VÁRIA VARIORUM

Franceses na India

Memorias dum funcionario indigena

Sob esta epigrafe damos em 1908 nesta Revista (V, 185) uma detalhada noticia sobre a publicação dos dois primeiros volumes do *Diário* de A. R. Pillai, *dubash* de Dupleix, traduzidos para inglês do original tamul. Ha poucos anos saiu o volume 3.º e agora o 4.º, que o *Times of India* de 28 de Fevereiro muito aprecia em extenso artigo, de que tomamos a liberdade de recortar os seguintes trechos:

«Pillai era o principal *dubash* ou agente de Dupleix nas suas relações com os indios, e lograva a sua absoluta confiança. Madame Dupleix, porém, odiava-o profundamente e era o seu inimigo mais perigoso.

No presente volume, Pillai tem o cuidado de registar a sinistra influencia dessa mulher nos negócios públicos, e afirma que ella se deixava subornar. O que impressiona como um facto muito curioso, é que Madame Dupleix, a fim de inutilizar Pillai, accusava o proprio marido de receber peitas por intermédio daquelle. Disse ella uma vez a um emissário de Dupleix:

«Pillai é um malvado, mas ainda vive nas boas graças de meu marido, visto participar com elle duma parte dos seus lucros. Em quasi todas as coisas, é elle, Pillai, quem governa. Podes avisar disso meu marido?». A um outro disse também: «Pillai rouba toda a cidade, afim de encher de peitas meu marido e gosa quasi todo o poder do governador».

As scenas de rivalidade entre Pillai e a poderosa e pouco escrupulosa espôsa do governador occupam quasi todo o volume e são ás vezes interessantes.

Certo dia, quando parecia que êle estava mais que vexado com as intrigas por ela movidas contra a sua pessoa, deu largas aos seus sentimentos com as seguintes espirituosas palavras: «Tenho ouvido e tenho ainda lido em livros contos extraordinários de habilidades femininas. Mas Mad. Dupleix excede a todas as mulheres mil vezes. Os europeus, tanto homens como mulheres, os indios e os mussulmanos, todos lhe parecem sectários do diabo que deseja a ruina da cidade. Mr. Dupleix algumas vezes se lembra do que ela é, mas não raro se esquece. E assim, os negócios públicos correm á ventura, não subordinados a uma avisada direcção».

Dupleix sabia do ódio de sua mulher contra o seu fiel agente e repetidas vezes lhe recommendou que se não ralasse com isso. Em certa ocasião disse a Pillai, quando o viu falsamente accusado: «sei dondê partem essas historias; são puerilidades com as quais não te debes importar. Dez mil accusações semelhantes não podem fazer-te mal, porque serves a Companhia diligentemente e com toda a dedicação».

Quanto a Dupleix, parece que Pillai tinha por êle verdadeiro culto, sem embargo de lhe conhecer o seu principal defeito, a vaidade, e de tirar disso vantagens com uma adulação simulada.

Não ha motivo algum para se duvidar da sinceridade da seguinte nota registada no seu diário particular, exposto não ao publico, mas a si próprio, quando uma vez Dupleix se salvou dum sério accidente de carruagem: «Tudo é devido á sua fortuna — á fortuna da cidade (Pondichéri) e ás orações do seu povo — Este facto prova que a cidade nunca cairá nas mãos dos inglezes, e que os francezes estão destinados a adquirir ainda maior gloria na India».

Embora fosse sincera essa alegria pela salvação do seu amo, esse seu agouro ficou desmentido dentro em poucos anos. A nota foi escripta nos fins de 1747, e em 1754 Dupleix caiu do poder; sete anos depois rendeu-se Pondichéri ao coronel Coote e Pillai ainda viveu para vêr isso, e morreu a 12 de Janeiro de 1761, quatro dias antes da conquista definitiva de Pondichéri.»

Inimici hominis domestici ejus

Da *Carta de Guia de Casados*, de D. Francisco Manuel de Melo:

«Costumavão dizer os grandes: «Tantos criados, tantos inimigos»; sentença de que foi autor não menos que o Espírito Santo.»

Anotando este passo, escreve o sr. Edgar Prestage (edição de 1915, da Biblioteca Lusitana):

«Uma busca minuciosa numa concordância bíblica não deu resultado, mas o dr. J. Leite de Vasconcelos lembra o proverbio latino: «Quot servi, tot hostes».

Encontramos, porém, na Bíblia a sentença a que se referiu o insigne autor da *Carta de Guia*. Lê-se em Miquéas, e textualmente repetido no Evangelho de S. Mateus:

Miquéas, cap. VII, 6:

Et inimici hominis domestici ejus:

E os inimigos do homem são os seus mesmos domesticos.


S. Mateus, cap. X, 36:

Et inimici hominis domestici ejus:

E os inimigos do homem serão os seus mesmos domesticos. (Trad. do padre A. P. de Figueiredo).

Índice de *O Oriente Português*

Dos prélos da Imprensa Nacional saiu a lume o *Índice alfabético* das matérias contidas nos 13 volumes desta Revista (I a XIII, 1904 a 1916), elaborado, a nosso pedido, pelo sr. Jerónimo Quadros, um dos nossos mais ilustrados colaboradores. Trabalho excelentemente organizado, é de muita utilidade aos estudiosos que desejem consultar a já extensa colecção de *O Oriente Português*.





O ORIENTE PORTUGUÊS

44.º Ano

Vol. XIV — 1917

N.ºs 3 e 4

Março e Abril



BOCAGE NA INDIA

MEMÓRIA HISTÓRICA E CRÍTICA

(Conclusão dos n.ºs 1 e 2)

V

ORTUNO seria agora deixar coligidas aqui — embora muito perfuntóriamente — as várias impressões que da cidade de Goa e dos seus habitantes nos legou Elmano em as suas numerosas composições poéticas. Mas, para elucidação de tão escabroso quartel da sua vida, cumpre naturalmente remontar ás causas por que teria vindo militar a esta longínqua terra de

..... serpes, tigres e palmeiras: (1)

..... sepultura

Dos tristes, que não tem na pátria abrigo (2)

(1) *Epístola a Gertrúria*. — *Obras de Bocage*, edição do Porto, 2.º vol., pag. 345. Advirta-se que são dessa edição os volumes que em seguida citamos.

(2) *Ib.* — Cf. com o que de si já havia dito Camões, no seu adeus á

trocando

..... do Tejo a margem deleitosa, ⁽¹⁾

..... o Tejo.. formoso e brando, ⁽²⁾

..... o pátrio Sado,

Mansa corrente deleitosa, amena, ⁽³⁾

pelas

Remotas margens, que humedece o Ganges, ⁽⁴⁾

Por bárbaro país, bárbaras gentes, ⁽⁵⁾

para em vão carpir

Do claro Mandovi sobre a ribeira, ⁽⁶⁾

ou

Do Mandovi na margem reclinado

chorar debalde a sua

..... negra sina. ⁽⁷⁾

«Foram as aventuras amorosas — diz expressivamente o sr. Eloi do Amaral — os desregramentos da musa alegre que o desvairaram e lhe motivaram os maiores dissabores As suas sátiras e epigramas candentes de ironia, acerbos de crítica, escandalizando os ouvidos intolerantes da época, toda reacção e cretinismo, fizeram-lhe conhecer a existência da vigilância déspota do intendente Manique, assustado já com o génio turbulento do famoso esturdio.

Vendo que lhe poderia ser funesta a permanência nesse meio asfixiante de espionagem e despotismo,

patria e a tudo que mais amava, para transportar-se a Goa, a esta

..... desejada e longa terra,

De todo o pobre honrado sepultura.

(1) Soneto 140, vol. 1.^o

(2) Soneto 142, vol. citado.

(3) Soneto 135, ib.

(4) Ib.

(5) Cit. soneto 140

(6) Idílio 10, vol. 2.^o

(7) Soneto 136, cit. vol. 1.^o

decide abandonar a vida dissoluta que levava e partir para a Índia...

Aventureiro, ao espírito da época, sentindo ainda na alma toda a heroica epopeia do Oriente, os feitos valorosos dos nossos ousados marinheiros, deslumbra-o também o sentir da Índia.» ⁽¹⁾

Também o ter vindo com o posto de guarda-marinha é muito significativo. São os portugueses naturalmente afeiçoados á profissão marítima e na história da nossa marinha se compreendem os mais brilhantes fastos nacionais. «A mais gloriosa das tradições de Portugal — no dizer dum ilustre escritor contemporaneo — está no mar.» ⁽²⁾ A Índia arras-tava então os espiritos cavalheirescos e aventureiros. Uma das canções de Bocage sintetisa o seu estado psicológico e a sua desmedida ambição de glória. A pátria, ao lar paterno, aos parentes, aos amigos envia á despedida um comovente adeus, dizendo-lhes:

..... Um vivo ardor de nome, e fama
A nova região me atráe, me chama.

.....
Os mares vou talhar, cujos furores
Descreve o gran cantor

Quer a Sorte, propícia a meu desejo,
Manda-me a Honra, cujo aras beijo,
Que com fervido brio
Contemple os muros da invencível Diu.

.....
Nos climas, onde mais do que na história
Vive dos Albuquerque a memória;
.....

⁽¹⁾ Cit. vol. da revista *Figueira*, pag. 17.

⁽²⁾ Sr. H. Lopes de Mendonça, *Tradição marítima de Portugal*, 1915, pag. 8.

Vou vêr, se acaso a meu destino agrada
Dar-me vida feliz, ou morte honrada. ⁽¹⁾

Desembarca em Goa e num instante se lhe desfazem os mil sonhos de glória. Cáe das eminências da fantasia nos agros dominios da realidade.

Por terra jáz o emporio do Oriente,
Que do rigido Afonso o ferro, o raio
Ao gran filho ganhou do gran Sabaio,
Envergonhando o deus armipotente;

Caíu Goa, terror antigamente,
Do naire vão, do perfido malaio,
De bárbaras nações! . . . Ah! Que desmaio
Apaga o marcio ardor da lusa gente?

Ó séculos d'herois! Dias de glória!
Varões excelsos, que apesar da morte
Viveis na tradição, viveis na história!

Albuquerque terrível, Castro forte,
Menezes, e outros mil, vossa memória
Vinga as injúrias, que nos faz a sorte. ⁽²⁾

Quasi um século depois, outro egrégio vate, apenas chegado á India como alto funcionário público, também lamentou em vibrantes carmes a decadência da capital do império luso-indiano. *A Velha Goa* de Tomás Ribeiro acusa uma repercussão patetica do plangente soneto de Bocage.

VI

DE facto o bardo sadino, com o terso vigor da sua inspiração e a gravidade florentina do ritmo, falava inteira verdade.

(1) Canção 4.^a — *O Adeus*, — vol. 2.^o.

(2) Soneto 158, vol. 1.^o.

Quando o poeta chegou a Goa, a capital do *magnestoso Estado da India* estava já em franca declinação da sua importância política, económica e social, uma cidade agonisante que era o derrocado monumento da glória antiga portuguesa.

De nada lhe tinham válido as enérgicas providências que, doze anos antes, tinha enviado para a sua restauração o Marquês de Pombal. Conservava apenas, como nos tempos em que o grande ministro havia expedido as suas famosas *Instruções*, a memória do que fôra nos tempos mais felizes.

Tinha-se despovoado a olhos vista e a gente que a habitava, fugindo á insalubridade e á pestilência, fizera o seu exodo aos subúrbios e ainda ás aldeias próximas, a oeste. Quer-nos parecer que Bocage em Goa nunca teria saído dêsse perímetro; visto sequer as aldeias de Bardês, Salcete ou Pondá. O serviço militar a que era sujeito, os embarques que fez, as doenças que padeceu não lhe teriam permitido vagar para sair dêsses reduzidos limites. Fala sempre no Mandovi; nunca porventura conheceu o Zuari, êsse lendário Ganges goês.

Já o governador D. Frederico Guilherme de Sousa, tendo-a encontrado em decadência, nenhuma esperança nutria do seu restabelecimento, antes previa a sua progressiva ruina⁽¹⁾. Nestas mesmas circunstâncias a achou o seu sucessor Francisco da Cunha e Menezes que, pouco depois de tomar posse, se viu também oprimido por graves e multiplicados cuidados de política externa, que a história regista. Tudo isto não podia ter escapado a Bocage, embora, a par do seu elevado engenho poético, ele não possuísse igualmente a faculdade de observador perspicaz e criterioso.

(1) Offício de 4 de Fevereiro de 1780 ao secretário d'Estado Martinho de Melo e Castro. — Teixeira de Aragão, *op. cit.*, III, 333.

A população no meio da qual viveu, repartia-se em tres classes: a colónia europeia,— os descendentes de europeus que se tinham prendido ao sólo indiano,— e os goeses naturais, cristãos e não cristãos.

Na governança pública, na administração da justiça e nos cargos superiores do Estado figuravam os europeus. Seguiam-se-lhes, como auxiliares, os seus descendentes, quasi todos em serviço das armas, no exército ou na marinha, constituindo uma verdadeira aristocracia militar, por instinto de raça. Formavam a nobreza local, com influencia considerável no país, cheios de prosápia e de vaidade, conquanto muitos vivessem na mediania ou na pobreza ⁽¹⁾.

(1) Em carta de 6 de Maio de 1776 (L.^o das monções n.^o 156, fls. 261) o governador da Índia D. José Pedro da Câmara, informando ao secretário d'Estado Martinho de Melo e Castro que os importantes governos e capitánias da Africa Oriental estavam sendo occupados por pessoas menos dignas (pelos europeus desertores d'este Estado ou pelos naturais daquele país), escrevia:

«(Neste Estado) se acham muitas pessoas da distinta nobreza com fôros, e muitos officiaes benemeritos sem destino, vivendo em grande pobreza com suas familias, principalmente depois que se perdeu o Norte, e se virão privados dos rendimentos, e estabelecimentos com que conservavão as suas casas opulentas.

Se estas pessoas se empregassem nos ditos governos, farião ali o seu dever, e recebendo as utilidades que se costumão perceber os ditos governos e capitánias-môres, continuarião nas suas casas com melhor estabelecimento, satisfazendo muito bem a actual indigencia de suas familias, farião mais brilhante a nova povoação desta cidade».

Enviava com a citada carta a seguinte relação de pessoas que recomendava a Sua Magestade, como vassallos benemeritos e indigentes, hábels para se empregarem em governos (L.^o citado, fls. 262):

Pessoas com fôro: — Henrique Carlos, — Sousa Reboxo — José Telles da Silva, — D. Lopo José de Almeida, — D. Cristovão Carcomo Lobo, — Francisco da Costa de Ataíde, — D. Luis Inacio de Noronha, — D. Cristovão de Melo, — Ignacio Luis Carneiro de Sousa e Faro, — João Vicente da Silveira, — Luis de Melo.

Outros: — José Pacheco de Carvalho, — Sebastião de Azevedo e Brito, — Gustavo Adolfo Hercules de Clermont, — Antonio de Assa Castelo-branco, — Nicolau Delgado Figueira da Cunha Dessa, — Caetano Lobato Gameiro de Faria, — Antonio do Amaral Coutinho de Menezes, — Agostinho de Melo Lobo, — D. Antonio Carcomo Lobo, — D. Antonio José Carcomo Lobo, — D. Cristovão Pereira, — Cristovão da Costa de Ataíde, — D. Francisco Carcomo Lobo, — Diogo Carlos Hen-

Os cristãos naturais estavam na fase incipiente da sua elevação social. Destacavam-se principalmente no clero, já tinham admissão no monaquismo; outros que aspiravam a subir, abrigavam-se á sombra protectora dos desembargadores, nem sempre desinteressada, ou dêsses descendentes fidalgos. O mesmo sucedia com os indús abastados. O resto da população *sine nomine vulgus*.

Voltemos agora a Bocage.

Se, em momentos de quietude, que raros deviam ser no seu espírito indisciplinado, irrequieto e quasi normalmente displicente, deplorou o descalabro de Goa no brônzeo soneto que já vimos, em horas de mau humor, o boemio e repentista ⁽¹⁾, certamente dominado pela nostalgia e atormentado por amorosas saudades da *lysia terra*, não perdeu lanço de lhe dirigir os mais afrontosos apodos:

Das terras a peor tu és, ó Goa. ⁽²⁾

Terra sem lei, madrastra de poetas,
Estuporada mãe de gentes baças ⁽³⁾

riques.—Diogo da Costa de Ataíde,—D. Francisco Xavier de Castro,—José da Costa de Ataíde,—João Lobo da Silveira,—Bernardo Aleixo de Lemos e Faria.—Manuel da Costa de Ataíde,—Mariano José Lopes,—Vicente da Costa de Ataíde,—Lourenço António da Costa,—António de Melo Pereira,—Joaquim Xavier Bandeira,—Diogo de Melo de Sampaio,—Luis Lobo da Silveira,—João Pereira Coutinho,—e Valentim da Costa Campos.

⁽¹⁾ Um curioso specimen dos seus improvisos. Achando-se Bocage numa situação muito naturalista, recebeu sobre as costas uma balda de agua chilra que da casa vizinha lhe despejou uma criada. Levantou-se o poeta e respondeu com esta chistosa quadra, que tão bem se ajeita á sua indole folgazã e maliciosa:

Ó menina de toucado,
Já que tens a mão tão certa,
Vem buscar a oferta,
Que ficou do batizado.

Deu-se o caso—conforme ouvimos a pessoas muito idosas—em Ribandar.

⁽²⁾ Soneto 164, vol. 1.º

⁽³⁾ Soneto 165, ib.

Tudo lhe desagradou em Goa, por onde parece ter voejado não como a abelha que distila mel, mas qual vespa que pica e envenena, sendo para lamentar que, durante mais de dois anos da sua permanência, o *sacrum numen* do seu éstro nem se tivesse lembrado, uma vez sequer, pelo menos do formoso e encantador cenário das flamantes paisagens orientais!

Em referencia á colónia europeia, nada mais se encontra além de dois sonetos, ámbos dedicados ao desembargador Sebastião José Ferreira Barroco, que veio á Índia na mesma nau que trouxe o governador Francisco da Cunha e Menezes e Bocage ⁽¹⁾.

O desembargador Barroco esteve aqui até ao ano de 1794 em que regressou a Lisboa. Além dos cargos judiciais, exerceu o de secretário do Estado durante todo o governo de Menezes (Novembro de 1786 até Maio de 1794) e ainda nos primeiros meses do seu sucessor Veiga Cabral. Em S. Paulo, onde tinha governado, Menezes conhecera o desembargador Barroco, exercitando com dignidade e honra o lugar de ouvidor geral; foi, porisso, que, achando-se gravemente enfermo, pouco dias depois da sua posse, o secretário do Estado Feliciano Ramos Nobre Mourão, o nomeou em 20 de Novembro para desempenhar interinamente êsse cargo. Mourão faleceu seis dias depois e na sua vacatura foi Barroco definitivamente provido, o que teve a aprovação da Côrte ⁽²⁾. Barroco terminou os seus dias em Portugal com fama de mui distinto poeta, mere-

(1) Soneto 259, vol. 1.^o — e soneto que precede o idílio piscatório — *As Tagides* — vol. 2.^o.

(2) L.^o de cartas e ordens n.^o 35, fls. 110v — L.^o das monções n.^o 168, fls. 75 — n.^o 170, fls. 503, — n.^o 172, fls. 588, — e n.^o 176, fls. 8 — No *Catálogo dos Secretários do Estado*, publicado por M. V. d'Abreu (*Chronista de Tissuari*, I, 179), se menciona o despacho do desembargador Barroco para secretário do Estado, com data de 5 de Fevereiro de 1786. Visível equívoco.

cendo como tal o sufrágio de Francisco Manuel do Nascimento, que em vários lugares de suas obras o menciona com louvor; havia tomado o nome arcádico de *Albano*. Sem dúvida foi amigo e protector de Bocache tanto em Goa, como depois em Lisboa; daí os dois sonetos laudatórios, no primeiro dos quais se faz também ao governador Menezes esta hiperbolica referencia:

..... verão, que em paz, e em guerra
Vai do Gange emular na margem nua
Mil semideuses, cujo sangue encerra!

A fidalguia goêsa, os descendentes dos conquistadores é que o poeta flagelou impiedosamente. Nada menos que seis sonetos — a sua forma predilecta — em que a sua pena corrosiva se soltou em pragas e execrações de odio cerval. Os menos ofensivos — umas amostras licitas de citar, pois, por infelicidade, tudo quanto confirmaria plenamente o nosso asserto, é que temos de omitir — são os que encerram versos como estes:

Tu, Goa, *in illo tempore* cidade,
Sempre tens habitantes de bom lote!
Não receiam que a côr se lhes desbote,
Privilegio da mixta qualidade:

Nenhum ha, que não conte, e sem vaidade,
Que seu primeiro avô, brutal Quixote,
Dêra no padre Adão com um chicote
Por lhe haver disputado a antiguidade. ⁽¹⁾

Foi sôbretudo implacavel com as *senhorias*:
Tudo quer senhoria; o próprio frade
Alega, para tê-la, o jús da c'roa!

(1) Soneto 162, vol. 1.º.

Goa,

Ó que feliz, e esplendida serias,
Se algum fusco Merlim, que faz bagata,
Te alborcasse a parda as senhorias! ⁽¹⁾

..... a tua peor epidemia,
O mal, que em todos dá, que produz flatos,
É a vã, negregada senhoria. ⁽²⁾

Quais seriam os motivos de tão atrabiliárias in-
vectivas, dirigidas imprudentemente a uma classe
inteira que assoberbava a situação com o seu predomí-
nio no país? *Quó numine laeso?*

Não podemos formar ao lado dos que consideram
Bocage um deslocado na sociedade degenerada em
que tinha de conviver, um Juvenal assistindo aos
vícios da classe patricia e profligando-os com o late-
go das suas sátiras, e, porisso mesmo, uma vítima
de intrigas e perseguições de poderosos ofendidos.
Isto foi escrito em tempos bastante afastados daquela
época e a duas mil léguas de distância, sem completo
conhecimento da causa. As tradições locais, porém,
com a reconstituição dos homens e dos factos de
então, alteram profundamente êsse parcial juízo.

Bocage continuava aqui a mesma vida licenciosa
de Lisboa. Era um Gavroche em permanente patus-
cada no doidejar próprio da mocidade — uma desor-
denada mocidade de estouvado e de amoroso, — o
que tudo concorria para ser pouco ou nada apre-
ciado pelos coevos. Os fidalgos de Goa misturavam
habilmente o bem e o mal. Se a dentro dos seus
palácios havia desonestidades e máculas a notar, no
exterior ostentavam aprumo e correcção. Não lhes
podiam agradar as ousadas aventuras donjuanescas,

⁽¹⁾ Soneto 164, vol. 2.º.

⁽²⁾ Soneto 165, ib.

os desregramentos e as esturdias do joven e deslin-
guado guarda-marinha que, a principio recebido
com reserva, foi depois excluido da boa sociedade.
Trataram-no com indiferença, ou desdém, logo que
lhe conheceram os desvios morais. O poeta vingou-
se dessa *boycottage*, como hoje se diria, responden-
do-lhes estuante de raiva e vibrando, com assomos
de jactancioso prazer e em raptos de improvisação, a
única arma, poderosa arma, com que a Natureza o
favorecera: o sublime dom que o sagrou, perante a
posteridade, mestre supremo do soneto português!

Intrigas, é provável, o enredassem; em castigo dos
seus atrevimentos apanharia ainda a sua conta, liqui-
dada em aberto ou insidiosamente; mas persegui-
ções, não. Contra estas depõem as próprias informa-
ções de conduta dadas relativamente a dois anos su-
cessivos (1787-1788) pelo comandante Vasco Luís
Carneiro, pertencente também a essa mesma nobreza,
contra a qual Bocage desfechava todos os dias as
ervadas setas da sua bem provida aljava. Demais,
poderia ser perseguido quem disfrutava aberta e
decidida protecção do governador e do desembarga-
dor secretário do Estado?

Passemos a vê-lo agora com os goêses, homens
da terra.

VII

COM a classe nativa não podia entreter Bocage
trato usual e, porisso, nenhuns agravos pode-
ria receber, salvo talvez algumas questiunculas, filia-
das em exigencias de pequenas dividas, que não po-
dia deixar de ter quem percebia minguidos soldos e
era dado ao abuso de tabaco e de bebidas alcolicas,
como diz um seu biografo. Mas, um acontecimento
notável veio proporcionar-lhe ensejo propício para
nela desfazer numã composição poética que, indubi-

távelmente, foi a última que em Goa escreveu. Referimo-nos á conjuração de 1787 e á *Epistola a Josino*, já anteriormente citada.

Da conjuração podemos fixar as seguintes datas principais:—foi denunciada em 5 de Agosto de 1787, —quatro dias depois o governador mandou proceder a devassa que levou mais dum ano a concluir, até que em 9 de Dezembro de 1788 o tribunal da Relação proferiu a sua sentença,—a 13 desse mês foram supliciados 15 dentre os réus, que haviam sido condenados á pena última.

A *Epistola a Josino* ⁽¹⁾ é bem extensa e abrange alguns assuntos. Invoca primeiro a amizade antiga que prendia ambos; mostra-se depois cortado de saudades e oprimido de desalento: uma impetuosidade de impressões revelando a excitação da sensibilidade malsana dos seus nervos. Mais adiante se exhibe vítima dum passageiro delírio de perseguição melancólica, com tendencia á biofobia:

Vim do culto, benéfico Occidente

Viver com tigres, habitar palmares:

Aquí torrida zona abafa a gente,

Ferve o clima, arde o ar.....

Aqui vago em perpétuo labirinto

Sempre em risco de ver maligno braço

No próprio sangue meu banhado, e tinto;

Mas caso dos perigos eu não faço,

E que posso temer, quando procuro

Rasgar da fragil vida o ténue laço?

Mas reage, torna-se lene, sacudido por diversa crise:

Enche-me, sim, de horror o culto impuro,

Idolos vãos, sacrilegos altares,

Vis cerimónias deste povo escuro.

Eterno Deus! Não longe de teus lares

(1) Vol. 2.^a

Tépida nuvem de maldito incenso,
Dado ao negro Satan perturba os ares.

Que fervoroso apóstolo da Fé, condizendo com as ideias do seu século, mas falho de criterio proprio e de educação histórica?! Honra lhe seja, contudo, pois tendo á ilharga a Inquisição, não pede a fogueira para os sequases do *negro Satan*, antes dirige esta compassiva deprecação á Divina Bondade:

Desce, ah desce dos céus, potente graça,
Difunde a santa luz, a santa crença,
Pelos cegos mortais, que o erro enlaça!

Refere-se em seguida a uma *letal doença* (1) que padeceu e que

..... cedeu, rugindo á voz divina,
Que a vida, a meu pesar, quiz conservar-me.
Ainda nisso um laivo da habitual biofobia.

Seguidamente passa a comunicar ao amigo Josino a noticia da conjuração e do seu desfecho:

Eis que pérfida mão cabal ruina
(Sepultando o dever no esquecimento)
A todos nos prepara, e nos destina:

Rasgado o peito co'um punhal cruento,
Iá baixar o teu choroso amigo,
Qual vitima inocente, ao monumento:

Uma alma infame, um barbaro inimigo
Da fé, das leis, do trono, um desumano,
Crédor de eterno, de infernal castigo,

Tendo embebido seu furor insano
Na falsa gente bracmane inquieta,
Que amaldiçoa o jugo lusitano,

Contra nós apontava a mortal seta;
Mas estorvou o inevitável tiro
A mão divina, poderosa, e recta:

(1) Infelizmente não existem no arquivo de Fazenda os livros de registo dos doentes do Hospital de Goa, na epoca de que se trata, livros que muito esclareceriam sobre as doenças que Bocage sofreu.

Desenvolveu-se o crime, inda respiro ;
E já destes, o' réus de atroz maldade,
Em vis teatros o final suspiro.

Eis, amigo, a recente novidade,
Que da remota Goa ao Tejo envio
Nasurchas, debeis asas da Saudade.

Recente novidade, diz Elmano. Ora, como vimos, a execução dos réus efectuou-se em 13 de Dezembro de 1788. O governador enviou de tudo um relatório á Corte em officio de 18 de Março de 1789, que foi na monção desse ano, na qual devia também ter seguido a *Epistola*; e como em Abril subsequente Bocage estava já em Damão, é justo concluir que foi essa a sua última produção poética em Goa.

A *letal doença* que nela se menciona e que o sr. dr. Teófilo Braga attribue á aclimação (mais do que resultado de aclimação, devia ter sido o natural efeito dos seus maus hábitos moraes) é de supôr, tivesse motivado a perda, atrás referida, do ano lectivo na aula de marinha em 1788, sendo ainda muito provavel que em Goa continuasse na mesma repugnancia que em Lisboa havia manifestado pelos estudos scientificos ⁽¹⁾.

Bocage, narrando com horror a conjuração, reproduzia de certo, carregando os trópos com a sua fantasia poética, o juízo das regiões officiais e a sentença do tribunal da Relação cuja iniquidade não escapa ao mais comesinho criterio. Este assunto já tem sido discutido á saciedade e nada se lucra exumando-o actualmente do olvido. ⁽²⁾

(1) Dr. T. Braga, *op. cit.*, pag. 31.

(2) Cunha Rivara, *A Conjuração de 1787 em Goa*— memória histórica—Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875. Cf. com Bruto da Costa, *Goa sob a denominação portuguesa*, pag. 77 a 85. É notável que nessa memória nem uma leve referência se faça á *Epistola a Josino*, que Rivara não podia deixar de conhecer.

Rematando as nossas considerações, notaremos por derradeiro que da grande cópia dos documentos autobiográficos, em Goa escritos, e em parte nesta memória citados, pode sem dúvida concluir-se que o poeta esteve aqui sempre mal com todos e consigo próprio. Afigura-se um infeliz nevropata, talvez um nevropata constitucional e, quem sabe, se com essa sua psicose estaria acasalada toda a sublimidade e força do seu génio?

Lembra o que acêrca de Camões — com quem Bocage procurava tantas analogias — deixou ponderado Camilo Castelo-Branco:

«Sem umas intermitências de estouvance dissipadora e destemperada desordem de costumes, Camões seria a excepção do génio. Tem o talento transcendente crises vertiginosas, doudices sublimes que o extraviavam de pronto do bem viver Se Luís de Camões em pureza de costumes, condissesse com a sobreexcelência do engenho, seria um exemplar único do talento irmanado com o juízo.» (1)

VIII

O último vinco da passagem de Bocage pela Índia é o seu poema erótico *A Manteigui*. (2)

Quem era Manteigui? ¿Onde, quando e porquê o poeta escreveu tão obscena composição?

São interrogações que naturalmente acodem relativamente a essa sua final quadra nestas paragens.

(1) *Luís de Camões, Notas biográficas*, pag. 59 e 77. Na frase do maior prosador do nosso tempo, Bocage foi o mais inspirado e desditoso génio que ainda viram portugueses» (*Agulha em palheiro*, cap. 1).

(2) *A Manteigui*, poema em um só canto, 19 estâncias e 152 versos, *Poesias eróticas*, ed. de Amsterdam, 1907. O apelido do marido da heroína do poema era, como logo se verá, *Mondoteigui* que Bocage transformou, para eufonia, em *Manteigui*.

Vamos responder quanto possível, trasladando antes de mais, textualmente, uma nota bastante elucidativa, escrita por um contemporâneo, que o sr. dr. Teófilo Braga insere a pag. 541 do seu já citado livro, declarando ter-lhe sido transmitida pelo general Brito Rebelo, que a descobriu num Códice onde se achava aquele poema. Lê-se nessa nota:

«Esta composição foi feita nos Estados da Índia por M. M. Barbosa du Bocage quando lá esteve. (*Era esta a nota preliminar pelo collector do Codice, a que outro possuidor acrescentou o seguinte*): Sendo Governador e Capitão General D. Frederico Guilherme de Souza, da Casa de Calharis. A heroína do poema era D. Anna Jaques, nascida em Damão ao norte de Goa, de francez e mestiça, inda que de pequeno talhe era linda e muito prendada. Por morte de seus paes veio para casa de D. Luiza, senhora illustre de Goa e dali é que o General a tirou enganadamente. Alugou-lhe casa em Pangy (côrte da Índia) e para colorar a grande paixão que o possuía (paixão que o fazia fechar-se dias inteiros sem querer falar) foi casar-a com um francez João Jaques Mantigui, a quem fez tenente-coronel da legião de Pondá. Tinha em casa um negro chamado Antonio com quem se cossava, eis o que deu todo o *resôr* (*sic*) á imaginação do grande Bocage, que então ali se achava, para o *episódio* deste poema. Eu ainda em 1800 a conheci em Bombay por conta da Companhia Ingleza e não tendo mais de 45 annos, tinha absorvido a fortuna de uns poucos de negociantes; por tanto era verdade, como diz Bocage — peste d'Asia em luxuria e gentileza. — D. Frederico dizia muitas vezes, que esta mulher posta em Lisboa levaria tudo após de si.»

Esta nota, de curiosas revelações, silenciosa e despreocupadamente escrita por um contemporâneo, bastaria só de per si para clareza e veridicidade do

assunto, dispensando investigação laboriosa, se infelizmente não enfermasse de graves inexactidões.

IX

No ultimo quartel do século XVIII vivia em Damão — a êsse tempo ainda estância de numerosas casas ilustres de procedência europeia — uma familia de apelido Mondotegui (ou Mondotogui), sem duvida francesa de origem. Fabien de Mondotegui era, parece, o chefe, quem primeiro ali se estabeleceu, vindo de Bengala.

Este Fabien foi official tanto do exército como da armada. Exerceu tambem o cargo de 1.º vereador da câmara de Damão em 1785. Foi três vezes casado — a 1.ª com D. Margarida, cujo apelido não conseguimos descobrir — a 2.ª com D. Maria Justina de Freitas, — e a 3.ª com D. Ana Maria Flor de Menezes, viuva de Inácio Caetano de Freitas ⁽¹⁾. Morreu no posto de tenente-coronel em 1786 ⁽²⁾, deixando muitas dividas e a viuva na maior pobreza.

Por este motivo e tendo vagado, por falecimento

(1) No livro dos assentos de casamento do arquivo paroquial da sé matriz de Damão, dos anos de 1755 a 1800, lê-se a fls. 61:

«Aos 3 de Março de 1778 realisou-se na Sé Matriz o casamento de Fabian (sic) Mondotegui, viúvo de D. Maria Justina de Freitas, comandante do forte de S. Jerónimo, e D. Ana Maria Flor de Menezes, viúva de Inácio Caetano de Freitas». (Comunicação do ilustrado escriptor damanense sr. António Francisco Moniz, a quem muito nos praz testemunhar aqui os mais calorosos agradecimentos pelas suas valiosas informações).

(2) Não se pôde saber o mês e o dia. Cunha Rivara diz que faleceu em Abril ou Maio (*Boletim do Governo*, n.º 9 de 1875, nota a pag. 52). Em todo o caso, deve ser depois de 24 de Fevereiro de 1786, pois que nesse dia casou na sé de Damão, achando-se êle presente a cerimonia, uma sua filha, D. Margarida Quiteria, com Julien de Lamoury, francês, natural de Pondicheri e residente naquella praça, — com. do sr. A. F. Moniz.

de Tomás de Vila Nova, o officio de mirabá⁽¹⁾ da ribeira e guarda-mór da alfândega de Damão, que rendia uns cinco xerafins mensais além de emolumentos, D. Ana Maria Flor de Menezes o pediu para si ao respectivo governador D. Cristovão Pereira e Castro.

Este por despacho de 25 de Fevereiro de 1788 concedeu a mercê, mas dependente da confirmação do governador e capitão general da Índia, a quem participou o facto, submetendo a súplica que para esse fim lhe dirigia a desamparada viuva. Alegava D. Ana os serviços de seu marido, prestados por cerca de 40 anos em Lisboa, Goa, Diu e Damão, nos postos de capitão, sargento-mór, capitão de mar e guerra e tenente-coronel e expunha a indigência a que ficára por sua morte reduzida, comprovando-a com a seguinte atestação do prior da sé matriz:

«He bem constante a toda esta Praça a suma egestade da supe. na falta do sup.º seo marido que morreo pobre; e não são menos patentes o recato e a honestidade da sua vivenda, iguaes ao seo distincto nascimento, unicos bens hereditarios, que possue e que clamão a vozes mudas a favor da indigência da suplicante. Assim o certifico e sendo necessario o affirmo sob juramento do meo cargo. Damão 26 de Abril de 1788. (a) *Pe. Sebastião de Albuquerque.*»

D. Cristovão, enviando ao governador e capitão-general essa petição, também o informou de que lhe constava que um Simão Colaço era pretendente ao

(1) Patrão-mór da ribeira (arsenal de marinha). *Mirabá* — escreve-nos o sr. A. F. Moniz — é palavra de origem sanscrita, introduzida em Damão pelos carpinteiros que os portugueses levaram das terras do Marata para construções navais. Há quem diga também que a palavra *mirabá* é variante da palavra persa *mir-I-ab*, que significa *dominador das aguas* (em inglês *ruler of waters*). Os portugueses adoptaram-na para ser mais conhecida dos naturais.

ofício vago e tinha seguido para Goa a fim de o solicitar; mas que era incompetente.

A 21 de Maio respondeu Francisco da Cunha e Menezes ao governador de Damão, desaprovando a concessão feita a D. Ana, pois o lugar, conforme as ordens reais, só devia ser dado a quem pessoalmente o exercesse, e determinando que D. Cristovão nomeasse interinamente uma pessoa idónea, anunciando concurso para o provimento definitivo. ⁽¹⁾

É tudo quanto achamos relativamente a Fabien de Mondotegui.

Os outros Mondoteguis eram Antonio Manuel de Mondotegui que figura num assento da confraria do Rosário, de 23 de Novembro de 1797, como fazendo parte da respectiva mesa ⁽²⁾, — Vitor de Mondotegui, tenente em Damão, — e Jaques Filipe de Mondotegui, que junto com sua mulher — a Manteigui de Bocage — teve uma triste notoriedade. Este Jaques Filipe era filho de Fabien e de sua primeira mulher, sendo provável que Antonio Manuel e Vitor também o fossem.

X

JAQUES Filipe de Mondotegui serviu no exército, subindo de alferes a sargento-mór. Eis os seus assentamentos que Filipe Neri Xavier, após acuradas investigações, conseguiu ordenar: ⁽³⁾

1773—Março 27 — Despachado alferes de infantaria, da companhia de Morais, do regimento do Henrique Carlos Henriques;
Livro dos ass. de mercês, de 1768, fls. 205v..

⁽¹⁾ Livro da correspondência de Damão, 1786-1788.

⁽²⁾ Livro dos termos das eleições e assentos da confraria do Rosário, fls. 79, — com. do sr. A. F. Montiz.

⁽³⁾ *Manteigui*, artigo na *Ilustração Goana*, n.º 4 de 1865.

1774—Janeiro 18—Alferes de granadeiros da companhia de Lobo, do regimento de H. C. Henriques,—*Livro de mercês*, de 1773 a 1774, fls. 24.

1774—Novembro 17—Passou a exercer o mesmo posto na companhia do capitão Ambrosio de Carvalho, do regimento da guarnição de Damão,—*Livro de mercês*, de 1773 a 1774, fls. 205 v..

1780—Novembro 24—De alferes agregado que era á 1.^a companhia, passou a efectivo para a 5.^a do mesmo regimento de Damão,—*Livro das portarias e despachos*, começado em 1778, fls. 180.

1782—Abril 24—Passou para o posto de ajudante de partidos volantes de sipais de Bardês.—*L.^o de mercês*, de 1780 a 1784, fls. 99 v.

1783—Novembro 14—Passou a capitão de infantaria, com exercicio no corpo de sipais de Bardês.—*Liv. de port. e desp.*, começado em 1782, fls. 121 v.. (1)

1786—Agosto 20—Passou a sargento-mór e 2.^o comandante do corpo de sipais d'infantaria em que servia, conservando o partido de sipais.—*Liv. de port. e desp.* de 1782, fls. 320 v..

» —Outubro 6—Despachado director da Feitoria portuguesa e administrador dos passaportes, no porto de Surrate, por tem-

(1) Em 1786 encontramos o seguinte officio que lhe foi dirigido como capitão de sipais e comandante de Sanquelim:

«Logo que v. mce. receber este, venha á Secretaria do Estado para o fim de informar sobre certa materia, que nela se lhe hade perguntar.—Deus gde. a v. m.—Pangim 26 de Junho de 1786. (a) Dom Frederico Guilherme de Souza». (*Livro de cartas e ordens* n.^o 35, fls. 54 v.).

po de 9 anos.—*Liv. de port. e desp.*, de 1782 a 1787, fls. 330 v..

1786—Outubro 6 — Passou a tenente-coronel graduado d'infantaria, por ocasião de ir dirigir a Feitoria de Surrate, idem».

Não chegou, portanto, a ser tenente-coronel da legião de Pondá, como diz a nota do citado Codice. Saberemos logo o motivo por que foi graduado em tenente-coronel.

XI

JAQUES Filipe de Mondotegui casou em Damão em Agosto de 1774 com Ana Maria Monteiro de Brito. Ainda existe o livro onde se fez o respectivo registo, no qual se referem as singulares circunstâncias em que se verificou o casamento, e a filiação dos contraentes, o que muito importa, pois a nota atrás transcrita diz que Manteigui era filha de francês; e já houve quem lhe attribuisse origem persa ⁽¹⁾.

Eis textualmente o assento:

«Aos sete de Agosto de mil setecentos setenta e quatro sendo interinamente preteridas as denunciasções e mais diligencias, que se costumão fazer antes ao casamento ex vy de hua suplica protestativa, que o contrahente Jaques Filipe de Mondotogui me fez de que elle tinha justo o seu casamento com Ana Maria Monteiro de Brito, filha dos defuntos Manoel Monteiro Correa e Mariana Lopes de Brito, ambos solteiros, por suas livres, espontaneas vontades, e que sendo revelado o dito ajuste, temia justamente que fosse leza pelo pay do contrahente Fabien de Mondotogui a liberdade do matrimonio, porem precedidos todos aquelles requisitos que requer o Direito

(1) Tradição mencionada por F. N. Xavier no artigo citado.

e a Constituição 1.^a do Tit. X deste Arcebispado; houve por bem de que sogeitando-se por hu termo a habitar separadamente em quanto se suprissem as solemnidades necessarias, se recebessem; como de facto se sogeitarão ás penas da Ley, e perante my Sebastião de Albuquerque, Prior confirmado desta Matriz de Damão, o Cap.^m Joaquim Lopes de Figr.^a, e o Ten.^{te} Joze Pinto de Souza Menezes, se receberam na mesma Matriz por legitimo marido e mulher com mutuo consentimento expressado por palavras de presente os sobreditos contrahentes Jaques Filipe de Mondotogui, filho solteiro do Cap.^m de Margrr.^a Fabien de Mondotogui e de D. Margarida de Mondotogui já deffunta, natural de Bengalla, hera ⁽¹⁾ freguez de N. Sra. dos Remedios, e Anna Maria Monteiro de Brito, tambem filha solteira de Manoel Monteiro Correa e de Mariana Lopes de Brito já deffuntos, fregueza desta dita Matriz; e logo forão separados sem benção, o contrahente em caza do dito Cap.^m Joaquim Lopes de Figr.^a e a contrahente em caza do Alferes Fran.^{co} Manoel, a que depois de publicados os banhos e feita a justificação de casamento, lha dey perante as mesmas tt.^{as} abaixo assinadas aos dezsete do sobredito mez de de Agosto, do que fiz este termo, em que me assiney com as tt.^{as} já nomeadas. (aa) *Sebastião de Albuquerque — Joaquim Lopes Figr.^{ra} — Jozé Pinto de Souza e Menezes.*» ⁽²⁾

Dêste assento é evidente que o pai da Manteígui não era francês, como reza a mencionada nota; de certo era indiano, como o seria a mãe também, porventura ambos eurasiáticos. Francês era apenas o pai do contraente.

(1) Assim está em vez de *ora*.

(2) Livro citado na nota (1) a pag. 73, fl. 48, — com. do sr. A. F. Moniz.

Evidente é ainda que D. Frederico Guilherme de Sousa não teve relações com a Manteigui solteira, nem se antecipou a Jaques Filipe, prologando-lhe o casamento, em que intervenção alguma teve, nem podia ter, como aquela nota erradamente afirma, pois, que veio á India em 1779, cinco anos depois dêsse consorcio!

Evidente é, por derradeiro, que Fabien de Mondotegui era decididamente oposto ao casamento do filho Jaques Filipe com Ana Maria Monteiro de Brito. Devia de ter suas razões para isso. Quem sabe se previa o futuro procedimento da nora com a interesseira e imperdoável cumplicidade do filho, maculando-lhe as cãs e enchendo de profundos sabores a sua honrada velhice? O coração presago nunca mente, já disse o poeta.

XII

EM 1782 Jaques Filipe veio para Goa onde tivera colocação, acompanhado de sua mulher, que passára a chamar-se D. Ana Jaques Mondotegui. A esse tempo já estava governando, havia três anos, D. Frederico Guilherme de Sousa. Prenderam-no os encantos de D. Ana que — evitemos dilatada narração em tão escabroso assunto — passou a ser sua amante. Arden Troja, na breve e conceituosa frase do padre Bernardes. O jôven fidalgo, que em Lisboa se recusára ao convite da rainha D. Maria II para casar com uma nobre donzela (atribuindo-se a isso a sua vinda á India) deixou-se aqui enleiar por uma eurasiática ordinária, aliás formosa!

D. Frederico vivia em Goa com extraordinária ostentação e fausto, um verdadeiro nababo luso-indiano. Muito gastador, não lhe bastando os ordenados do cargo (32 mil xerafins) e os rendimentos

de sua casa, além das generosas provisões que sua mãe, D. Maria Leopoldina de Holstein, lhe mandava todos os anos, ficou no fim do seu governo bastante empenhado e deixou á saída mais de cem mil xera-fins de dívidas que depois pagou de Lisboa. A amante foi cumulada por elle de obséquios e liberalidades, — era a sua *pieuvre* — mas nunca influuiu — cumpre acentuar para honra do governador — nos negócios públicos. Assim, conta-se que, tendo ella pedido uma vez a D. Frederico o governo de Damão para o marido, não foi atendida, mas que o governador a contentára, dando-lhe do seu bolsinho a importância equivalente aos vencimentos de três annos daquele cargo! Por excepcional é já uma prova de inteireza, que merece registo.

Ia-se, porém, aproximando o termo do periodo governamental de D. Frederico e indispensável era acabar em boa paz a equívoca situação. *All's well that ends well*. Resolveu-a o governador de forma déveras satisfatória para ambos os Mondoteguis, marido e mulher, ficando também elle próprio certo de que, na sua ausência, lhes deixava assegurados recursos suficientes para viverem desafogadamente.

No anno de 1787 o coronel João Batista Vieira Godinho devia acabar o triénio do seu governo das ilhas de Solor e Timor, então dependente da Índia.⁽¹⁾ Para o substituir, D. Frederico nomeou antecipadamente, em 1786, a Feliciano António Nogueira Lisboa, que era director da Feitoria de Surrate, e para este cargo a Jaques Filipe de Mondotegui, conferindo-lhe também a graduação de tenente-coronel.

Qual a razão desta elevada investidura?

(1) Acerca deste official, um dos mais prestantes que vieram á Índia na chamada monção da restauração (1774), vejam-se C. Castello-Branco, *Noites de insónia*, n.º 10 de 1874, — Sacramento Blake, *Dicionário-bibliográfico no lugar competente*, — e *Catálogo dos livros de ass. da gente da guerra*, pags. 28 e 29.

Nogueira Lisboa, quando provido em director da Feitoria fôra igualmente nomeado tenente de mar do corpo da marinha do Estado com a graduação de capitão-tenente, para não ficar inferior aos seus dois immediatos predecessores António Leite de Sousa e Agostinho de Melo Lobo e Almeida, aos quais tinham sido concedidas análogas graduações, por terem de exercer tão importante cargo, representando ali Portugal no concurso de outras nações. Justificava assim D. Frederico a graduação de tenente-coronel, com que agraciára o novo director Mondotegui.

Que mais poderia desejar D. Ana e não menos seu marido que, na ignobilidade da sua situação, deveria, sem dúvida, querer afastar-se para longe de Goa, onde o seu nome estava aviltado, fugindo ao desprezo público que infalivelmente esperava com o regresso do poderoso amante de sua mulher?

D. Frederico fez ainda mais. Entregando em 3 de Novembro de 1786 o govêrno a Francisco da Cunha e Menezes, partiu para Damão com aparência de visita, mas foi até Surrate levando em companhia os Mondoteguis; lá os estabeleceu; passou com eles uma temporada e tornou a Goa donde em Fevereiro de 1787 regressou á metrópole ⁽¹⁾.

Estava assim tudo excelentemente arrumado; mas ... não há bem que dure.

Jaques Mondotegui, já de posse do lugar de director da Feitoria de Surrate, esperando exercer-lo por seis anos, como se estatuíra no respectivo despacho, não chegou a completar um ano sequer, pois a 12 de Outubro de 1787 Francisco da Cunha e Menezes, em virtude do aviso da Secretaria de Estado, de 1 de

(1) Do registo do L.^o mestre da corporação dos officiais da armada consta que se apresentou em Lisboa no dia 1 de Novembro de 1787, — carta do sr. Augusto de Castro, de 1 de Julho de 1916.

Março precedente, nomeiou para aquele cargo o negociante Jacinto Domingues, que foi logo assumir as funções com a seguinte carta do governador para o ex-director :

«Na conformidade da ordem de Sua Magestade, sendo por mim nomeado Jacinto Domingues para suceder a vm. nessa Directoria, elle vae agora a esse posto munido da carta de mercê, que lhe fiz expedir; e a vm. determino que lhe entregue logo o dito logar com as formalidades de estilo, dando-lhe todas as noticias, que parecerem precisas para a sua instrução.» ⁽¹⁾

XIII

DÊMOS agora a palavra a Filipe Neri Xavier: «Este inesperado contratempo, e ainda mais (conforme o testemunho de madme. Sissingso, viuva dum director holandez, que vivia em Surrate, nos anos de 1843 a 1844), o efectivo cortejo que recebia D. Ana, desde a saída de D. Frederico, de ricos negociantes de diversas nações e crenças, que residiam naquela florescente cidade (Surrate) desorientaram completamente o ex-director Jaques Filipe, e o fizeram retirar daquela terra para propria segurança, abandonando a cara metade, entregue á sua sina.

Já senhora de si, Manteigui entregou-se sem reserva a toda a sorte dos seus adoradores, e desprezada por estes, aborrecidos da sua vida e encantos, se sujeitára, sem escolha, a toda a casta de servidores, mouros, parses, negros, banianes etc., talvez por necessidade, e afinal não se soube o destino que teve,

⁽¹⁾ Carta de 26 de Outubro de 1787, — L.^a da correspondência de Damão, de 1786-88.

porque a sua escandalosa devassidão a fez afastar dos seus conhecidos.» (1)

Nada mais se sabe do desgraçado casal.

Mas, como e onde Bocage conheceu Manteigui? Qual a génese do poema?

Oiçamos ainda Neri Xavier:

«Bocage chegou a Goa no dia 28 de Outubro (de 1786) e encontrou a D. Frederico no govêrno do Estado apenas 4 dias; esse tempo não era, de certo, bastante para adquirir conhecimento necessário da paixão do governador, e de suas particularidades, e fazer o poema satírico *A Manteigui*, e dest'arte provocar as iras do amante, tendo elle durante os referidos dias de tratar do seu desembarque e alojamento em uma terra estranha, e no meio do festejo geral e costumado, pela chegada das naus de viagem, e nessa ocasião ainda maior com a vinda do novo governador.» (2)

«... Bocage desertado de Damão em 8 de Abril de 1789, chegou a Surrate e ali conheceu ou teve informações completas de Manteigui, coisa que ele não podia obter em Goa, porque Manteigui saíra desta cidade para Surrate poucos dias depois da chegada de Bocage; além disto os factos aludidos no poema eram passados em Surrate e com referencia a esta cidade são eles apresentados.

Esta conclusão faz presumir que o poema, de que tratamos, foi feito em Surrate, teatro das façanhas da sua heroína, ou na viagem para Macau.» (3)

Conclusão bem lógica que aceitamos e que também mostra mais um erro da nota do citado Códice, na qual se principia por dizer que o poema foi com-

(1) *Ilustração Goana*, n.º 5 de 1865.

(2) *Ilustração Goana*, n.º 3 de 1865.

(3) Cfr. n.º 5 da *Ilustração Goana*.

posto nos Estados da India sendo governador e capitão-general D. Frederico Guilherme de Sousa.

Em verdade Bocage pouco podia ter conhecido em Goa a Manteigui, sabendo, comtudo, da sua vida, pois já era notoria e escandalosa a paixão de D. Frederico, e num meio limitado como êste nada escapa á divulgação, quasi sempre malévola e maléfica, de semelhantes factos, em que a demais figuravam personagens muito notáveis — um governador, o chefe do Estado como aqui se usa dizer, e uma encantadora mulher !

Trouxera de Lisboa uma ardente paixão — a «Geturia carinhosa» — que celebrou em muitos e bem cinzelados versos. Mas a distância de duas mil leguas, a permanencia em Goa e porventura a sedução da mulher oriental, como o sr. dr. Teófilo Braga muito plausivelmente presume, foram-lhe atenuando essa paixão e criando novos amores em que apenas colheu decepções. Assim, a certa dama que se mantivera inacessível ás suas solicitações, dirigia êste agastado queixume :

Se a compasso da lira o verso triste

Então alguma vez, ao som canoro

Ninguém, não sendo tu, ninguém resiste. (1)

XIV

DESERTOR e fugitivo da praça de Damão errava sem destino em Surrate, onde viu e reconheceu a falada mundana a receber culto fervoroso na sua casa, que era verdadeira *côrte do amor*. Também por sua vez se deixou vencer pelos encantos que sôbre ela a natureza tinha entornado e começou a render-

(1) *A Nereida*, vol. 2.º.

lhe preito com a oferta da única moeda que sabia
cunhar e de que podia dispôr — uns belíssimos sone-
tos — que lembram os apaixonados cantos com que
poetas romanos celebraram suas amantes — Lesbias
e Cintias, Delias ou Sulpicias: (1)

Tanto que ouvi a bela *Manteigui*,

Esqueço-me da vã filosofia,

E por glória minha alma lhe rendi.

A tal «vã filosofia» consistia em

Conservar firme peito que não mude;

querer dizer, a constância no amor de Getrúria. E
subjugado pela beldade oriental, tão sedutora que —
na frase de D. Frederico — posta em Lisboa levaria
tudo após si, o volúvel moço, *maitre de galanterie*,
não tinha pejo de confessar que por ela de tudo se
esquecia — da «amada pátria venturosa», dos «ami-
gos», «da gostosa presença de Feliza»: —

Direi, bela *Dona Ana*, livremente

Que teu rosto gentil, teu doce trato

Para mim vale mais que todo o mundo.

Mas D. Ana, abelha mestra que tinha percorrido
o tremulo da vida mundana, fazia orelhas moucas às
lôas do poeta; ferido por esse menosprezo, Elmano
invocava então o auxílio da Fortuna que é propícia
aos ousados:

..... Fortuna poderosa,

.....

..... se comigo queres ser clemente,

Faze com que me acolha enternecida

A bela *Manteigui*, serei contente.

Lembrando-lhe que o nome dela andava nas bôcas
do mundo, oferecia-se ainda, muito dedicadamente —

(1) São cinco os sonetos dedicados por Bocage a Manteigui; foram
pela 1.ª vez publicados pelo sr. dr. T. Braga, — *op. cit.*, pags. 70 a 72.

- Magriço de pechisbeque — a desafrontar-lhe os créditos arruinados:

Se pode, *Manteigui* gentil e bela,
Merecer um momento de atenção
Um peito generoso, um coração
Que em servir-te sómente se desvela;

Se o pode merecer também aquela
Inexplicável, fervida paixão
Que com perpetuo e lucido braço
Para glória do Amor amor assela,

.....
Escuta-me; e verás seguramente
Essa plebe mordaz e rigorosa
Teu nome respeitar eternamente.

XV

É claro que *Manteigui* lhe transtornára a cabeça. O derradeiro soneto que lhe dedicou, é um cântico de louco amor, como aquele com que, em lance análogo, *Cornélio Galo* se lamentou do abandono da arrebatadora *Licoris*, sua *Lidia* bem-amada. Vamos inseri-lo aqui na íntegra:

Quer esteja no leito descansando,
Quer na meza com fome estê comendo,
Quer deleitosos livros ande lendo,
Quer por floridos campos passeando;

Quer esteja na vida meditando,
Quer mil tiranas dores padecendo,
Quer aos ternos parentes escrevendo,
Quer com sábios amigos conversando;

Quer em jogos e dansas entretido,
Quer requestando a dama mais humana,
Quer em suave musica embebido ;

Quer da morte sofrendo a furia insana,
Quer suplicando a Deus arrependido,
Lembrada me serás, gentil *Dona Ana*.

Manteigui, porê, a nada se movia. Messalina cansada, mas não saciada, era ávida de dinheiro que os comerciantes de Surrate lhe atiravam a mancheias, enquanto o poeta, desamparado e quasi indigente, não lhe oferecia mais que uns sonetos e, portanto, que podia dela esperar?

Faltava-lhe absolutamente aquilo cujas mirificas virtudes êle próprio celebrou:

Faço a paz, sustento a guerra,
Agrado a doutos e rudes,
Gero vícios e virtudes,
Torço as leis, domino a terra. (1)

Com todo o poder do seu estro não conseguiu, pois, Bocage atrair D. Ana. Foi completamente inane a metralhada poética; malbaratados em vão os seus sonetos! Outro galo cantava. Dai o seu despeito e a vibrante *revanche* que se traduziram num poema em que flagelou, com uma crueldade dis-misericordiosa, essa Vestílla indiana que tinha percorrido no amor toda a escala, pois principando por amásia vice-real, acabára na degradação de miserável rameira e desaparecêra moralmente, — de quem, a bem dizer, realisou o tipo da grande prostituta figurada pelo vidente de Patmos — «cercada de escarlata e de púrpura, adornada de oiro e de pedras preciosas e de pérolas, cheia de abominação e de

(1) *Epigramas*, 100, vol. 3. •

imundície, trazendo escrito na testa o nome *Mistério*, e que subira do abismo para ser precipitada na perdição». (1)

Eis a origem do poema em que Bocage ilustrou a história dêsse «novo Ganês» — comparação feliz, porque a conhecida divindade indú se representa com um ventre enorme e quatro braços, — dessa

Peste da Asia em luxuria e gentileza, (2)
cujos

..... cristalinos, deleitosos braços
Sempre abertos estão, não para amantes,
Mas para aqueles só, que, nada escassos,
Cofres lhe atulham de metais brilhantes. (3)

XVI

PELO valimento do negociante Joaquim Pereira de Almeida — escreve o sr. dr. Teófilo Braga (4) — pôde Bocage voltar a Goa e seguir para Portugal.» «O exílio de Macau — diz o sr. Eloi do Amaral — tornou-se insuportável a Bocage. Depois de ter dado a demissão de tenente, decide regressar á pátria, o que consegue com a protecção do governador interino Lásaro da Silva Ferreira, seu verdadeiro amigo e protector. Quando de novo em Goa, de passagem para o continente, não pôde esconder a instintiva aversão que tinha por terra tão ingrata . . . » (5)

Vimos já desfeita a lenda do exílio para Macau. Tenente havia sido o poeta, mas em Damão donde tinha desertado. Naquela cidade seria apenas um

(1) *Apocalypsa*, XVII, 1, 5 e 8.

(2) Est. IV.

(3) Est. VI.

(4) *Op. cit.*, pag. 86.

(5) *Cit. Memoria.*

indivíduo sem ocupação, alforriado da sujeição militar, socorrendo-se das pessoas importantes da sociedade macaísta e ansioso por voltar á pátria. Não nos detemos neste passo da sua vida, por alheio ao fim da presente memória.

Esteve, pois, Bocage em Goa mais uma vez, provavelmente no fim do ano de 1789 ou nos primeiros meses de 1790.

Nos registos militares estava o antigo official de marinha e ex-tenente de infantaria classificado como desertor; êle bem o havia de saber; e nestas circunstâncias, se é verdade que para cá veio, passou de certo despercebido, incógnito, durante o pouco tempo que se demorou. Talvez ainda nisso o amparasse o valimento do governador Francisco da Cunha e Menezes e do secretário do Estado Ferreira Barroco.

Nenhum documento ou traço, porém, achamos dessa segunda estada de Bocage em Goa.

As naus que daqui partiram para Lisboa na monção de 1790, foram: — *Nossa Senhora da Conceição e Sto. António*, — *S. Tiago Maior*, — *Estrela da Asia*, — e *Rainha dos Anjos*.⁽¹⁾ Em qual desses barcos teria Bocage regressado á metrópole?

(1) L.^o das monções n.^o 171.

J. A. ISMAEL GRACIAS,



DOCUMENTOS

DO

ARQUIVO DA FAZENDA

(Continuação da pag. 308 do vol. XIII)

XLIV

Sobre a cunhagem de moeda miuda

Aos vinte oito de Junho de mil setecentos sessenta e nove em Conselho da Fazenda, prezente o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snor. Governador e Cap.^m General e os mais Ministros abaixo asinados, foi proposto, que tendo-se conhecido a necessidade que havia da moeda meuda do paiz que se costuma fazer Tutunaga, e he quasi tão precisa para o commercio como elle he necessario para a vida; forão comprados pela Fazenda Real cento setenta e cinco candins, hum quintal, três arrobas e desanove arrateis do mencionado genero p.^a ser reduzido a bazaruco, cento sincoenta e hum candins e vinte hum arrateis a preço de cento noventa e cinco xs. o candil e vinte quatro candins, hum quintal, duas arrobas e trinta arrateis a preço de duzentos e vinte xs. o candil, e depois de feita esta dita compra se tomou neste Conselho, hum assento p.^a que o Dezor. Chanceler Juiz Conservador da casa da moeda fizesse estiva ou exame experimental da produção que cada arroba da dita tutinaga bruta fundida em bazarucos, da quebra que tinham os arr.^s afim de se estabelecer hum principio certo em que não só ficasse acautelada arrecadação da sobred.^a moeda, mas donde se pudesse formar hum calculo dos interesses que podião rezultar ao Erario Regio p.^a que na attenção deste objecto e do bem do commercio publico se tomasse neste Cons.^o a deliberação que fosse junta; E pelo termo da estiva ou exame experimental a que o dito Dezor. Chanceler e Juiz Conservador procedo, e ha de hir adeante copeado se mostra que, sendo pezada huma arroba da referida tutunaga bruta pela

balança, e peso da casa da moeda e sendo esta mesma arroba, de tutunaga bruta fundida em cadilhos de barro e reduzida a moeda ou bazarucos fabricados pelas formas novas produzio vinte e dous arr.^s nove onças, duas outavas e m.^a alem dos seus sobejos, que reduzidos a moeda pura, e junto o seu peso liquido a primeira importancia monta todo computo do pezo que a d.^a arroba de tutunaga vem a produzir em moeda limpa e apurada vinte tres arr.^s dez onças e tres oitavas e meya, vindo a ter de quebra na fundição e lauramento oito arr.^s, sinco onças e quatro oitavas e meya p' cujo calculo deve hum quintal, que tem quatro arrobas, ou cento vinte oito arr.^s produzirem pezo de moeda limpa noventa e quatro arr.^s nove onças e seis oitavas, e sendo contadas as moedas de bazarucos que a d.^a fundição e lauramento produzio vnido a estas moedas aquella quantidade que se podia tirar dos referidos subejos, vem a produzir a d.^a arroba de tutunaga bruta vinte nove xs. e meyo, e deve produzir cada quintal cento e dezoito xs.: E porquanto nesta forma se mostra p' hum argumento concludente, e claro que na fabrica desta moeda não tem prejuizo a Real Fazenda, antes terá tal vantagem que o interesse excede o principal: e por outra parte he certo e notorio que esta providencia he tão vtil como necessaria ao commercio publico; assentou se que a referida tutunaga se entregasse em proporcionar das quantidades e diferentes tempos aos officiaes da casa da moeda; e que esta entrega fosse feita pelas balanças e pesos da mesma casa; e que os d.^{os} officiaes ficarião obrigados a entregar a produção della reduzida a moeda limpa e apurada conforme a demonstração da estiva; porem como do referido termo consta que a respeito da quantidade da moeda não se pode estabelecer huma regra certa pela diferença que ha nas produções causada p' huma pequena improporção de alguns dos cunhos, se declara que os ditos offes. só serão obrig.^{os} a entregar a moeda conforme o peso da estiva praticando a entrega plos. mesmos pesos e pelas mesmas balanças p' onde lhe foy feita a receita: mas em cada huma das receitas que se fizer na fazenda se deve declarar, não somente o peso que se entrega, mas tambem a quantidade real, e verdadeira da moeda em que importa o mesmo peso. E como finalmente pelo d.^o exame se conheceo e plo. referido termo se mostra, que a despeza do carvão deste lauramto. hera mayor, que a ordinaria,

e não bastava hum x.^m que se acha destinado a cada quintal, se fez nesta parte hum prudente arbitrio e se destina mais hum x.² p.^a a referida despeza — de que se fez este assento asinado pelo d.^o Ill.^{mo} e Ex.^m Snor. Gor. e Cap.^m General e Ministros. Francisco Jose Gonsalves, official-mayor da Fazenda o fez — *Bernardo Cabral Pinto de Amaral*, Escr.^m da Fazenda Geral o fiz escrever. *Rubrica do Ill.^m e Ex.^m Snor. Gor. e Capitão General — Saldanha Braga — Corte Real — P. Mges.*

XLV

Termo da nova fundição e estiva da tutunaga fundida em moeda de bazarucos, feitos pelas novas formas que para isto se fizeram.

Aos vinte e tres de Junho de mil setecentos sessenta e nove, em Panelim, no Palacio da residencia do Ill.^{mo} e Ex.^m Snor. Dom João José de Mello, Governador e Capitão General deste Estado da India; sendo presente o Dezor. José Lobo da Veiga, Chanceler do mesmo Estado e Juiz Conservador da casa de moeda comigo Escrivão della e com o fiel da mesma Pedro Miguel Gomes, Ensayador Malpachatim, Fundidor Sebastião Fernandes, Pesador Salvador Glis e mais officiaes batedores aodiante asinados — Em observancia do assento do Conselho da Fazenda da data de vinte dous do corrente mez copiado retro, para se fazer a estiva determinada nelle foi pesado pelos pesos da dit.^a casa de moeda huma arroba de tutunaga bruta, a qual sendo fundida em cadilhos de barro produzio em moeda de bazarucos feitos pelas formas novas, vinte e dous arr.⁹ nove onças duas oitavas e m.²; alem de hum arratel sete onças que produzirão os subejos da d.^a fundição, com os quaes ficou a producção importando em vinte quatro arr.⁹ e duas oitavas e m.² nos quaes descontando-se sinco onças e sete oitavas, importancia que corresponde a de quebra dos d.^{os} subejos da fundição p.^a serem estes reduzidos á moeda, fica importando o que a d.^a arroba de tutunaga bruta produz em moeda limpa, e apurada vinte tres arr.⁹ dez onças tres oitavas e m.² cuja quantidade abatida no de trinta e dous arr.⁹ da mesma arroba de tutunaga bruta, vem esta a ter de quebra na d.^a fundição o lauramento oito arr.⁹ sinco onças e quatro oitavas e meia. E por esta forma a hum quintal

de quatro arrobas que tem cento vinte oito arr.^a de tutunaga bruta, vem a produzir em moeda limpa, e laurada noventa e quatro arr.^a nove onças e seis oitavas, e vem a ter de quebra trinta e tres arr.^a seis onças duas oitavas, fazendo-se a fundição e lauramento da d.^a bazarucada na forma praticada nesta estiva: E porque nella e na fundição da mencionada arroba de tutunaga se houve consumir quasi hum fardinho e meyo de carvão e a esta porporção na de hum quintal se ha de despender quasi seis fardinhos do mesmo carvão, lembrou o fiel Pedro Miguel Gomes que a hum x^m que dos sete a meyo da braçagem que p^a cada quintal se acha destin.^o p.^a a despesa do carvão, não era bastante visto levar-se mayor porção delle da fundição praticada na forma desta estiva; E ultimamente sendo contadas as moedas de bazatucos que produzirão os d.^{os} vinte dous arr.^a nove onças duas oitavas e m.^a, se acha importar este peso em vinte oito xs. huma tanga e oito res, aos quaes juntos mais hum x.^m huma tanga e vinte dous res, que pode produzir o d.^o hum arratel e sete onças das sobras da fundição, vem a produzir huma arroba de tutunaga bruta vinte nove xs. e m.^o, porem nesta parte disserão todos os d.^{os} officiaes que se não podia estabelecer regularidade certa, p^a que como a dita moeda era fundida acontecia sahirem algumas com mais, e outras com menos peso, q^a ainda que a respto. de cada hua era em diminuta quantidade, esta mesma em mtas. podia occasionar consideravel differença; porem que era sem duv.^a produzir huma arroba de tutunaga bruta vinte tres arr.^a dez onças, tres oitavas e m.^a da moeda limpa e laurada como se tinha averigoado. De que tudo mandou o d.^o Dezor. fazer este termo, em q^a se assinou com os ditos officiaes e comigo Caet.^o Luis, Escr.^m da Conservatoria da moeda que o escrevy. Caetano Luis — Viegas — Pedro Miguel Gomes — Sebastião Fern.^a Malpa Chatim — Salvador Gls — João Gls — Mauricio Per.^a — Antonio Gls — Caetano Mathias Gls — Antonio Francisco Gls — Mais cinco cruces dos sinaes de Caetano Fern.^a, Domingos Gls, Pedro Fern.^a, Caetano Gls e Luis Fern.^a

Contadoria Gl. pela repartição da Fazenda, Goa vinte oito de Fevereiro de mil setecentos setenta e cinco. (a)
Domingos Luis.

(Continúa)

J. B. AMANCIO GRACIAS

Extrato de vários assentos de óbitos

Do registo paroquial da freguesia dos Reis-Magos ⁽¹⁾

1756-1875

1

19-XII-1756

D. Antonia de Melo Teixeira, moradora em Betim, na igreja e pagou 12 tangas.

2

7-I-1757

D. Ana Maria de Mendonça Corte-Real, no convento de S. Francisco.

3

9-I-1757

D. Leonor, mulher de D. Ant.º Menezes, de Ambecande, na capela mor.

4

22-IV-1757

José Gomes, homem branco, na igreja e pagou 12 tangas.

5

10-VII-1757

D. Maria de Morato, na igreja e pagou 12 tangas,

6

17-XI-1757

Baltazar da Guerra, tenente de infantaria, no corpo da igreja e pagou 12 tangas.

(1) É lamentável o estado dos respectivos livros.

7

11-VIII-1758

Francisco Silveira, de Betim pequeno, no cruzeiro

8

22-I-1760

D. Maria de Moraes, v.^a de José de Soisa, mulher branca, de Ambecande, no corpo da igreja e pagou 12 tangas.

9

14-II-1760

Pe. Manuel Mendes de S.^a, morador de Ambecandem, no corpo.

10

5-X-1760

D. Catarina Nr.^a da Silva, moradora em Verém, no corpo.

11

14-XII-1760

D. Frc.^a, v.^a de Ant.^o Mel. Nobrega, no corpo.

12

9-I-1761

D. Maria Gomes, mulher de José Als., no corpo.

13

19-I-1761

Carlos da Silveira de Menezes, homem branco, dos Reis-Magos, no corpo.

14

21-III-1761

Josef Ferreira de Almada, do palmar de Antonio Jacome, no corpo.

15

26-XII-1761

João Alvares, homem branco, morador em Bety Pequeno, *ab intestato*, no corpo.

16

4-VII-1762

Agostinho Roiz da Cruz, homem branco, soldado do Forte de S. Tiago, no corpo

17

6-VIII 1762

D. Ana Cta. de Nr.^a, v.^a de Francisco de Melo e Castro, enterrada no convento da Mãe de Deus.

18

13-IX-1762

Inacio Txr.^a, homem branco, no corpo.

19

22-XI-1762

Menino, enteado do capitão José J. Rangel da Silveira e filho de Marcos Barbosa, no cruzeiro e pagou 12 $\frac{1}{2}$ xs..

20

26-XI-1762

Capitão Frc.^o José Quinteiros de Payva, casado em Damão, no corpo.

21

3-III-1763

Ant.^o Ricardo Pereira Lacerda, branco, morador em Verém, casado, com testamento, «na capela-mor deste Colegio».

22

3-V-1763

Filha de Luis Ant.^o de Oliveira Montr.^o e de sua mulher D. Ana, na capela-mor.

23

29-VI-1763

D. Filipa de Figueira, moradora em Valeverde, na igreja e pagou 6 tangas.

24

3-IX-1763

D. Maria de Santos e Andrade mulher de Leonel Ant.^o da Cunha Souto Mayor, branco, no cruzeiro e pagou 25 xs..
(Num termo de 1771 se diz Ant.^o José Souto Mayor, morador em Xencaró, dos Reis-Magos).

25

4-II-1764

D. Antonia de Freitas, moradora em Verém, no cruzeiro.

26

13-VIII-1764

D. Guiomar da Cunha, mulher de Salvador Manuel no cruzeiro.

27

27-IX-1764

D. Suzana, moradora em Betim, no cruzeiro.

28

5-I-1765

Ant.^o José Melo, sem testamento, capitão da infantaria, natural de Sant'Ana, das Ilhas, casado com Maria Rocha, no corpo.

29

3-VII-1766

D. Isabel Gonsalves de Albuquerque, de Valeverde, no cruzeiro.

30

15-XII-1766

Na Casa Real dos catecumenos, Joana, penitenciada do St.^o Officio, no adro por ser pobre.

31

3-II-1767

João Pinto de Fonseca, capitão do (presid)io de Mormugão, no cruzeiro, na cova propria.

32

20-II-1767

D. Leonor Pereira da Costa, moradora em Verém, v.^a
de D. Gaspar e Machado, no cruzeiro.

33

17-II-1768

João Francisco Eduardo, de nação inglês, no cruzeiro.

34

22-X-1768

D. Fr.^a C. Lima Resquis(?), v.^a, cruzeiro e pagou 20 xs..

35

15-XI-1768

Pe. Francisco Tavora, natural do Norte, no corpo.

36

27-II-1769

D. M.^a de Melo e Silveira, v.^a de Carlos Silveira e Menezes, na cova propria.

37

8-III-1769

D. Ana Pinto Texeira, mulher de Luis Ant.^o de Oliveira Monteiro, no cruzeiro e pagou 20 xs..

38

6-III-1770

Frc.^o Ferreira, homem branco, morador em Bety, no cruzeiro, testamenteira sua mulher D. Ant.^a Isabel Galvão da Silva.

39

28-X-1770

Capitão Frc.^o Xer. Lobo de Magalhães, casado com D. Joana de Melo e S. Paio, morador no palmar de Jacome no cruzeiro, com testamento, sendo testamenteiros sua mulher, Paulo de Andrade e Luiz de Melo.

40

13-I-1771

Mel. Silveira Pimentel, homem branco, casado com M.^a Mesquita, no corpo.

41

19-II-1771

D. Ana M.^a Mcas., mulher de Vicente Caetano, mulher branca, de Betim, no cruzeiro.

42

9-V-1771

Luis de Moraes da Fonceca, homem branco, no cruzeiro.

43

5-VIII-1771

D. Ana J. da Cunha, de Ambecande, filha de Fernando da Cunha Teixeira, no corpo.

44

11-II-1772

Frc.^o Alexandre de Gusmão, português, casado com D. Mariana, morador em Bety Pequeno, pagou 3 xs..

45

23-III-1772

Luiza Castelino com testamento no qual deixou 200 xs. ao cofre das Almas, para que dos renditos se digão missas deles de meio x.; enterrou se no corpo da igreja e pagou 6 tangas.

46

5-VII-1773

Clara de Melo, mulher do tenente da artilharia Ant.^o Silva, de Betim, no corpo.

47

5-VII-1773

Bernardo Frc.^o de Evêly (?), alferes, português, casado com D. Ana de Melo Soares, no corpo.

48

10-VII-1773

D. Frc.^a Xer. de Melo, mulher que foi de Carlos M. Rolim, no corpo.

49

5-IX-1773

D. Maria da Melo Moraes, mulher que foi de Caetano Gomes, no corpo.

50

30-XII-1773

D. Teresa de Campos, mulher que foi de Simão Severino, no cruzeiro e pagou 12 xs..

51

29-IV-1774

D. Juliana Pretz (?), sem testamento, na igreja e pagou 6 tangas.

52

4-VI-1774

D. Paula M.^a de Menezes, moradora de Ambecande, em sem testamento, no corpo.

53

24-IX-1774

José de Matos e S.^a, casado com D. Natalia Gomes de Oliveira, sem testamento, no cruzeiro.

54

4-III-1774

Caetano Freire Gusmão, sem testamento, na cova perpetua do cruzeiro.

55

4-VIII-1775

Luis Antonio Monteiro de Oliveira, com testamento sendo testamenteiro D. Lopo José de Almeida, no corpo.

56

26-XII-1775

D. Manuel Mascarenhas, morador em Betim Pequeno, no cruzeiro.

57

3-VIII-1776

D. Mariana, v.^a de Frc.^o A. de Gusmão, moradora em Betim Pequeno, no cruzeiro e pagou 25 xs..

58

16-XI-1777

D. Brites M.^a de Guilher(me) Fonceca, v.^a de Vitorino Frc.^o Brito, na cova perpetua do cruzeiro.

59

7-XII-1777

Filha de João Frc.^o Guerr.^o, capitão da infantaria, no cruzeiro.

60

23-IV-1778

Joaquim Xer. Bandr.^a, marido de D. Maria de Castro, e sargento-mór que foi do regt.^o do brigadeiro Henrique Carlos Henriques, no cruzeiro.

61

17-IX-1779

Alberto Pr.^a Garcês, tenente-coronel, no corpo.

62

26-III-1780

D. Ana C. Campos Couth., no corpo.

63

19-VIII-1780

Tomás Pr.^a Ermitão, no corpo da igreja, gratis pro Deo.

64

12-X-1780

D. Maria, mulher de Agostinho Alvz Marinho Falcão,
no corpo.

65

1-IV-1781

D. Maria Rosa de Jesus, de Ambecandem, no corpo.

66

26-V-1781

Genoveva, filha de Gerardo Xer. Barbosa, no cruzeiro.

67

19-VII-1781

Felicio Jacome da Fonceca Brau (Bravo?), no cruzeiro.

68

15-XI-1781

Frc.º, filho de Gerardo Xer. Barbosa, no cruzeiro.

69

19-XII-1781

D. Ana M.ª de Melo Alz. de Lima, mulher de José
Joaquim de Azevedo, no corpo.

70

29-I-1782

D. Natalia, v.ª de José Matos, no cruzeiro e pagou 12
xs..

71

13-IV-1782

D. Domingas, tia de João Colaço Roiz, no corpo.

72

29-VIII-1783

Filha menor de José Manuel Montaury, no cruzeiro e
pagou 6 xs..

73

23-I-1784

Luis Illere de Roven (*sic*), francês, no cemiterio da igreja, gratis pro Deo.

74

27-I-1781

Luis de Prauti de Duppeaide Boubardaire (*sic*), idem.

75

14-II-1784

Joam Cleit Marinae (*sic*), francês, no adro, idem.

76

10-IX-1784

Caetana, filha de D. Frc.^o Mascarenhas, no corpo.

77

16-IX-1784

D. Caetana, viuva de D. Manuel Mascarenhas, no corpo.

78

6-II-1785

D. Ant.^a Joaquina Rangel, mulher de José Mel. Montaury, no cruzeiro.

79

10-V-1786

Aleixe. (Alexandre?) de Arbues Falcão, marido de D. Ant.^a M.^a, no cruzeiro.

80

13-XII-1786

Gerardo Xer. Barbosa, marido de D. Catarina da Cunha, no cruzeiro.

81

10-I-1787

Pe. Filipe Nery de Barca, no corpo.

82

29-I-1787

Filho recém-nascido de Caetano Ant.^o Zuniga, no corpo.

83

31-X-1787

Caetano Gomes, comandante de Chorão, no corpo.

84

31-I-1788

José Maria Soares de Melo, no corpo.

85

21-III-1788

D. M.^a S.^a, mulher de Diogo Soares de Melo, no corpo.

86

2-VII-1788

Joaquina, filha de Gerardo Xer. Barbosa, no cruzeiro.

87

4-IX-1788

Filho de Tomé Joaquin Salinas, no cruzeiro.

88

3-I-1789

Filho recém-nascido de Ant.^o Melo, tenente de tropa, no cruzeiro de capela e pagou 6:1:15.

89

18-III-1789

Estanislau, filho de Candido José Mourão Palha Garcês, no cruzeiro.

90

7-VIII-1789

Bernardo Lafata Pacheco, no cruzeiro.

91

1-II-1790

Frco. Xer. Pimentel, marido de D. Ana Maria Salda-
nha, no cruzeiro.

(Em 1 de Maio de 1763 está lavrado o termo da moça
da casa do capitão Frco. Xer. Pimentel).

92

1-III-1790

D. Ana M. da Cunha Dessa, mulher de Manuel J. Mo-
raes Sarmiento, de Xencaró, no cruzeiro.

93

23-V-1791

Xavier Ant.º Dias Liso, quartel mestre da legião de
Bardês, no corpo.

94

13-VII-1791

Filho recém-nascido do capitão de mar e guerra Candi-
do J. Mourão Palha Garcês, no cruzeiro da capela desta
igreja.

95

17-X-1791

Manuel Ant.º de Coelho e Campos, tenente, no corpo.

96

5-XII-1791

Ant.º Manuel de Melo, tenente, marido de D. Guiomar
Oliveira de Rangel, no cruzeiro.

97

8-IV-1792

Joaquim Manuel de Sá e Mes., marido de D. M.ª Q.
de Melo, no cruzeiro.

98

12-V-1792

Joaquina, filha do tenente T. Joaquim Salinas, no cru-
zeiro.

99

3-VIII-1792

Belchior J. Vaz de Carvalho, marido de D. Ana M.^a
Saldanha de Albuquerque, no corpo.

100

3-X-1792

D. Rita da Cunha e Menezes, v.^a de Apolinario, no
crúzeiro.

101

20-VI-1793

José Frc.^o de Azevedo, ajudante do terço de auxilia-
res, no crúzeiro

(Continua)

Reis-Magos.

RICARDO MIGUEL TELES.

O ORIENTE PORTUGUÊS

14.º Ano

Vol. XIV — 1917

N.ºs 5 e 6

Maio e Junho



AULA DE ARTILHARIA EM GOA

NO SÉCULO XVIII

No alvará de el-rei D. José, datado de 28 de abril de 1773, pelo qual se estabeleceu em Goa o novo regimento de artilharia, foi também criada uma aula dessa arma na seguinte disposição:

«Item ordeno, que na Fortaleza de Nossa Senhora do Cabo seja logo estabelecida huma aula, na qual se ditem lições de tudo o que pertence á profissão d'artilheria pelo menos 3 dias em cada semana, hora e meia de manhã, e meia hora de tarde: Sendo o lente della official que mais habil e idoneo parecer ao Governador e Capitão General, quando eu não nomear immediatamente, consultando-me sempre o lente que lhe parecer mais idoneo, com as declarações das qualidades que nelle concorrerem: e vencendo o mesmo lente, além do soldo ordinario do posto, que tiver, meio soldo de mais, em gratificação do seu trabalho, a que alias terei toda attenção, que me merecer no meu Real Serviço.»

A aula foi estabelecida em 1776, começando as lições a 2 de Janeiro, no quartel de Gaspar-Dias em St.^a Inês, tendo sido o seu primeiro lente o capitão João Batista Vieira Godinho⁽¹⁾, que viêra na monção de 1774 juntamente com aquele governador.

(1) João Batista Vieira Godinho foi um dos oficiais mais prestantes que vieram á India no seculo XVIII. A êle nos referimos já na nota (1) a pag. 80 do presente volume. Era brasileiro. O *Dicionário Bibliografico Brasileiro* de Sacramento Blake dedica-lhe no vol. III o seguinte artigo:

«Neto materno do sargento-mór da nobreza, escrivão da provedoria dos defuntos e ausentes, capelas e residuos da comarca de Vila-Rica, Gabriel Fernandes Aleixo, nasceu em Mariana, Minas Geraes, no ano de 1742 e faleceu na Bahia a 13 de fevereiro de 1811 no elevado posto de tenente general do exercito, ao qual subiu por seu merecimento. Com effeito, assentando praça na academia militar de Lisboa em agosto de 1760, foi nomeado em 1774, sendo capitão, lente do regimento de artilheria de Goa, assegurando-se-lhe a patente de sargento-mór e o logar de lente, logo que findasse o praso de seis annos, depois do qual, porém, não lhe foi permitido voltar a Lisboa, porque, como lhe declarou por escripto o ministro do Ultramar, «ali era impossivel e mesmo em Portugal era muito difficil encontrar militar que com igual merecimento o substituisse». Com o posto de coronel em 1784 foi mandado ás Molucas como governador e capitão general das ilhas de Timor e Solor, e dahí em diante exerceu com sabedoria as comissões mais importantes e honrosas, como se verá na sua biographia publicada na *Mi-nerva Brasileira*, tomo 2.^o, página 417, reproduzida na *Revista do Instituto Historico*, tomo 6.^o. Escreveu e deixou inéditas varias obras, como:

Observações sobre as molestias venereas, agudas e cronicas pelo Dr. Antonio Nunes Ribeiro Sanches: tradução — O autor da citada biographia viu uma carta do general Godinho ao Conde de Linhares, accusando a remessa desta tradução e pedindo-lhe que a mandasse imprimir e adoptar nos hospitaes militares, onde era inteiramente ignorada ou despresada a doutrina ali contida, ao mesmo tempo que lhe declara que não puzera seu nome nessa obra, para não excitar o ciúme dos medicos.

Método universal de lançar bombas por meio de um novo quadrante — O original de 75 fls. pertence ao Instituto Historico.

— *Taboas para uso do novo quaarante universal* — idem.

— *Exercício e morteiro para o regimento de artilheria de Góá* — idem.

— *Plano para o estabelecimento de um fundo de piedade em favor das viúvas e orfãos dos officaes militares* — idem.

— *Plano para a negociação de canela*.

— *Plano para introdução do tabaco em pó na China*.

— *Relação dos nomes e usos de algumas madeiras da ilha de Timor* — Estes trabalhos e mais dois, manuscritos, truncados, sobre artilheria e fortificação, foram mostrados ao Dr. Emilio Maia, pelo desembargador Joaquim Anselmo Alves Branco Moniz Barreto, de que se trata neste livro, concunhado do autor e depositario deles, na Bahia

Desse estabelecimento D. José Pedro da Camara deu conta á côrte pela seguinte carta dirigida ao Marquês de Pombal, com a copia dos respectivos estatutos em que se descreve todo o regime e economia da aula.

I

Carta do Governador

Ill.^m e Ex.^m Sr. — Ponho na presença de V. Ex.^a os Estatutos, que mandei se observassem na aula da artilheria, que se estabeleceu no mesmo quartel do coronel (1), e tenenté-coronel daquele regimento, onde a frequentão os seus officiaes de patente, cadetes e muitos soldados com a mayor applicação, e gosto, sendo tudo promovido pelos seus admiraveis officiaes mayores, e pelo muito habil lente, o capitão João Baptista Vieira Godinho, que se interessa com o mayor cuidado, e igual honra, em tudo, que fica sendo util ao Real Serviço.

Digne-se V. Ex.^a de o representar a S. Magestade, que mandará o que fôr servido.

Deus guarde a V. Ex.^a—Goa 6 de Mayo de 1776.—Rubrica do Governador *D. José Pedro da Camara.*

(L.^o das monções n.^o 156, fl. 164.)

II

Estatutos

Havendo sido encarregado por elrey meu senhor, de fazer reunir, criar, e regular, os differentes corpos militares, que constituem a defeza e o respeito de que depende a conservação e aumento desta tão glorioza, e interessante conquista, foi o mesmo senhor servido, além de outras sabias, vigilantes e paternaes providencias, que se dignou expedir em seu beneficio, ordenar o estabelecimento da aula do regimento da artilheria, como o mais opportuno meio de facilitar os necessarios progressos, nesta tão importante proficção, que sem este pre-

(1) Teodoro da Silva Rebôxo.

cizo e indispensavel soccorro não podião deixar de ser sumamente vagarozos, insubsistentes, e pouco seguros. E para que effectivamente se consigão os altos fins da mais acertada determinação e fiquem de todo completas as reaes intençoens; determino que, quanto á economia da referida aula, se observe precisa e inalteravelmente o seguinte, em quanto o mesmo senhor não foi servido dar outras providencias a esta respeito.

Da caza da aula

I

Emquanto se não estabelecer em Nossa Senhora do Cabo o quartel do regimento da artilheria, e a caza propria para a aula, como o mesmo senhor determina nos §§ 13 e 15 do alvará da sua criação de 28 de Abril de 1773; se fará esta na sala do quartel de Santa Ignez que para este fim fiz apromptar e guarnecer.

II

Dos moveis e de tudo o mais pertencente á referida aula, fará o lente hu inventario circunstanciado que entregará ao intendente geral dos arsenaes e marinha, e extraindo d'elle hua copia, a dará ao coronel e comandante do regimento.

III

Fará entregar por outra similhante copia, tudo o que della constar ao official inferior que lhe parecer mais a proposito, para tratar da conservação e do aceio da caza e de todos os moveis, livros, instrumentos e modelos a ella pertencentes; a cujo respeito vencerá mais a parte do soldo ordinario, que pelo seu posto lhe competir.

IV

Sendo precisos para o diario exercicio da aula alguns generos de consumo, como por exemplo papel, tinta, pennas, gesso &c. o lente por hua relação asinada, os pedirá ao mesmo intendente geral pelo ditto official inferior. Precizando, porem, para a continuação dos mesmos exer-

cícios da aula, de alguns livros, instrumentos, modelos &c. o participará primeiro ao coronel e comandante do regimento que julgando-os a proposito, convirá em que o lente os peça como fica determinado.

V

A meza maior da mesma aula será occupada pelos officiaes, e cadetes ficando as menores para os officiaes inferiores e soldados que a ella concorrerem. O lugar do lente será o mais proximo ao quadro onde os principiantes houverem de escrever as suas demonstraçoens, não só para que lhes possa emendar no cazo de não serem regulares; senão tambem para que sendo este lugar em hua das extremidades da sala, he o mais proprio, para que todos possam ouvir as liçoens e explicaçoens que sobre ellas se fizerem.

Dos dias e horas da aula

VI

Differindo pouco em extenção os dias neste clima, haverá aula em todo o anno, ás segundas, quartas e sabados, das 8 até ás 10 horas da manhan, unindo-se-lhe a meia hora da tarde que determina o § 15 do Plano inserto no alvará de 28 de Abril de 1773; não só por ser mais util aos principiantes este tempo junto; senão tambem por lhes ficar a tarde livre, já para o estudo e já para os diversos e importantes exercicios de que depende o verdadeiro pe de um regimento de artilheria.

VII

Não obstante porém este estabelecimento, se por cauza de grandes chuvas, demaziados calores, ou outro qualquer inconveniente, for necessario mudar para outras as horas da aula, o lente o poderá fazer, comunicando o primeiro ao coronel e comandante do regimento.

Das liçoens e do methodo de ensinar

VIII

Sendo o curso de mathematica de Mr. Belidor o com que se hade precisamente abrir a aula, deve ser tratado,

lido e explicado por hua ordem seguida e regular, sem que haja jámais a liberdade de se explicarem ou admitirem lições sobre materia seguinte (truncada a ordem) sem se haverem practicado, lido, e explicado primeiro todas, e cada hua das antecedentes, pelo prejuizo que pode naturalmente seguir-se aos mais atrasados, de estarem inutilmente ouvindo a explicação de propoziçoens, que não tendo ainda estudado, não podem dellas fazer idea alguma sendo a rapidez das liçoens somente em beneficio de alguns, que por acazo succeder hirem mais adiantados.

IX

A mesma ordem, regularidade e methodo observará o lente a respeito de todas as mais partes theoricas, e practicas que na conformidade dos mesmos planos deve traduzir ler e explicar na aula.

X

Como porém os exemplares, que ha do dito curso de mathematica, não podem chegar a todos os que devem e pretenderem applicar-se, os hirá o coronel repartindo por aquelles que primeiro se forem applicando, attendendo as suas graduações; e para suprir a falta que necessariamente deve sentir o resto dos principiantes, que não pode deixar de ser consideravel e attendivel, o lente (como lhe determina o mesmo senhor no § 1 do sobredito plano de 28 de Abril) traduzirá e fará postillar 2 horas nas ditas primeiras aulas e meia nas seguintes, por hua vez somente, o dito curso de mathematica: pois findo elle, podem as postillas multiplicar-se.

XI

Depois de haver o mesmo lente traduzido e ordenado os extractos da artilheria de Mr. de St. Remy, e o mais que lhe determina o referido plano, os fará partilhar na segunda aula de cada semana; principiando pelo que trata das partes de que se compoem as peças, morteiros, e obuzes e os seus reparos, e depois continuará com os que lhe parecer se vão naturalmente segundo; afim de que estas noticias facilitem a intelligencia nos exercicios practicos aos mesmos principiantes.

XII

O methodo de ensinar do qual principalmente depende o adiantamento dos principiantes, deve ser o principal objecto do lente. Deve conduzir os seus discipulos com civilidade e amor. explicando-lhe as liçoens com a possível clareza e fazendo-lhes vizivelmente comprehender o que forem estudando: dissolver-lhe ha as duvidas que lhe puzem, sem que se enfade das repetidas objeçoens, se forem com tudo concebidas no preciso comedimento com que os discipulos devem e são obrigados a tratar e respeitar seus mestres.

XIII

Terá grande cuidado em que cada hua das postillas das materias que dictar, se escreva seguindo hua ordem regular, e parecendo-lhe suspender por algum tempo, a lição da materia que deve seguir-se, o poderá fazer afim de que os discipulos recordem e se aperfeiçoem mais nas liçoens dictadas.

XIV

Como não será talvez possível ao lente explicar só por si, e ao mesmo tempo, as diversas liçoens aos discipulos mais e menos adiantados; poderá (principalmente findo o primeiro curso) nomear aquelles que lhe parecerem mais aptos para o ajudarem, fazendo aos principiantes as necessarias explicaçoens, attendendo comtudo o mesmo lente a que nenhu discipulo passe adiante sem que faça hua justa e precisa idea dos principios que tiver estudado.

XV

Sempre que algum dos discipulos, fora do tempo da aula, necessitar de explicação de alguns principios de que não puder capacitar-se com o estudo somente, poderá buscar em sua casa o lente, a expôr lhe as suas duvidas, com a possível brevidade; não sendo justo tomar-lhe o tempo, talvez necessario a outros; e elle o tirará dellas com afabilidade.

XVI

No tempo que durar a aula, haverá á porta hua sentinella afim de embaraçar as conversações e dezordens, que se possam fazer junto a ella; e de impedir a entrada á aquellas pessoas, que não devem ser nella admitidas.

XVII

Emquanto se estiver na aula, devem todos conter-se nos limites da quietação e do respeito; não só pela seriedade que pede semelhante acto; senão também, e muito mais pelo socego com que os principiantes devem estar, para a necessaria percepção, do que se estiver dictando, ou explicando; e se o contrario fizerem, o lente os advertirá; se continuarem, o lente os mandará presos para o seu quartel, participando a ao coronel e comandante, logo que findar a aula, que lhe diminuirá, ou agravará a pena conforme as circumstancias. Se a culpa porem for de falta de attenção ao lente, o mesmo coronel, findo o castigo, lhe fará dar em termos habeis a precisa satisfação.

XVIII

Por nenhu pretexto, qualquer que seja, se suspenderão as lições e explicações da aula; e se nella entrarem chefes de corpos, generaes de provincias, intendente geral da marinha, ou outras pessoas da maior distincção, todos se levantarão e logo que tomarem assento, se continuarão as lições, e explicações principiadas.

XIX

Ainda que esta aula foi estabelecida somente para os individuos do novo regimento (que sem legitimo impedimento devem não faltar a ella) sem se comprehenderem aquelles officiaes que havendo-se ja qualificado em outras, merecerão do mesmo senhor a graça de os incumbir de importantes comissoens; contudo, se em alguns dos dias de aula, achando se desembaraçados, a ella concorrerem, darão com a sua assistencia hum digno exemplo aos principiantes.

Dos exames geraes

XX

Como he essencialmente preciso haver exames geraes de tempo em tempo. não só para que eu venha no conhecimento da applicação e adiantamento, que tem tido os principiantes, senão ainda para que elles andando mais nos seus estudos mereção a attenção que o mesmo senhor lhe promete no § 17 do sobredito alvará de 28 de Abril de 1773, — de anno em anno e no dia que eu determinar, se farão exames na minha presença, sendo neste dia a entrada da aula livre aos officiaes do Estado e pessoas condecoradas que a este acto quizerem concorrer.

XXI

E para que os examinandos se não cheguem jamais a persuadir de que as perguntas que se lhe fazem, tendem ao fim de os deslustrar, pensamento que os faz muitas vezes confundir e perder, sendo aliás bons estudantes, haverá na aula tantas pequenas caixas quantos são os livros do curso de mathematica, e dentro de cada hua, tantos papelinhos fechados como de proposições ou materias contém cada livro, e mais outra que igualmente conterá outros tantos papelinhos, iguaes em numero ás materias, que alem do sobredito curso se hão de explicar na aula em conformidade do dito plano.

XXII

Tirarão os examinandos por sorte de cada caixa no dia antecedente ao do exame o numero de proposições, que o lente julgar bastantes para que se possa fazer hua clara idea a dos talentos e da sciencia de cada hu; e fazendo lembrança dellas m'as fará presente. Dará hua copia dellas ao coronel e comandante, e outra a levará o examinando para recordar as proposições e materias que lhe tocarão.

XXIII

No dia seguinte virão os examinandos á aula demonstralas; porque se as souberem bastarão 24 horas para se

fazerem senhores dellas; quando ignorando-as, nem em 24 dias se poderão pôr em estado de demonstralas perfeitamente; ficando por este modo acautelados os actos de memoria, em que só esta se ostenta e nos quaes muitas vezes hu homem sciente fica sem dizer hua só palavra.

XXIV

O coronel comandante do regimento e o lente me informarão depois, com o seu parecer por escripto, sobre o merecimento dos examinandos, para que eu sobre os assentos que cada hu tiver, venha no preciso conhecimento de cada hu da sua applicação e da sua conducta para os atender, como me parecer justo.

Das opposições

XXV

Nos exames que se houverem de fazer para o provimento dos postos vagos, na conformidade do dito § 17 infine se seguirá a mesma ordem dos exames geraes com a differença somente, de que os oppositores argumentarão dois a dois, havendo tirado no dia antecedente as proposições e materias em que devem reciprocamente argumentar e responder tirando sempre hu as proposições e materias que deve demonstrar o outro, afim de evitar a toda a ocazião de suspeita, podendo o arguente levar até onde quizer os seus argumentos sem sahir comtudo dos limites que lhe prescreve o § 17 do referido plano, e as proposições e materias tiradas para os mesmos argumentos.

Das lições que devem ter na aula os officiaes do corpo da marinha

XXVI

Sendo necessaria e indispensavelmente precisa aos officiaes do corpo de marinha os elementos da arithmetica, geometria e trigonometria com a theorica e pratica do canon logarithmico e trigonometrico e depois daquelles, partes da artilheria concernentes ao serviço do mar, a bordo dos navios da guerra e da defeza dos portos e dos

dezembarques; lhes ordenei pelos estatutos 24 e 25 que estabeleci para a aula daquelle tão interessante corpo ⁽¹⁾ a frequencia da artilheria nos dias em que nella se tratassem e explicassem similhantes materias; porém como estas não poderão talvez deixar de ser mais extenções do que as que precizão os ditos officiaes, por dizerem respeito alem de outra materia ao serviço da artilheria das praças e da campanha, o que lhe he assaz indifferente. O lente fará ao mesmo senhor hu muito relevante serviço, em dar aula aos officiaes do corpo da marinha ás quintas feiras das 8 até ás 11 horas da manhan, tratando nella das materias seguintes.

XXVII

Dos elementos da arithmetica, geometria, trigonometria, e da theorica e practica do canon logarithmico e trigonometrico; tudo demonstrado, e plenamente explicado para lhes poder servir de preliminares ás outras materias.

Da theorica da polvora, da melhor proporção dos mistos de que prezente se compoem, do modo de conhecer o seu estado, a sua qualidade e a sua força; e das composições em que entra para os artificios proprios á queima dos navios, e das armadas.

Das diversas proporções das peças, de que hoje se guarnecem as embarcações, dos seus calibres, dimensões dos seus reparos; da plamenta precisa para o seu exercicio; das provas necessarias, para serem recebidas nos arsenaes e do cuidado que se deve ter para a sua conservação a bordo e nos mesmos arsenaes.

Do manejo da artilheria a bordo dos navios; do modo de a carregar e descarregar nas primeiras e segundas baterias; de a montar e desmontar; de a aparelhar com as regulares proporções de talhas, vergueiros, esganaduras, moitons, cadernaletes, sapatilhos, gatos, argancos etc.; de a atracar ás amuradas nas occasiões de temporal; de a lançar ao mar sem offender o costado do navio, quando se precise fazer esta manobra; e das regras que devem praticar-se na occasião de combate.

Da construção das baterias em terra, para a defeza de hu porto e das embarcações nelle ancoradas; das plata-

(1) Serão brevemente publicados nesta revista.

formas, ou esplanadas para os morteiros a bordo dos navios ou das galiotas, para este fim destinadas.

Da arte de bombear hua praça.

De conhecer as distancias a golpe de vista; e de tudo o mais que parecer ao lente, que o serviço da artilheria tem hua immediata conexão com o da marinha.

XXVIII

O lente ordenará para estar lições as necessarias postillas segundo o methodo que lhe parecer mais conducente á intelligencia e aproveitamento dos sobreditos officiaes; participando-o ao chefe daquelle corpo, logo que as houver concluido.

XXIX

Mas como as lições da aula não podem ser bastantes para o perfeito conhecimento das sobreditas praticas da artilheria a bordo; de fazer construir as baterias em terra e muito de conhecer os alcances; e determinar as distancias a golpe de vista; conhecimento o mais preciso e indispensavelmente necessario, a hum official do mar: assistirão tambem nas mesmas quintas feiras de tarde aos exercicios, que nestas importantes materias fizer o coronel e comandante do regimento.

(L.^o das *monções* n.^o 156, fl. 165 a 171 v.).

J. A. ISMAEL GRACIAS.

DOCUMENTOS

DO

ARQUIVO DA FAZENDA

(Continuação da pag. 93)

XLVI

Assento do Conselho da Fazenda sobre o mesmo assunto

COPIA.—Assentou-se em Conselho da Fazenda presente o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Governador e Capitão General Dom João José de Mello, e mais Ministros, Deputados d'elle, e abaixo asinados, que vista a informação e estiva que o Dezembargador chanceler e Juiz Conservador da casa da moeda envia em que abaixo vay copiada pela qual consta a difficuldade de se poder deprehender a verdadeira quebra da tutenaga nos bazarucos, que pelas resoens ponderadas no assento deste conselho de 31 de Outubro de 1767 se mandarão fundir, e que visto outro sy haver pessoa qual he a do Fundidor da Ribeira que se offerece a fabricalos com a de trinta e oito arrateis em cada quintal do referido metal de tutenaga quando pelas condiçoens que os offes. da casa da moeda praticarão na presença do mencionado Juiz Conservador se exprimentou a quebra de ametade do peso da quantia que se fundio patente tudo em o requerimento, e informe do mes.^o Ministro, q' tambem abaixo vay transcrito: que aceitão o offerecimento que fas o referido fundidor da Ribeira, e na conformidade desta vtil resolução mandão se lhe entregue a tutenaga que hade servir para a fabrica da bazarucada por hum official da Fazenda, que o vor. della nomear com a cautela de se lhe entregar aquella quantia, que em dous dias se poder naturalmente fundir, e a segunda recebendo os bazarucos da primeira, e como sendo chamados anteconselho todos os officiaes da casa da moeda e o dito fundi-

dor com o intento de se indagar a causa da grande diferença, que se encontra na quebra das fundiçãoens que aquelles praticarão na prezença do dito Juiz Conservador, a respeito da menor que offerece o fundidor, e a respeito das que fizerão em 1716, e em 1722 se originasse o escrupulo delles as terem executado com a detestavel maxima de na fabrica dos bazarucos vtilisarem o aumento da quebra que o seu artificio saberá muito bem figurar;= Considerando-se tambem que sendo o mesmo fundidor obrigado a servir-se na fundição destes officiaes lhe poderão elles causar algum damno irreparavel com os sinistros fins de fazerem apparecer verdadeiras afundiçãoens que com a dita quebra por ametade figurarão, e desindicarem o acto de offerecimento que faz o mencionado fundidor em desabono delles e vtilidade da Real Faz.^a, se assentou tambem que o dito Fundidor se possa servir na fundição de bazarucos que formar dos officiaes que lhe parecer, e que lhe merecerem mais sam conceito que a sobredita fundição a faça na casa da moeda com assistencia do Fiel della, que será obrigado a assistir a mesma nos dias e horas, que o Fundidor quizer, e apontar; e que a faça pela estiva que como já se disse vay abaixo escrita com a declaração de que alem dos oitenta e seis pardaos e m.^o que por ella deve dar para Real Fazenda de S. Magestade de cada quintal de tutenaga dará as tres tangas que to-cavão aquem na casa da moeda se entregar do metal que se reste em moeda, visto este se lhe mandar entregar por hum official da Fazenda, como assima se dispõe, e huma tanga que devia pagar ao Escrivão da mesma casa, visto outro sy se fabricar o sobredito bazaruco sem a sua inspecção ou trabalho as quaes tangas juntas aos ditos oitenta e seis pardaos e meyo fazem a total importancia de oitenta e sete xs. e tanga e meya, cuja integral quantia será obrigado o mencionado Fundidor a dar para a Fazenda Real por cada quintal de tutenaga, que se lhe entregar para fundir sem duvida ou diminuição alguma, de que se fez este assento assinado pelo dito Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Governador e Capitão General e Ministros do mesmo Conselho, Francisco José Goncalves, official mayor da Fazenda o fez a sete de Julho de mil setecentos sessenta e oito Bernardo Cabral Pinto do Amaral, Escrivão da Fazenda Geral o fez escrever. Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Governador e Capitão General. *Saldanha—Braga—Corte-Real, Prese.—Dor. Mendanha.*

XLVII

Informação do Dezembargador Chanceller do Estado,
e Juiz Conservador da casa da moeda, e a estiva da tutenaga para se
lavar em bazarucos de que o assento assim faz menção.

Snor. — Pelo assento do conselho da Fazenda de V. Mage. de 31 de Outubro do anno passado se determina faça nova estiva para o bazaruco de tutenaga que por conta da mesma Fazenda se ha de lavar e que determina hum nova forma da referida moeda que se acomede ao presente tempo ao que se satisfez pondo-se na formas cunhos da moeda de doze, seis, quatro, dous e hum res, cujas moedas pezadas as dos mesmos res humas com outras não tem igoaal pezo porque ainda que são igoaes na formatura, com tudo em humas esta o metal bem derretido, e em outras não, alem de ser algum de mais peso, e outro de menos. Não se pode saber em varias fundicoens que se fizerão a verdadeira quebra, que o referido metal tem na sua fundição, porem como ha quem quer obrar o dito bazaruco com a trinta e oito arrateis em cada quintal o que he favorável a mesma Fazenda, fiz estiva que incluso remeto pela referida quebra, e do possivel modo que pode ser feita com a braçagem costumada aos officiaes que a obrão, e nella costumão intervir. V. Mage. mandará o que for servido. Daugim trinta de Junho de mil setecentos sessenta e oito. Do Dezor. Juiz da casa da moeda, *José Lobo da Veiga*.

XLVIII

Estiva da bazarucada que se bade obrar por conta da Faz.^a Real.

Fundio-se hum quintal de tutenaga pura, por cento e vinte oito arrateis, quebra na fundição trinta e oito, e a moeda fica nos noventa que restão.

A referida moeda he de dose, seis, quatro, dous, e hũ arrateis, e pasado (sic) hum arratel da mesma moeda contada ella acha-se hum pardao e quatorze res, e vem a sahir nos ditos noventa arrateis noventa e quatro xs.

Do dito dinheiro se tira a braçagem dos officiaes sete pardaos e meyo, a saber tres tangas para quem toma en-

trega do metal, huma tanga para o Escrivão, e hum par-dao para lenha, e o mais que resta ao Fundidor, e fica liquido para a Fazenda de Senhoriagem e para o custo de metal oitenta e seis pardaos e meyo. Daugim tres de Junho de 1768. Do Dezor. Juiz da casa da moeda, *José Lobo da Veiga*.

XLIX

Requerimento do Pilozo, Mestre Fundidor de que o assento
atrás transcrito (doc. XLVI) fás menção

Snor. — Diz Pilozo Me. Fundidor da Ribeira que elle tem ajustado com o Desembargador chanceller deste Esta-do para fundir a tutenaga, e fazer bazarucos com quebra de trinta e oito arrateis o quintal, e na forma do ajuste está o supe. pronto, havendo V. Mge por bem entregando as formas, e tutenaga por tanto P. V. Magestade seja servido mandar ao dito Dzor. entregar as formas para o Supt. obrar a moeda na forma do dito ajuste no que R. Mcã.

Despacho

Informe o dr. Juiz conservador da casa da moeda. S. Pedro, 9 de Junho de 1768—Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Governador e Capitão General—Saldanha, Braga, Corte-Real—Presente Dr. Mendanha.

Informação

Snor. — Pertende o Supt. fundir a tutenaga que está na fazenda para se obrar em moeda com a quebra de trinta e oito arrateis em cada quintal, o que V. Mge. manda in-formar.

Hé conveniente e necessario que ao Supe. se conceda o que pede, porque nas fundições que do referido metal se têm feito na minha presença em 13 e 30 de Abril, e em 10 de Mayo do prezente anno chegou aquebra d'elle a metade do pezo de que se fundiu, e nas estivas que acho feitas nos annos de 1716 e 1722, vejo que a quebra che-gou a quarenta e dous arrateis por quintal.

Faz-se preciso que o supe. funda a dita tutenaga pura, e na casa da moeda, ou sendo fora que as formas

estejão na inspecção de pessoa fiel de sorte que não possa com ellas fundir mais tutenaga do que a que lhe for para isso entregue; V Mge. mandará o que for servido. Daugim 27 de Junho de 1768. Do Dezembargador Juiz da casa da moeda José Lobo da Veiga.

Aceitam ao supe. o offerecimento que fas de fabricar o bazaruco de tutenaga tão somente com a quebra de trinta e oito arrateis em cada quintal de que fará termo de obrigação do referido offerecimento na forma do assento da data de hoje. S. Pedro 7 de Julho de 1768. Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Governador e Capitão General da India.—Saldanha, Braga, Corte Real, Presente Dr. Mendanha.

Termo de Piloso Me. Fundidor

Aos 7 de Julho de 1768 na meza da fazenda estando nella eu Bernardo Cabral Pinto do Amaral escrivão geral della appareceu de presente Piloso, Me. Fundidor da Ribeira, e me disse que tendo elle requerido ao conselho da Fazenda para poder fundir a tutenaga em bazarucos com a quebra de trinta e oito arrateis em cada quintal e na forma da estiva feita na prezença do dezembargador chanceler do Estado, e Juiz conservador da casa da moeda que vay registada a fl. 87 do L.^o 23 dos assentos se lhe tinha concedido por assento do mesmo conselho de 7 do presente mez que fica a fl. 84 V. do referido L.^o com todas as declaraçoens expressadas no dito assento, fazendo elle dito fundidor termo de obrigação do mesmo offerecimento, em cuja virtude se queria obrigar a fundir a dita tutenaga em bazarucos com a referida quebra de trinta e oito arrateis em cada quintal, e pagar a Fazenda Real a liquida quantia que pelo mesmo assento se determina e de assim o dizer, e se obrigar por sua pessoa e bens se fez este termo em que se assinou o dito comigo dito escrivão geral da fazenda João Caetano de Crasto. Bernardo Cabral Pinto do Amaral, Piloso.

Contadoria geral pela repartição da Fazenda—Goa, vinte oito de Fevereiro de mil setecentos setenta e cinco. —*Domingos Luis.*

L

Assento do Conselho de Fazenda sobre o mesmo assunto

Assentou se em o conselho da fazenda presentes os Ill.^{mos} Srs. Governadores João Bantista Vás Pereira, e D.

João José de Mello, e mais Ministros do mesmo conselho, que visto tomar-se nelle o assento em 2 de Junho do presente anno para p' virtude do mesmo se bater na casa da moeda a de bazarucos, de que a notavel falta, e visto tambem outro sy, que na estiva antiga por onde se mandava executar esta determinação se encontrarão alguãs duvidas que por parte do desembargador chanceler do estado, e Juiz conservador da casa da moeda forão propostas entre as quaes tem o primeiro lugar a de nella ter o vintem o valor de seis rodas, tendo hoje pelo assento de 24 de Setembro de 1742 o de oito rodas, em cujos termos fica a mencionada estiva nos de não poder servir de norma a referida resolução: Que o sobredito Dzor. chanceler do Estado faça, logo, e sem demora praticar com aquelle zello, actividade, e execução que costuma huma nova estiva capaz de no prezente tempo regular a moeda de bazarucos que se intenta bater e que depois de feita a remeta a este conselho, para a vista della resolver o mesmo e o que for mais vtil de que se fez este assento assignado pelos Ill.^{mos} Srs. Governadores e Ministros. Francisco José Gonçalves official mayor da fazenda o fez a trinta e hum de outubro de mil setecentos sessenta e sete. Bernardo Cabral Pinto do Amaral escrivão da fazenda geral o fes escrever.

Rubricas dos Ill.^{mos} Sres. Conservadores *João Bautista Vás Pereira, e D. João Jozé de Mello, Saldanha, Braga, Corte-Real P. Dor. Mendanha.*

Contadoria geral pela repartição da Fazenda—Goa, vinte e oito de Fevereiro de mil setecentos setenta e sinco. — *Domingos Luis.*

LI

Outro assento do conselho de Fazenda

Assentou-se em conselho da fazenda que visto haver falta na terra da moeda de bazarucos para o trato e meneyo do povo que o Dzor. Chanceler do Estado, e Juiz conservador da casa da moeda de tutenaga pura, e sem liga de chumbo para evitar as duvidas de levarem as moedas mais, ou menos liga por cauza de não poder ligar bem a tutenaga com o chumbo e sahir parte da dita moeda de tutenaga pura, e outra com mayor de chumbo da liga, e se fará na forma da estiva antiga, e do costume, de que se fez este assento, asinado pelo Ill.^{mo} Sr. Governador João Baupista Vás Pereira, mais Ministros do mes-

mo conselho. Francisco José Gonçalves official mayor da fazenda o fez a dous de Junho de mil setecentos sessenta e sete. — Bernardo Cabral Pinto do Amaral escrivão da fazenda geral o fez escrever. Rubrica do Ill.^m Snr. Governador — *Saldanha—Braga—P. Mages..*

Contadoria geral pela repartição da Fazenda—Goa, vinte e oito de Fevereiro de mil setecentos setenta e cinco. — *Domingos Luis.*

LII

Destituição de dois militares do serviço de fazenda

Em quanto as nomeações dos dous lugares de Escri-turarios em hum Furriel, e hum soldado, foi a mesma Senhora servida desaprovalas, por serem pessoas de alheia profição sem a practica da arrecadação da Fazenda, e por não prejudicar e desgostar os Amanuenses com semelhantes pretericoens: Sendo outrosim servida mandar extranhar a essa Junta este procedimento com q' infringio as ordens, que se lhe tem expedido a este respeito. Determinando, que logo os despeça nomeando nestes lugares os amanoenses, a quem tocar, attendendo aos seus merecimentos, e antiguidade; dando conta para se aprovar: O q' se participa a essa Junta da Fazenda, para q' assim o fique intendendo, e faça executar: Faustino Jozé de Mello e Brito a fez em Lisboa aos vinte e oito de Fevereiro de mil setecentos noventa e dous: Luis José de Brito, contador Gl. do Territorio da Rellação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Azia Portugueza a fez escrever. — *Marquez, Mordomo-mór.*

(L.^o 2.^o d'ord. reg., fol. 266).

LIII

Extranhando que officiaes militares sejam providos em empregos de fazenda

O Marquez de Angeja etc.. Faço saber a Junta da Administração da Real Fazenda da cidade de Goa: Que neste Real Erario se vio a sua conta de vinte e cinco de Fevereiro de mil setecentos oitenta e treis, em que pede se lhe aprove a nomeação que fez do lugar de Escripturario que vagou pelo falecimento de Jozé Rodrigues Ramalho, em Euzebio Xavier da Fonseca Tovar, Tenente da Infantaria: E sendo presente a Raynha Minha Senhora

tudo o referido: He servido desaproveitar a nomeação feita no sobredito Euzebio Xavier da Fonseca Tovar, visto ser contraria as ordens que em semelhantes circunstancias se lhe tem expedido, e não se deverem ocupar em officios de Fazenda, pessoas empregadas no serviço das Tropas e da Marinha, preterindo os officiaes da Contadoria, como se fez na nomeação do falecido, e dando motivo a que desgostozos de semelhantes promoções deixem de fazer bons serviços, que se devem esperar da sua applicação e pratica que tem adquirido. Determinando que essa Junta nomeie para o sobredito lugar de Escriuario, hum dos amanuenses da Contadoria, em quem concorrão as circunstancias precisas afim de serem premiados nos lugares que lhe competem, não parecendo justo fique preterido aquelle que pela razão da pratica se acha capaz de servir a dita occupação por hum que inteiramente ignora a arrecadação da Real Fazenda, e expediente do dito Tribunal. Jozé Romão Franco Bravo, a fez em Lisboa aos deoito de Mayo de mil setecentos oitenta e sete. Luis Jozé de Brito Contador Geral do Territorio da Relação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Azia Portugueza a fez escrever.— *Marquez de Angeja*.

(L.º 2º d'ord. reg., fol. 170).

LIV

Sobre os cargos de fazenda serem providos exclusivamente em funcionarios de fazenda

O Marquez de Angeja, dos Conselhos da Raynha Minha Senhora e do de Guerra, Presidente do Real Erario e nelle Lugar Thenente immediato a Real Pessoa da Mesma Senhora, etc.. Faço saber á Junta da Administração da Real Fazenda da cidade de Goa: Que neste Real Erario se vio a sua conta de 25 de Fevereiro de 1786, em que pede se lhe aprove a nomeação que fez do lugar de Escriuario que vagou, por falecimento de João Rodrigues Ramalho, em Euzebio Xavier da Fonseca e Tovar, Tenente de Infantaria: e sendo prezente a Raynha Minha Senhora tudo o referido: He servida desaproveitar a nomeação feita no sobredito Euzebio Xavier da Fonseca e Tovar, visto ser contraria ás Ordens que em semelhantes circunstancias se lhe tem expedido, e não se deverem occupar em officios de Fazenda pessoas empregadas no serviço das Tropas e da Marinha, preterindo os officiaes

da Contadoria, como se fez na nomeação do falecido, e dando motivo a que desgostozos de semelhantes promoções deixem de fazer bons serviços que se devem esperar da sua aplicação e pratica que tem adquirido. Determinando que essa Junta nomeye para o sobredito lugar de Escriptuario hum dos amanuenses da Contadoria, em quem concorrão as circunstancias precisas afim de serem premiados nos lugares que lhes competem, não parecendo justo fique preterido aquelle que pela razão da pratica se acha capaz de servir a dita occupação por hu que inteiramente ignora a arrecadação da Real Fazenda e expediente do dito Tribunal. José Romão Franco Braz a fez em Lisboa aos dezoito de Mayo de mil setecentos e oitenta e sete. Luis José de Brito, Contador Géral do Territorio da Rellação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Asia Portuguesa a fez escrever.— *Marquez de Angeja*.

(L.^o das ordens regias de 1788, fol. 200).

LV

Suspensão do imposto chamado *Panto* em Perném

O Marquez de Ponte de Lima etc.. Faço saber a Junta da Rl. Faz.^a da cidade de Goa, q' sendo prezente a Raynha Minha Senhora a sua conta de seis de Março de mil setecentos oitenta e nove com a copia do assento, em que essa Junta deliberou, se suspendesse, em quanto dava conta, a cobrança da imposição, chamada de Panto na Provincia de Perném, pelos inconvenientes, que lhe representou o commandante da mesma Provincia, fundado na incerteza de justiça, que havia para a dita cobrança, e pela conveniencia do socego daquella Provincia, assaz carregada de outros direitos sobre as palmeiras, que desanimaria os lavradores deste ramo de agricultura e commercio: Foi a mesma Senhora servida determinar q', suspensa a dita cobrança, pratique essa Junta sobre esta dependencia os mais vivos, e precisos exames, q' remettera a este Rl. Erario com hum exacto Mapa de todos os direitos, e imposições impostas nas palmeiras de sura desta, e das mais provincias q' forão do Bounsuló, com a declaração de quanto cada huma das mesmas palmeiras em geral paga de direitos; e rellação das rendas, foros e contribuições de todas as ditas Prov.^{as}, informando, se ellas tem, ou tiverão em algum tempo o imposto, ou direito de palmeiras a sura; o seu estabelecimento, ou

extincção, e o tempo della, quando tenha havido o referido direito nas mesmas provincias, para a vista de tudo resolver a mes.^a Senhora o q' for servida. Faustino José de Mello e Brito a fez em Lisboa a seis de Junho de mil setecentos noventa e hum. Luis José de Brito Contador Gl. do Territorio da Rell^m do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Asia Portugueza a fez escrever.—*Marquez Mordomo-mór.*

(L.º 2.º d'ord. rég., fol. 25g).

LVI

Remessa de dinheiro de Macão para a construção de navios de guerra e fortificação da praça de Rachol

O Visconde de Villa Nova da Cerveira &c.

Faço saber a Junta da administração da real fazenda da cidade de Goa q' a Raynha N. Senhora foi presente a sua conta de vinte e sete de Fevereiro do ano próximo passado de mil setecentos oitenta e sete, em q' participa ter recebido do senado da camara de Macau trinta mil taéis p.^a se applicarem á construcção de huma ou duas embarcações de Guerra, e a fortificação da praça de Rachol, na conformidade das ordens expedidas a este fim: E em que sendo os negociantes Govinda Naique, e Narbá Camotim responsaveis pela quantia de cem mil xerafins da importância de algumas fazendas que compraram pertencentes a dita remessa, por requererem a essa Junta lhos emprestaje a juro, para o giro do seo commercio, ao do rendimento da Alfandiga, e ao interesse do premio de sinco por cento por que se lhe fez o dito emprestimo, com as precisas seguranças. Ao que tendo ao mesma Senhora consideração, he servida mandar declarar a essa Junta, que sem ordem não deverá fazer o dito emprestimo, e que por tanto deverá logo fazer entrar ao cofre o dito emprestimo para que tanto a quantia emprestada como a que se recebeu vinda de Macau possam ter o destino para que forão applicadas Francisco José Lopes Chillon a fez em Lisboa aos quatro de Abril de mil setecentos oitenta e oito. Luis José de Brito contador geral do territorio da rellação do Rio de Janeiro, Africa Oriental e Azia Portugueza a fez escrever.—*Visconde de Villa Nova da Cerveira.*

(L.º 2.º de ord. rég., fol. 192).

(Continúa)

J. B. AMANCIO GRACIAS

ABREVIATURAS LATINAS ⁽¹⁾

A

- A. significa — Aulus, Augustus. Ou ager, aut, aliquando;
anno; actor.
A. A. — Augusti, ou Augustae; autores.
A. A. A. F F — Aeri, argento, auro, flando, feriundo.
A. B — Aurea Bulla.
AB. U C — Ab urbe condita.
A. C — Anno Christi.
A. D — Anno Domini.
A. D III N. ou ID — Ante diem III. Nonas, ou Idus.
AED. — Aedes.
AEDIL. CUR. — Aedilis Curulis.
AED. PL — Aedilis plebis.
AEL. — Aelius.
AET. — Aeternitas.
AER. P. — Aere publico.
A. L. F. C. — Animo libente faciendum curavit.
A. L. U. S. — Animo libente votum solvit.
A. M. — Anno mundi.
AN. V. P. M. — Annos vixit plus minus.
A. O. R. — Annis orbis redempti.
APP. — Appius.
A. P. R. C. — Anno post Romam conditam.

(1) Satisfazendo ao pedido de alguns estudiosos de arqueologia, publicamos esta relação de abreviaturas latinas, com o respectivo significado, que se encontram frequentes vezes em monumentos, medalhas, moedas, inscrições, epitáfios e legendas da antiguidade, e que nem sempre é fácil entender. Transcrevemo-las do estimável e raro livro — *Orthographia Latina* — do erudito humanista Pedro José Soares, Lisboa, 1790. (I. G.).

- A. R. D.—De aquirendo rerum dominio.
 A. R. S.—Anno reparatae salutis.
 A. S.—A suis.
 ASS.—Assessor.
 A. T. F.—Aulus Titi filius.
 AUG.—Augustus.
 AUGG.—Augusti.
 A. VIC. PUB.—A vice publica.
 AUR.—Aurelius.
 A. U. S.—Actum ut supra.
 A. X.—Annis decem.

B

- B.—Balbus ; Brutus ; bonus ; beatus, e nos livros de medicina, balneum.
 B. B.—Bene bene.
 BB.—Bonorum.
 B. D.—Bene dedicavit ; donavit ; dormit ; bona dies ; bonum datum.
 B. D. S. M.—Bene de se merenti.
 B. F.—Bona familia ; femina ; bona fide.
 BF.—Beneficium ; benefecit.
 B. L.—Benevole Lector.
 B. M.—Bonae ; beatae memoriae ; bene merenti ; e para os medicos balneum mariae.
 B. M. F.—Bene merenti fecit.
 BN. M.—Bene merenti.
 BR.—Bonorum ; breviter ; britanicus.
 B. R.—Bono reipublicae.
 B. P. N.—Bono publico natus.
 B. V. V.—Balnea, vina Venus.

C

- C.—Caius ; Caesar ; Camillus ; caput ; causa ; conjux ; canone ; capite ; codice ; e para com os medicos, calx.
 CAES.—Caesar.
 CAESS.—Caesares.
 C. B.—De cessione bonorum.
 C. C.—Cornu cervi.
 CC. U.—Cornu cervi ustum (nos livros dos med.).
 C. F.—Caius Filius.
 CAL.—Calendae

- C. I.—Codices Justiniani.
 C. I. C.—Caius Julius Caesar.
 C. I. P.—Colonia Julia Paterna.
 CL.—Claudius.
 C. L.—Caii Libertus.
 CL. V.—Clypeus votivus.
 C. M.—Caesarea majestas.
 CN.—Cneus.
 C. N.—Caii Nepos.
 CO.—Conjux.
 COL.—Collega; colonia.
 CON.—Consiliarius.
 CORN.—Cornelius.
 COS.—Consul.
 COS. DES.—Consul designatus.
 COSS.—Consules.
 C. P.—Comes palatinus.
 C. P.—Communi pecunia.
 C. S. ou C. SUM.—Communi sumpti.
 C. V.—Clarissimus vir; Centum vir; Celsitudo vestra.
 CUR.—Curia, ou Curator.
 CUR. OPP.—Curatori operum publicorum.

D

- D.—Decimus; Decurio; decuria; divus; doctor; dominus
 antes dos nomes proprios.
 D. A.—Divus Augustus.
 D. ou DI.—Digesta.
 D. D.—Decreto decurionum; dono dedit; doctores.
 D. D. D.—Datus decreto decurionum; donum dedit de-
 dicavit.
 D. C. O.—Nas dedicatorias: Dedicat, consecrat, offert.
 D. D. L. M.—Dono aedit libens merito.
 D. D. P.—Donum dedit publice.
 DE.—Decius; defectus; defunctus.
 D. E. R. I. C.—De ea re ita censuerunt.
 DEC.—Decius; decurio; decreto.
 DES.—Designatus.
 DICT.—Dictator; dictavit.
 D. M.—Dis manibus; dolo malo.
 D. M. AE.—Deo magno aeterno.
 D. M. S.—Dis manibus sacrum.
 D. I. M. S.—Dis inferis manibus sacrum.

D. OM. — Deus Optimus Maximus, ou Dea Optima Maxima.

D. S. B. M.—De se bene merito.

D. S. D.—De suo dedit.

D. S. I. F.—De sua impensa fecit.

D. S. P. — Deo soli posuit; de sua pecunia; de suo posuit.

D. SP —De sapientibus.

D. S. P. D —De sua pecunia dedicavit.

D. T.—Dedit testamento.

D. VIII.—Diebus novem.

E

E. P —Eques, ou Equus publicus.

E. Q. R.—Eques Romanus.

E. F.—Ejus filius, ou frater.

EX. A. PU.—Ex auctoritate publica.

EX. D. D —Ex decurionum decreto.

EX. S. C —Ex Senatus consulto.

EX. V.—Ex visu, ou voto.

F

F.—Fabius; fatum; fama; femina; filius; flamen; forma; fiat, nos livros dos medicos; e nas dedicatorias, felicitatem

F. C.—Fieri curavit.

F. H.—Filius heres.

F. H. F.—Fieri heredes fecerunt.

F. I.—Fieri jussit.

FL —Flamen: fluvius.

FR.—Frater.

FR. I.—Forum Julii.

FR. L —Forum Livii.

F. S. A.—Fiat secundum artem

F. S. A R —Fiat secundum artis regulas } (nos medicos)

G

G.—Gaius; Gellius; gemina; gratia; gratus, para os medicos, gutta.

G. P. R.—Genio populi romani.

GRAC.—Gracchus.

G. S.—Gloria sua; genio sacrum, ou sacro.

H

- H.—Hadrianus; Hostilius; habet; heres; hodie; honor;
hostis; hoc; hic.
H. ARA. H. N. S.—Haec ara heredes non sequitur.
H. B. M. F. C.—Heres bene merenti faciendum curavit.
H. L. Q. C.—Hora, locoque consueto.
H. M. D. M. A.—Huic monumento dolus malus abest.
H. M. M.—Hic memoria mirabilis.
H. M. H. S.—Hoc monumentum heredes sequuntur.
H. M. H. N. S.—Hoc monumentum heredes non sequuntur.
H. M. H. E. N. S.—Hoc monumentum heredes ejus ou
exteri non sequuntur.
HS.—Sestertium.
H. S. B.—Hic situs bonus.
H. S. E.—Hic situs est.
H. S. DD.—Hoc sepulcrum dederunt.
H. S. V. S. P.—Hanc sedem viri sibi posuerunt.

J

- I.—Julius; Jupiter; Junius; Imperator; inferis; inscripsit;
invenit; invictus.
IAN. CLU.—Janum clusit.
I. C.—Jesus Christus.
I. D.—De jure dotium.
I. L. I. M.—Impendit libens jure merito.
IMP.—Imperator.
IN. AG. P. D. X.—In agrum pedes decem.
I. N. D.—In nomine domini.
I. M. I.—Jesus, Maria, Joseph.
IN. H. D. D.—In honorem domûs divinae, ou deorum.
I. N. I.—In nomine Jesu.
I. N. R. I.—Jesus Nazarenus rex Judaeorum.
I. O. M.—Jupiter Optimus Maximus.
I. P.—Jus publicum.
I. S. M. R.—Juno sospita mater regina.
I. S. S.—Infra scripta sunt.
I. U. D.—Juris utriusque doctor.
IUD.—Judico ou judicium.
IUL.—Julius.
IIVIR.—Duumvir.
IIIVIR.—Trevir; Triumvir

K

K.—Calendae; Carthago; caesus; calumnia; carissimus; condemnati.

KL.—Calendae.

K. MR.—Cara Memoria.

K. T.—Capite tonsus.

L

L.—Lucius; Livius; Laelius; Latinus; Lollius; Lilius; locus; lex; legio; libertus; sestertius nummus; antes de nomes proprios, licenciatus.

L. A.—Libens animo.

L. AG.—Lex Agraria.

L. A. D.—Locus alteri datus.

L. B.—Lector benevole.

L. C.—Loci communes.

L. D. D. D.—Locus decreto decurionum datus.

LEG.—Legatus ou Legio.

LEG. III ITAL.—Legionis tertiae Italiae.

LEG. LEG. V—Legatus legionis quintae.

LEG. X—Legio decima.

LEP.—Lepidus.

L. F.—Lucii filius.

L. L.—Lucii libertus; lingua latina; leges.

L. L. S.—Sestertium.

L. M.—Libens merito.

L. P.—Libens posuit.

L. S.—Libens solvit; loco sigilli.

LUD. SAEC. F.—Ludos saeculares fecit.

LUS.—Lusius.

LX.—Lex.

M

M.—Marcus; Marcius; Memmius; Metellus; Minucius; Munius; manibus; miles, monimentum; mors; mundus; munus; antes dos nomes proprios significa magister, e para os medicos, manipulus.

MA.—Macuvius; magnus; manu.

M. A.—Marcus Aurelius, ou Aemilius.

M. AG.—Militis ager.

- MAX.—Maximus.
MAX. SEN.—Maxima senectute.
M. B.—Mariae balneum, nos libros medicos.
M. C. M.—Mortis causa manumissus.
M. CS.—Marcus Caesar.
M. D.—Medicinae doctor.
MD. M. I.—Magnae deum matri Ideae.
M. EQ.—Magister equitum.
M. FA.—Marcus Fabius; mala familia.
M. F.—Marci filius
MIL.—Miles.
MON.—Moneta
M. P.—Materia prima, nos medicos.
M. P.—Mille passus.
M. P. II.—Millia passuum duo.
M. S.—Manuscriptus liber.
MSS.—Manuscripti codices.
M. T. C.—Marcus Tullius Cicero.
MUN.—munere; municipium.
M. V. S.—Monimentum vivens sibi.
M. X.—Menses decem.
M. S. P.—Memoriae suae posuit.

N

- N.—Neptunus; Nero; Nonius; Numerius; natus; nepos;
noster; nummus; nomine; nuptiae: de nuptiis; nomen;
novellae.
N. B.—Nota bene.
NBL.—Nobilis.
N. C.—Nobilissimus Caesar.
NEP. RED.—Neptuno reduci.
N. F. N.—Nobili familia natus.
N. N.—Nomen nescio.
NOB. G. N.—Nobili genere natus.
NON.—Nonae.
NS.—Noster.
N. S. E.—Non sic est; nostrum sepulcrum est.
N. S. H. M.—Non sequitur heredes monimentum.
N. T.—Nostri temporis; novum testamentum.
NU.—Numa.
N. W.—Non vult.

O

O.—Officium ; oportet ; optimus ; ostendit.

OB.—Obiit ; oblatio.

OB. C. S.—Ob cives servatos.

OB. M. E.—Ob merita ejus.

O. BON.—Omnia bona.

O. D. S. M.—Optime de se merito.

O. B. R.—Ob eam rem.

O. H. S. S.—Ossa hic sita sunt.

O. I.—De origine juris.

O. M.—Optimus maximus.

OMA.—Omnia.

OMB.—Omnibus.

O. P.—Optimus princeps.

ORB. PAR.—Orbati parentes.

O. V.—Optimus vir.

P

P.—Publius ; Pallas ; Plancus ; pater ; patria ; pax ; pecunia ; perpetuo ; piissimus ; pontifex ; posuit : populus ; puer ; publice ; Paulus ; Petrus ; para com os medicos pugillus.

PAT.—Patrius.

P. C.—Patres conscripti.

P. F.—Publii filius ; pius felix ; pia fidelis.

P. F. P.—Perpetuam felicitatem precatur.

P. F. P. N.—Publii filius ; Publii nepos.

P. I.—Publicis judiciis.

PL.—Plebis.

P. L.—Publii libertus.

P. L. C.—Poeta Laureatus Caesareus.

P. M.—Pontifex Maximus ; post mortem.

POM.—Pompeius.

POP.—Popilius.

P. P.—Patria patriae ; propria pecunia ; pecunia publica ; praemissis praemittendis ; patria potestas ; e antes dos nomes proprios significa professor publicus, ou pastor primarius. E nos programas, publice promulgatum, ou publice patuit.

P. Q. R. D. D.—Populoque Romano do, dico.

P.R.—Praefectus ; Praetor.

- P. R.—Populus Romanus.
 P. R. C.—Post Romam conditam.
 PR. PR.—Pro praetore; Praefectus Pretorii.
 PRID.—Pridie.
 PROC.—Proconsul.
 PRO COS.—Proconsul.
 P. S.—Post scriptum.
 PUBL. L.—Publico luctu.
 P. X.—Pedes decem.

Q

- Q.—Quinctius; Quinctus; Quinctilius; Quirinus; Quirinalis; quaesitus; quaestor; quaero; quartus; quaestio.
 Q. B. F. F. Q. S.—Quod bonum felix faustumque sit.
 Q. B. V.—Quod bene vertatur.
 Q. D. B. V.—Quod Deus bene vertat.
 Q. E.—Quinta essentia, nos medicos.
 Q. E. D.—Quod erat demonstrandum, para com os matematicos.
 Q. F. M.—Quintus Fabius Maximus.
 Q. F. P. D. E. R. I. C.—Quod fieri placuit de ea re ita censuerunt.
 Q. F. Q. N.—Quinti filius, Quincti nepos.
 Q. V. A. ou ANN.—Qui, ou quae vixit annis.
 QUAESS.—Quaestores.
 Q. V. G. V. S. L. M.—Quod votum gratus voverat solvit libens merito.
 QUIR. R.—Quirites Romani.

R

- R.—Rutilius; Rarrus; Regiensis; Ravenatis; Regulus; Roma; Romanus; respublica; restaurator; relinquit; rex; rogo; rostris; ruit. E antes dos nomes proprios dos doutores dos judeos, significa Rabbi; v. g. R. Israel.
 R. C.—Romani cives.
 R. D.—Rerum divisione.
 REG.—Regio.
 RESP.—Respublica.
 R. I. S. A.—Romanorum Imperator semper Augustus.
 R. M.—Regia Magestas.
 RO.—Romanus ou Romae.

- R. P.—Respublica, ou retro pedes.
 R. S. P.—Res sua privata, ou publica.
 R. T. D.—Reverenda tua dignitas.
 R. V.—Rei vindicatio.
 RUF.—Rufus.

S

- S.—Sempronius; Sulpicius; sacrum; sanctus; secundus;
 senatus; sepulcrum; sequitur; sextus; sunt.
 S. C.—Senatus consulto, ou sibi curavit.
 SC. ou SCt.—Senatus consultum.
 S. C. M.—Sacra Caesarea majestas.
 S. D. S.—Soli Deo sacrum.
 SEC. ORB.—Securitas orbis.
 S. E. T. L.—Sit ei terra levis.
 SEP.—Septimius.
 S. F. S.—Sine fraude sua.
 S. H.—Status hominum.
 S. L. M.—Solvit libens merito.
 S. L. P.—Sibi, libertis, posteris.
 S. P.—De servitutis praediorum.
 S. P. D.—Salutem plurimam dicit.
 S. D.—Salutem dicit.
 S. P. F.—Sua pecunia fecit.
 S. P. P.—Sua pecunia posuit.
 S. P. Q. R.—Senatus, populusque Romanus.
 S. R. E. C.—Sancta Romana Ecclesia Cardinalis.
 S. R. I.—Sacri Romani Imperii.
 S. R. P.—De servitutibus rusticorum praediorum.
 S. S.—Supra scriptum.
 S. T.—Salvo titulo.
 STIP.—Stipendiorum.
 S. V. B. E. E. Q. V.—Si vales bene est, ego quoque
 valeo.
 S. V. G. E. V.—Si valetis gaudeo, ego valeo.
 S. V. L. D.—Sibi vivus locum dedicavit.
 S. V. L. V. V. B. E.—Si vos, liberi vestri valetis, bene
 est.
 S. U. P.—De servitute urbanorum praediorum.

T

- T.—Tarquinus; Terentius; Tiburtinus; Titius; Titus;
 Tullius; terra; terminus; testis; tribunus; tutor.

- TAB.—Tabularius.
 T. C.—Testamenti causa.
 TER.—Terentius, ou Terentia.
 T. F.—Titulum, ou testamentum, ou testamento fecit.
 TI. ou TIB.—Tiberius.
 T. O.—De testamentis ordinandis.
 TR. MIL.—Tribunus militum.
 TR. PL.—Tribunus plebis.
 TR. POT.—Tribunicia potestate.
 T. S. F. I.—Testamento sibi, ou suo fieri jussit.
 TT. IMP.—Titulum, ou tumulum imposuit.
 TTO.—Testamento.
 TUL. H.—Tullus Hostilius.

V

- V.—Valerius ; Vestales ; Vitellius ; Volerus ; Volusus ;
 Vopiscus : veteranus ; vir ; vivens ; vivit ; vixit ; universi ;
 votum ; uxor.
 VAL.—Valerius.
 V. B. R.—De vi bonorum raptorum.
 V. C.—Vir clarissimus, ou vivus curavit.
 V. D. M.—Verbi divini minister.
 V. E.—Vir egregius.
 VE. T.—Veteranus.
 V. F.—Verba fecit.
 V. I. B.—Vibius.
 VIVIR.—Sevir.
 VIIIR. EPUL.—Septemvir epulorum.
 VIIIIR.—Octumvir.
 V. L. S.—Votum libens solvit.
 V. M.—Volens merito.
 V. O.—De verborum obligationibus.
 VOT. X. MULT. XX.—Votis decenalibus, multiplicatis
 vicalibus.
 V. S.—Verborum significationes.
 V. S. E. SF.—Vivens sibi, & suis fecit.
 V. S. F. I.—Vivens sibi, fieri jussit.
 V. T.—Vetus testamentum.
 V. V.—Virgo Vestalis ; viva Venus ; vivo viro.
 VV. CC.—Viris clarissimis.
 VV. FF.—Viventes fecerunt.
 V. V. F.—Vivis vivus fecit.
 V. URB.—Vir urbanus.

V. V. V.—Vir urbis vestrae.

V. V. V. V.—Vincens vires urbis vestrae.

X

X.—Decimus, prenome.

X. D.—Decies dedit.

X. E.—Decies existimatio.

X. P.—Decem pedes, ou pondo.

XV. VIR. SAC. FAC.—Quindecim vir sacris faciendis.

XXII. S.—Viginti duo & semis.

XX. LIB.—Vicesima libertatum.

Y

Y. M. N.—Hymnus.

Z

Z. E. N.—Zenonius.

DIALETO INDO-PORTUGUÊS DE CEILÃO

Istori de Leandro e Lizarda ⁽¹⁾

1. Senhor, nan torná ne agua
Ah qui corrente cristalino!
Porque vai tam pélegrino
Kelistando ⁽²⁾ ne magua.
2. Ah enfante bova!
Dexá tua panela
Vi, vi, ne janela
Oljá sober agua.
3. Senhor, magua restando
Ne tua frémosa curaçan
Tua vide ficá perdiçan
Neste mare engolfando.
4. Fremosa, assi nan pensá
Ne mare eu engolfando
Ne terra a ti dexando
Tudo cavá, tudo passá.

(1) É um fado dos namorados, Leandro, marujo — e Lizarda, criada de servir.

(2) Peregrino acabrunhado.

5. Engolfando neste mare
Ne agua su-corrente ⁽¹⁾
Mais agua vi enxante ⁽²⁾
Já pará ne fundo de mare.
6. Lizarda nan torne eu oljá
Dando mil suspiro churá
Nunco teu amigo panhá ⁽³⁾
Nen teu curaçon ganhá.
7. Rumpé ares com suspiro
Com ais de meo pêto
Toda gente minha gêto
Notá e minha dôr puro.
8. Na alta anoite
Em brando vento
Eu segui teu intento ⁽⁴⁾
Meu rico amante.
9. Frostéro fosse livrá vento
Continuo amante de ares
Adeus penas mortares
A dor e mais sentimento.
10. Nan churá, meo bem,
Nan tomá sentimento
Olhando meo perdimento
Teu vidê cavá tambem ⁽⁵⁾
11. Sentimento e dores.
Vosse curaçon padecê

⁽¹⁾ Na corrente dagua.

⁽²⁾ Virá maior enchente dagua.

⁽³⁾ Apanhará.

⁽⁴⁾ Pensamento.

⁽⁵⁾ Assim acabarás a tua vida.

Mas Sra. Lizarda vós oferecê
O mar chêo de amores.

12. Sober vosso belo filjo
Morrê eu folgado
Filjo do teu Gribaldo ⁽¹⁾
Mas nan minha filjo.
13. Amor neste mar fundado
Já nan variá agora
Ficá meo Leandro aquelhora
Ficá meo semper dourado.
14. Estava hum bom vaso
Chêo de flores dourado
Com cara bem adorado
Oljos finos e saudosos.
15. Dourado e adorado amor
Com peles de ambre armado
Seja forte e rico forjado
Nan ter de ninguem temor.
16. Nan ver de continuado ⁽²⁾
Eu ficá disterrado
Longe de terra errado
Mas par ti semper amado.
17. De continuado nan ver
Parque será encerrado ⁽³⁾
Ne este agua salgado
Minha fortuna perder.

(1) Foi outro amante da criada.

(2) Não o ver continuamente.

(3) Tem de se mergulhar.

18. De continuo nan ver,
Minha Lizarda amado,
Ne targo terra errado
Nunco nan mais ter?
19. Levarão minha fortuna
Par mi neste mar engolfando
Ficar Leandro amado
Por todo o dia de semana.
20. Meo todo fortuna
Parqui me servi?
Quem par mi ouvi,
Meu Lizarda, nona?
21. Par meo duro tormento
O triste, mofino sorte
Tem hum inimigo forte
Nem teu sofrimento.
22. Mimóso e bom vaso
Ah enfante bela!
Que oljá de janela
A pobre que par lá passo.
23. Leandro meo, vine janela
Ouvi com atençon segredo
Que eu ti papiá todo ⁽¹⁾
Que tem um concelha ⁽²⁾
24. Vendo eu a enfante
De alto de bela janela
De sua alta sala
Já ficá muito contente.

(1) Que eu lhe digo tudo.

(2) Que será um conselho.

25. Cândo eu oljá janela basso
Meo Leandro de corpo-alma.
Meo vide parcê dormi cama
Eu queda janela par basso.
26. Eu pedi com Deus bondoso
Com toda minha cureçan
Par minha satisfaçan
De Lizarda um abraço saudoso.
27. Com abrasado corpo janela baxá,
Amado e bom Leandro abraçá
Com satisfaçan eu lançá
Ne piscós amante e oljos fichá ⁽¹⁾
28. Eu pedi com Deos poderoso
Emadre todo meo amado
Par junto ser sepultado
Despós de morte tormentoso.
29. Amado cambrado de alma,
Ficai comigo compinhado
Ne grande regatô criado
Per todo dia de semana.
30. Par largá o corpo abraçado
Ambos dois fôrça faltá
Um outro nan podê fôra botá
Então com ispada foi cortado.
31. Despós ela ficá sabendo
Torná dôdo sem sentido
Gritando Leandro foi ferido
Lamentá com pranto churando.

(1) No pescoço amado e fechei os olhos.

32. Lavá corpo como aqui instalado
Com este lagri, nan agua fria,
Que matá com ispada e furia
Será agua amargo e salgado.
33. Oh cruel e mal tyrano!
Foi minha inimingo forte
Que perpará tal morte
Foi algôz negro deshumano.
34. Eu, Santo Deos, já sabê
O meu mal fortuna
Ora grande, ora piquina
Que agora todo perdê.
35. Leandro, minha Leandro,
Inimingo te cortá cabeça
Ne minha mesmo regaça
Leandro, minha Leandro.
36. Adeos, minha cambrado,
Minha bem, minha amado,
Ne minhã regaça foi matado,
Ne sono foi me rubado.
37. Que servi de vosse sentencia ⁽¹⁾
Per morrê Leandro ne desgraça
Cando ele esteve folgança
Ne tua segura possia. ⁽²⁾
38. Agora cavá tudo, Leandro,
Lançá Lizarda triste
Lembrá lagri tem preste
Cavá, minha bom Leandro.

(1) Para que servem teus prantos.

(2) Estava na tua posse segura.

39. Vamos agora preste ver filja
Dele que mais rainha tinha
• Enfante bele que minha ⁽¹⁾
Naquel piquin fronte ilha ⁽²⁾
40. Filjo que criá meo entranha
Tu Leandro foi sonho
Corpo morto era istranho
Tua nan tem, era vergonha. ⁽³⁾
41. Vós tinha hum filjo
Soldado preste per guardá
Vistido ispada e farda
Que era tua orgulho.
42. Cando versos de ouro
Todo dia-noite já ouvi
Com bējos abraços cubri
Já dá meo curaçan ao louro.
43. Homens que querê assim
Sem sorte, sem vintura,
Já cavá ne sepultura
Maguas e lagri sem fim.
44. Versos tem tan triste agora
Meu pêto tem só dores,
Negro e preto tem cores,
Ambos ne cóva eu churá.
45. Parque servi lamentos
Por aqueles que nan voltá
Por aqueles que nan falá?
Agora deixá prantos.

(1) Criança mais bela que minha.

(2) Que fica naquela pequena ilha fronteira.

(3) O filho falecido não era de Leandro, mas da prostituição.

46. Eu largá pranto de amizade
E fazê toda repetaçan?
Eu nan tem satisfaçan
Tem de morridos saudade.
47. Deixá vide de perdiçan
Guardá lei e mandamento
De Deos que é sacramento
Que já dá salvaçan.
48. Eu nun querrê esta salvaçan
Que nuhé de Deos bom
Que lô dá um alto som
Chamando todos ne mançan.
49. Tu tem um poco-idade ⁽¹⁾
Teu pai-mãi dizê, ouvi
E deles exemplo segui,
Que tem per ti o remede.
50. Pai-mãi o que dizê, sabê?
Que eu casá com Charle
Fêo cara, negro pele,
Com que ninguem casá querê.
51. Tapá boca! Charle nan tem fêo
Ele tem bom macéu ⁽²⁾
Temente de Deos e do céu
Será um bom marido teo.
52. Se Charle tan bom macéu
Tu casá tua filja com ele
Eu nunco querê aquele
Que parcê um judeu

(1) Uma joven.

(2) Ele é um bom mancebo.

53. Tu nan sabê o que papiá
Tem cabeça todô dôdicia (1)
Fazê a Deos cortezia
Perdão de pecados mistê falá. (2)
54. Eu tem grande pecadóra.
Como Magdalina da Bibia,
Que alegrá aquel aldia
Com sua fremosfera tentadóra.
55. Tem muito bom exemplo
Magdalina já fazê repentaçan
E ganhá par si salvaçan
Assi antrá ne divino templo.
56. Dizê o que te gradá (3)
Mas nan papiá de Charle
Que par mi tem male
Pior que vibra que mordá. (4)
57. Se nan querê Charle casá?
Dexá, mas nan papiá contra ele
Porque nan tem outro como ele
E Deos tem ele mui benzá. (5)
58. Charle podê ser rico, novo,
Par mi ele tem um négro
Com cara de fêo ferréro
Que nan será meo noivo.

(1) Tem a cabeça cheia de doidice.
(2) Põe-te de joelhos e pede perdão.
(3) Fale o que lhe agrada.
(4) Pior que a vibora que morde.
(5) Deus o tem abençoado.

59. Tu dôda antrá convento ⁽¹⁾
Alá levá vide de repentaçan
Amá Deos e pedi salvaçan
Muito vez até um cento. ⁽²⁾
60. Tem bom! eu muito gostá
Dizê meo pai-mãi tudo vendê
Entregá par mi par eu podê
Primêro de meo vide gozá.
61. Agora dexá tolíce e irgui ⁽³⁾
Tu que tem muito gozá
De vide e muito abuzá
E' tempo de nova vide segui.
62. Eu tambem querê novo vide
De alegria e folgaçan
Par me ter satisfaçan
De gozá bem minha vide.
63. Tu já tua vide muito gozá
E mais querê gozá nan servi
Agora tem tempo, dexá, ergui
Pedi Deos salvaçan e benzá.
64. Aquel tem tua dôdicia
Eu nan disijá fazê
Tudo dia oraçan dizê
Qual padre de igreja balbucia.
65. Tem muito bom oraçan
Tudos homens mistê rezá

(1) Tu és doída, entra num convento.

(2) Cem vezes e muitas vezes.

(3) Levanta-te, deixa-te de tolíces!

Para podê despós gozá
Ne alto ne celeste mançan.

66. Eu primêro gozá e cavá ⁽¹⁾
Despós eu torná freri ⁽²⁾
E segui Martyr de Calvari ⁽³⁾
Assi minha alma salvá.

Raia.

B. C. TAVARES DE MELO.

(1) Primeiro quero acabar de gozar.

(2) Depois serei freira.

(3) Seguirei o martir do Calvario.

VÁRIA VARIORUM

Sinos do Mosteiro de St.^a Mónica em Velha Goa

Do nosso erudito colaborador, sr. cônego F. X. Vás, recebemos a seguinte comunicação a respeito dos três sinos do extinto mosteiro de St.^a Mónica: ⁽¹⁾

«O primeiro, que é o maior e chamado de *Santo Cristo*, corresponde a *lá* e tem apenas a seguinte inscrição:

+
IHS

O seguinte, correspondente a *dó*, tem as seguintes:

AVE MARIA GRATIA PLENA BE-
NEDICTA IN MVLIERIBVS ET BENEDICTVS
FRVCTVS

FEITO PELO MESTRE BODV
1744

O terceiro, que corresponde a *lá*, tem a seguinte:

AVE MARIA GRATIA PLENA
DOMINVS TECVM

(1) No vol. VI desta revista (1909) a pag. 148, foram publicadas as legendas dos sinos da Sé Catedral, e a pag. 470 as dos sinos da igreja do Bom Jesus, todas trasladadas também pelo mesmo sr. cônego Vás.

Notícias da India, de 1648

O sr. padre H. Hosten, que os nossos leitores conhecem como um consciencioso e profundo investigador, encontrou num antigo jornal de Paris uma extensa carta em francês com o seguinte título — *Lettre d'un Portugais écrite de Goa, & arrivée à Lisbonne le quatorzième Aoust dernier* (1648). Traduzindo-a para inglês, publicou-a no *Catholic Herald of India*, n.º 20 a 22 de 16, 23 e 30 de Maio último, onde os leitores poderão ver esse muito curioso documento.

A carta não traz o nome do seu autor e parece ter sido escrita pelos fins de Janeiro daquele ano; contém principalmente notícias das missões, falando também da derrota dos holandeses pelos espanhóis perto de Manila, — do boato que corria da expulsão dos holandeses de Nagasaki, — do abandono da feitoria de Carvar pelos ingleses, — da decadencia do comércio de Moca e Ormús, — da crescente importância de Mascate que ainda então pertencia aos portugueses, — e duma vitória contra os piratas da costa ocidental.

É muito interessante o preambulo que nos permitimos dar em seguida, conforme a versão do erudito tradutor:

«Senhor. Se a viagem dos argonautas não é fabulosa e se existe uma ilha que mereça o nome de Colcos, onde outrora se conquistou o tosão de ouro, deve ser a de Goa, não somente por causa de enormes riquezas que se acham no seu porto e constituem o seu trafico ordinario, de que podeis julgar pela importancia da carga de tres grandes navios, á chegada dos quaes vos será entregue esta carta, constando uma parte dessa carga em barras de ouro, ambar-grís, diamantes e outras pedras preciosas de

grande valor, — não somente, digo, por tão excessivas riquezas, com as quaes trafico algum de todos os outros portos do mundo pode entrar em comparação, mas ainda porque se algum lugar existe onde se possa esperar descobrirem-se minas de ouro e prata, é este cujo sólo se assemelha pela sua côr á desse metal (?): o que tem convencido muitos filosofos de poderem encontrar nele material para a sua grande descoberta. E, em verdade, não obstante a proibição imposta sobre o assunto pelo vice-rei português, com o receio de que essa fama incite outros príncipes e Estados a atacarem esta terra e a dela se apossahorem, actualmente existem ainda trabalhando muitos alquimistas e pessoas experimentadas em mineração»

Linschoten já disse no seu livro que alguns alquimistas italianos haviam prometido extrair em Goa ouro e cobre (*Hakluit ed.*, I, 183).

INDEX ALFABETICO, CRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação da pg. 54 do volume XIII)

So

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Sofala abre-se o resgate do seu ouro, e se estabeleça Alfandega em Moçambique.....	31	Março	1593	1	34
Sofala	Vide resgate.				
Soldado, que fugir d'Armada morra morte natural, e como se hade processar	3	Outubro	1605	6	60
Soldados Portuguezes tenham sepultura descente.	23	Fevereiro	1654	24	39
Soldados não se fação os filhos de viúvas, nem os filhos unicos....	24	Janeiro	1713	79	78
Soldados, e mais Militares Voluntarios a India, suas Condiçoens ...	27	Fevereiro	1748	121	77
Soldados invalidos propoem-se, que será util voltarem para o Reino, por não haver aqui corpo de invalidos	14	Abril	1776	156	61
Soldados invalidos, não só os que desejarem voltar ao Reino, mas os que tiverem acabado o seu tempo de degredo, se lhes dê licença....	15	Abril	1777	158	310
Soldados, e os mais que tiverem acabado o seu degredo, se lhes dê licença para hirem para o Reino..	8	Abril	1778	159	351
Soldados, acabados os seis anos se voltem para o Reino a custa da Real Fazenda.	12	Junho	1788	180	54
Soldados, sobre entrarem nas religiões	14	Março	1632	16	400
Soldado não entreem religião, sem ficar averbado o seu titulo no livro da matricula	16	Março	1596	4	653
Soldados licenciados para frades, e para hirem para o Reino hé contra o real serviço, e se pedem providencias.....	25	Janeiro	1732	99	273
Soldados, e officiaes falecidos, rematão se listas deles, e aonde	31	Março	1732	100	496
Soldo novo, nem velho, nem esmola não se dê	23	Janeiro	1589	1	14
Soldos vencidos na India não se pagão no Reino.....	7	Março	1602	5	52
Soldos, não se pagão aos procuradores dos que vão para o Reino com licença.....	21	Fevereiro	1715	81	63

So

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Soldo não se pôde mandar pagar ao Official, que teve baixa, ainda que fosse injusta, e sem a devida formalidade legal do tempo que esteve com ella.....	27	Março	1761	134	5
Soldo não o pôde acrescentar o V. Rei, nem o Conselho da Fazenda, ainda com a cláusula de sem exemplo, e de baixo de que penas....	15	Fevereiro	1786	105	48
Soldos, não os podem os V. Reis arbitrar, e não basta, que não haja ordem em contrário, é preciso, que a haja positiva.....	14	Abril	1755	128	29
Soldos, não podem os V. Reis augmentar, mas o devem representar	24	Abril	1762	185	281
Soldos militares não se satisfação aos que não estiverem no verdadeiro, Real, e actual serviço, e tendo-os percebido os reponhão etc.....	20	Março	1771	148	53
Soldos se não paguem mais que as proprias pessoas matriculadas nos livros, que de novo se manda fazer, justificando 1.º, que effectivamente se empregão no Real Serviço, ou a seus herdeiros, proibindo a doação dêles, venda, esmola, etc.....	23	Janeiro	1589	2.º	2715
Soldos de Infantaria: Capitão vence 48 xerafins; Tenente 38; Alferes 32; e sargento 18.....	10	Fevereiro	1776	157	694
Soldos, remeta-se uma lista dos que vence cada um dos officiaes da tropa paga, e de milicias, e se lhes declarem nas patentes, declarando também a ordem que lhes confere.....	29	Abril	1799	179	615
Soldos, estabelece-se a igualdade dos dos officiaes do Exercito, Capelaens, Cirurgioens-Móres e Ajudantes.....	16	Dezembro	1790	180	625
Soldos e ajudas de custo, declare se quaes recebe o V. Rei, o Secretario do Estado e mais pessoas civis e militares.....	13	Agosto	1808	189	55
Soldos militares de Damão.....	Vide Damão.				
Soldo, ou ordenados.....	Vide Ordenados.				
Soldo.....	Vide Tropa.				
Solicitador da Fazenda Real, concede-se-lhe o dobro do seu ordenado.....	19	Fevereiro	1802	183	162

So

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Solheitor da Justiça, no impedimento do Dezembargador Procurador da coroa e Fazenda forme, e offereça em Audiência os Libellos crimes.....	8 Abril		1749	122	59
Solicitadores seu número	Vide Advogados.				
Solor	Vide Tumor.				
Sortes fechem-se as casas que houver dellas.....	11 Março		1777	158	13

Su

Sublevação intentada em Goa, e partes que se dão para a côrte á este respeito	16 Janeiro		1788	169	197 e seg.
Subsidio Literário, regule-se o peso dos reses, e a medida de agua ardente; regulem-se pelas ultimas ordens expedidas, e se remetam os sobejos para o Erario....	23 Agosto		1805	186	3
Subsidio Literário.....	Vide Colata.				
Subsidio Literário.....	Vide Mestres das Escolas.				
Subordinação, sobre a da Tropa se dê parte para a Côrte todos os anos.....	9 Abril		1788	170	179
Subordinação.....	Vide António Manuel de Melo e Castro.				
Sucessões heriditárias nos Governos, e feitorias abolidas.....	30 Março		1773	153	97
Sucessões hereditárias, e mercenarias de Capitania não se aceitem em Goa requerimentos a seu respeito	30 Março		1773	153	103
Sucessões dos gentios	Vide Gentios.				
Sumba Ilha pedio Bandeira Portuguesa.....	21 Janeiro		1718	61	329
Sunda Rey, hostilidades que se fizeram a este Rei; porque motivos, e qual o parecer do conselho do Estado.....	4 Setembro		1722	88	57
Sunda Rey Tratado celebrado com elle	2 Fevereiro		1763	134	444
Sunda Rey seja Tratado com atenção e agazalho	9 Abril		1765	138	594
Sunda, Rey de Sundém maneira como com elle nos devemos haver.....	29 Março		1755	128	810

Su

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Sunda Rey se lhe augmenta á sua pensão 20 mil xerafins: Seja vigiado, e bem tratado.....	20	Abril	1778	159	228
Sunda Rey Sunda, a sua sahida do Estado, e pertencçoens de Aydar Alikan porque, e por que meios etc., e o como se evitou sabir o Rey do seu poder.....	1	Janeiro	1781	161	705
Sunda Rey sahe do Estado com pa recer do conselho do Estado, e vistas as requesições de Aydar Alikan.....	15	Fevereiro	1782	162	1280
Sunda Rey varias disposições a seu Respeito.....	23	Fevereiro	1782	163	178
Sunda Rey não se deixe sabir fora do Estado: va viver a Sta. Rosalia ainda com coacção, e se lhe pode augmentar a pensão de 20 mil xerafins.....	23	Fevereiro	1782	163	169
Sunda Rey, acrescenta-se a sua pensão com mais tres mil xerafins..	26	Março	1784	164	879
Sunda Rey seja vigiado; não tenha comunicação com os Ingleses, nem com Aydar Alikan, ou com outro Regulo visinho, nem Saya de St.ª Rosalia por modo algum, sem ordem expressa da Córte...	18	Março	1784	165	1248
Sunda Rey não saya por modo algum do Estado, motivos politicos, que a isto obrigação; desconfiança dos Ingleses, e do Xequé Aydar.	20	Março	1784	165	1369
Sunda Rey aprovado o acrescimo da sua congrua a 23 mil xerafins...	11	Fevereiro	1785	166	109
Sunda Rey, reparação dos atentados contra elle praticados pelo Dezor. Juiz Intendente das Novas Conquistas.....	1	Abril	1768	314	5
Sunda Rey, maneira para o deter na Ilha de Goa.....	1	Abril	1788	170	357
Sunda Rey sua residencia se fira em Moula, e advertencias que a Córte lhe manda fazer pelo secretario do Estado, sobre seu indesejante compartimento em Bendorá.	12	Março	1789	171	73
Sunda Rey, pareceres dos dous conselheiros do Estado, o chanceler, e o Marechal Francisco Antonio da Veiga Cabral, sobre as suas pertencçoens.....	4	Dezembro	1790	172	25

Su

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Sunda Rey, pertençoens sobre recuperar o seu antigo Reino: aproveitando se da guerra dos Ingleses contra os Maratas, e Tipú Sultão, e tratado celebrado entre elle, e o Estado sobre o Piro....	7	Maio	1800	179	411
Sunda Rey, reflexões deste Governo sobre o tratado celebrado com elle, relativo ao Piro.....	19	Abril	1791	172	494
Sunda Rey, reflexões, sobre o tratado celebrado com elle sobre o Piro, e que por modo algum se deixe sahir do Estado	10	Outubro	1792	175	213
Sunda Rey foge do Estado.....	7	Maio	1800	179	411
Sunda Rey, por que fugiu do Estado se reduz a sua congrua a dez mil xerafins.....	23	Julho	1801	183	415
Sunda Rey casa com uma filha do Rei de Corga obtendo licença do Estado pela intervenção dos Ingleses	13	Abril	1804	183	452
Sunda Rey Manda S. A. Rl. declarar-lhe, que deseja concorrer para tudo quanto for util, e que tem dado as ordens precisas, para a sua subsistencia.....	18	Abril	1804	184	76
Sunda Rey alcança licença para sahir novamente do Estado a empenho dos Ingleses aqui residentes	20	Março	1805	184	78
Sunda Rey recolhendo-se ao Estado, sem ter cometido perfidia, pague-se-lhe a sua congrua por inteiro.	27	Março	1806	186	206
Sunda Rey.....	Vide Instruções.				
	11	Fevereiro	1819	196	1094
	31	Março	1827	204	377
Superintendente do Tabaco unido ao lugar de vedor da Fazenda ..	22	Março	1759	132	296
				62	143
Surrate, assista lá uma pessoa de confiança, industria e capacidade, para embaraçar se não concerte lá a Armada dos Arábios, e seja paga a despesa, que fizer para este fim com o Nababo	3	Novembro	1725	93	67
Surrate nomee-se para seu Director Jacintho Domingues para proteger uma casa de correspondencia de commercio, qua ali se vai estabelecer	1	Março	1787	169	191

Su

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Surrate sobre se attrahir a Damão o seu comércio				Vide Damão.	
Surrate, sobre o estado do seu Nababo com os ingleses	18	Abril	1799	178	288
Surrate occupado absolutamente pelos Ingleses, e caçado o poder do Nababo	13	Fevereiro	1801	180	39
Surungueira sua descrição	31	Março	1802	181	88 e seguintes

Ta

Tabaco de Pó o seu producto se pode aplicar as necessidades do Estado, e em que termos	3	Março	1701	65	126
Tabaco de Pó, como se sentençaão as suas causas	12	Fevereiro	1688	48	183
Tabaco, os delinquentes no crime de Tabaco não tem a Relação de Goa authoridade alguma para lhes conceder Alvarás de fiança, nem feis carcereiros	2	Abril	1708	72	301
Tabaco, extranha-se a um Desembargador não ir sendo chamado, pelo seu superintendente para a decisão de um agravo	3	Abril	1708	72	303
Tabaco de Pó, a sua consignação applicada para as obras de Mormugão, se applicará para as Armadas	9	Março	1715	81	27
Tabaco, providencias, para evitar o seu extravio na chegada das Naus	10	Abril	1723	89	527
Tabaco de Pó, o seu rendimento, que applicações tem	18	Abril	1724	91	99
Tabaco de Pó, isento o Condado de Cucolim das suas Feytorias	12	Abril	1726	98	463
Tabaco estrangeiro prohibido no Brazil, e neste Estado	24	Abril	1736	105	273 e 274
Tabaco da Pó, o seu rendimento intrinzeo, que se deve regular a crusado o arratel, não se pode dele gastar nada, nem ainda na mais urgente necessidade, e só dos avanços se pode gastar em caso urgente	29	Março	1756	129	418
Tabaco a Junta da Fazenda administra o seu Estanco, e mais incumbencias	15	Janeiro	1774	159	887

Ta

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Tabaco de Folha, principio do seu contrato, remessa de 30 fardos de Brazil, e Claresas que á corte pede	16	Abril	1773	151	157
Tabaco de Folha, providencias dadas pela corte, sobre o estado decadente da sua renda	18	Abril	1776	157	657
Tabaco de Folha, difficuldades que se encontrão na sua introdução: seu arrendamento, e suas condições. Dificuldade da sua introdução em Assolná e Cucolim. Representação de Dio e Damão á este respeito	30	Abril	1777	157	152
Tabaco de Folha, recomendações á respeito da sua venda	8	Abril	1778	159	682
Tabaco de Folha novas instrucções a seu respeito, e que a Junta da Fazenda remeta pela Secretaria de Estado todas as ordens, contas, e progressos da sua Renda ..	21	Março	1779	159	696
Tabaco de Folha, calculo do seu consumo em Goa, e provincias ..	1	Janeiro	1780	159	973
Tabaco de Folha e pó, providencias para prosperar as suas rendas, e daquele, que se remetão a Secretaria do Estado certidões das vistorias, que se fazem quando chega, á que se deve assistir o Capitão do navio, que o conduzio. E tudo isto se applique a Dio, e Damão e pareceres aquelle respeito	18	Março	1781	162	2006
	29	Março	1782	162	2010
Tabaco de Folha, providencias dadas para a Bahia para ser bom, e para aqui sobre vistorias	27	Março	1782	163	584
Tabaco de Folha, recomendações e informações, que se pedem, e se dão sobre este interessante artigo.	9	Abril	1783	163	1710
Tabaco de Folha, assista na Bahia ao seu exame o Governador, e Capitão General e em Goa se tira utilidade da mesma assistencia	12	Fevereiro	1785	166	337
Tabaco de Folha, copias das ordens á seu respeito, e que o Govor. e Capitão General assista a abertura dos Fardos que vem do Brazil	22	Fevereiro	1786	168	1068
Tabaco de Folha, quantas arrobas se consomem, e podem consumir em Goa	2	Abril	1788	170	718

Ta

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Tabaco de Folha cautelas que se devem tomar, para obstar as prevaricações dos Gentios	10	Março	1789	171	461
Tabaco, pede-se o calculo exacto do seu consumo, para suprir o que chegar avariado com maior porção	16	Agosto	1798	176	247
Tabaco de Folha se representa a precisão dele, e que utilidades, e augmento pôde ter este contracto	23	Dezembro	1810	190	808
Tabaco de Folha se se propor o augmento de 28 xerafins a arroba e se introduzir nas Provincias da Nova Conquista	3	Maio	1811	191	1520 2.ª P.
Tabaco de Corda de Maipendi se remete para se fazer ensaio sobre o seu consumo	8	Junho	1811	191	1522 2.ª P.
E o que se responde á este respeito.					
Tabaco de Folha o seu importe no Rio de Janeiro de 202 Fardos, não entre no mapa da receita do Estado, pois pela Corte se sacara na monção seguinte se o seu producto.....	8	Junho	1811	191	1528 2.ª P.
O importe sobre que hade sacar são 12.956730 reis	16	Junho	1811	191	1532 2.ª P.
Tabaco sobre seu importe ser remetido a Corte, na impossibilidade.	Vide finanças.				
Tanadar-mór hé desnecessário, e hé prejudicial	11	Novembro	1630	14	169
Tanadar-mór, como pôde ser provido pelos V. Reis	29	Novembro	1694	59	46
Tanadar-mór podem os povos, que elle não seja Mistisso. O que se manda informar, e outras cousas.	13	Janeiro	1714	81	124
Tanadar-mór devassado, por levar Salários fora do regimento	28	Janeiro	1717	83	96
Tanadar-mór mande desmanchar os dentes, e valados dos Rios, se não se desmanchem a sua custa....	31	Março	1718	84	282
Tangas das Palmeiras	Vide Camara Geral de Salsete.				
Talangana	Vide Cochim China.				
Taxas	Vide Viveres.				

(Continúa)

O ORIENTE PORTUGUÊS

14.º Ano

N.º 7 e 8

Vol. XIV — 1917

Julho e Agosto



DEPOSIÇÃO DO VICE-REI DA ÍNDIA

CONDE DE ÓBIDOS

(SÉCULO XVII)

MEMÓRIA HISTÓRICA

I

Sumário — Um ponto de interrogação na história de Goa. Indisciplina social na Índia. Três vice-reis enforcados em estátua. Um desembargador da Relação assaltado pelos jesuitas do Colégio de S. Roque. Roubo de documentos no arquivo do Governo. O vice-rei Conde de Óbidos. Sua nomeação, posse, deposição e regresso a Portugal. Assume D. Brás de Castro o governo. Relatório que deu à Corte acerca da deposição. Narrativa da deposição conforme o *Portugal Restaurado*, do Conde da Ericeira, e o romance *Luta de gigantes*, de C. C. Branco. Causas da deposição conforme um antigo MS. e a *História do Mogor*, de Manucci. Considerações referentes.

A deposição do vice-rei da Índia, Conde de Óbidos, é uma das páginas mais tristes da história indo-portuguesa, do século XVII, e também ainda um ponto de interrogação para quem a estuda. Conforma-se á verdade quem filiar o sedicioso movimento na indisciplina social, que por então reinava desenfreada no imenso império, talhado pela invencível espada de Albuquerque e consolidado por gloriosos heróis e que, aliada a frequentes e temerosas investidas externas, determinou a franca e progressiva perda da hegemonia luso-oriental.

Começou o descalabro com o nefasto jugo castelhano e foi continuando, precipitado e ruidoso, com a crescente invasão das potências europeias que também aspiravam á supremacia colonial na Ásia.

Em verdade, o poder português no Oriente parecia já entrar desde 1580 em manifesta decrepitude. Era a insubordinação em todos os ramos de administração, — a torpe venalidade nas funções públicas, — o cinismo traduzindo-se em desmandos insuportáveis, — e, a rematar, o fanatismo religioso a oprimir a liberdade de consciência. Tudo concorria de braços dados para acelerar a nossa ruina. Sem querermos esmiuçar em crónicas e documentos exemplos comprovativos, limitar-nos-emos a citar poucos factos, mais que bastantes para exactamente representar aquella infelicissima época de desmoralisação.

Em menos de meio século três vice-reis foram audaz e gravemente ofendidos, sofrendo em estátua a pena última na cidade de Goa! A D. Francisco da Gama, nas vésperas da sua saída para Lisboa (Dezembro de 1600), penduraram-lhe a effigie nas vergas dum navio surto no Mandovi! Em 12 de Outubro de 1635, dois meses antes do Conde de Linhares regressar á metrópole, appareceu na praça pública um boneco enforcado, representando esse vice-rei,

tendo pregado uma espécie de processo condenatório em que o accusavam de injusto, corrupto, cobarde e incapaz de governar, havendo-se verificado nesse infamante desacato directa influencia do clero! D. Filipe Mascarenhas, em plena fase do seu governo (Fevereiro de 1648), teve que ver certa manhã num poste, defronte das janelas do seu próprio palácio, uma sua imagem com um rótulo em forma de pregão em nome de el-rei, mandando-o enforcar, com palavras muito exorbitantes, assim contra a sua pessoa, como contra o seu cargo!

Um outro atentado, não menos grave, muito próximo da deposição vice-real de que nos occupamos.

Em sessão do tribunal da Relação, de 17 de Outubro de 1651, apresentou o dr. Jorge do Amaral de Vasconcelos, ouvidor geral do crime, a seguinte queixa:

«... estando elle domingo, que forão 15 do mez presente, em sua casa, lhe entrarão 12 ou 14 cafres em sua casa de assaltada e mão armada com bambús, lhe começarão de dar pancadas nos seus criados, ao que elle acudiu, e querendo tratar de os apasiguar e saber do caso, os ditos cafres armarão contra elle, e tratando de se defender, acudirão mais de outros 15 cafres, todos saídos do collegio de S. Roque, para onde se forão recolhendo, depois de grande resistencia que lhe fizerão, entende serem mandados pelos padres do dito collegio em razão, de que elles das janellas estavam animando os ditos cafres a que dessem, e depois de recolhidos os ditos cafres, das mesmas janellas lhes dérão valas e corrimaça, e lhe atirarão de pedaradas os mesmos padres com grandes algazarras e alaridos e colhe-se mais o ser por mandado dos ditos padres, por que se derão por sentidos de hum despacho que elle havia dado contra os ditos

padres em uma causa civil, e alguns em sua casa lhe vierão disso dar queixas » ⁽¹⁾

Em sequência desta e doutras graves desordens internas, muitas das quais terminaram por trágicos assassinatos, achamos no ingrato quadro histórico a deposição do vice-rei Conde de Óbidos.

—~~~~~—
; Porquê e por quem foi deposto o Conde de Óbidos?

Para cabalmente se responder a estas interrogações, escassos subsídios fornece o arquivo da Secretaria Geral do Governo, no qual existe, porém, um documento que elucida o motivo dessa notável falta, pois, catorze anos depois, o vice-rei Conde de S. Vicente, referindo-se aos arquivos do Governo da Índia, escrevia á Côrte:—«faltão muitas resoluções, furtarão-se livros inteiros e cada qual da Torre do Tombo e da Secretaria tirou o que lhe pareceu, o passado não sei como se remedie, porquanto a expulsão do Conde de Óbidos deu ocasião a que os sediciosos furtassem os forais que lhe convinha, queimassem os cartorios que guardavão as suas querellas e sumissem as cartas de Vossa Magestade passadas em damno das suas pretensões; depois (como espero que conste da devaça que sobre estes particulares mando tirar) ouve outros roubos semelhantes. . . » ⁽²⁾

Vamos, contudo, auxiliando-nos dos poucos documentos que ainda restam e de informações de vária origem, reconstituir a história da deposição com os

(1) *Arquivo da Relação*, doc. n.º 656.

(2) Carta no L.º das *monções* n.º 33, fs. 117. Não tem data, mas a carta antecedente e a subsequente são de 26 de Janeiro de 1667, concludo-se porisso que da mesma data devia ter sido.

possíveis pormenores que pesquisas cuidadosas tiraram do olvido.

D. Vasco Mascarenhas pertencia a uma ilustre família de Portugal. Tinha militado em Flandres e no Brasil, governado o Algarve e o Alentejo. Em prémio dos seus serviços recebeu de el-rei D. João IV o título de Conde de Óbidos e honras de parente. A 19 de Fevereiro de 1652 foi nomeado vice-rei da Índia. Em todas as cartas de ofício que se lhe dirigiram, teve o tratamento de Conde sobrinho.

Camilo Castelo Branco no romance histórico *Luta de gigantes*, em que descreve as rancorosas rivalidades e constantes pugnas, rabicas de exterminio, entre duas famílias nobres de Portugal — os *Mascarenhas*, a que pertencia D. Vasco, e os *Cesares de Menezes* —, no reinado de D. João IV e nos primeiros anos enfermicos de D. Afonso VI, refere-se a essa nomeação como um triunfo dos primeiros contra os segundos, por êstes muito mal recebido⁽¹⁾, pois nessa luta, devido á versatilidade daquele rei, ora venciam os Cesares, ora os Mascarenhas, num continuo girar de formidáveis ódios, travados arca por arca e alimentados pelas intrigas palacianas. Breve teremos de aludir a êsse magnífico livro, recolhendo o seu testemunho sobre a deposição.

O Conde de Óbidos chegou a Goa a 3 de Setembro de 1652 e três dias depois tomou posse, sendo-lhe conferida pelos governadores D. Fr. Francisco dos Martires, arcebispo primaz, António de Sousa Coutinho (ausente de Goa ao tempo numa facção memo-

(1) *Luta de gigantes*, ed. de 1906, pág. 110 e 111.

rável) e Francisco de Melo de Castro, aos quais o vice-rei D. Filipe Mascarenhas, tendo notícia do falecimento, durante a viagem, do Conde de Aveiras, que vinha por seu sucessor, havia entregue as rédeas do Estado. Treze meses depois, a 22 de Outubro de 1653, foi deposto em resultado duma sedição, assumindo o governo D. Brás de Castro, capitão do passo de Daugim e conselheiro do Estado mais antigo. Regressou na monção de 1654 a Portugal, onde exerceu cargos elevados, tendo sido nomeado em 1663 vice-rei do Brasil.

D. Brás de Castro deu á Còrte circunstanciada conta da deposição em carta de 2 de Janeiro de 1654, único documento descritivo dêsse extraordinário successo, que resta no arquivo da Secretaria Geral do Governo e que damos a seguir.

«Snor. — Difficultoso se me fazia haver de dar conta a V. Magestade do succedido nesta cidade na consideração da pena, que hade causar a V. Mgde., mas he força havelo de fazer, assy pelo logar em que me pozeram, e occupo, como por leal vassallo de V. Mgde..

Em 22 de Outubro do anno passado das seis para as sete horas do dia houve no povo desta cidade hum tumulto motim contra o Conde de Obidos, V. Rey delle, que no dia antecedente havia hido para os Reys Magos, onde estava, e ajuntando-se o referido povo no terreiro da Sé desta cidade, subirão uns acima e picarão o sino grande e outros trouxeram consigo o cabido, e todos juntos foram a camara da cidade, e levarão aos vereadores e officiaes della

com as varas e bandeira real, e depois de estar já hum grande multidão de gente junta com armas, se vierão ao paço do V. Rey e entrando na casa da Relação tirarão della com força e violencia aos desembargadores, que naquelle interim não poderão obrar outra cousa pela furia do povo, que com armas diversas ameaçava a todos (com) a morte, levando-os consigo á sala real, sem outro fundamento, mais que dizerem que visse V. Magde., e acabasse o mau governo, e para o conseguirem forão buscar ao secretario Joseph de Chaves Sotto Mayor, que recolhido estava em sua casa, e com a mesma violencia o trouxerão a São Francisco para se tirar o cofre das vias de successão e quebraram o de pau, pera se haver de tirar o de ferro, que estava dentro, e vierão em direitura com elle ao paço do V. Rey e na sala real quebrarão as fechaduras e abrirão as successoens que trouxe o Conde de Aveiras, que Deus tem, que ficarão na India, pellas quaes não estiverão, por dizer hum alvará de V. Magde. se não uzasse dellas, e só se fizesse pellas que trouxe o Conde de Obidos e quebrando os caixilhos em que vinhão, abrirão a primeira via, e foi, senhor, a desgraça que achando-se tres successoens, e sendo nove por todas, nenhuma dellas estava assinada por V. Magde., como consta do assento junto, com que se não tratou de lhe dar comprimento, allem de que as pessoas nellas nomeadas todas erão falecidas e só está vivo Manoel Maz (Mascarenhas) Homem, mas auzente em Ceilão ou Titucury, donde vinha para Goa desapossado do cargo de Geral de Ceilão, e ficou em Cochim (1), e assy procurou o povo pela desesperação em que já estava de buscar quem governasse debaixo de

(1) Dêste M. M. Homem teremos de falar frequentes vezes no decurso da presente memória.

todo o risco, pois só nisto lucrava a sahida deste feito e como nas successoens diz de ordinario que estando o governador auzente, governe o conselheiro mais antigo, perguntarão ao secretario do Estado quem era, e como respondesse que eu, e sem outro fundamento levado desta palavra lhes lembrou minha pessoa, que ao tal tempo bem descuidado do successo estava por capitão do paço de Daugim, fora desta cidade, de que o Conde de Obidos me havia provido por morte do proprietario; foy a maior parte do mesmo povo á minha casa ficando outra no paço, e subindo a camera, onde estava (o) todos com bacamartes e espingardas, me disserão que V. Mgde. era servido governasse eu este Estado, e estranhando-lhe acção tão temerária, lhe resisti quanto pude, mas tudo foi debalde, por que a furia do povo não admitia resão alguma, e assy pegando em minha pessoa e dizendo que aceitasse e não quizesse que se perdesse esta cidade e Estado, pois naquelle dia se acabava, e me não terião por leal, antes por traydor e me matarião logo, e que se não havião de ir dali sem a execução de seu intento; que era só servir a V. Magde. e não se acabar de todo este Estado, e parecendo-me desvialo de seus intentos, como me visse na fortaleza junto alguns ministros e pessoas de respeito, ouve de vir com elle, mas não foi assy, porque depois que me viu o povo em sua presença, então foi maior e mais resoluta a deliberação de me violentarem a que aceitasse o governalós sem me quererem admitir resão alguma, sendo que as dei bastantes para me escuzar de encontrar as ordens de V. Magde., nem houve nem podia haver quem ouzasse dizer o contrario, porque o povo não dava logar a cousa alguma, antes irritado me tiverão morto, e a outros ministros que quizerão com boas resões evitar este feito, e logo fizerão hum termo pello secretario do estado pello qual deposerão ao

Conde de Obidos do logar que occupava, elegendo-me
amim para este governo, sem embargo dos protestos
e requerimentos que fiz e ficando o mais do povo
em guarda minha aquella noute, temendo me ausen-
tasse, fizerão no dia seguinte outro papel em que me
obrigarão assinar, que enviarão ao Conde de Obidos
por alguns religiosos e o chanceller a quem enco-
mendarão de palavra significasse ao mesmo V. Rey
o estado a que se tinham reduzido, como a V. Magde.
será presente das copias dos mesmos papeis, que
acompanhão esta, e logo mandarão recolher ao
Conde de Obidos no forte de Nossa Senhora do
Cabo, e lhe puzerão huma guarda de quarenta homens,
e a my outra para que me não podesse sair de suas
vontades: as causas e fundamentos que o povo teve
para obrar hum feito tão escandaloso, deve elle de o
representar a V. Magde., de my certifico a V. Magde.
que por não perder a vida tão sem fructo e arruinar-
se esta cidade, e as mais com ella, houve constran-
gido de estar pelo que quiz o povo, e assy o repre-
sentei ao conselho do governo pelo papel de que
vae tambem com esta a copia, não mandei devassar
deste caso por não causar maior alteração no povo,
que de presente está incapaz de se fazer com elle
esta diligencia, nem poderá ser senão de ordem de
V. Magde.: trato de ir conservando isto na melhor
forma que posso, acudindo ao precisamente neces-
sario, para que totalmente se não acabe de perder
este miseravel Estado da India, thé que V. Mde.
haja por bem mandar o que mais conveniente for a
seu real serviço, no qual protesto acabar a vida
como fiel e leal vassallo de V. Mde. cuja catolica e
real pessoa Deus guarde como a christandade e seus
vassallos havemos mister. Goa 2 de janeiro de
654.^a (1)

(1) L.^o das *monções* n.^o 23, fis. 272 e 273. Publicada, com alguns

Ouçamos agora o autor do *Portugal Restaurado* que escreveu em Lisboa, e que devia ter tido em vista não somente a carta de D. Brás de Castro, mas ainda outros documentos e informações:

«Havia acabado D. Filipe Mascarenhas o governo da India, & alcançado licença del-rei para se partir para este reino, o que executou com infelice successo, porq' acabou a vida na viagem, deixando os grossos cabedaes que havia adquerido na India, a sua sobrinha D. Ilena da Silveira, com quem estava concertando para casar ⁽¹⁾ & instituido hu morgado no filho segundo da casa de seu irmão mais velho o Conde da Torre, que hoje logra Dom João Mascarenhas, Marquez de Fronteira e em que hade succeder D. Francisco, Conde de Cocolim ⁽²⁾ seu filho segundo. Nomeou el-rei por sucessor de D. Filipe segunda vez ao Conde de Aveiras, que carregado de

etros de cópia, por F. N. Xavier no *Gabinete Literário das Fontainhas*, vol. 3.º, pág. 86, e daí transcrita por Teixeira de Aragão na *Descrição Geral e Histórica das moedas* . . . t. 3.º, pág. 235.

(1) D. Filipe Mascarenhas era então viúvo de D. Maria Coutinho, filha de D. Diogo Coutinho e de D. Inês Freire, de quem não teve geração.

(2) Aldeia de Cuncolim, cujo 1.º mercenário foi João da Silva (carta de 27 de Março de 1585, *Bosquejo Histórico das Comunidades* por F. N. Xavier, 1.ª ed., P. 2.ª, pág. 163). Diz o sr. L. R. Dolvi na sua memória sobre essa aldeia, publicada em 1908, que não conseguiu saber como D. Filipe Mascarenhas passou a ser proprietário de Cuncolim. Ora, no 1.º quartel do século XVII D. Diogo Coutinho é que a possuía (*Arquivo da Relação*, doc. n.º 475), e como era sogro de D. Filipe (veja-se a nota antecedente), é de presumir que a transmissão se tivesse operado por dote à filha ou venda ao genro. Segundo Fr. Agostinho de Santa Maria (*História da fundação do mosteiro de Sta. Mónica*, pág. 313-314) as freiras tinham no vice-reinado do Conde de Linhares emprestado a D. Filipe a juro e sôb hipoteca da referida aldeia 20 mil xerafins de que elle precisou para «ir entrar diante nas fortalezas de Moçambique e Sofala».

annos. & achaques se embarcou para a India, & acabou a vida na costa de Africa no Cabo de Chilimane, & chegando esta nova a Goa, abertas as vias, se achou q' sucedia no governo da India o Arcebispo Primaz D^o Frei Francisco dos Martires, Francisco de Mello de Castro, & Antonio de Souza Coutinho. Logo que tomaram posse do governo, prepararam hua armada de duas fragatas & vinte navios de remo, de que foi por general Antonio de Souza Coutinho, hu dos tres governadores. Era capitão de hua das fragatas Luis Affonso Coutinho, da outra Antonio Barreto, & capitão-mór dos navios de remo D. Francisco de Souza. Fez-se a armada á véla com intento de recuperar a fortaleza de Mascate: chegou ella, & entraram dentro da bahia as duas fragatas, a q' seguiram alguns navios de remo: porém obrigados do dâno que lhes occasionou ao Rio Lafette, que ficava cem leguas de Mascate. — Passados alguns dias, estando sobre ferro, os veio buscar hua poderosa armada dos arabes de q' era general hu mouro chamado Ali Preveniu-se Antonio de Souza cõ tam boa disposição para a batalha, q' depois de durar muitas horas, conseguiu a vitoria com morte de mais de 5 000 inimigos. Perderam-se alguns navios de remo, & entre elles mais valeroso que catholico se resolveu o capitão Antonio Lobo da Gama, a pôr fogo ao paiol da polvora, com q' o seu navio & os dos inimigos todos voaram, a immortalizar para o mundo a gloria de Antonio Lobo. Com esta vitoria voltou Antonio de Souza para Goa, aonde achou Dom Vasco Mascarenhas, Conde de Obidos, que el-rei havia nomeado visor-ei cõ a noticia da morte do Conde de Aveiras. Dentro de poucos dias se começaram a alterar os animos da maior parte dos tres Estados daquelle cidade, em tal fórma, que veio a ser Antonio de Souza hu dos menos resolutos, lembrando mais das suas obrigações que de algumas queixas que tinha

do Conde: porq', formando pretextos fantasticos, vieram buscá-lo a sua casa Nicolau de Moura de Britto, natural da India, & Antonio Barreto Pereira ⁽¹⁾ que havia ido por almirante o anno antecedente, & o quizeram persuadir a que aceitasse o governo daquelle Estado. Regeitou elle a offerta, dizendo, q' não queria ouvir semelhante proposição; & não podendo conseguir socegalos, passaram a buscar D. Bras de Castro, em quem concorriam todas as disposições para hua sedição, que aceitou logo a offerta. Unidos os parciaes, mandaram prender o Conde ao collegio dos Reis aonde estava, por Luis Mergulhão Borges, juiz dos cavaleiros; & o Conde q' não havia dado mais causa a tam indigna sobrelevação, q' querer curar com remedios brandos achaques que pediam medicamentos rigorosos, se sujeitou sem residencia á prisão, parecendo-lhe que fazia acção mais util a saúde publica em soffrer o oprobrio, q' em contradizelo; & levado deste discurso não quiz aceitar o offercimento q' lhe fez D.º Manoel Mascarenhas ⁽²⁾, irmão terceiro do Conde de Palma, capitão mór da armada do Norte, q' havia sido na Província de Alentejo mestre de campo de hu terço de infantaria & governador da praça de Castello de Vide, que lhe seguiu, que com 400 homẽs q' tinha á sua ordem, o meteria de posse do governo. Preso o Conde, & occupando o seu lugar D. Bras de Castro com indignas acclamações, logo no principio do seu governo mostrou

(1) Veio á India em 1650, commandando o galeão *Nossa Senhora de Nazaré*. Era fidalgo da casa real. Dêe-se fôrça áciaente munção mais d'espaco.

(2) Teixeira de Aragão (ob. cit., pág. 234) aludindo a este facto diz — D. Manuel Mascarenhas Homem — Equivoco, pois Manuel Mascarenhas Homem (veja-se a nota (1), a pág. 169) e bem outro de D. Manuel Mascarenhas, que era sobrinho do Conde de Obidos e, ao tempo da deposição, capitão do passo de Pangim, cargo em que fora provido por essa vice-rei (L.º das *munções* n.º 24, fl. 5).

Deus (em começarem nelle os maiores trabalhos da Índia) os castigos que costuma dar aos animos ambiciosos: porque os olandezes, antes de acabada a tregoa, romperam a guerra de maior prejuizo que padeceu aquelle Estado, depois de sujeito ao dominio de Portugal.» (1)

No citado romance *Luta de gigantes*, que, na frase do seu próprio autor, é uma narrativa histórica «tão conscienciosa como as provas que a justificam», vem descrito o caso pela seguinte forma:

«No ano anterior (1651) tinha ido para a Índia, com o posto de almirante, Antonio Barreto Pereira, primo dos Cesares, e inimigo jurado do Conde de Óbidos. D. fr. Francisco dos Martyres, arcebispo primaz da Índia, era amigo da criação e escolas de fr. Diogo. Por morte do Conde de Aveiras, ultimo viso-rei que morrera na viagem, aquele arcebispo, com Francisco de Melo e Castro, e Antonio de Sousa Coutinho, tinham sucedido provisoriamente no governo da Índia, até chegar nomeação do reino.

Fr. Diogo Cesar escreveu ao seu condiscipulo arcebispo, e mais amplamente a seu primo Barreto Pereira. Ao primeiro referia os agravos recebidos do Conde de Obidos; ao segundo pedia vingança dos assassinos de seu tio D. Felix Pereira, dos algozes do seu primo D. José de Menezes, e da raça maldita que lhe tinha cortado o coração da morte, roubando-lhe a filha do convento d'Alemquer.

(1) *Portugal Restaurado*, t. 1.º, pág. 781 e 782.

A não que conduzia o Conde de Óbidos a Goa, levou as cartas de fr. Diogo.

Antonio Barreto Pereira recebeu a sua carta, e recado do arcebispo primaz para se entender com ele.

Desta pratica resultou que, dentro de poucos dias, os animos dos tres estados conspiravam contra o governador. Antonio Barreto Pereira, á frente dos mais graduados filhos de Goa, e postos militares, ofereceu a Antonio de Sousa Coutinho o governo da India, arrancado por sublevação ao Conde de Óbidos. Sousa regeitou. Barreto Pereira ofereceu o governo a D. Brás de Castro, homem ambicioso que se aventurou ás consequencias, acceitando-o.

Barreto, depois d'aclamar D. Brás governador da India, mandou ao juiz dos cavaleiros que fosse prender o Conde ao collegio dos Reis. Entregou-se covardemente o governador aos ferros, tendo por si quatrocentos soldados.

Chegaram estas novas ao reino, e cartas do Conde, a muito custo furtadas á vigilancia do carcereiro. O preso queixava-se dos Cesares, attribuindo a afronta ao parente deles Barreto Pereira.

Os Mascarenhas queixaram-se ao rei. D. João IV entediou-se da miseria do Conde de Óbidos, que se deixara prender com tão original covardia. Não deu sombra de consideração aos queixumes, nem autorizou o desagravo do Conde de Óbidos. No entender do monarcha, D. Brás de Castro, bom ou mau governador, legitimo ou intruso, não podia ser mais funesto nem pusilanime que o Conde.

Fr. Diogo Cesar festejou o exito da temeraria façanha. O bispo-conde, com a insidiosa velhacaria de consumado cortezão, dizia ao rei:

— Não me lastimo de ter cahido no desagrado de

Vossa Magestade, por ter ousado censurar a nomeação do Conde de Óbidos. Do que muito me pesa é ver que os enviados de Vossa Magestade, se não façam respeitar, e desdoirem em si a respeitabilidade da real purpura.

D. João IV dava-lhe razão e consultava-o sobre o arbitrio exequível em tal conjuntura.

Sebastião Cesar, consultando largo espaço a reflexiva consciencia, sahia do recolhimento das suas cogitações, respondendo:

— Se D. Brás governar bem, cumpre aceitá-lo como nomeado pela Providencia, que visivelmente reina de mãos dadas com Vossa Magestade nesta prospera monarchia. O braço de Cristo, despregado da cruz, no dia fausto da aclamação de Vossa Magestade, está ainda erguido a chover benções sobre o descendente do sr. D. João I que Deus tem em sua santa gloria. Se o Conde de Óbidos tolerou o desaire sem desforço, muito seria que o braço real descesse a desafrontá-lo! Naturalmente o Conde estará de volta para Portugal. Vossa Magestade lhe ouvirá as queixas, e, se êle fôr o agravado, justiça é que os agressores sejam punidos, não por êle que os deixou impunes na conjuntura do crime e do castigo, mas sim por Vossa Magestade a quem incumbe o jus absoluto de nomear governador aquele que merecia sê-lo nos altos juizos de Vossa Magestade...

— Mas ... — atalhou o rei — os Mascarenhas queixam-se dos Cesares.

— E eu, real senhor, não me queixo dos Mascarenhas.

Estive preso por sugestões maliciosas deles, e não sei se alguma hora lhes quiz mal. Maquinaram a morte de meu tio, o leal servidor de Vossa Magestade, D. Felix Pereira. Vossa Magestade me é testemunha que eu não pedi vingança. Perfidamente despenharam do agrado de Vossa Magestade meu

primo D. José de Menezes, sete horrendos tratos deram áquele fiel vassalo do seu rei. Deus e Vossa Magestade sabem que eu apenas pedi que lhe dilatassem a hora do suplicio . . .

— Foi assim, bispo, tem razão — concluiu o rei. » ⁽¹⁾

Acêrca, especialmente, das causas da deposição, ainda há uma outra variante.

Num antigo MS., que pertenceu á família Mourão Garcês Palha, de Ribandar, e que só veio á luz pública em 1905, intitulado *Memória dos V. Reys e Governadores de Goa*, lê-se em referência ao vice-rei Conde de Obidos:

« deu provas de excelentes qualidades; mas foi deposto do govêrno pelos sediciozos e mal contentes . . . ».

Mas diz uma nota á margem, silenciosamente exarada por alguém que, sem dúvida, mais de fundamento conhecia o assunto:

« Não foy por sediciozos, mas pellos zelosos da honra de familias; por estas desordens e outros despotismos foy deposto pello Senado ». ⁽²⁾

Completemos êstes depoimentos de nacionais com o dum estrangeiro — o venesiano Nicolau Manucci — que esteve na Índia 62 anos (1656-1717) e durante êsse largo período em Goa por duas vezes, tendo

(1) *Luta de gigantes*, cit. ed., pág. 111 a 115.

(2) *O Oriente Português*, vol. 2.º, pág. 494.

escrito interessantes memórias que, só há poucos anos, foram publicadas:

«Há 60 anos, ou pouco mais ou menos, um vice-rei chamado Conde de Óvido (Óbidos) governou a India e como procurava acabar com as desordens que aqui lavravam, os fidalgos prenderam-no, puzeram-lhe ferros e mandaram-no para a Europa. As acusações que se lhe fizeram, continham muitas falsidades.» (1)

Nesta brevissima notícia há de mais os ferros, devido certamente a qualquer lapso nas informações que Manucci teve e registou no seu canhenho. As acusações, a que alude, seriam de certo as mesmas a que se referiu D. Brás de Castro na sua carta, que os leitores já conhecem.

Depois de tudo isto, continúa contudo indeciso o espirito em acertar nas verdadeiras causas da deposição; ainda se não consegue alumia-las com luz tão intensa que espanque todas as dúvidas, nem formar completamente a sereno processo da história.

A informação, que D. Brás de Castro deu á côrte, manifestamente enferma de parcialidade. D. Brás, geralmente apontado como principal instigador da revolta, quiz certamente com a sua detalhada narração lavar daí as suas mãos, atirando toda a responsabilidade dos acontecimentos ao povo; tudo fez o povo, desde os tumultos com que, manhã cedo, despertou a cidade em 22 de Outubro, até a violên-

(1) *Storia do Mogor*, trad. e an por William Irvine, vol. 3.^o, pag. 169.

cia com que, pelo dia adiante, foi êle próprio metido na posse do governo e no dia subsequente forçado a assinar o papel que se mandou ao vice-rei deposto! Pobre povo, em todas as épocas servil instrumento de especulações políticas e de perturbações sociais! Foi sempre assim; sempre assim será!

Pondo, pois, de parte êsse documento, visivelmente suspeito, examinemos o que resulta das outras fontes de informação.

É de todo o ponto aceitável o que dizem o Conde da Ericeira e Manucci, tendo-se principalmente em vista a comunicação do vice-rei Conde de S. Vicente acêrca do roubo dos livros e processos dos arquivos, praticado após deposição.

Não repugna também admitir a revelação constante da nota do MS. publicado em 1905. É possível que o Conde de Óbidos padecesse aquela moléstia comum a todos os tempos, a todas as latitudes e a todas as civilizações, muito conhecida desde as olímpicas brincadeiras de Marte com Venus, e que talvez dissesse como o Fausto de Marlowe a Mefisto:

*let me have a wife,
For I am wanton and lascivious,
And cannot live without a wife.*

Aos descontentes dos actos de pura administração se teriam juntado, pois, os zelosos da honra de famílias, quer dizer, os maridos ou parentes agravados. E a propósito lembraremos que, no 1.º quartel do século passado, se repetia um caso idêntico — de análogos zelos excitados por um vice-rei — mas, segundo reza a tradição, dessa vez o D. Juan vice-real não foi deposto; applicaram-lhe apenas, alta noite, no quintal duma casa nobre em St.ª Inês, justo correctivo a suas aventuras galantes uns escravos negros da família ofendida!

Mas, que devemos dizer do *mot d'ordre*, de que fala Camilo, enviado de Lisboa por fr. Diogo Cesar de Meneses ao arcebispo D. Fr. Francisco dos Martires, seu condiscípulo, e a seu primo, o almirante António Barreto Pereira? Não é improvável; mas note-se que a deposição não se realizou tão rápida, nem podia ter entrado na conjuração o arcebispo, com se diz na *Luta de gigantes*. O vice-rei contava já mais de trase meses da Índia e aquele prelado havia falecido a 25 de Novembro de 1652. As palavras «dentro de poucos dias» são textualmente tomadas ao *Portugal Restaurado*, onde se ligam ao regresso de António de Sousa Coutinho, vitorioso dos arábios, emquanto que no romance correm consecutivas ao chegarem a Goa o Conde de Óbidos e as cartas de fr. Diogo. Tem dêsses senões o insigne escritor que, misturando por vezes episódios românticos com factos históricos — joias rebuscadas (para nos servirmos da sua própria frase) no lixo acamado ao correr de séculos — nem sempre é rigorosamente exacto em todos os pormenores que expõe.

Por derradeiro cumpre lembrar uma circunstância, de carácter psicológico, que poderia de plano ter determinado a sedição.

É decisivo o poder da imitação nos indivíduos e nas famílias, na ordem moral e social, no bem e no mal. A história política duma nação é — diz um pensador — a história filosófica da imitação. Quanta vez não influe esta em desnaturar o homem e, alterando profundamente o seu físico e moral, o não arrasta á prática de vícios e de atentados?!

No caso, não deve esquecer que, pouco antes da deposição do Conde de Óbidos, se tinha recebido em Goa a notícia da deposição do capitão-geral de Ceilão, Manuel Mascarenhas Homem, precedida duma insubordinação militar contra o comandante Lopo Barriga, seu genro ⁽¹⁾. Um acontecimento deplorável que veio pôr, já então, em iminente risco a posse daquela ilha! É muito de presumir que essa notícia tivesse sugestionado os espíritos irrequietos e animado os descontentes do vice-rei a praticarem aqui igual façanha!! ...

(Continúa)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

(1) L.º das monções n.º 23, fl. 341 a 343. — E de Balsemão, *Os Portuguezes no Oriente*, 2.ª parte, pág. 27 a 33.

BENS PENSIONADOS EM GOA

Capelas de vários conventos

DEVÉRAS interessante é a história da nossa propriedade imobiliária porque a ela se liga a do domínio português no Oriente, nessas remotas éras em que um punhado de bravos, com o mais acendrado patriotismo a estimular-lhes a audácia para temerarias empresas, veio em pequenas caravelas não só espantar os povos da Índia com os seus brilhantes feitos, mas também civilisá-los, dar-lhes a inteligência outra orientação e directriz, erguê-los da inércia em que os lançara o governo opressivo do mouro, pôr em jogo as suas faculdades de trabalho que, mercê das especiais condições que então prevaleciam, se esterilizavam em inúteis lucubrações filosóficas ou em espectaculosas aventuras cavalleirescas, que podiam ser um belo assunto para poetas imaginosos ostentarem em grandiloquos carmes a pujança e espontaneidade do seu estro, mas que não produziam resultados práticos nem exerciam influência no desenvolvimento económico e politico do país.

Albuquerque viu bem isso na sua perspicacia de estadista genial e sagaz. Tratou logo de promulgar um conjunto de providencias que lograssem atrair os indios ao novo regimen e os levassem a colaborar no engrandecimento do dominio que implantava.

Uma dessas providencias foi a de concessão gratuita de terras que foram dos mouros expulsos e outros, a Portugueses casados com mulheres indigenas, tendo-se feito a distribuição conforme o merecimento e serviço dos concessionários, terras que vieram a chamar-se *Praços da*

Coróa, e de que já demos suscinta notícia no *Heraldo* de 8 de Setembro de 1916.

Mas era essa uma época de intenso fervor religioso. A administração política não podia exercer a sua acção em vários serviços públicos sem o *placet* e apoio da classe eclesiastica, que, depois da morte do *terribil*, se tornou suprema e poderosa, resultando daí que, enquanto se ia talhando pela espada um vasto império, se procurava a um tempo, pela doutrinação, avassalar os povos ás crenças do novo dominante. E assim, simultaneamente com a politica de assimilação que se adoptava para a fixação da raça portuguesa nestas longinquoas terras, se iam outorgando importantes privilegios aos que se propunham difundir pelo Oriente a luz do Evangelho cristão, dando-lhes o Estado avultados subsidios para a sua manutenção e edificando lhes até conventos magestosos, que faziam a admiração dos viajantes estrangeiros que por cá passavam.

Foi com esse decidido apoio official que se estabeleceram na India as Ordens religiosas, cuja acção, se merece considerar-se civilisadora nos primeiros tempos em que elas se limitavam ao mais rigoroso cumprimento do seu Instituto, foi mais tarde tornando-se nefasta ao progresso do país. Bem diz o eminente escritor J. H. Cunha Rivara: «Quanto a nós, os Portuguezes, foram os frades da India causa de grandeza e decadencia. Qual destas sobrepujasse a outra, não hé aqui lugar de averiguar-se; o que, porém hé certo hé que apenas era entrado o século XVII, e já os frades da India não estavam muito em cheiro de santidade para com o governo real, nem para com o da mesma India». (1)

Esse cheiro de santidade perderam-n'o os frades não só pela sua exagerada intromissão em negócios e assuntos extranhos ao seu ministério, como também porque lhes foi crescendo a ambição de enriquecerem a todo o custo, adquirindo bens quer por mercês dos vice-reis, quer por compras e heranças, para o que se valiam da influencia que exerciam em animos timoratos e pusilanimés, insinuando-lhes cessões gratuitas e doações a seu favor como o melhor meio de purificarem a alma dos doadores das manchas do peccado.

Uma tal ambição quasi foi estimulada pelo espirito da

(1) *O Chronista de Tissuani*, n.º 3 de Março de 1866.

epoca, que, como todos sabemos, era de mais franca intolerancia para os chamados *gentios* e de grande favor e protecção aos cristãos. Assim, em 1541, depois de demolidos os Pagodes das Ilhas, o Vedor da Fazenda Fernão Rodrigues de Castel-Branco, que governava este Estado, na ausência do governador D. Estevam da Gama, tomou assento com os gancares *gentios* das mesmas Ilhas sobre a cessão ao Estado, dos bens dos Pagodes, afim de serem, como o foram, applicados á sustentação das igrejas e clero cristãos, — sistema que se adoptou tambem mais tarde em 1569, depois de serem derrubados os Pagodes de Salsete e Bardez.

Foi desta forma que cada uma das Ordens Religiosas, cuja maior parte professava aliás a mais absoluta pobreza, se tornou, pela vastidão dos seus bens, um verdadeiro Estado no Estado, a cujas veleidades muitos vice-reis e governadores se viam forçados a curvar-se para estarem em boas relações com um Poder temivel que ameaçava os que o desgostassem com as penas de eterna condenação nas fogueiras do Inferno.

Houve, porém, alguns que tiveram a coragem de afrontar as iras dos frades e de escrever para Lisboa, narrando os abusos e as devassidões que campeavam infrenes nos conventos, o que não extranhou a côrte, pois aí já desde longos anos tinham os Religiosos perdido o conceito de que gozavam, tanto que em muitas Cartas Régias de concessão dos *Prazos da corôa* se vê inserta a cláusula de não poderem passar tais Prazos, em nenhum caso e por nenhum titulo a comunidades Religiosas, Frades, Freiras ou Clerigos (1).

As informações que daqui subiram foram tomadas em consideração. O alvará régio de 4 de Novembro de 1609 prohibia aos Religiosos aceitar doações e adquirir bens imóveis por qualquer titulo, mas como este preceito ficára letra morta, veio outro alvará, pelo qual «El-rei tendo consideração ao que dispoem os sagrados canones, e á devassidão com que os religiosos e pessoas eclesiásticas usavam nas partes da India do trato e mercancia, por onde a conversão dos *gentios* se esfriava pelo grande escandalo que disso recebiam não somente elles, mas tambem os christãos, manda que nenhuma pessoa secular,

(1) Vld. L.º 3.º das *Reg. Geraes* do arquivo da Fazenda, fol. 96 v.º

fiel ou infiel, vassallos seus, tratassem com dinheiro ou mercadorias algumas dos taes religiosos e pessoas ecclesiasticas, e isto sob algumas penas, entre as quaes era a de perderem todos os seus bens e fazendas as pessoas que assim tratassem, e alem disso serem tambem perdidas as fazendas e dinheiro dos ditos religiosos e pessoas ecclesiasticas, que no trato andasse». (1)

O vice-rei D. Jeronimo de Azevedo folgou muito com essa resolução, posto que lhe parecesse difficil a execução, pois escrevia a el-rei:

«Muy necessária he a observância desta resolução, que V. Magestade justamente tem tomado, porque com a cobiça e desejo de adquirir, se descuidão totalmente os ecclesiasticos, que a isso se applicão, de suas obrigações e se occasionão outros muitos inconvenientes: porêm tenho a averiguação por difficultosa, porque ainda que o que nisto passa he cousa mui sabida, nunca se chega a provar, ou por os ecclesiasticos, cuja he a fazenda, serem poderosos, ou por muito acautelados».

Os frades, porém, não só impugnaram esses alvarás, mas obtiveram outro de 23 de Fevereiro de 1612, pelo qual foi mandada suspender a pena de perdimento do seu dinheiro, que andasse metido no trato, até Sua Santidade a aprovar. Não conseguirão, todavia, derrogação dos outros preceitos dos mesmos alvarás, o que parece devido á forte corrente de opinião que na cõrte prevalecia contra os Religiosos, tanto que, por alvará de 10 de Fevereiro de 1610 já se mandara que se não fundasse na Índia mosteiro algum de novo de nenhuma religião sem sua particular licença, precedendo informação por escrito cerrado do Vice rei ou Governador.

Eram então numerosos os mosteiros e conventos, em que os Religiosos pela maior parte passavam uma vida folgada e ociosa, sem curarem da conversão e da catequese, intervindo por astuciosos enredos em assuntos de administração pública, entretendo o seu tempo em vivas contendas uns com os outros e alcançando por arimanhas grossos subsidios da Fazenda.

Tão grande era a sua influencia que nenhum efeito surtiram todas as providências que da cõrte vieram para se reprimirem os seus abusos, porque o gladio espiritual de

(1) C. Rivara — cit. *Chronista de Tissuari*.

que dispunham e que servia para acobertar todos os escandalos estava sempre suspenso sobre a cabeça de quem se atrevesse a contrariar-lhes qualquer pretensão. «Venha o mundo abaixo, contanto que se salvem as nossas idéas e os nossos costumes.» — era então a divisa da Cõrte de Roma que elles incondicionalmente seguiam nas transacções da vida pratica.

Põe bem o dêdo na ferida o mencionado vice-rei D. Jerónimo de Azevedo numa carta que a 24 de Dezembro de 1613 dirigiu a el-rei e da qual não podemos resistir á tentação de transcrever para aqui os seguintes trechos mais interessantes:

«A multidão de mosteiros, que nestas partes se tem edificado de poucos anos a esta parte, e o muito que tem crecido o número dos religiosos, ainda naqueles que já dantes havia, hé huma das cousas deste Estado que em maior cuidado me põe, porque só da ordem de S. Francisco ha nesta Ilha, e em Bardez, em pouco mais de duas leguas de terra, seis mosteiros, além das vigairerias, que estão a sua conta; e das outras Ordens ha dous e tres mosteiros de cada huma; e quasi o mesmo passa nas outras cidades, fortalezas e lugares do Estado, que polla mayor parte são terras muy pequenas e limitadas em tanto que em algumas excede o numero dos frades e clérigos ao dos moradores. A oppressão que disso resulta aos povos hé grandissima, assy pollo que toca á sustentação destes mosteiros, a que sempre acodem, como polla superioridade e demasiada mão, que elles tomarão em tudo, até nas materias do serviço de V. Magestade e do governo. Resulta tãobem outro grande inconveniente desta multiplicação de mosteiros, e hé que como para isso andão buscando gente, e recebem muita que he incapaz, mormente dos nacidos quá, e até ás naos, quando vem do reino, a vão buscar; e como estes não vão á Religião levados de espirito de mais perfeita vida, se não a caso ou por se livrar de necessidades, com qualquer occasião se inquietão, comettem muitas desordens, de que a christandade e conversão recebem pouco crédito, e a republica muito escandalo. e de presente andão alguns fugidos entre os mouros. Também hé de considerar o muito que adquirem ou por via de heranças, ou de compras simuladas feitas em cabeça de seculares, e como as propriedades de que são somente de quatro casas e palmares, em breve tempo virá tudo a ser dos mosteiros, e tarde se lhes

hão de tirar as que huma vez lhes entrarem em poder, por mais diligencias que sobre isso se mandem fazer, por que a todas se oppoem com seus breves e conservatorias, e ou por não haver quão a quem se recorra sobre isto, ou por os ministros a que toca recearem de se intrometter em causas de religiosos, que tem suas intelligencias, e saem com tudo o que intentão, ou pelos quererem grangear, e ter propicios em seu favor e abono, por quão nestas partes usão muito os religiosos de dar entender que toda a mais gente depende d'elles nisto de os poderem abonar e informar bem de suas pessoas, facilitão e alhã não por este modo tudo o que lhes está bem. Sobre estes trabalhos e inconvenientes que resultão de haver tantos mosteiros, não he menor a de defenderem todos da fazenda de V. Magestade, porque elles crescerão, como fica dito, e ella tem demenuido rendimento que de antes havia se não chegão a recolher as tres, e os religiosos com capa de piedade vão logo com as casas que fazem, pedindo juntamente ordinários para ellas, e os Viso Reis, por cada hum haver que carrega pouco mais o Estado com o que dá de novo, vierão a fazer esta carga tão grande, que he huma das que o tem sobrecarregado mais e tão bem no reino alcanção pelo mesmo modo as confirmações; e isto que pelo miudo não parece cousa de momento, tem engrossado de maneira, que se poderá mal dar satisfação a tudo na forma em que ora está.

Depois deste tão incisivo exordio o vice-rei pede providências ao rei no sentido de se limitar o número dos mosteiros e conventos, de se venderem os seus bens, proibindo aos Religiosos adquirir mais bens; de se tirarem as vigairerias aos frades, encarregando-as a clérigos seculares, porque os frades relaxão-se muito com estas vigairerias, onde dão algumas occasiões de escandalo, e quando succede tornarem aos conventos, soffrem mal a clausura e obediencia, e vivem com inquietação sua e dos mais religiosos.

Vai ainda mais longe o illustrado vice-rei. Combate a multiplicação de casas de ensino com fundamento de que todos vão á escola para serem ecclesiasticos e falta gente para a agricultura e bem assim o defeituoso regimen de estudos sob a direcção de frades.

Tambem tenho por de grande inconveniente—diz D. Jeronimo de Azevedo—haver tantos collegios e estudos, por que são occasião de quererem todos que seus filhos estu-

dem, para os fazerem frades ou clérigos, e ainda quando seus paes os não fação com essa intenção os religiosos os crião com tanto encolhimento, que perdem os brios e ficam inhabilitados para as armas. . . . Além disto a gente da terra faz também a seus filhos estudantes de que procede que os que são filhos de officiaes e lavradores desprezão os officios dos paes, e falta gente para as lavouras e outros mesteres; e elles como depois de homens se achão sem remedio de que vivão, todos se fazem solicítadores, e como são agudos revolvem a terra e fazem tantas demandas, que he huma confusão grandissima, e outros se vão a terra de mouros para lhes escreverem em portuguez, e lhes traduzirem as cartas, que se lhes escrevem, e por sua via sabem o que aqui passa. . . .

Os queixumes do nobre vice-rei não se fizeram ouvir na cõrte se não muito tarde, pois só em 16 de Março de 1634 veio um alvará régio, declarando de nenhum valôr todos os testamentos e codicilos em que os Religiosos ou suas Ordens fossem legatarios de quaesquer pessoas defuntas, mas nem esse diploma teve execução completa, pois os frades não largaram os bens que possuíam nem desistiram de adquirir novos quer por compras ou por heranças. E que logravam o apoio da Cõrte de Roma, que como já observamos, era a esse tempo omnipotente e cujas iras os reis e os vice-reis procuravam com diligencia evitar.

A maior parte desses bens provinha de doações e delixas com encargos de missas e outros actos liturgicos, e como elles passaram, pela extinção das Ordens Religiosas por Decreto de 28 de Maio de 1834, successivamente ao Estado e, por venda, a particulares, de muito proveito será — cremol-o — dar-se aqui a respectiva noticia (*) com indicação dos encargos de que andavam cativos, pelo menos para o estudo da genealogia das antigas familias Portuguezas, que nêles figuram como doadoras ou sufragiadas.

As instituições desses encargos chamavam-se *capellas* e cada ordem Religiosa tinha o respectivo registo em livros apropriados que, depois da execução do citado Decreto, foram recolhidos ao arquivo da Fazenda, onde

(*) A dos bens confiscados aos jesuitas encontra-se publicada pelo deuto C. Rivara no *Boletim do Governo*, n.º 3 de 10-1-1862 e seguintes.

existem alguns em via de se desfazerem pela acção combinada do tempo e da traça. Com receio de que em pouco tempo se percam tão valiosos documentos, copiamol-os com muito cuidado, furtando uns momentos ás nessas laboriosas occupações officiaes. Difficil e incómodo foi o trabalho, pois a letra dalguns desses livros está quasi apagada, noutros ilegivel sem demorado espaço e exame. Começemos pelas capelas do convento de N. Sr.^a da Graça, que são as mais numerosas. Delas ha no mencionado arquivo 3 livros, sendo um de 1735, que é o mais antigo e mais desenvolvido e os outros 2 de 1744.

Acêrca dos bens dessas capelas publicou o erudito escriptor, Conego Francisco Xavier Vás, n' *O Herald* de 12 de Janeiro de 1908 um «Memorial da Congregação dos Religiosos de Santo Agostinho de Goa», com copiosas notas, mas esse memorial não é tão desenvolvido como o registo que vai em baixo transcrito, alem de que este contem elementos que faltam naquêle, sendo porisso muito util para elucidação de pontos obscuros em relação aos bens pensionados do referido convento.

Pertencia êsse convento aos Agostinianos que vieram a êste Estado em 1571. Foi erigido, em 1597 pelos esforços de Fr. Gaspar de S. Vicente, tendo assistido á cerimonia do lançamento da pedra fundamental, além de muitas outras autoridades, o vice-rei Conde de Vidigueira e o Arcebispo D. Fr. Aleixo de Menezes. Era dos mais magestosos e ricos, tendo-se-lhe encontrado, á data da execução do Decreto de extinção das Ordens Religiosas, bens moveis e imoveis do valor total de cerca de 6 laques e meio de rupias.

O livro de que extraímos as capelas dêste convento é o de 1755 está muito estragado e traz o seguinte titulo:

«Memoria de todas as Capellas, suas obrigações e dotes em dinheiro e bens de raiz, que de presente existem e algus q' se perderão pertencentes a este Convento de N. Sr.^a da Graça de Goa, — extraida com particular dilig.^a dos Livros das Capellas, sanchristia, propriedades, Diffinitórios, Cons.^{as}, Escritturas, gasto e recibo, Testamentos e mais documentos q' se conservão no arquivo da Congregação e Deposito deste Convento de N. Sr.^a da Graça de Goa, por Fr. Paulo da Sylva (1) sendo Pal. da Congrega-

(1) Foi o 54.º Vigario Provincial da India, tendo entrado na adminis-

ção de N. Pe. S. Agostinho da India Oriental — No anno de 1735.»

Foi numerado e rubricado, com autorisação do mesmo Pal., pelo R. Pe. Fr. José de N. Sr.^a a 12 de Março de 1735 e na página do titulo traz mais o seguinte: «Foy a copia deste Livro remetida p.^a Roma em o anno de 1749 sendo Pal. desta Congreg.^m o M. Rdo. Pe. Fr. Chrystovão de S. Miguel, que sendo Prior do Convento de Goa mandou reduzir as Capellas, como se verá no livro dellas que está no Deposito deste Convento».

Traz também o seguinte *Ante-Loquio*, assinado pelo dito Provincial Fr. Paulo da Silva, o qual por ser de veras interessante na sua dicção aqui reproduzimos na integra:

«Por algumas not.^{as} confuzas no principio do meu governo percebi o estado em que laboravão as Cap.^{as} deste convento e desejando fazer-lhe algu bem, entendi q' o mais util e importante era por na memoria dos que o administrão a not.^a das Cap.^{as} q' com as obrigações e dotes e o emprego que delles se fez, para que á vista dos gravissimos encargos q' involve esta materia se desenvolvessem os Prelados dos da consciencia, q' tomão sobre si e de q' talvez se não desenvolverião bem os passados pello seu descuido e omissão.

Lí p.^a este effeito todos os L.^{os} e papeis que se guardão no Deposito do Convento e archivo da Congregação, hua e mais vezes sem ficar hu só q' não passasse pellos olhos. Notei qto. se podia indagar e descobrir nesta matr.^a e depois de conferir maduramente as not.^{as} reduzi-as todas á forma que comprehende a memoria deste L.^o. Não diminuo o certo, não certifico o duvidoso, ne resolvo sem manifesto documento. Cito os tit.^{os}, lembr.^{as} e documentos que abonão a minha rezão, assim p.^a authorisar a verdade que intento persuadir, como p.^a serenar qualquer duvida q' o critico e escrupuloso queira mover. Se se

tração a 19 de Outubro de 1732. O 1.^o Vigario Provincial foi Fr. Antonio da Paixão, que veio da metrópole em 1572 e governou 7 anos. O último foi o Pe. José Ribeiro de Carvalho. Fr. Paulo da Silva intitula-se Provincial, mas com mais exactidão devia chamar-se *Vigário* Provincial, porque os religiosos Agostinianos não chegaram nunca a constituir-se em *Provincia*, mas formavam uma *Congregação* dirigida pelos *Vigários* *Provinciaes* nomeados pela *Provincia* de Lisboa, á qual eram sujeitos. Vide nota (1) ao citado *Memorial*, publicado pelo Conego Vás.

notar em algumas Capellas e seus dotes pouca clareza, impute-se ant.^{os} que olharão tão escassos p.^a o futuro como que só fazia caso do preste. A vigilância de huns he louvavel nas lembr.^{as} q.^{as} deixarão; outros meterão-se tanto no escuro q.^o parece invejarão as sombras da luz aos vindouros. O claro, porem, e o escuro, o esquecido e o lembrado refere a memoria deste L.^a. E p.^a dizer em summa o q.^o contem digo: conte' cap.^{as} que se cumpre' como seos instituidores determinão, conte' outras q.^{as} totalmente se não cumpre', huas por omissão de as não registarem nos L.^{os} das Cap.^{as} e Sanchristia, outros por q.^o se extinguirão sem culpa nossa os seus dotes. Conte' mt.^{as} que reduzio o Cap.^o Pal. celebrado nesta Congregação no anno de 1669 a menor n.^o de missas; e sem emb.^o de ser reprehendida pella Prov.^a esta redução, permanece athe o preste., e segdo. ella se julgão as Cap.^{as} satisfeitas. Não o louvo, ne' condeno, mas p.^a serenar a consciencia bom fora recorrer a Sé Apost.^a com as causas q.^{as} ha p.^a impetrar esta graça. Mt.^{as} dotes perderão se por se dar sem segurança a pessoas pouco abonadas; outros deve o Convento pello haver empregado p.^a g.^o ord.^o q.^o tem sido a maior perda. Tudo refere esta memoria, por q.^o tudo he necess.^o attender p.^a o remedio que se requer nesta mat.^a. — (a) Fr. Paulo da Sylva, Pal.

Capellas

Do Pe. Luis Mascarenhas de Honori a mulher, defuntos

Tem de obrigação hua missa quotidiana, entrando os Domingos, no altar de S. Nicolao, pela alma do Pe. Luis Mascarenhas de Honory, a pessoa que lhe deo o dinh.^o e seus dotes. Deixou o dito Pe. por dote desta Cap.^a 3000 xs. com as condicoens seguintes alem da referida obrigação: que se não pederia absolvição della ao Sumo Pontifice; que o dote desta Cap.^a andaria a ganhos sobre penhores de ouro ou prata; e qdo. os Pes. quizessem empregalo em fazenda, seria por sua conta em forma, que se a fazda se perdesse, nunca o dote desta Cap.^a se perderia; ultimamente que o Convento receberia por sua morte este dinh.^o pagos os legados e hua restituição de 500 xs. porq.^o só do remanecente se havião inteirar os d.^{os} 3000 xs..

Com as referidas clausulas aceitou o Convento esta Cap.^a.

Faz menção desta Cap.^a no L.^o da sanchristia e o rol das Capellas, q' se achou no Deposito feito no anno de 1662; o qual declara, demos o dinh.^o desta Cap.^a a Misericordia pello dro. q' ficou no nosso Convento de Manilas.

Não ha mais claresa desta Cap.^a, ne' do fim ou emprego deste dro.

Cumpre-se esta Cap.^a sem os Domingos the o presente com o n.^o de 210 missas por anno.

De Francisca da Cunha

Tem de obrigação hua missa quotidiana pella alma de Francisca da Cunha. Tem mais no primro. sabbado de cada mez do anno hua missa cantada segd.^o sua tenção. O dote desta Cap.^a são 3200 xs.. Não consta em que anno foi instituida esta Cap.^a, nem em q' se empregou este dinh.^o.

A instituidora desta Cap.^a he padroeira da Cap.^a de S. Anna; e consta do L.^o de recibo deste Convento de Outubro de 1666 fol. 67 recebermos da nobre Cidade outocentos e quarenta e oito xs. e tres rg.^{as} que Francisco de Mello e Castro nos mandou restituir em seu testamento pertencentes á fabrica desta capella.

Cumpre-se de presente esta Cap.^a com o n.^o de 210 missas resadas e doze cantadas.

De Mel. Siqra. de Mattos e sua mer. Lucrecia Pra.

Tem de obrigação hua missa quotidiana por alma dos referidos e o seu dote são 3000 xs. que não se sabe em que se empregaram. Aceitou-se esta Cap.^a em Cap.^o Pal. a 20 de Dezembro de 1646, como consta do assento no L. do Diffinitorio fol. 133.

Cumpre-se de presente esta Cap.^a com o n.^o de 210 missas cada anno.

De Manuel Leal da Fonseca

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma do dito Fonseca, que faleceu em São. O seu dote são 3000 xs. que o Convento recebeu e empregou no palmar de D. Braz de Castro em St.^a Cruz.

Aceitou-se esta Cap.^a no triennio em que foi Prior deste Convento o R. Pe. Fr. Agostinho dos Reis.

Faz menção desta Capella o L.^o da sacristia ordenado e acrescentado pelo mesmo Pe. Fr. Agostinho dos Reis em 23 de Novembro de 1678; e dele consta cumprir-se de presente com 210 missas cada ano.

Da mulher de Mel. Luis da Fonseca

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma da mesma, cujo nome se ignora. Tem de dote 3000 xs. q' o Convento recebeu e empregou no palmar de *D. Braz de Castro* em St.^a Cruz.

Cumpre-se com 210 missas ao ano.

De Manuel Rodrigues Teixeira e sua f.^a

D. M.^a de Aragote

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma dos mesmos e o seu dote são 3000 xs. que foram empreg.^{os} no palmar *D. Braz de Castro*.

Faz menção dela o L.^o da Sacristia ordenado e acrescentado pelo R. Pe. Fr. Agost.^o dos Reis em 23 de Novembro de 1678, onde se declara que a Cap.^a de S. Nicolao pertence a Mel. Rodrigues Teixeira e de facto nela jazem sepultados os seus ossos como se vê do tit.^o da sepultura.

O d.^o Mel. Roiz Teixeira instituiu esta Cap.^a no testam.^o que fez em Ugolem, onde faleceu a 24 de Janro. de 1664, q' se acha no Deposito deste Convento. Dele consta deixar p.^a dote desta Cap.^a por sua alma e de sua f.^a tres mil rupias; e outras tres mil p.^a se lhe comprar neste Convento de Goa uma cap.^a das que estivessem vagas e mil p.^a sua fabrica; p.^a a qual Cap.^a seriam traslados de Ugolem os seus ossos e de sua f.^a D. M.^a de Aragote.

Não ha clareza que o convento recebesse esta quantia. Consta porem de alguns papeis do deposito haver em Bengala grande controversia nesta para com os herdeiros deste defuncto, a qual se veyo ultimamente a compor.

Cumpre se esta cap. com o n.^o de 210 missas cada ano.

De Maria Pereira

Tem de obrigação 1 missa quotidiana no altar de S. Nicolao por tenção de Maria Pereira. O seu dote são

3.000 xs. q' o convento recebeu e empregou no palmar de *D. Braz de Castro* em Sta. Cruz.

Faz menção desta Cap.^a o L.^o de Sacristia ordenado e acrescentado pelo R. Pe. Fr. Agostinho dos Reis em 23 de Novbro. de 1678 e dele consta comprir-se esta cap.^a com 210 missas ao ano.

De Nicolau de Paiva

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma do dito Paiva falecido em Bengala. Deixou p.^a seu dote 3.000 rupias que importarão em Goa em 3.600 xs. que o Convento recebeu e empregou no palmar de *D. Braz de Castro* em St.^a Cruz.

Aceitou-se esta cap.^a no diffinitorio a 18 de Fevereiro de 1675 e faz menção dela o L.^o das Cap.^{as} a fol. 52, onde se declara que começou a satisfazer-se no 2 de Agosto de 1676; e cumpre-se ao presente com 210 missas annuaes.

De Izabel da Sylva, mer. de Nicolao de Payva

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma da dita Izabel, que deixou para seu dote 3.000 rupias que o Convento recebeu em Goa por 3.600 xs. e os empregou no palmar de *D. Braz de Castro* em S. Cruz.

Aceitou-se esta no diffinitorio em 18 de Fevr.^o de 1675 e cumpre-se com 210 missas cada ano.

De D. Juliana de Souza

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma da dita D. Juliana no altar de S. João de Sahagu. O seu dote são 3.000 xs. q' o Convt.^o recebeu e empregou no palmar grande de St.^a Cruz. Não consta em que ano foi instituída, mas segundo o padrão q' está na parede da d.^a Cap.^a faleceu a Instituidora no 1.^o de Dezembro de 1637.

A mesma D. Juliana de Sousa é padroeira da Cap.^a de S. João de Sahagu. Da esmola que por ela deu, e da fabrica, q' p.^a ela deixou, não ha certa noticia mais que a do L.^o do recibo de Junho de 1638, em que se diz a fl. 73 recebera o Convento 1.300 xs. a conta da d.^a Cap.

Na redução das Capelas que se fez em Cap.^o Pal. desta congregação, celebrado no ano de 1669 se determinou a esta 210 missas por ano e assim se continua.

De Domingos da Sylva de Mendonça e sua mer.
Ant. de Jesu.

Tem de obrigação 1 missa quotidiana em altar privilegiado por alma dos ditos e o seu dote são 3.000 xs. que o Convento recebeu e empregou no palmar q' foi de Fernão Vás de Siqueira em S. Cruz, como consta do L.º do gasto de Outubro do 1668. Começou a obrigação desta missa no 1 de Janeiro de 1667.

Na redução feita em 1669, se determinaram a esta Cap. 210 missas por ano, o que se cumpre até ao presente.

De hum defuncto cujo nome se ignora

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por sua alma de um defuncto e o seu dote são 3.000 xs. que o Convento recebeu e empregou no palmar grande de S. Cruz. Consta do assento no L.º das Cap.ª fol 49 v., feito no 1.º de Dezembro de 1669, declarando-se aí que esse dinheiro fôra dado ao Convento por um Religioso de S. Domingos.

Esta é sem duvida a mesma Cap.ª de que fala o assento no L.º do gasto de Dezembro de 1669, fol. 42, onde ficavão no deposito 3 000 xs. p.ª uma missa quotidiana por um defuncto.

Na redução do Cap. Pal. de 1669, se determinaram a esta Cap.ª 210 missas por ano, e assim se cumpre até ao presente.

(Continúa)

J. B. AMANCIO GRACIAS

Extrato de vários assentos de óbitos

Do registo paroquial da freguesia dos Reis-Magos

1756-1876

(Conclusão da pag. 106)

102

17-VII-1793

D. Ana, viuva de Pedro José Matos, no corpo.

103

6-I-1794

D. Inácia de Saldanha Pimentel, casada com João José da Cunha, no corpo.

104

27-VI-1794

José Agostinho da Silva de Melo, no cruzeiro.

105

6-IX-1794

Mel. Ant.º, filho de D. Antonio Caetano de Menezes, no cruzeiro.

106

7-VII-1795

D. Maria Ursula Pereira, no cruzeiro.

107

6-IX-1796

D. Maria Quiteria de Melo, no corpo.

108

6-X-1796

Pe. Pedro Roiz, na cova propria.

109

11-I-1707

D. Ana Joaquina Corrêa, mulher de Bormeio (Borromeu, ou Bartolomeu?) José Pereira de Almeida, no cruzeiro.

110

9-II-1797

Nove obitos com a seguinte declaração: «faleceo fundada a embarcação».

111

11-III-1797

Pe. Caetano Antonio Lobo, paroco dos Reis-Magos, com testamento, na capela-mór junto á alampada.

112

25-IV-1797

D. Antonia Gomes de Melo, viuva, no cruzeiro.

113

13-VIII-1798

D. Josefa Soveral, mulher de João Colaço Roiz, *ab intestato*.

114

27-IX-1798

Pe. Caetano Costa, no cruzeiro.

115

12-VI-1799

Miguel Vicente de Moraes Sarmento, alferes do 2.º regimento.

116

20-I-1800

João Colaço, viuvo de D. Josefina Liberata, no cruzeiro.

117

1-VI-1800

Antonio de Arcanjo de Lima, sargento-mor da legião do coronel Godinho, marido de D. Rita Maria de Saldanha Pimentel, no cruzeiro.

118

7-XI-1802

Manuel Joaquim Morais Sarmento, no cruzeiro.

119

25-XII-1802

D. Ines Chaves de Bitácur, mulher de Felix José Tinoco da Gama.

120

13-I-1803

D. José Antonio de Lisboa, viuvo de Ana Maria Noronha, morador em Revorá, sargento de partidos, no corpo.

121

25-XII-1803

Filha de José Maria de Gusmão, no cruzeiro.

122

1-X-1804

D. Antonio Caetano de Melo, casado com D. Maria Silva de Soveral, no corpo.

123

22-X-1804

Pe. José de Andrade, na capela-mór, pagou 12 xs., 2 tgs. e 3 reis.

124

18-I-1805

D. Ana Maria Saldanha, viuva, moradora em Verém, no corpo.

125

11-XII-1805

D. Ana Maria Colange, viuva, no cruzeiro.

126

12-VI-1806

Filho de Antonio Ribeiro Marinho, na capela-mór.

127

12-I-1807

Filho de José Antonio Ayala, na capela-mór.

128

23-X-1807

Henriques José, marinheiro do navio *Rainha dos Anjos*, no corpo.

129

17-I-1808

Antonio de Melo Alvim, no cruzeiro.

130

27-I-1808

D. Mariana de Melo, viuva de Antonio José Pereira, no cruzeiro.

131

20-I-1809

Um soldado existente na Feitoria de Bardês, sita em Verem, no adro.

132

12-II-1809

Bernabé, filho de Antonio de Melo Alvim e D. Margarida da Cunha Morais Sarmento, no cruzeiro.

133

12-IV-1810

Conego João Colaço, no cruzeiro.

134

30-XII-1810

André, filho recém-nascido de Manuel José da Rocha e Campos, no cruzeiro.

135

20-I-1811

Duarte de Melo e Alvim, casado com D. Mariana Marcos, no cruzeiro.

136

26-I-1811

D. Joaquim Mel. de Menezes, no cruzeiro.

137

13-VIII-1811

«Sendo morto hum inglês branco catolico no palmar da fabrica, provando ser xpão., foi enterrado no adro».

138

25-VII-1813

D. Ana Joaquina Cunha, mulher de Alberto Antonio Pinto, no cruzeiro.

139

26-III-1814

Pe. Gregorio de Souza, de Ambecandem, no cruzeiro.

140

4-IX-1815

D. Mariana da Cunha Moraes, viuva de Duarte de Melo e Alvim, no cruzeiro.

141

9-XI-1815

Tomé Joaquim Salinas Guerra Carneiro e Melo, casado com D. Genoveva Ludovina Pinho Monteiro da Cunha, no cruzeiro.

142

12-I-1816

Manuel Roque Vasco, marinheiro da nau *S. José* americana, no corpo

143

23-VI-1817

João Gomes de Melo e Moraes, casado com D. Rita Maria Menezes, no cruzeiro.

144

17-XI-1817

Vicente José Lopes e Laura, casado com D. Henriqueta, no cruzeiro.

145

10-IX-1818

D. Joana Bravo da Fonseca, viuva de Antonio Jacome Lobo da Fonseca, sepultada na sua cova perpetua do convento de S. Caetano.

146

20-XII-1818

Catarina de Barca, mulher de Francisco Xavier Fernandes, cirurgião-mór da legião de Bardês, no corpo.

147

3-VII-1819

João Caetano Galego da Fonseca, brigadeiro e comandante da legião de Bardês, no cruzeiro.

148

31-VIII-1819

D. Rita Maria Saldanha Pimentel, viuva de Antonio de Araujo e Lima, major da legião de Bardês.

149

23-IX-1820

Manuel que «caindo-se do navio do reino foy cair-se em Quegdevelim junto á casa do marechal Manuel Godinho de Mira, cujo cadaver conduzido pelos soldados a esta igreja foy enterrado nela. Manuel marinheiro do dito barco».

150

13-I-1821

Pe. Gabriel Arcanjo Carvalho, «pai dos cristãos e administrador da Real Casa sita em Betim Grande, freguês dos Reis-Magos, da idade de 55 anos pouco mais ou menos, com todos os sacramentos e foi enterrado na capela desta casa dos catecumenos pela portaria do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Conde Vice-Rey deste Estado, de que se fez este assento».

151

14-I-1822

D. Ana Luiza Sobral, viuva de D. Antonio de Menezes, do lugar de Nerul, no corpo.

152

14-V-1822

Pe. Custodio de Souza, vigario de S. Pedro, no cruzeiro.

153

18-XI-1824

Pe. Vicente Ferreira de Souza, Ambecandem, *ab intestato*, na cova propria.

154

7-III-1825

D. Ana Gertrudes de Melo Barrocho, casada com D. Antonio Caetano Menezes, de Ambecandem, no cruzeiro.

155

26-XII-1825

Sebastião José Alvares de Souza e Feio, casado com D. Luiza Raposo e Sobral, «que se achava de homenagem em Verém», no cruzeiro.

156

16-II-1826

Francisco Simões dos Reis, casado com D. Ana Rita Xavier de Azevedo, tenente do batalhão de artilharia, no cruzeiro.

157

10-VI-1826

Joaquim Manuel, filho de D. Antonio Caetano de Menezes e de D. Tomazia Joaquina de Figueiredo, do Portal, no corpo.

158

20-VIII-1826

D. Antonio C. de Menezes, de Ambecandem, no cruzeiro.

159

3-XII-1832

Manuel Pereira, cosinheiro do navio de Estevam, da terra de Espanha, no corpo.

160

3-IX-1833

D. Ana Maria Pereira Lacerda, viuva de Caetano Antonio Barreto, do palmar de D. Joana, no cruzeiro.

161

5-III-1834

Antonio José Pereira, viuvo de D. Mariana Josefa de Oliveira e Melo, de palmar de José Vicente, no cruzeiro.

162

8-IX-1834

D. Margarida Morais Sarmento, viuva de D. Antonio de Melo e Alvim, de Xencaró, no cruzeiro.

163

24-XII-1834

D. Antonio, filho de Miguel Vicente Corrêa Melo e Alvim e D. Rita Simões dos Reis, do palmar de D. Henrique, no cruzeiro.

164

1-I-1836

D. Mariana Joaquina Arês Douthel, viuva de Francisco Figueiredo Sarmento Douthel, do palmar de D. Henrique, no cruzeiro, sem testamento.

165

13-XI-1836

D. Maria Ermelinda Teodolina, filha de Gregorio da Silva Ferreira e D. Ana Maria Elvaim, de Ambecandem, no cruzeiro.

166

7-XII-1836

Pe. Fr. Constantino de Santa Rita, pai dos cristãos da casa de catecúmenos e membro do governo provisional, no cruzeiro.

167

10-VII-1837

D. Ana Maria de Lacerda Feyo Elvaim, casada com Gregorio da Silva Ferreira, no cruzeiro.

168

5-IV-1839

Manuel, filho de José Luis Corrêa de Melo, viuvo de Henriqueta de Gusmão, de Betim, no cruzeiro.

NB. — O ultimo enterrado na igreja foi Aleixo G. de Noronha em 14-X-1839, no cruzeiro.

169

2 II-1843

D. Maria Carolina, mulher de José Aniceito da Silva, no cemiterio.

170

4-V-1843

Agostinho Gomes, casado com D. Maria Alexandrina do Carmo Azevedo Pinto Gomes, de Ambecandem, na capela-mór do cemiterio.

171

27-XI-1843

D. Ana Rita Xavier de Azevedo, viuva do Francisco Simões dos Reis, do palmar de João Vicente, no cruzeiro do cemiterio.

172

31-I-1845

Antonio Maria de Melo, casado com D. Luisa Francisca da Victoria Melo, de Xencaró, na capela-mór do cemiterio.

173

29-X-1851

Pe. Diogo João de Souza, paroco, na cova propria da capela-mór do cemiterio.

174

7-XII-1852

D. Mariana Josefina de Melo Pinto, de Ambecandem, na capela-mór.

175

11-IX-1853

Francisco Pedro Elvaim, casado com D. Maria Antonia Sousa Feio e Elvaim.

176

19-VII-1854

Pe. João Antonio Fernandes 40 anos, *ab intestato*, na capela-mór.

177

27-II-1862

Luciana Santos Pegado, mulher de Tito Pegado, da idade de 18 anos, falecida de um tiro, na capela-mór do cemiterio.

178

14-III-1863

D. Rosa Ermelinda da Silva Ferreira dos Reis, mulher de José Simões dos Reis, comandante, na capela-mór.

179

6-XII-1865

Filho de José Simões dos Reis, comandante do Forte.

180

6-XII-1865

Francisco Antonio Fontes, filho de Francisco Antonio Fontes, de Naroá, e Amalia Melo e Fontes, dos Reis Magos.

181

17-XII-1865

D. Ermelinda do Carmo Silva Ferreira dos Reis, mulher de José Simões dos Reis, comandante do Forte.

182

6-XI-1866

D. Francisco Xavier, vulgo Nababo, casado, que antes da conversão se chamava Ahmed Ally Kan Nababo, natural de Bombaim, na capela-mór.

183

14-III-1868

Pe. Mariano de S. José, egresso do convento de S. Francisco, na capela-mór.

184

9-V-1868

Pe. Manuel Salvador de Sousa, de Saligão, paroco colado dos Reis Magos, no corpo.

185

2-II-1872

Cipriano de Andrade, medico, com testamento.

186

14-III-1872

Pe. Fr. Franco do Coração de Jesus, egresso.

187

1-XII-1874

José Simões dos Reis, comandante do Forte.

188

1-V-1875

D. Ludovina Elvaim de Locio, de Tuanto, viuva de D. João Maria de Locio.

189

25-X-1875

Manuel da Cunha Maldonado, alferes reformado, filho de Nuno da Cunha Maldonado, natural de Lisboa, e de D. Mariana Godinho de Mira, natural e moradora dos Reis-Magos.

Addenda

2-XI-1757 a 1-I-1758

32 obitos de cafres cativos de francezes, de ambos os sexos, e mais 8 de francezes, todos sepultados no adro da igreja.

16-VI-1762

Pe. Felicio da Costa, da Botica de Portas, no cruzeiro, na cova perpetua.

9-VII-1763

Pe. Antonio R. da Costa, da Botica de Portas, no cruzeiro, na sua cova.

3-II-1765

Pe. Antonio de Andrade, de Betim, no corpo, na cova perpetua.

7-VIII-1771

José, filho do licenciado Luis Roiz, de Ambecandem.

11-VI-1772

Pe. Pascoal de S.^a, de Ambecandem, na sua cova.

21-IV-1775

Pe. Francisco Baltasar de S.^a, de Ambecandem.

4-X-1783

Pe. Salvador Costa S.^a; testamenteiros: Pe. Caetano Vicente S.^a e Ventura Xavier S.^a, no corpo.

7-III-1784

Pe. Paulo de S.^a; testamenteiros: Pe. João de S.^a e Pe. Vicente Ferreira de S.^a e Pe. Gregorio de S.^a, no corpo, na cova perpetua.

14-VII-1784

Pe. Tomas Pereira, com testamento, no corpo.

31-VII-1786

Pe. Pascoal de Sousa, no corpo.

3-VII-1791

Cosme Damião Matias, de Punolá, f. na cadeia de Bardês.

9-X-1791

Um preso de Siolim, falecido na cadeia, no adro.

5-III-1793

Pe. Pantalião Carlos Fernandes, no corpo.

Corrigenda

A pag. 99

N.º 44 — mês — XI.

N.º 46 — dia — 3.

Reis Magos.

RICARDO MICAEL TELES.

A irrigação na India antiga

DUM extenso e muito interessante artigo que, sob a epigrafe—*Irrigation in ancient India*—publicou no *Madras Mail*, de 23 de Setembro de 1915, o illustrado indianista mr. A. Ghose, traduzimos com a devida vénia o seguinte :

A historia da irrigação na India remonta a tempos muito antigos.

Na Exposição do plano da cidade, rializada pelo professor Geddes, foi apresentado um esboço preto e branco do rei Narmer (5.500 A. C.), um dos mais antigos dominantes do Egipto, a caminhar com a enxada na mão para abrir valas, a fim de inaugurar a epoca da irrigação. Esse esboço era a reprodução do busto em escultura de Narmer, que actualmente existe em Oxford; é provavelmente o mais antigo documento archeologico relativo á irrigação.

Mais tarde, nos tempos do rei Den da 4.^a dinastia (4.700 a 4.500 A. C.), a irrigação sistematica havia feito taes progressos que encontramos o grande canal Bahr Yusuf já completo no comprimento de 300 milhas, irrigando o campo do vale occidental.

Os reis de Babilonia e de Assiria disputavam uns aos outros a supremacia na construção de canais e reservatorios, considerando-a um dever sagrado. Os antigos persas tinham também o seu método especial de irrigar os oasis por meio de condutos subterraneos que atravessavam terrenos desertos e reuniam as aguas das fendas de terrenos arenosos stratificados.

Os arianos dos tempos dos Vedas (1.500 A. C.) não desconheciam a irrigação, pois na literatura vedica encon-

tram-se mencionados canais abertos; mas a menção definitiva de irrigação sistematica na India antiga é feita por Megasthenes, que foi embaixador grego na corte do grande imperador indio Chandragupta (321-297 A. C.).

Atribuem-se a Megasthenes as seguintes passagens:

A maior parte do sólo está sob o influxo da irrigação e consequentemente dá cada ano duas novidades;

Uns superintendem os rios, medem as terras como se faz no Egipto e inspeccionam as comportas pelas quais a agua passa dos canais principais para os secundarios, de modo que todos fiquem igualmente servidos.

Estas afirmações estão de pleno acôrdo com os detalhes dados no *Arthashastra* da Kautilya, primeiro ministro de Chandragupta, o Napoleão indiano.

A valiosa obra de Megasthenes, de que só uns pequenos fragmentos foram preservados, lança muita luz sobre a India antiga desse tempo. Tirado o elemento fabuloso que empana o valor da descrição da India, deixada por Megasthenes, o seu livro *Indica* continha uma cópia de informações correctas, baseadas sobre factos relativos á administração e diversos negocios indianos. É interessante estudar nessa obra como informações verdadeiras relativas a assuntos indianos têm sido misturadas com fantásticos contos a respeito de homens com orelhas de capacidade sufficiente para poder al dormir um individuo, de homens sem boca ou narinas, de escorpiões e serpentes com azas.

Considerando-se que Megasthenes foi mandado como embaixador para levar a Chandragupta os presentes de Seleucos com cuja filha o imperador da India havia casado, depois de derrotar o rei grego, deve supor-se que não foi muito demorada a permanência do embaixador na corte de Pataliputra.

Durante a sua estada na India, Megasthenes coligiu os materiais para a sua descrição; mas, visto ser um estrangeiro, naturalmente muito limitada oportunidade teria para poder colher informações em primeira mão e deve ter porisso tomado ao menos uma parte do seu material á literatura indiana ao tempo existente. Pode-se assim presumir que na parte em que as suas informações sobre os negocios indianos são verdadeiras, dimanaram ou de livros, ou de quaisquer pessoas de confiança.

As passagens da obra de Megasthenes, relativamente á administração civil e militar durante o reinado de Chandragupta, tem similitudes tão notaveis com as do *Ar-*

tashastra de Kautilya, que se não pode deixar de concluir que Megasthenes baseasse a sua informação naquele classico sanscrita. Não é improvavel que o embaixador grego tivesse recebido do proprio chanceler imperial a honra de ser favorecido com um exemplar do seu trabalho; de presumir é tambem que o trabalho original de Megasthenes contivesse muitas passagens extraídas do *Arthashastra*, de que só alguns poucos fragmentos chegaram até nós.

Provas recentemente colhidas mostram á saciedade que o autor do *Arthashastra* foi Kautilya. Reflectindo na identidade de Kautilya com Chanakya, chanceler de Chandragupta, não há motivo para surpresa que um homem de intelligencia tão subtil e de uma tal força de caracter que, por suas maquinações, teve habilidades para substituir o poderoso rei que occupava o trono de Pataliputra por um joven aventureiro exilado, como Chandragupta, tenha sido autor duma tão magistral exposição sobre a politica da India, tal como a que se encontra no *Arthashastra*.

Esta obra é unica no seu genero pela descripção completa, que nela se contém, das instituições dos tempos de Chandragupta. A Repartição das Obras Publicas do imperador Mauriya estava bem organizada. A irrigação estava sob a superintendência do Almirantado, que providenciava quanto á inspecção de rios e canais. O *Arthashastra* dá a menção definitiva da irrigação por processos mecanicos, entre outros. As taxas de agua eram lançadas conforme os diversos modos de irrigação, variando de um terço a um quarto de produção do sólo que dela se aproveitasse. As mesmo tempo que varias disposições estavam estabelecidas no sentido de se dimittirem as taxas para a reparação de tanques e melhoramento da irrigação, impunham-se penas aos que não mantivessem os reservatorios em bom estado de reparação, assim como aos que desperdiçassem as aguas. Essas penalidades não eram tão severas como as que são mencionadas no Código de Khammurabi, o grande rei e legislador da antiga Caldéa. Enquanto Khammurabi determinava a venda de homens e de seus bens para punir a violação das leis de irrigação. Chandragupta apenas se contentava em cobrar dos que fossem negligentes na boa conservação os tanques, de que eram proprietarios, o dobro dos prejuizos causados. Incurria em multa aquelle

que uzasse das aguas dos canais sem ser por intermédio dos portais e ainda os que de qualquer forma retardassem o curso das aguas por esses portais.

Afirmou, ha pouco, uma pessoa muito autorizada sobre assuntos indianos que os antigos indios desconheciam a construção de canais. Tal afirmação cai de base perante as passagens citadas do livro de Megasthenes. O *Cir-thashastra* prova a existencia de canais e portais

Huén Tsiang também menciona o «canal artificial», pelo qual eram conduzidas as aguas do Ganges e que evidentemente existia desde muito tempo antes do grande viajante chinês.

De tôdas as narrativas é claro que nos tempos de Chandragupta e seus sucessores se ligava grande importancia á irrigação.

Disse mr. Vincent Smith que «os grandes imperadores Mauriyas reconheciam como um dever indeclinavel» o aprovisionamento de aguas para os campos. Não menos certo é que esses soberanos e os seus conselheiros deixavam vêr claramente que um abastecimento abundante e bem regulado de agua para os campos dava em resultado fartas colheitas e rapido incremento de receita para se encherem os cofres do Estado, afim de se poder ocorrer ás necessidades do imperio, como a manutenção constante de um grande exército activo, pois Chandragupta comandava uma força de não menos de 600 000 homens de infantaria, 30.000 cavalos, 9.000 elefantes com 36.000 tratadores, além de 8 000 carros de guerra com 24 000 homens.

O tempo, auxiliado pela acção destruidora do clima tropical, fez desaparecer as obras de irrigação construidas durante os reinados dos imperadores Mauriyas; mas uma das beneficas obras empreendida por Chandragupta e completada pelo seu neto, Asoka o Grande, está perpetuada por uma das inscrições em triplicado, gravadas na formosa Rocha de Girnar no Kathiawar, que é única nos anais da historia. Além de conter os 14 editos de Asoka e uma memória do imperador Skandagupta, que repeliu a primeira invasão dos hunos na India, a rocha tem gravada sobre a sua superficie uma inscrição de Rudradaman, o *Grande Satrapa* da India Occidental.

Essa inscrição é do ano 150 da nossa era e constitúe um monumento notavel na historia da irrigação na India. A inscrição de Rudradaman comemora a construção, por meio de um dique, de um grande lago artificial, denomi-

nado *Sudarsana* ou *belo á vista*, feita por Pushyagupta, cunhado de Chandragupta, que era governador das províncias occidentais do imperio de Magadha. Esse reservatorio foi completado durante o reinado de Asoka, sob a superintendência do seu vice-rei e conservou-se durante 400 anos, irrigando uma imensa área. No ano de 150 uma violenta tempestade destruiu as suas bordas que foram substituidas pelo Satrapa Rudradaman por um dique de tripla força ; mas, também esse dique não resistiu ao furor dos elementos, e cedeu novamente, desaparecendo ao depois o proprio lago, cuja verdadeira situação ficou esquecida.

JOSÉ PASCOAL M. MACHADO

VÁRIA VARIORUM

D. António Caetano de Sousa

A 30 de Maio último realizou-se em Lisboa no histórico Museu Arqueológico do Carmo, uma sessão solene comemorativa de 243.º aniversário do nascimento do grande vulto que se chamou D. António Caetano de Sousa, eminente membro da Academia Real da História Portuguesa e autor da monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

A comemoração foi feita em sessão conjunta da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de que é presidente o sr. dr. Alfredo da Cunha, e da Sociedade Portuguesa dos Estudos Históricos, de que é presidente o sr. Anselmo Braamcamp Freire, que foi quem presidiu á sessão solene. Orou o sr. Afonso de Dornelas, que foi quem promoveu tão justa homenagem. O *Diário de Notícias* de 31 de Maio dá o seguinte extrato do discurso do ilustre orador:

«Emquanto vivo, todos aproveitaram a sua intelligencia, depois de morto todos aproveitam do seu trabalho. E' tempo de haver um pouco de reconhecimento e gratidão por quem tanto trabalhou pela sua terra, a nossa Patria. E' tempo de se agradecer aos grandes vultos do passado, que, como D. Antonio Caetano de Sousa, tanto trabalharam para o conhecimento da nossa historia.

Descreve detalhadamente o sr. Afonso de Dornelas toda a vida religiosa do clérigo regente D. Antonio Caetano de Sousa, desde os 16 anos, em que entrou para a Ordem dos Caetanos, que tinha o seu convento onde hoje está o Conservatorio de Lisboa, até ao seu falecimento, com 85 anos de idade, em 5 de julho de 1759.

Refere-se a grande obra a «Historia Genealogica da Casa Rial Portuguesa» em vinte volumes, descrevendo como em D. Antonio nasceu a ideia de fazer tão importante estudo. Fala nos outros trabalhos impressos, lendo, em seguida, a enorme lista de obras ineditas de D. Antonio, existentes em bibliotecas publicas e particulares, demonstrando a grande conveniencia que haveria não só em reeditar as impressas, como em publicar as ineditas.

Passando á vida publica de D. Antonio, descreve os diferentes cargos de que foi encarregado, passando a relatar a sua importante acção na Academia Rial da Historia Portuguesa, de que D. Antonio foi um dos mais notáveis colaboradores

Descreve depois o sr. Afonso de Dornelas a familia de D. Antonio Caetano de Sousa, não só na parte ascendente como na descendente de seu irmão, herdeiro de casa de seus pais.

Pondo em relevo algúns dos pontos mais importantes dos diferentes representantes de tão grande escritor, referiu-se aos retratos de D. Antonio, não só ao conhecido e que faz parte da Historia Genealogica, como a um belo retrato a oleo que apresentou e que representa D. Antonio Caetano de Sousa com 84 anos de idade

Termina o sr. Afonso de Dornelas por dizer que em breves dias terá terminado o seu livro sobre a vida, obra e familia de D. Antonio Caetano de Sousa, onde detalhada e circunstanciadamente relata todos estes pontos, dentro dos limites do produto das suas investigações.

O orador falou durante mais de uma hora, sendo muitissimo apreciado o seu trabalho, que obedece a um atuado estudo.

Etimologia de Bagdad

Um articulista do *Times of India*, edição de 5 de Julho, apoiando-se na autoridade do dr. Skeat, autor dum «Etymological Dictionary», diz que a cidade de Bagdad foi edificada por Abu Jaffer e alargada por Haroun-al-Raschid. Foi também chamada Dar-es-Selam isto é, morada de paz. Nas suas «Notes and Queris» (7.^a série, vol. viii, pag. 172,

1889) o sr. Skeat, tratando de Bagdad e referindo-se aos *baldacchins*, escreve: «suponho que esta palavra deriva do árabe *baldat* (cidade), que pode aplicar-se a várias cidades, segundo Richardson. O dicionário italiano de Flório diz que *baldacco* ou *baaldaca* significa uma cervejaria, uma casa de bebidas, ou uma taberna, ou ainda uma estalagem em Florença. Em mau sentido, também é tomado por *Babilónia* ou *prostituta de Babilónia*. Esta referência a Babilónia vem do erro de se supor que o estôfo conhecida por *baldaco* é originário de Babilónia. Era, porém, Bagdad o lugar que produzia o famoso estôfo para docéis e palios. Veja-se o suplemento de Devic ao Dicionário francês de Littré, o qual é certamente uma das mais valiosas obras sobre a etimologia das palavras orientais.

Cristovão Colombo era português

Sob esta epigrafe publicou o *Diário de Notícias*, n.º 18.540 de 18 de Junho, uma carta do sr. Joaquim Lança, da qual recortamos com muito prazer os seguintes trechos:

«Pela primeira vez, em Portugal, alguém surge a reivindicar, para a nossa terra, a gloria de ter dado ao mundo o ousado descobridor do Novo Continente. Esse alguém, que ousou meter ombros a tão pesada empresa e que a levou a cabo com a serenidade brilhante e convincente de um iluminado, foi o talentoso literato e investigador historico sr. Patrocínio Ribeiro, sócio da Academia de Sciencias de Portugal.

Foi esta benemerita instituição que fez publicar, agora, em separata, a memoria que, pelo referido investigador, lhe fôra apresentada, em sessão 23 de novembro de 1915, e que o autor intitoulou: «O caracter misterioso de Colombo e o problema da sua nacionalidade».

Patrocínio Ribeiro desfaz, com bem raciocinados argumentos e uma vasta copia de documentos historicos, todas as afirmações de Celso Gracia de la Riega e do dr. Arribas y Turull, de que Colombo nascera na patria destes intelligentes investigadores, em Espanha. No seu trabalho, o illustre literato português mostra como Colombo denominou as primeiras ilhas descobertas com os nomes das

quatro paróquias de Beja e de algumas freguesias dos arredores, «convindo advertir. — diz o autor— que D. Filipa Moniz, com quem o grande marinheiro casou, era duma família originaria do Alentejo e que um tal Diogo Gil Moniz— talvez ainda parente de D. Filipa — fora reposteiro-mór do infante D. Fernando, senhor de Beja, onde tinha casa, e que o filho que nasceu desse casamento se chamava também Diogo».

Mas, partindo do campo das coincidências sintomaticas para a documentação historica, o sr. Patrocínio Ribeiro prova, á saciedade, a razão do exilio de Colombo e a oferta dos seus serviços á Espanha. — razão historica que o autor documenta por forma a não deixar duvidas já a origem de Colombo.

Por fim, Patrocínio Ribeiro interpreta a firma hieroglifica do Almirante, concluindo que nela propria este escreveu a declaração de se haver crismado Cristovão Colombo, certamente para se escapar ao punhal dos sicarios que o rei português alugava e que, mesmo no estrangeiro, executavam as determinações reais.

O novo trabalho do sr. Patrocínio Ribeiro tem, para a minha qualidade de bejense e português, um duplo merecimento. E isto porque ele vincula nas suas paginas o nome da terra onde eu nasci e porque visa ao fim, altamente patriótico, de dar a Portugal a gloria de haver sido o berço do predestinado Almirante».

Anais dum mosteiro indú

Mr. T. A. Gopinata Rau, superintendente de arqueologia em Travancore acaba de publicar em Madrasta as inscrições em cobre, existentes nos arquivos do *maitha* ou mosteiro de Kumakonam, que é muito antigo (1346 da era cristã). São dez e muito curiosas para a historia daquele mosteiro. Uma delas refere-se a certas pensões de arroz, vestuário masculino e feminino e salários que se devia dar ao agente brama do mosteiro. Uma outra, em sanscrito, persa e telegu, do reinado de Bahadur Sha; trata da concessão de terras para a manutenção do culto. Outra duma dadia dos malaventurados irmãos brama.

nes, Akana e Madanna, que se elevaram do seu nada a primeiros ministros de Golconda e foram mortos quando da invasão de Aurengzeb. (*Times of India* de 25 de Julho).

O Padre João Delgado

«João Delgado, filho de Antonio Delgado e Dorothea Pinto, bragmanes moradores em Assagão, freguesia do B. Arcanjo S. Miguel, de Anjuna ⁽¹⁾, terras de Bardez, sendo subdiacono admitido nesta Congregação com obrigação de dar sincoenta xs. cada anno para seu sustento athe (dizer?) missa, e hir para missão de Ceilão por tempo de seis annos, passados os quinse dias de hospedagem, entrou no anno da provação com a roupeta de novico aos 2 de Fevereiro de 1754. Tomou (habito?) aos 3 de Fevereiro de 1755.»

Encontramos este registo num quarto de papel colado á capa de encadernação dum livro antigo! No alto lê-se o seguinte — 222 (n.º da folha do livro de que se destacou) e *Pero Paulo* (rubrica do Preposito da Congregação do Oratorio)

Franceses na India

Memorias dum funcionario indigena

Dêmos ha pouco, a pag. 53, noticia da publicação do 4.º volume do *Diário* de A. Ranga Pilai, *dubash* de Dupleix, traduzido para inglês do original tamul. Acaba de

(1) A aldeja de Assagão fazia nesse tempo parte da freguesia de Anjuna. Desmembrou-se e constituiu freguesia independente em 1775.

publicar-se o 5.º, tão interessante como os anteriores, sobre o qual o *Times of India*, de 1 de Agosto, escreve o seguinte:

«O presente volume contém apenas seis meses e meio do diário de Pilai, mas esse curto periodo, desde 1 de Abril a 17 de Outubro de 1747 é importante pelo facto de abranger o malogrado cerco de Pondicheri pelo Almirante Boscawen. O cerco, que durou seis semanas, apesar de nele tomar parte a mais numerosa força europeia que até então apparecêra na India, foi levantado pelo Almirante inglês no dia 17 de Outubro de 1747, devido á resoluta e energica resistencia da cidade franceza, de que Dupleix era ao tempo governador.

Nessas paginas de Pilai, o principal *dubash* ou agente de Dupleix nas suas relações com os indios, e que lhe merecia absoluta confiança, encontramos um interessante registo do que diáriamente se passava na cidade durante o cerco. Resalta ainda um excelente quadro do homem e das suas inumeras aptidões durante aquelas infelizes semanas.

Quando o cerco foi levantado pelos ingleses, Pilai foi ao seu chefe e falou-lhe, em nome dos principaes habitantes indios da cidade: «Como podemos nós agradecer-vos a protecção que nos dístes a nós, a nossas familias e aos nossos bens, quando o inimigo cercou esta cidade com poderosas forças? Perdestes noites, passastes dias á fome, trabalhastes incansavelmente para as expulsar e derrotar de vez. Assim nos salvastes do inimigo. Como podemos agradecer-vos? Apenas pedimos a Deus que vos conceda uma longa vida para fazer brilhar o nome da nação franceza, como o sol a terra, com gloria vossa e com maximo renome».

Revela-se um singular traço do character de Dupleix quando, ás vezes, o encontramos perguntando a Pilai durante o curso a opinião dos astrologos tamuis a respeito do seu exito e duração.

Certa ocasião, quando lhe disse Pilai que os astrologos prognosticavam para breve a vitoria franceza, Dupleix respondeu: «Sim, Ranga Pillai; o que os bramanes predizem, quasi sempre se verifica; tenho o visto em muitos casos». Havia-o bramanisado completamente uma longa residencia na India!

Devemos ainda acrescentar que as predições dos bramanes eram algo maravilhosas. No 1.º de Outubro,

Pilai informou Dupleix de que o astrologo tamul disséra que: «os inglêses haviam de retirar depois de 12 de Outubro e que os sinaes de retirada começariam a 3 de Outubro. A partir de 3 de Outubro cada dia havemos de ganhar e os inglêses perder». E, de facto, os inglêses levantaram o cerco e saíram de Pondichéri a 17 de Outubro.

No 4.º volume Pilai desfazia azedamente na esposa de Dupleix, por causa da sinistra influência dela nos negocios publicos, e no presente são ainda mais graves as suas queixas: «ela dá ordens injustas, accusa a gente falsamente, prende, espanca, e manda pôr ferros Por ela e pelo marido toda a cidade está sendo arruinada». Estava ela decidida a inutilizar Pilai, porisso é desculpavel a hostilidade deste e necessario muito cuidado em aceitar tudo quanto dela diz. Contudo são graves as acusações de Pilai, que no seu desespero attribue o cerco á nefasta acção de madame Dupleix. «Que tempos estes! Deus irado contra as injustiças de madame, permite estas perturbações na cidade. Uma cidade está sem duvida sujeita á ruína, quando é governada por uma mulher que domina o marido. Os conselheiros nada fazem. Porque não hão de perguntar a Dupleix, se administra os negocios da Companhia ou os dele proprio, e se a Companhia o nomeou governador a ele ou a mulher? Não o podem pôr ao facto das injustiça que a esposa pratica? Não é este um sinal de desgraça? Até acerca da guerra madame nos dá ordens. Isso é governo?»

Alguns incidentes mostram que a administração colonial franceza na India, sob o antigo regime, estava algumas vezes sob a influência do seu clero, tão intolerante como o clero português.»

Um peixe misterioso

O periodico *The East African Standard*, reproduzindo no seu n.º de 4 de Julho a fotografia dum extraordinário e misterioso peixe que, ha pouco, foi apanhado em Zanzibar e estampando o fac-simile das inscrições em carac-

teres árabes, que se lêem em cada uma das faces da sua cauda, dá a seguinte descrição :

«Parece que o peixe não foi colhido em um grande lanço, mas apanhado por um único pescador que o levou ao mercado, onde ficou durante algum tempo sem encontrar comprador, porque era de estranha qualidade e nunca dantes visto naquelas aguas.

Foi afinal comprado por um índio, da seita denominada *Memon*, o qual, tendo reparado nas estranhas inscrições, o levou a casa dum bem conhecido erudito árabe que as decifrou. Seguidamente foi transportado ao palácio de S. A. o Sultão, que também as verificou. Na mesma noite, houve quem offerecesse 3.000 rupias por esse peixe, mas o homem não conveio; no dia immediato 5.000 rupias, e também desta vez não aceitou a proposta.

Na cauda existem duas inscrições, uma em cada face. Dum lado lê se = *La Allah il Allah* =, cuja tradução livre é = *não há senão um só Deus* =. Doutro = *Shani Allah* =, quer dizer = *Uma promessa de Deus* = podendo a palavra correspondente á promessa significar também um aviso ou milagre.

Não há suspeita alguma de que no caso tenha havido qualquer impostura e tudo anda tão completamente mystificado, que ninguem se tem aventurado a explicar o fenómeno.

Os caracteres árabes são perfeitamente claros, como se pode vêr das fotografias e a descoberta tem produzido pasmo em toda a comunidade maometana de Zanzibar.


Os membros dessa comunidade já tem formulado a explicação de todo o occorrido declarando com toda a gravidade, que é preságio de qualquer coisa que está prestes a succeder, provavelmente o fim da guerra.

(Segue o annuncio da exposição do peixe, pagando os que o quizerem vêr, a taxa de 4 anás, reduzida á metade para as crianças e para os Swahilis, annuncio que foi publicado num Suplemento á *Official Gazette*, de Zanzibar).

Há memória de um único caso similar, occorrido, há muito tempo, no Tibet onde, sobre as folhas de uma árvore appareceram certas palavras em industani.

Tudo isto é na verdade muito extraordinário.»

Infelizmente não podemos reproduzir a fotografia do peixe, nem o fac-simile das inscrições.



O ORIENTE PORTUGUÊS

14.º Ano

Vol. XIV — 1917

N.ºs 9 e 10

Setembro e Outubro



DEPOSIÇÃO DO VICE-REI DA ÍNDIA

CONDE DE ÓBIDOS

MEMÓRIA HISTÓRICA

(Continuação da pag. 182)

II

Sumário — Nomeação do Conde de Sarzedas para sucessor do Conde de Óbidos. Sua chegada e posse. Governo de D. Brás de Castro. O Conde de Sarzedas inquirir da deposição e manda prender os que se acharam culpados. Falecimento dêsse vice-rei. Versão de Manucci e Conde da Ericeira a este respeito. Entra na governança Manuel Mascarenhas Homem, que informa a Corte do falecimento do vice-rei e das circunstâncias em que assumiu as redeas do Estado. Remete presos para Lisboa alguns dos culpados, e entre estes o próprio ex governador, D. Brás de Castro. Outros ficam, porque. Tres que iam para Lisboa, voltam de Moçambique; seu destino.

O mesmo navio que levou para Lisboa a carta de D. Brás de Castro, atrás transcrita, transportou também o Conde de Óbidos que, á chegada, apresentou a D. João IV a sua formal queixa. A 3 de Março de 1655 foi nomeado vice-rei o Conde de Sarzedas, D. Rodrigo Lobo da Silveira, com instruções para entender do caso e mandar presos para a metrópole os que apurasse delinquentes. Entrando em Goa a 21 de Agosto desse ano, tomou posse tres dias depois, como se o govêrno estivera vago, segundo o parecer da Relação. Assim o informou á Côrte na sua 1.^a carta de 15 de Dezembro subsequente:

«Foy Deus servido que depois que party dessa cidade em 23 de Março passasse o cabo de boa esperança a 19 de Julho, e cõ felice viagem cheguey á barra desta cidade em 19 de Agosto com as quatro embarcações juntas sem morrer gente de consideração e por o tempo estar ainda muito verde, entrey em Mormugão, a 21 desembarquey e a 24 tomey posse deste governo como se estivesse vago, conformando-me cõ o parecer da Relação, que em minha presença se tomou» (1)

Força é interrompermos neste ponto a cronologia dos factos, para darmos cabida ao que nesse meio tempo succedeu em Goa durante o govêrno de D. Brás de Castro, desde o dia 22 de Outubro de 1653 até 23 de Agosto de 1655, pouco menos de 2 anos.

A Côrte nunca reconheceu oficialmente a autoridade de D. Brás. Tolerou-a. Nunca lhe escreveu

(1) L.^a das *monções* n.^o 25, fls. 238. Esta carta e mais 12 que o vice-rei Conde de Sarzedas mandou escrever, não chegaram a ser por elle assinadas, devido ao seu inesperado falecimento em 13 de Janeiro de 1656. Assim se declara no cit. L.^a a fls. 237.

uma carta sequer. As da monção de 1654 eram dirigidas ao Conde sobrinho (Conde de Óbidos) cuja deposição ainda não era conhecida em Lisboa. As da monção imediata (1655) foram-no ao novo vice-rei, Conde de Sarzedas. Em várias destas cartas, quando foi necessário referir-se ao governador da Índia, se escreveu — D. Brás de Castro que, em ausência do Conde de Óbidos, ficou governando esse Estado —, (1)

D. Brás, porém, esteve governando como se fôra autoridade legítima e a este respeito nenhuma dúvida aqui se suscitou, nenhuma reclamação se apresentou. Se existisse nos arquivos o parecer da Relação, atrás citado, que precedeu a posse do Conde de Sarzedas, alguma luz deitaria sobre o assunto. Nas monções de ambos aqueles anos fez em seu nome toda a correspondência oficial para Lisboa.

Manda a verdade que se registre que o governador *intruso* (como lhe chamam vários documentos do tempo) atendeu, quanto possível, á defesa da ilha de Ceilão, atacada com desusada violência pelos holandeses, onde não eram menos graves as perturbações internas do que as investidas inimigas. Numa dessas investidas, foi morto António Barreto Pereira, o almirante de que fazem menção o Conde da Ericeira e Camilo, o qual tinha ido socorrer aquela ilha como capitão-mór de 5 galeões, mandados por D. Brás de Castro em 1654. Foi pena, porque seria mais tarde uma testemunha autorizada e talvez se provaria um dos principais réus da deposição. (2)

(1) Cít L.^o das monções.

(2) A carta régia de 7 de Janeiro de 1654, pela qual lhe fôra dada licença para o seu regresso a Portugal (L.^o das monções n.^o 24, fl. 32) e que chegou á Índia depois da sua morte, respondeu D. Brás de Castro em carta de 1 de Fevereiro de 1655:

«António Barreto Pereira acabou a vida no serviço de Vossa Magestade..... Este fidalgo serviu a Vossa Magestade com muita sa-

Um outro acto seu merece tambem especial menção. Tinha o vice-rei Conde de Óbidos nomeado capitão do passo de Pangim seu sobrinho D. Manuel Mascarenhas, já nosso conhecido. Não foi confirmada essa nomeação pela Côrte, visto D. Manuel «postoque benemerito, ter idade para o vir a merecer, e ser justo que o precedam os mais velhos» ⁽¹⁾. A essa resolução que chegou á India depois de ser deposto aquele vice-rei, D. Brás de Castro não deu cumprimento, o que bem podia ter feito, tanto mais que D. Manuel era parente próximo e manifestamente affecto ao Conde de Óbidos, antes o manteve, informando a S. M. nestes termos:

«O passo de Pangim ocupa ainda D. Manoel Maz., e the o presente se não opoz nenhu provido por V. Magde., causa por que o conservo, e por ser fidalgo de qualidade, e com pouca ou nenhua fazenda e de prestimo para todo o posto, e assy o encarreguey nas guerras que tivemos com o visinho da outra banda, por governador das terras de Salcete procedeu com boa satisfação e ainda assiste daquella parte.» ⁽²⁾

D. Brás, pois, antepôs os altos interesses do Estado a questões particulares. Não são muitos na história da India casos dêste genero.

* * *

Reatemos agora o fio da nossa narração, interrompida na posse do vice-rei Conde de Sarzedas (24 de

tificação na India o tempo que nela residio, e com tanto dispendio de fazenda que ficou sua mulher e uma filha em grandissimo desamparo de pobreza, postoque casou com bom dote, e sendo vossa Magesta- de servido se lhe (thes ?) deve fazer alguma mercê. (L.º cit., fl. 23).

⁽¹⁾ L.º das monções n.º 24, fl. 5.

⁽²⁾ Idem, fl. 6.

Agosto de 1655), e sigamo-lo na execução das instruções régias sobre o caso da deposição.

Diz Manucci em continuação da notícia, atrás transcrita da sua *Storia do Mogor*:

«Foram desatendidas as queixas (contra o vice-rei Conde de Óbidos) e para punir essa rebelião foi mandado para Goa o vice-rei Conde de Sargidas (Sarzedas). Esforçou-se êste em conter os fidalgos rebeldes, mas em poucos meses foi envenenado». ⁽¹⁾

Poucas linhas que valem por uma detalhada narração!

Lê-se no *Portugal Restaurado*:

«Nomeou El-Rei este anno (1655) por visorei da India ao Conde de Sarzedas, eleição que pronosticava o remedio daquelle Estado, por concorrerem na pessoa do Conde todas as virtudes e qualidades, que puderam resuscitar as memorias mortas dos antigos visoreis, a quem dignamente a fama fez immortalmente celebres no mundo. Chegou a Goa com felice navegação, e para mostrar, como era justo, a igualdade da sua justiça, prendeu D. Brás de Castro, e a todos os sequazes que haviam concorrido na tirania do seu governo, e prisão do Conde de Obidos, e os remetteu presos a este reino, para que fossem sentenciados, conforme as suas culpas mereciam, o que não succedeu em gravissimo prejuizo de conservação daquelle Estado. Começou o Conde a querer pôr em ordem os muitos meios proporcionados para os emendar.....» ⁽²⁾

«Havia chegado a Goa, como acima referimos, o Conde de Sarzedas, e dado no principio do seu governo generosas mostras do seu procedimento, e conhecendo que na conservação de Columbo con-

(1) Vol. 3.º, pág. 169.

(2) T. 1.º pág. 858.

sistia a subsistencia mais segura do Estado da India, tratou com todo o calor de procurar todos os meios ao soccorro de Ceylão. Porém havendo dado principio a juntar dinheiro, gente, e navios, atalhou a morte esta, por todos os respeitos, util resolução, e acabou nelle por todos os titulos hu varão excellente, de que dignamente se esperava a melhora das infellicidades, e desconcertos do Estado da India. Abertas as vias com os solemnidades costumadas se achou, que sucedia no governo Manoel Mascarenhas Homem, que havia sido general de Ceilão, e expulsado daquelle governo pelas causas acima referidas». ⁽¹⁾

Cêrca de 5 meses governou o Conde de Sarzedas, tendo dentro dêsse breve período completado as necessárias inquirições acerca da deposição. Mandou prender os que se acharam culpados, mas não chegou a fazê-los embarcar para Lisboa, por ter falecido antes de partirem as naus da monção. Quem os enviou, foi o governador Manuel Mascarenhas Homem que lhe sucedeu e cuja correspondencia dirigida á Côrte sobre o assunto damos na integra, em tres cartas, na 1.^a das quais participou a morte do seu antecessor, as circunstâncias em que entrou na governança, e o misero estado a que a India estava por então reduzida.

Diz o governador nessa primeira carta:

«Snr. — Observando o que escrevy a V. Magde. de Cochim que ficava naquella cidade e della me não havia de afastar the ordem de V. Magde., e

(1) Id., pág. 882. Manuel Mascarenhas Homem sucedeu ao Conde de Sarzedas não por nomeação em vias, mas por eleição, como logo se verá.

vinda do novo v. rey, em resão do levantamento que nesta ouve contra a pessoa do Conde de Obidos, dey a tudo ynteiro comprimento, como devia a bom e verdadeiro vassalo de V. Magde., e tanto que tive noticia da chegada do Conde das Sercedas, me embarquey em hu navio d'armada de Dom Manoel Maz., padecendo hua grandissima e perigosa tromenta, e aportey a esta cidade em o primeiro de Janeiro e desembarcando me fiz logo apresentar ao mesmo Conde que me recebeo cõ grande benevolencia e contentamento, e lhe dey conta do muito que havia padecido em Ceilão puramente por servir a V. Magde., de que já parece devia ter plena noticia, porque todos os que obrarão no levantamento publicarão, e perguntando-lhe que ordenava fizesse, me mandou recolher á minha casa, e que lhe assistisse, porque havia tempos desejava minha chegada, e ao dia seguinte me chamou a conselho, e em tres vezes que lhe falley, me deu conta de cousas de muita importancia e segredo; como adoecesse aos tres de Janeiro de huas sezões que parecia não haver malignidade, se conheceo a tempo que obrarão pouco os medicamentos, em treze do mesmo mez ás oito horas da manhã ⁽¹⁾ acabou a vida hum dos bons v. reys que teve a India, o que causou grão sentimento não só nos portuguezes e christãos, mas nos mouros

(1) Fica assim retificada a data da morte que em todas as obras da história de Goa se fixa em 3 de Janeiro. Confirma-se a data mencionada pelo governador com os documentos que citamos na nota seguinte.

M. M. Homem attribue a morte do C. de Sarzedas a sezões; em várias obras da história de Goa se diz que houve suspeitas de envenenamento; Danvers escreve que houve veemente suspeita (*strong suspicion*) de envenenamento (*The Portuguese in India*, 2.º vol., pág. 219); só Manucci afirma que «foi envenenado». Em vista das circunstâncias do tempo não repugna admitir o veneficio que, de certo, teria sido imperceptivelmente praticado e, porisso, difficil de provar, sendo talvez essa a razão por que o governador a elle se não referiu.

e gentios; por ser geralmente amado e respeitado por sua muita qualidade, christandade e limpeza, e zelava cõ excesso o serviço de V. Magde., e bem deste estado, e de puro cansado acabou, querendo emprender tantas cousas juntas que era impossivel dar-lhe expediente e não fuy eu ao que menos penetrou esta falta, porque parecendo-me havia achado algu alivio em meus trabalhos e perseguições com a vinda de v. rey e governo legitimo mandado por V. Magde., se logrou tam pouco tempo; castigo de meus pecados e deste Estado que não mereceo lograr tal sojeito.

Ao Conde v. rey assisty com outros fidalgos e ministros, e entendendosse pelo que elle havia comunicado ao secretario não haverem vindo vias de successão, pareceo ao conselho em que me achei, se fizesse hu papel á Relação para declarar o termo que devia haver para se dar successor ao mesmo Conde, e cõ isso sepultura a seu corpo; respondeo se devia recorrer ao direito comu, e a cidade convocar os tres estados para eleição ⁽¹⁾, o que se fez, tomando os votos em segredo o inquisidor frey Lucas da Crus, o secretario, com assistencia do ouvidor geral do crime e cerrada a pauta e termo della se poz nas mãos do mesmo Conde, e o dia seguinte quatorze se levou a São Domingos, e antes de se lhe dar sepultura, se abriu a referida pauta pelo secretario, havendo o doctor Sebastião Cardoso que serve de chanceller, declarado ao grande concurso do povo que estava presente o que se havia obrado, e lendo-se o termo da eleição sahy por mais votos eleito governador deste Estado the outra ordem de V. Magde. com que me ouve de conformar, não

(1) Vejam-se no *Arquivo da Relação*, doc. n.º 673, a consulta a esse tribunal e o seu parecer, ambos datados de 13 de Janeiro de 1656, isto é, do mesmo dia em que morreu o Conde de Sarzedas.

logrando a carga que tomava sobre meos hombros, tendo presente hu v. rey que sendo de tanto talento não pudera com ella, mas por servir a V. Magde. e evitar duvidas aceitey, de que fizerão os autos judiciaes da posse, juramento e omenagem que com esta serão a V. Magde., e assento da elleição e termo della que V. Magde. mandará ver sendo servido.

Snor., a Índia está na mayor miseria que ser pode, falta de tudo, Columbo em apertado cerco do olandez, como o Conde v. rey referia a V. Magde. e eu o faço por outra carta, vou dispondo socorrer e obrando o que he possivel, mas sem dinheiro, mal se pode conseguir cousa alguma, comtudo não hei de faltar the sacrificar a vida em serviço de V. Magde., por sua real grandeza e muita clemencia e piedade mande acudir a esta christandade que fica exposta á ruyna, se Deus por sua misericordia não acudir.» (1)

* * *

As duas cartas subseqüentes tratam dos presos e da sua remessa para Portugal. São de ... (2) e de 14 de Fevereiro de 1656. Ei-las:

«Snor. — O Conde viso-rey que Deus haja, mandou prender em 11 de Novembro a D. Brás de Castro que no mesmo dia havia passado a hum palmar seu, donde o leuarão á fortaleza da Aguada; e a el-rey das Ilhas e a Dom Rodrigo de Monsanto em suas casas: Dom Pedro de Castro, Manuel de Souza Cabral, Diogo de Salazar de Vasconcelos,

(1) L.^o das *monções* n.^o 25, fls. 155 a 155v.

(2) Hegível o algarismo indicativo do dia; deve ser entre 8 e 14 de Fevereiro.

foram presos neste paço, onde havião vindo; Estevão Soares de Mello no rio de Rachol para onde passava pela gente que aly andava de vigia; e Jeronimo Falcato foi trazido de sua caza, e por o Conde viso-rey haver mandádo notificar aos sobreditos, excepto Dom Rodrigo de Mosanto e Jeronimo Falcato, para haverem de ir para o reino, observey eu a mesma ordem fazendo-lhes nouo avizo, que sem falta se havião de embarcar, e todos vão nestas náos; e Dom Rodrigo fica, porque com sua prisão se alienou quasi de juizo, que foi o respeito porque o Conde viso-rey certificado disto, se não dispoz a o mandar, nem eu o fiz, por não exceder do que elle havia disposto e me faltarem noticias do que hei de obrar nesta materia; Jeronimo Falcato fica como digo, e mandarei devassar delle e conforme o que constar da devassa, se procederá contra sua pessoa.

Tanto que o Conde viso-rey fez esta diligencia, despedio logo um paráo para o norte com ordens para haverem de ser presos Leão Corrêa de Brito, que servia de capitão de Baçaim, e João de Salazar de Vasconcellos que tambem servia de capitam-mor da tranqueira de Saibana por renunciação de Dom Fernando Manuel; com Leão Corrêa se executou a diligencia, e o Conde viso-rey o não mandou vir para esta cidade na armada, e só ordenou que se lhe escrevessem seus bens e ficasse aly the outra ordem sua; eu o mando agora buscar pelo capitam-mor do norte Dom Manoel Maz., e que venha com toda a segurança, e os bens que se lhe inventariarão, e nesta prisão estará the outra ordem de V. Magde.

João de Salazar foi auizado de Baçaim da prisão do capitão em que ouve pouca cautela e assy teue logar de fogir para terra de mouros visinhos, com que não ouve logar de o prenderem, mas procurarey fazer as diligencias possiveis para ser preso, se acaso passar ás nossas terras, que poderá ser o faça, entendendo

que não hauerá quem o prenda, por serem as terras vizinhas de Baçaim faltas de gente.

Tambem ordenou a Antonio de Souza Coutinho, capitão geral de Ceilão, prendesse a Nicolau de Moura que estava em Columbo, e o tivesse a bom recado, e lhe fizesse auizo; não se sabe que o tenha executado; e se o dissimulou será em resão do estado em que se acha aquella cidade cercada de olandês: e a Gomes Freire de Andrade, capitão geral de São Thome, escreveo não dêsse posse daquella capitania ao mesmo Nicolau de Moura para onde o hauia despachado D. Bras de Castro; e por capitão-mor da armada que assiste daquella parte.» (1)

Dias depois, completou a informação que antecede, com outra carta, de 14 do mesmo mês e ano:

«Snr. — El-rey Idalxa escreveu huma carta ao Conde viso-rey, que Deus perdoe, em que lhe pedio mandasse soltar Estevão Soares de Melo, da prisão em que estava; deve ser impetrada por alguma via, por que este rey tem pouco conhecimento do sogeito; noticia podera ser porque em setembro ou outubro esteve em Visapor, vindo por terra de São Thomé; the agora lhe não respondi; hei de fazel-o partidas as naos, dizendo não ter faculdade para condescender com o que elle pedia, porquanto a prisão fora feita pelo Conde viso-rey que havia ordenado se embarcasse para o reino, o que era forçado executar-se e nesta consideração o mandei embarcar e a copia da carta será com esta para V. Magde. sendo servido mandar vêr; os presos vão embarcados: Dom Brás de Castro, Diogo de Salazar, Carlos Ustarde na capitania, onde cabido deve tambem mandar o clerigo Antonio Caldeira.

(1) Cit. L.^o das monções, fls. 181.

Na náu Graça vae o rey das Ilhas, D. Pedro de Castro, Manuel de Sousa Cabral, e Estevão Soares com termo feito de entrega a cada hum dos capitães-móres, para nesse reino seguirem a ordem que V. Magde. for servido mandar-lhe dar e no regimento se declara assim e a forma com que com elles se deve haver, e a cautela e resguardo, que he justo haja, V. Magde. disporá o que mais for servido.» (1)

*

* *

Estevão Soares de Melo, D. Pedro de Castro e Manuel de Sousa Cabral, que foram na nau *Nossa Senhora da Graça*, voltaram de Moçambique por qualquer circumstancia extraordinaria que não conseguimos saber. Acerca desses tres presos, informaram á Côrte os governadores Francisco de Melo de Castro e Antonio de Sousa Coutinho (2) o seguinte em carta de 16 de Maio de 1658:

«Snr. — Temos dado conta a V. Magde. pelo duplicado nesta via que foi na caravella, de como Estevão Soares, Dom Pedro de Castro, Manoel de Souza Cabral, que daqui partirão para esse reino na

(1) Id. fl. 186.

(2) Em 22 de Maio de 1656 tendo-se aberto as vias de sucessão, encontraram-se nomeados governadores Manuel Mascarenhas Homem, Francisco de Melo de Castro e António de Sousa Coutinho. Mas ambos estes achavam-se ausentes de Goa, e porisso, sómente um ano depois, a 22 de Maio de 1657, tomaram posse. Manuel Mascarenhas faleceu a 25 de Setembro desse ano e os outros dois continuaram a governar até 14 de Junho de 1661. Na capela-mór da igreja do extinto convento do Pilar, existe na parede do lado da epistola o jazigo de Manuel Mascarenhas, mas no epitáfio se diz por engano que morreu a 27 de Setembro de 1657. Ali existe igualmente, na parede do lado do evangelho, e vis-á-vis daquele jazigo, o de seu genro Lopo Barriga, mencionado a pág. 182 (vide *Inscrições e epitáfios*, 1.º fasc., pág. 10).

nao Nossa Senhora da Graça, voltarão de Moçambique a está cidade e ficavão no tronquo; depois do que precedeo, assistindo nós na barra fogio della Estevão Soares por hum telhado da torte em que estava, e có elle hum soldado prezo por verba e se forão para a outra banda, e seguindo-os Antonio d'Abreu de Freitas, como he aleijado das mãos cahio, e quebrou as pernas, foi achado polla gente que todas as noites se punha de vigia ao mesmo tronquo da parte de fora, estando este home por sentencear o dia seguinte có que se parou, e tirou devaça o chanceller que serve de ouvidor geral do crime que deve dar conta a V. Magde., como he obrigado; do que della resultou e he certo que Estevão Soares foi o que fulminou a sahida, ajudado de pessoas de fora que có dissimulação meterão cordas; vigia e cautella não faltou, mas o tronquo é antigo, e está muy arruinado, e não ha có que se poder obrar sendo que he bem necessario. Estes prezos estavam notificados para hirem na nao Bom Jesu do Carmo, que não partio, estão tão miseraveis que fizeram petição para se lhes dar a passagem da fazenda de V. Magde. a qual se lhes não differio, e Dom Pedro de Castro nos pedio que o capitão mór Bartholomeu de Vasconcellos da Cunha, na ocasião que sahio a pelear, queria tomar entregua delle, que lhe concedessemos licença para se achar nas brigas, e em que viemos, obrigando-se o dito capitão-mór a o pôr outra vez na cadea, como fes tanto que se recolheo para a barra.» (1)

(Continúa)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

(1) L.^o das monções n.^o 26, fl. 98.

BENS PENSIONADOS EM GOA

Capelas do Convento de N. S. da Graça

(Continuação da pg. 198)

De Manoel de Souza

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma do dito Souza, falecido nos Rios de Cuama e o seu dote são 3000 xs. que o convento recebeu do Pe. Fernão de Queiroz, Preposito da Casa Professa de Goa. Começou a satisfazer-se em 23 de Julho de 1673, tendo sido aceita no Definitorio em 13 de Julho de 1673.

Com os 3000 xs. desta capela desempenhou o R. Pe. Fr. Simpliciano da Assunção, sendo Por. deste Convento, outros tantos que se deviam, a saber, dois mil ao Convento da Persia e mil ao nosso collegio.

O palmar grande de S. Cruz está obrigado a esta cap.^a porque com o seu dote se reuniu pte. da quantia que se tomou emprestada ao Convento da Persia e ao nosso collegio para o comprar.

Cumpre-se esta cap.^a com 210 missas por ano.

De João Vieyra e sua mulher

Tem de obrigação 1 missa quotidiana entrando os Domingos por alma dos ditos, falecidos em Macau, e o seu dote são 3510 xs. que o Convento recebeu e empregou no palmar que foi de José de Barros em Sta. Cruz.

Aceitou-se no Definitorio em 30 de Junho de 1673 e cumpre-se com 358 missas por ano.

De D. Inez Correya

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por alma da dita D. Inez e o seu dote são 3000 xs. que o Convento recebeu. Com 2500 xs. desse dinheiro se comprou a metade da nossa Ilha de Dongory, antigamente Margamelhagoa a Ursula Dias, de que está escritura no L.^o pequeno a fl. 32. feita a 20 de Maio de 1636. Os 500 xs. que restam dispenderam-se em beneficio da mesma Ilha.

Instituiu D. Inez Correya esta cap.^a no testamento, q' fez a 27 de Março de 1632, que se acha autentico no Deposito, no qual declara q' as missas se digam no Convento de St.^o Agostinho, onde seu primeiro marido estava enterrado e ella se mandava sepultar.

Na redução feita no Cap.^o Pal. em 1669 se determinaram a esta Cap.^o 210 missas.

Declara-se que suposto se diga aqui que por esta Cap.^a se dizem cada ano 210 missas, na verdade são 310, porque o l.^o da sacristia acrescenta em outra verba. que tem mais 100 missas além das 210, que antes tinha dito, e por estas contas cumpre-se de presente esta Cap.^a com 310 missas por ano.

De Eufemia da Silva

Tem de obrigação 1 missa quotidiana, excepto os Domingos, por alma da dita Eufemia, a qual se dirá na Igreja deste Convento, onde jaz sepultada a instituidora, conforme dispõe seu testamento feito a 12 de Julho de 1659. O seu dote são 3000 xs. q' o Convento recebeu e deles empregou 2500 no palmar de Pomburpá e 500 nas marinhas q' foram de Luis Rodrigues em Nelur.

Aceitou-se esta Cap.^a no Definitorio em 6 de Setembro de 1659 e começou a satisfazer-se a missa em Agosto de 1660.

Na redução do Cap.^o Pal. de 1669 se determinaram a esta Cap.^a 210 missas por ano e assim se cumpre até ao presente.

De certo homem da China que nos deram
os Religiosos de S. Domingos.

Tem de obrigação 1 missa quotidiana excepto os Domingos, por tenção de certo homem da China e o seu

dote são 3000 xs. que o convento recebeu dos Religiosos de S. Domingos e satisfez com eles outros tantos que lhe emprestou Francisco de Moura Rolim p.^a comprar o palmar que foi de José de Barros em St.^a Cruz e que está obrigado a esta Cap.^a.

Aceitou-se em Definitorio no 1.^o de Maio de 1677 e começou a satisfazer-se a missa no 1.^o de Junho do mesmo ano e cumpre-se ao presente com 210 missas por ano.

De D. Joana

Tem de obrigação 1 missa quotidiana segundo a tenção de quem a instituiu e o seu dote são 3000 xs. que o convento recebeu, começando a satisfazer a missa no 1.^o de Março de 1687. Desempenhou com este dinh.^o a prata da sacristia que por outra tanta quantia estava empenhada na Misericórdia desta cidade.

Esta Cap.^a veio ao convento por dilig.^a do mt.^o R. Pe. Fr. Manuel do Sacramento. Segundo a not.^a que dá nesta materia o mt.^o R. Pe. Pal. Fr. José da Resureição, a sua instituidora foi D. Joana sr.^a de Panassá, avó de Ant.^o João de Siqueira, moradora em Damão.

Cumpre-se com 210 missas por ano.

De Agostinho Ribeyro

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por tenção de Agostinho Ribeiro e o seu dote são 4.000 xs. que o convento recebeu do nosso Irmão Julião Pacheco de Figueiredo, testamenteiro do Instituidor.

Aceitou-se no conselho do convento a 20 de Maio de 1716 e no mesmo conselho se determinou dar os 4000 xs. a ganhos no Norte a pessoa segura. Deram-se de facto a Ant.^o Lobo de Mello sobre a sua aldeia a qual lhe arremataram depois. Ha anos que se não arrecadam ganhos deste dinheiro pelos não poder pagar o devedor; sobre eles e o proprio corre demanda em Baçaim e a escritura anda apenas aos autos. Cumpre-se com 312 missas cada ano.

Do mesmo Agostinho Ribeyro

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por tenção do mesmo Ribeiro e o seu dote são 4.000 xs. que o Convento recebeu do nosso Irmão Julião Pacheco de Figueiredo.

Aceitou-se no Conselho do Convento em 29 de Novembro de 1725. De dois mil xs. deste dinheiro que se receberam prim.^o se mandaram dizer 100 missas de certa quantia que Ant.^o da Cunha de Melo tinha deixado a este Convento, e do resto se pagaram algumas dividas do trienio antecedente e em lugar deste dinh.^o se applicou a esta Cap.^a mil xs. que se herdaram de Luis Francisco por via do seu f.^o Fr. Cactano da Graça, que estavam empregados no palmar das Mercês e mil que andavam a g.^o na aldeia de Naxinolá em Bardez. Com estes ou outros em seu lugar se desempenharam no pr.^o ano do trienio presente outros tantos, que este Convento devia ao Convento de Persia ha mt.^a anos por haver comprado com eles o palmar grde. de Sta. Cruz. Pelo que vem a ter hoje esta Cap.^a 1.000 xs. no palmar das Mercês e 1.000 no de Sta. Cruz, que foi de Fernão Vás de Siqueira.

Dos outros 2.000 xs. deram-se 1.000 a ganhos á aldeia de Moirá de Bardez e mil despendeu o Convento em seus gastos ordinarios.

Esta Cap.^a não se registou no l.^o da Sacristia e deve saber-se se os Pes. Sacristães a tem cumprido e cumprem.

Do mesmo Agostinho Ribeyro

Tem de obrigação 1 missa quotidiana por tenção do mesmo no altar de N. Sra. e o seu dote são 4.000 xs. que o Convento recebeu do nosso Irmão Julião Pacheco de Figueiredo, testamenteiro do Instituidor, como consta da escritura feita a 9 de Junho de 1729, na qual se determina que este dinheiro se empregaria em bens de raiz. Aceitou-se no Conselho do Convento a 6 de Junho do mesmo ano. Mil novecentos e cincoenta xs. deste dinh.^o tomou a ganhos o Dezor. Agostinho de Azdo. Monteiro em duas parcelas, uma de mil e setecentos xs., e outra de duzentos e cincoenta; de ambas passou escritura ou conhecimento q' actualmente estão na mão do Vel. Pe. Ror. do nosso Collegio o Me. Fr. João de Jesu M.^a, a quem se entregaram do Deposito p.^a com eles e outras escrituras de maior quantia formar contra D. Paschoa, v.^a do dito Dezor., os requerimentos necessarios de proprio com seus ganhos, q' ha dois anos se tem retardado.

Os outros dois mil e cincoenta xs. que restão p.^a per fazer os quatro mil, tem corrido varia fortuna, que não

será facil deslindar. O certo porem é de velos o Convento, porque se valeu deles nos trienios passados p.^a seus gastos.

Cumpre-se esta cap.^a com 312 missas por ano.

De Francisco Leitão de Andrade

Tem de obrigação 1 missa quotidiana, excepto os Domingos, por alma do dito Andrade e o seu dote são 3.000 xs. que o Convento recebeu, como se vê do assento de visita de 4 de Setembro de 1643.

Faz menção desta Cap.^a o rol das Cap.^{as} feito no ano de 1664 e nele se declara que o Bozarro fundidor trazia dela 2.000 xs. a ganhos, dos quaes fazendo-se escritura se escreveram por erro some. mil, razão porque os herdeiros não quizeram pagar mais, sem embargo de confessar a mulher do mesmo fundidor que não eram mil, mas sim dois mil xs., os que seu marido nos tinha tomado a g.^{ra}. Emfim acrescenta o d.^o rol q' cobrando se este dinh.^o algum dia, se ficasse entendendo pertencia a esta capela. Por uma declaração no l.^o das lembr.^{as} do Depósito consta pagar Mel. de Sousa Cabral, q' era um dos herdeiros do dito Fundidor, 550 xs. a conta desta dívida, diz porém q' este dinh.^o pertencia a Cap.^a do Seminario, e por tal o declara o mt.^o R. Pe. Pal.

Alem disto consta mandar o Definitorio por resolução de 16 de Novembro de 1656 se tirassem dos espolios do Pe. Fr. Sebastião da Cruz, f.^o do Convento de S. Thomé mil xs. em satisfação de outros tantos da Cap.^a do Seminario, q' se tinham perdido nas mãos de P.^o Dias Bozarro fundidor, a quem os dera a g.^{ra} sendo ... (1) sem escritura, causa porque seus herdeiros não queriam pagal-os. A vista do que parece que o dinh.^o dado ao Bozarro pertencia a Cap.^a do Seminario, e não a esta, principalmente sendo estas lembr.^{as} de tempo, em que as memorias estavam mais frescas que as do rol feito em 1664.

O d.^o Francisco Leitão de Andrade instituiu esta Cap.^a no testam.^o que fez em 3 de Jan.^o de 1636 e no qual manda tomar para si a cap.^a de S. Nicolau e que nela se fabricasse um carneiro semelhante ao que está na cap.^a de S. José, pertencente a Gaspar Mendes de Lemos.

(1) Está ilegivel.

Item que todo o dote da Cap.^a se perfizesse do monte do Casal, vindo nisso sua mer. Maria de Araujo, em cujos termos seria tambem por ela a missa da capela e não vindo nisso a d.^a mer., se tirasse o dote do que lhe pertencia a ele, e fosse por sua alma a missa por inteiro. Não consta se este dote se tirou do monte do casal ou se some. do que pertencia ao testador; nem tambem se a cap.^a de S. Nicolau se deu a este homem: isto parece que não, porque não vemos nela carneiro nem sepultura sua, como ele mandou fazer. O certo é q' o casal ficou com dividas, sobre que houve litigio, e o dote desta cap.^a tardou em se arrecadar.

Por um assento do Definitorio de 5 de Novembro de 1635 consta que Francisco Leitão de Andrade, estando enfermo, quizera instituir esta Cap.^a, e deixar p.^a seu dote uma quinta e palmar que possuia junto a S. Inez. Parece que este intento não teve effeito, assim porque dele não ha memoria, como porque o testam.^o, que é posterior, dispõe outra cousa, como fica dito acima.

O 1.^o da Sacristia ordenado pelo R. Pe. Fr. Agostinho dos Reis em 23 de Nov. de 1678 segundo o abatimento que fez nas capelas o Cap.^o Pal. de 1669 omitiu esta; e como dela se não fez conta entre as mais, fica claro que esta capela não se satisfaz ha mais de 60 anos, se com razão ou sem ela julguem os prudentes á vista do referido.

De Paula da Rua, pertencente ao Seminario

Tem de obrig.^m uma missa quotidiana por alma da dita Paula e o seu dote são 3.000 xs. q' se receberam.

Aceitou-se no Definitorio em 18 de Fev.^o de 1638 e applicou-se ao nosso Seminario q' o Reitor dele a satisfará, visto não surtir effeito a de Christovam Rapozo, que se lhe tinha applicado pelo mesmo Definitorio sendo Pal. o mt.^o R. Pe. Fr. João da Rocha em 27 de Novembro de 1627.

O dote desta Cap.^a empregou-se em dois pedaços de palmar sito em Cujirá nas Mercês, lavrando em 7 de Outubro de 1652 a respectiva escritura, da qual consta dar-se este palmar a Ant.^o Mel. 4 000 xs., dois ao fazer da escritura e dois q' tinha recebido de Ant.^o de Tavora tutor de D.^o Carvalho da Cunha, que depois foi religioso nosso e se chamou Fr. D.^o da Trindade. Consta tambem da mesma escritura transferir-se o d.^o palmar no Convento e

Seminario juntamente pela referida quantia. O que se confirma, pois havendo tomado este convento 300 xs. a ganhos ao Seminario de uns 550 xs. q' pagou Mel. de Sousa Cabral á conta dos que devia de Bozarro Fundidor, como diz uma lembrança em um livro das lembranças do Deposito, este convento pagou 30 xs. dos d.^{os} 300 p.^a perfazer toda a quantia com que o Semin.^o entrou a comprar o d.^o palmar.

He certo que nos L.^{as} do recibo deste convento se acham lançados os fructos deste palmar desde o mez de Outubro de 1652 até Maio de 1656; e em uma adição do mez de Outubro de 1655 a fol. 10 v. se declara receber este convento 18 xs. uma tanga e 3 vintens da ametade, que lhe cabe do palmar de Cujirá. A vista do que parece que dos 4 000 xs. por que se comprou este palmar, pertenciam sómente dois a esta Cap.^a, os quaes juntos a mil que o Definitorio mandou por assento de 16 de Novembro de 1656 estrahir dos espolios do Pe. Fr. Sebastião da Cruz, f.^o do Convento de S. Thomé em satisfação de outros tantos q' tinha dado ao Bozarro Fundidor sem escritura, sendo Provedor, e porisso se perderam, perfazem inteiramente os 3.000 xs. do dote desta Capela.

Sobre o d.^o palmar tivemos depois demanda com Mel. Corte Real e Sampayo, que nol-o tirou dizendo pertencer a uma Capela de seu sogro, e diz o referido rol que se este dinh.^o se arrecadasse algum dia do d.^o Mel. Corte Real, se ficasse entendendo pertencia á Cap.^a de Paula da Rua aplicada ao Semin.^o.

Do fim q' a demanda teve não ha clareza; consta porem de um assento da entrega do Deposito feito no 1.^o de Dezembro de 1680, ficar nele o dinh.^o do palmar de Fr. D.^{as} de Carvalho, sobre o qual pagou o Convento as dividas do d.^o Pe. e o Corte Real o meteu na sua capela.

Consta tambem por assento no L.^o do Recibo de Outubro de 1703 entregar no Deposito o R. Pe. Me. Fr. Francisco da Assumpção, Prior, passado ao Vel. Pe. Fr. Luis da Piedade Prior futuro dois mil setecentos e vinte xs. da Cap.^a do Semin.^o em que, diz, entravam 550 xs., que tinha tirado o M. R. Pe. Fr. Simpliciano da Assumpção, de que deixara em penhor duas mutras, uma de ouro, outra de prata, e 200 que tirara o Pe. Ror. do Seminario sobre penhores.

O que resta de presente deste dinh.^o são 2 000 xs. que traz a g.^{oa} de 7 por cento o mto. R. Pe. Pal. Abs.^o Fr.

João da Conceição, de que o Pe. Ror. do Seminario tem conhecimentos com que traz a g.^{ta} de oito por cento sobre penhores Francisco do Rozario, de Mandur, com que tomou a g.^{ta} João Ribeiro sobre penhores que dizem não tem o proprio; e cento e trinta que deve o Pe. Fr. Luis de S. Ag.^o pelos gastar sem licença alguma, sendo Reitor do Seminario.

A Congreg.^m cumpre esta Cap.^a com 182 missas.

De Luis da Costa Lobato e sua mulher

Tem de obrigação uma missa quotidiana, entrando os Domingos, no altar de S. Nicolau pelas almas que estão no purgatorio e um of.^o de def.^{os} cantado com sua missa no principio do ano pelas almas de Luis da Costa Lobato e sua mer. Anna Pereira. O seu dote são 3500 xs. q' o Convento recebeu, segundo consta das escrituras da instituição uma de 28 de Maio de 1624 e outra de 29 de Outubro de 1626. Faz menção desta o rol das Capelas e o seu dote são 2950 xs. a saber 450 xs. p.^a as missas dos Dos. e 2500 xs. para as da semana. Item que destes 2500 xs. recebera o Convento 800 em dinh.^o e 2700 em tres moradas de casas, duas na Rua de S. Aleixo, e uma na Rua da Arvore, que todas rendiam por mez 15½ xs.

As casas da Rua da arvore que eram uma torrinhã e rendiam cada mez 3 xs. e meio, arruinaram-se, as outras casas das que estavam a S. Aleixo (se é que são as desta Cap.^a e não outras, que herdamos do Pe. Mel. Fres. que ficavam na Calçada do mesmo S.) venderam-se por estavam vindo ao chão por 60 xs.

As outras casas que ficavam de traz da Cap.^a mór do mesmo S., venderam se por 400 xs.. Este dinh.^o confundiu-se com o mais das Cap.^{as} que andava a ganhos e não ha dele distincta clareza. O que parece mais verossimil he que está empregado no palmar de Combarjua.

Os 800 xs. acima ditos empregaram-se em umas casas sitas detraz da nossa Cap.^a mór com o de outras Capelas que se declaram em seus titulos. As casas vendeu depois, passados anos, o Conveto por 380 xs. por estarem meio danificadas por falta de moradores. Distribuidos estes *pro rata* entre as mais capelas que nas casas tinham parte, cabem a esta 202. 2. 4ões porque o convento está obrigado.

Do mais dinheiro pertencente ao dote desta Cap.^a não ha noticia, nem clareza que a que abaixo se refere.

Na redução feita em Cap.^o Pal. no ano de 1669 se determinaram a esta Cap.^a 88. missas por ano e assim se cumpre até ao presente.

Adverte-se que nas casas sobradadas que se compraram por 3000 xs. de varias capelas, entram 450 xs.; que suposto não haja clareza de que pertencem a esta determinadamente, podemos presumir lhe pertencem, pois era certamente dinh.^o aplicado a Cap.^a; e não ha deste tempo outro que se possa assinar p.^a o que falta do complemento do seu dote. E assim ajuntando estes 450 xs. aos 800 acima, vinha a ter esta Cap.^a 1250 xs. empregados nas ditas casas: as quaes vendidas por 380 xs., como consta do l.^o do recibo de Setembro de 1691, cabe a esta Cap.^a pro rata 158-1-4ões, pelos quaes está o Convento obrigado.

Sendo, porem, o dote desta Cap.^a somente 2950 xs., os 450 xs. acima ditos empregados nas casas não lhe pertencem, mas sim outros tantos que determinadamente diz ser dela o L.^o das visitas das Cap.^{as} em assento de 15 de Dezembro de 1628; os quaes andavam a gos. junto com o mais dinh.^o de varias capelas e pode presumir se se empregariam ultimamente no palmar de Pomburpá. E segundo estas contas tem hoje de dote esta Cap.^a 1011-1 4ões.

De Bartholomeu Lobo de Gama

Tem de obrigação uma missa quotidiana entrando os Domingos no altar de N. Sr.^a do Bom Successo por alma do dito Gama e o seu dote são 3500 xs. que o Convento recebeu.

A Cap.^a de N. Sr.^a do Bom Successo pertence a este homem, porque deu de esmola por ela 800 xs., pelo retabulo e Imagem da Sr.^a 200, e deixou p.^a sua fabrica 1000 xs.

Novecentos xs. do dote da missa gastaram-se no retabulo da capela-môr e ficaram obrigadas por eles umas casas no nosso Terreiro, que nos deu Joana Pereira p.^a do seu valor fazermos o d.^o retabulo, casas que posteriormente foram derrubadas e vendido o seu material.

Os 2600 xs. que restam do dito dote, os mil da fabrica, 285 do casco da capela (porque 515 com que se perfazem os 800 que o d.^o Instituidor deu de esmola, por ela deram se em pagamento ao Me. das obras do convento João Teixeira) e 1500 xs. de um deposito, que estava no Con-

vento pertencente á irmã de um Religioso nosso Fr. Ant.^o de S. Nicolau, que por tudo fazem 5385 xs., deram-se a gos. a um Diogo Jorge, o qual de toda esta quantia pagou somente 3114 xs., e como quebrou, não pode pagar os 2271 que restavam na sua mão. E assim ficaram-se perdendo os mil da fabrica, os 285 do casco da Cap.^a e 986 do dote da missa, que tudo importa os dos. 2271 xs., que Diogo Jorge ficou devendo. E ainda que este deixou de penhor no Deposito do Convento uma boceta mutrada, o que nela se achou dizem as testemunhas foram um diamante tosco, que desapareceu e uns vidros ou esmeraldas falsas que nada valiam.

Pelo que, o que resta a este dote dos 3114, que este pagou satisfeitos tambem os 1500 xs. do deposito da irmã do Religioso, são liquidamente 1624 xs. dos quaes se despenderam em beneficio da nossa Ilha 500 por ordem do Definitorio de 5 de Dezembro de 1623, o que tambem consta do assento no L.^o das visitas das Cap.^{as} de 1 de Dezbro. de 1628; e 120 xs. em umas casas de Braz Rodrigues na rua de Carregados, que tomamos tanto pelo Santo por cairem em comisso e de que hoje não ha vestigios. Estas duas adições de 500 xs. e 120 xs. tiradas dos sobreditos 1624 xs. restam 994 xs.; e tantos ficaram em dinh.^o no convento entre o mais das capelas que depois de andar a gos. deve presumir-se se empregaria no palmar de Pomburpá, que se comprou por 10800 xs. dali a poucos anos; e tudo com o dinh.^o de Cap.^{as}.

Donde o q' a esta resta hoje de dote, abatido o que se perdeu assim na diminuição das casas, como nas mãos de Diogo Jorge (que não ha memoria se arrecadasse) são liquidamente 157. 2.36es do que lhe cabe prorata das casas de Joana Pr.^a que se venderão; 500 xs. que se despenderam em beneficio da Ilha; e 994 que ficou no convento confuso com o m.^o dinh.^o das Cap.^{as}, que andava a g.^{os}. As quaes tres adições importam 1651-2-36es, tanto é o que rigorosamente tem hoje de dote esta capela.

E' satisfeita esta Cap.^a com 210 missas annuaes.

Os 157-2-36es empregaram-se em duas marinhas e uma varzea em Nerul que custaram 1000 xs. em Fev.^o de 1677.

De Francisco de Faria e Souza

Tem de obrigação 1 missa quotidiana, entrando os Domingos, por alma do mesmo Faria e Souza e o seu dote

são 3000 cruzados de 400 xs. o cruzado, que o dito deixou em seu testamento assim para a esmola da missa, como da sepultura no nosso cruzeiro. Consta da escritura feita a 22 de Maio de 1619.

Recebeu o convento de Izabel da Barreyra, mer. do Instituidor por esta quantia 4000 xs., a saber 3800 p.^a dote da Cap.^a e 200 p.^a a sepultura, como consta de uma declaração do mt.^o R. Pe. Fr. Gaspar de Amorim no l.^o das lembranças a fol. 29.

Desses 3800 xs. se emprestaram ao convento de Colombo 2.900 xs. p.^a se pagarem as casas a que de novo se passou; e que este se obrigará a cumprir por ano 300 missas por esta Cap.^a emqt.^o não satisfazia a d.^a quantia, porque satisfazendo-me, cumpriria por inteiro este convento de Goa toda a Cap.^a Item que o convento de Goa diria pelos 900 xs. que lhe ficavam, 66 missas por ano e um officio de defuntos cantado: e que a obrigação desta Cap.^a começara a correr da feitura da escritura.

Sobre o referido deve advertir-se que a dita escritura, em que se instituiu esta capela, não faz menção de of.^o de defunctos, mas somente da missa quotidiana. Item que além dos 2900 xs. desta capela que se emprestaram do nosso convento de Colombo, se emprestaram depois mais 50 xs., porque o vendedor das casas não as quiz largar por menos de 2950 xs. o que consta do L.^o da visita das Cap.^{as} em um assento de 21 de Julho de 1620.

A vista do que ficou o convento de Goa somente com 850 xs. do dote desta Cap.^a e estes empregou com o de outras nas casas de traz da nossa capela mór, que constaram 3000 xs., as quaes tornou a vender passados anos por 380 xs.. Estes repartidos prorata entre as mais Cap.^{as} que neles tinham parte, cabe a esta 107-3-20.

O convento de Colombo, como se perdeu, não chegou a satisfazer os 2950 xs. desta Cap.^a. Diz, porém, uma declaração no L.^o da Sacristia que a prata do convento de Colombo viera a Goa, e a congregação a vendera, e gastara o dinheiro, e que porisso o devia repor ou mandar dizer as missas: mas sem embargo disso, que este convento as dizia todas por inteiro; e assim consta do mesmo L.^o satisfazer por esta Cap.^a cada ano 310 missas. A dita declaração he feita pelo R. Pe. Fr. Agostinho dos Reys no ano de 1678 em 23 de Novembro.

O Pe. Me. Fr. Simão de Gouvea no Cap.^o em que presidiu sendo Pal. desta Congregação, dimitiu ao convento

2.000 xs. que este devia ao Pe. Fr. D.^{os} de S. Ursula, a quem a mesma Congregação herdou. Pode supor-se que esta dimissão fosse p.^a satisfazer o dote desta cap.^a, se é que a Congregação se empossou dos espólios do convento de Colombo.

Declaração. Do exame que se fez dessa Cap.^a pelos P. P. Mes. destinados para a redução das missas pelo Indulto do Papa Clemente 12.^o, ampliado ao depois pelo Papa Bened. 14.^o consta que o convento de Goa fizera ao de Colombo o empréstimo de que acima se faz menção, ao qual ficou obrigada a Congregação, porque perdendo-se o convento e salvando-se a prata, dela se utilisou; e pagando depois ao Convento de Goa 2.000 xs. na demissão que lhe fez de outra tanta quantia que pertencia á mesma Congregação pela herança do Religioso de que se faz menção acima ficou obrigado some. pelos 950 xs. pelos quaes cumpre 59 missas resadas em cada ano.

De Antonio Moniz Barreto

Tem de obrigação uma missa quotidiana na capela de S. Tomaz de V.^a N.^a por alma do dito Barreto, que nela jaz sepultado. O seu dote são 3 000 xs. que o Convento recebeu em Março de 1648.

Este homem e sua mulher D. Maria de Lima tinham se ajustado conosco a tomar p.^a si e seu jazigo a nossa cap.^a mór, pela qual davam de esmola 9 000 xs., e 3 000 xs. p.^a se dizer nela por suas almas uma missa quotidiana, como consta da escritura feita a 8 de Janeiro de 1647. Recebeu o convento a esta conta, por 3 adições, 6500 xs., mas segundo outros papeis, 7 000 xs.. Morto o d.^o Antonio Moniz Barreto e enterrado na capela mór, sua mulher casou-se sem satisfazer os 5.000 xs., que restavam por arrecadar, com D. Gilianes de Noronha. Requereu o Convento a este a d.^a quantia, e ele por parte da mulher não quiz dal-a, antes pedía lhe tornassemos mil xs., por quanto sua mulher não queria participar de tal missa, nem jazigo pelo que respeitava á sua metade. Desistiu o Convento nestes termos do requerimento e celebrou com os testamenteiros de Ant.^o Moniz Barreto e sua f.^a herdeira Izabel Moniz Barreto novo contrato, o qual se confirmou por sentença em 5 de Agosto de 1671. (está comido o papel neste lugar, mas parece 1676); e foi o contracto que, em lugar da capela-mór se desse ao d.^o

Antonio Moniz Barreto a Cap.^a de S. Tomas de V.^a N.^a é que p.^a ela fossem trasladados seus ossos com a sepultura: e que por 3 000 xs. dos sete que o Convento tinha recebido, lhe diriamos perpetuamente uma missa quotidiana na d.^a Cap.^a, ficando por esmola desta os 4.000 que restavam. Assim se cumpriu, porque na d.^a Cap.^a se vê a sepultura de Antonio Moniz Barreto e confirma o assento da entrega feito no 1.^o de Dezembro de 1680.

A missa, porém, desta capela até ao presente se não diz porque em nenhum livro ou rol das Capelas e Sacristia se acha registada, sendo tão somente certo receber o Convento o seu dote e gastal-o.

De Gaspar Mendes de Lemos e sua mulher Ant.^a de Abreu

Tem de obrigação uma missa quotidiana no altar de S. José pelas almas dos d.^{os}.

O seu dote constava de 3.000 xs. em umas casas, que valiam 5.000, que os ditos Instituidores possuíam no nosso terreiro e nos doaram por escritura de 2 de Outubro de 1618. Os dois mil xs. que acresciam nas casas doaram também os mesmos Instituidores na forma seguinte, a saber: 850 xs. p.^a aperfeçoar as paredes e abobada da capela de S. José, a qual o Convento lhes deu p.^a seu jazigo e de seus herdeiros descendentes: 240 xs. p.^a o retabulo da mesma capela, 400 p.^a o dourarem; e 510 xs. p.^a fabrica, ornamento e azeite da alampada do S.

Doaram mais os d.^{os} Instituidores por outra escritura feita a 5 de Novembro de 1620 um palmar, varzea e marinha que possuíam em Nerul p.^a se fazerem dos seus rendimentos uma alampada e 6 castiças de prata p.^a a dita cap.^a; a alampada de 1.000 xs. e os castiças de 200 cada um; e juntamente a festa de S. José todos os anos com pompa e solenidade, recomendando a execução dístico aos Pes. Provinciaes e Priores do Convento.

As casas rendiam de fôro no ano de 1656 60 xs., venderam-se no ano de 1678 por 450 xs.

Por esta capela satisfazia o Convento 210 missas cada ano.

De presente está extincta a obrigação da missa desta Cap.^a, porque se extinguiu totalmente o seu dote consignado nas ditas casas; pois ainda que estas se venderam

por 450 xs., estes devem pertencer ao Convento em satisfação do que este gastou nas paredes e retabulo.

De Miguel Corrêa da Costa

Tem de obrigação uma missa quotidiana por tenção do dito Costa e o seu dote são 2 800 xs. que o Convento recabeu por escritura de 21 de Maio de 1631. O dito Miguel assistia em Macau e mandou por seu Procor. em Goa D.^o de Seixas dar esta Cap.^a a um dos conventos desta cidade, que lhe quizesse aceitar por menos esmola. Pela referida escritura aceitou este Convento, sendo Pal. da Congreg.^m o M. R. Pe. Fr. Luis Cont.^o e Por. do Convento o M. R. Pe. Fr. João da Rocha.

Não consta que algum dia se cumprissem as missas desta capela.

De João Ribeiro de Oliveira o cego

Consta a instituição desta capela do testamento de João Ribeiro de Oliveira, feito em 29 de Maio de 1664; no qual dispõe que, cumpridos seus legados, seria este Convento seu universal herdeiro e porisso obrigado a dar-lhe sepultura no Cap.^o e dizer-lhe nele uma missa quotidiana pelas almas com um responso no fim pelos defunctos sepultados no mesmo Cap.^o. Item que o dote desta Cap.^a se empregaria em bens de raiz desobrigados de outra, assim antes como depois. Item que no d.^o Cap.^o se poria sempre uma alampada acesa. Item que dos renditos desta fazenda se daria a um f.^o seu natural. 200 xs. cada ano, e se fosse religioso nosso, 50. Item que dos mesmos renditos se pagariam em Portugal a certa Sra. 2.500 xs.. Item que não se cumprindo inteiramente esta sua disposição, ficaria o Convento em má fé e consciencia, e devendo restituição aos pobres mendigos da rua. Item que a herança que ficava a este Convento, cumpridos os legados, constaria de um rol que ficava em poder do Pe. Fr. Antonio dos Santos.

Este Religioso foi o testamenteiro deste homem; e no Cap.^o Pal. desta Congregação celebrado no ano de 1664 apresentou uma folha de contas feita de sua letra e sinal em 3 de Dezembro, no qual declara tudo o que recebeu e gastou do que lhe tocava, e conclue que ao Convento ficavam líquidos 7.969 xs., tres tgs. e um real, e destes

já arrecadados 7.550 xs., os quaes se lhe davão em um palmar, que se tinha comprado em nome de Mel. Mendes, de que estava feita escritura, ainda que não assinada p.^a dos renditos dele se satisfizerem as missas da Cap.^a, e assim que a vista disto e dos mais papéis que apresentava, vissem os Pes. Capitulares se aceitavam a herança e suas penções.

Da resolução do Cap.^o não ha noticia alguma, tambem a não ha do palmar em tempo algum, nem clareza alguma mais desta Cap.^a em tempo algum. Vamos somente na taboa da semana mandar-lhe dizer uma missa no Cap.^o e estar nele uma alampada. O d.^o João Ribeiro enterrou-se no Cap.^o e recebeu o Convento pela sepultura 200 xs. que se receiptaram em Junho de 1664.

De Cosme Gomes

Tem de obrigação uma missa quotidiana por alma do dito Gomes no altar de N. Sra. da Gloria do nosso Seminario. O seu dote é uma quinta em Moulá junto á Igreja de N. Sra. do Loreto, que o Instituidor doou com condição de que os rendimentos dela se gastassem no d.^o Seminario, onde a missa se havia dizer, sendo a respectiva escritura datada de 9 de Abril de 1698, sendo Por. deste convento o Vel. Pe. Fr. Pedro dos Martires.

Aceitou-se no cons.^o do convento no 1.^o de Abril do d.^o ano com condição de que as casas da quinta que se achavam danificadas se concertariam ou a custa do d.^o Cosme Gomes ou dos rendim.^{os} da quinta, não se dizendo entretanto a missa. Desta e outras condições referidas no mesmo cons.^o não fez menção a dita escritura.

Arrendou se esta quinta ao R. Pe. Fr. P.^o de S. Agostinho Religioso nosso com penção somente de dizer a missa, o qual gastou nela 600 xs.; arrendou se depois a varios e entre eles a um clérigo que danificou mto. a quinta e especialmente as casas que dizem eram boas. Arrendou-a ultimamente a Simão Fernandes em 24 de Agosto de 1723, por 9 anos com penção de mandar dizer a missa, pagar os fóros e melhorar a fazenda. Os d.^{os} 9 anos tem se acabado e vão correndo outros, mas sem novo arrendamento, no que se devia cuidar mto. e igualmente em que a missa se satisfizesse onde o Instor. manda e o convento se obrigou.

De Izabel Moniz

Tem de obrigação 9 xs. cada mez ao convento de S. Francisco desta cidade p.^a se dizerem em missas. O seu dote é um chale junto á ponte do Collegio de S. Tomas, que a d.^a Isabel Moniz possuia. Esta deixou por sua herdeira a capela de S. Tomas da V.^a Nova sita na Igreja do nosso convento de Goa, onde jaz a sepultura do seu pai Antonio Moniz Barreto. Consta isto do seu testamento de 27 de Maio de 1684. Toda a herança era o dito chale. Como, porém, os rendimentos deste chegassem mal p.^a satisfazer a d.^a esmola das missas, o convento depois de o trazer arrendado alguns anos a varias pessoas, sem utilidade sua, o vendeu ultimamente com consentimento dos Religiosos Franciscanos a Pedro de Figueiredo pela mesma pensão das missas, fóros e dizimos, de que estão contas no Deposito. Celebrou-se a venda em 19 de Novembro de 1725. Fez-se assento na faz.^a Real p.^a o comprador pagar os dizimos e fóros em 24 de Setembro de 1726. Pelo que não tem hoje este convento obrigação alguma desta capela.

De D. Angela da Silva

Tem de obrigação uma missa quotidiana pelas almas dos Pais de D. Angela da Silva e sogros Pais do seu 1.^o marido. O seu dote são 4.000 xs. que a d.^a D. Angela deixou em seu testam.^o com condição que administrasse esta Cap.^a em sua vida o Pe. José Coutt.^o de Margão, irmão do Pe. Vig.^o de Daugim, e por sua morte viriam ao convento com a dita penção das missas.

O d.^o Pe. administrador José Coutt.^o obrigou-se aos d.^{os} 4.000 xs. e deu por fiador a seu irmão o Pe. Salvador Coutt.^o que o abonou e hipotecou a esta quantia 4 palmares seus em Margão, cujos nomes e confrontações se declaram na respectiva escritura feita a 22 de Dezembro de 1724.

Aceitou-se em dois Cons.^{os} do convento, um feito a 25 de Novembro de 1723 e outro a 2 de Fevereiro de 1725, suposto que um e outro se equivocaram nas noticias porque a verdade é a que consta do testamento e escritura referida.

O Definitorio não deu até agora licença para o convento aceitar esta capela.

A Congregação ha muito tempo cumpre esta capela. Em uma determinação do Cap.^o Intermedio de 26 de Maio de 1770, em que presidiu o M. R. P. Pal. Fr. Nicolau do Sacramento, se desobrigou o convento de Goa de pagar os g.^{os} de 2.300 xs. que tinha tomado de emprestimo, do fundo da mesma capela, ficando obrigada somente a congregação a consignar a sobredita quantia p.^a o inteirar. Do que tudo se conclue que essa cap.^a foi aceita com todas as solenidades requeridas e que a congregação recebeu o dote de que acima se faz menção p.^a fundo da d.^a capela.

De Francisca Rodrigues

Consta a Instituição desta cap.^a do testamento de Francisca Rodrigues mulher de Mel. Rodrigues Teixeira, moradora em Ugolim, feito em 23 de Novembro de 1667. A missa desta cap.^a era quotidiana, o seu dote constava de 3.000 tangas que seriam remetidas a Goa pelo Vel. Pe. Por. de Ugolim, a quem no mesmo testamento pedia e recomendava esta diligencia a sobredita Instituidora, por cuja alma se havia de dizer tambem a missa.

Não ha mais noticia, clareza ou assento desta cap.^a em livro algum, e menos de que o convento recebesse todo ou pte. do seu dote: razão porque tambem se não satisfaz a missa.

De Christovão de Brito e Vasc.^{os}

Tem de obrigação uma missa quotidiana por alma do dito Vasconcelos e seus defunctos segundo sua tenção, na Igreja Paroquial de S. Ignez desta Ilha de Goa. O seu dote consta de um palmar e sua varzea anexa a ela sitos na aldeia de Talelgão no lugar mencionado na escritura segundo as confrontações nela declaradas, que tudo havia comprado o d.^o Instituidor por 4.200 xs. e deles dispoz na forma seguinte:

Tres mil xs. desta quantia p.^a dote da missa quotidiana; mil p.^a se fazer a cap.^a de S. Ignez; e 200 p.^a dos seus redditos se provir de azeite a alampada do Santissimo Sacram.^o.

O R. Pe. Vig.^o de S. Ignez pro tempore existente é administrador desta capela.

Consta o referido da escritura feita a 12 de Março de 1653.

(Continúa)

J. B. AMANCIO GRACIAS

A IGREJA DE S. FRANCISCO DE SURRATE

(Para a História do Padroado Português no Oriente)

DECORRIA o ano de 1769. Damão — «o cambaico Damão que meio escangalhado lamenta a decadência portuguesa» — na frase do genial poeta Bocage que, poucos anos mais tarde, esteve na cidade, ainda ostentava um pouco a sua pristina grandesa. Dentro das espessas e invencíveis muralhas da praça, abrigavam-se muitas famílias nobres, os grandes conventos ainda funcionavam, e dos campanários das suas suntuosas igrejas repicavam alegremente os sinos á madrugada. A nobre cidade vivia de grandesas, da fé e da prece. O seu porto, o melhor talvez, do golfo de Cambaia, regorgitava de embarcações, galias e naus que navegavam para a China, Arábia e África á procura de oiro e de marfim. O negro, alegre na sua escravidão, percorria a rua da Tropa, tocando maviosamente no seu *birimbáu*, descuidado dos rigores da sua vida de semihomem e semibêsta, pois na época dispunha-se da sua vida, como se dispõe da dum vil bicho.

Numa tarde de Dezembro, a sentinela do baluarte da barra deu conhecimento ao seu comandante — da 1.^a companhia — á esquadrelada, que se divisava no horisonte uma fragata amiga. A noticia breve correu pela cidade. Como o vento e a maré eram de feição, dentro em poucas horas o alteroso barco lançava ferro á frente do forte de S. Jerónimo. Era a nau *Nossa Senhora da Penha de França*, procedente do famoso porto de Surrate, sob o comando do capitão Pedro António de Froes Pereira.

No convés a gente da manobra e da guerra, risonhos, dobravam e arrumavam as vélas.

Breve percorreu pela cidade uma noticia sensacional. Vinha a bordo um *parcio* (parse) de Surrate, o qual «a fim de se fazer cristão e seguir a fé católica se lançou ao mar, para tomar o escaler do comandante que se recolhia para bordo do seu navio» (1). No dia seguinte, pela manhã, os sinos da matriz anunciavam aos habitantes da cidade que o parse de Surrate tinha trocado as suas crenças. Todos a uma davam ao novo crente entusiasticas e fervorosas felicitações. Nesse dia era elle um homem de eleição na cidade. Essa alegria, como todas as outras neste mundo de eternas illusões, breve se trocou em amarga aflicção e bastante susto.

Eis a rasão. Quando a fragata estava prestes a sair do porto de Surrate, o pai do parse foi, sem perda de tempo, pedir ao filho, banhado em lagrimas, para que desistisse da sua intenção de se tornar cristão e que regressasse á casa paterna onde nada lhe faltava. O filho, porém, inabalavel na sua nova crença, retorquiu que iria a Damão com o comandante e aí se faria cristão, que era tanto do seu desejo e agrado, pois só se julgaria feliz na fé de Cristo. Ficando gorado o seu plano, o bom do velho, vendo com magoa que a nau partira com o filho a bordo, tomou novo expediente. Dirigiu se immediatamente ao nababo de Surrate e ao director da feitoria inglêsa e com mil — imposturas e emreïnados — fê-los crer, que «o comandahte lhe não queria conceder o falar com seu filho e que o tinha furtado para por força o fazer cristão» (1). O engano e a astucia triunfou: a mentira fez a sua conquista!

(1) Vid. Deliberação tomada pelo adjunto de Damão, no nosso vol. III, pg. 23, com relação á conversão d'este parse de Surrate.

Como a deliberação do adjunto de Damão teve logar em 1769 e da referida acta não consta a data, quer-nos parecer que este incidente teve logar em Dezembro do referido ano, pois Henrique da Costa Franco governou Damão desde 7-12-1769 a 29-9-1770, data em que faleceu. Minuciosamente revimos os livros de baptismo da sé matriz e do convento de S. Francisco. Não encontramos o assento do baptismo d'este parse. Apenas vimos o seguinte assento: «Aos 8-12-1768 no convento de S. Francisco o R. Pe. Fr. Francisco Xavier de St. Anna, guardião do d.º convento bap. a Vicente, cathecumeno, novamente convertido á nossa santa fé catholica: dorão padrinhos Henriqué da Costa Franco e sua mór, Dona Domingas Flor de Menezes etc.». Vid.

Tres dias mais tarde entrava no nosso porto de Damão um — patamario — de Cambaia, trazendo o seu tandel cartas urgentes do «director da nação» (da feitoria portuguesa) e do «pe. vigario da cristandade», ao comandante Froes Pereira e ao governador da praça «supplicando a entrega do dito *parcio* para com ella se livrarem do citio que o nababo tinha posto á nossa feitoria e igreja, prizionando ao dito pe. vigario e tambem ao director que se achavão reduzidos pela falta de agua e comer».

*
* *
*

Com esta noticia, um mal-estar invadiu todos os espiritos. O governador da praça Henrique da Costa Franco, mandou sem perda de tempo convocar na fortaleza ⁽¹⁾ o «Nobre Adjunto», os «prelados das religioens», o comandante da nau e tambem o *parcio*, causa de tanta opressão e vexame. Perante o adjunto e prelados o comandante expoz o caso como aí se tinha dado, e que as alegações feitas a sua pessoa eram falsas e infundadas, dando por testemunha todos que estavam na nau ao partir de Surraté. Ouvido o parse, declarou este que se fizera cristão por convicção e que ninguem o obrigára a vir para Damão, e que estava resolvido a regressar á casa paterna, mas que «ora o vestisce do nosso traje portuguez no qual figura, seria já tido e havido por catolico, rezão porque os mesmos gentios fugiriam da sua sociedade e ainda o Inglez o mandaria viver na ley que elle quizesse». Deliberou, finalmente o governador, prelados e o adjunto que para a protecção do novo cristão «o rdo. pe. guardião de S. Francisco (fr. Felix da Cruz) na companhia de hum dos officiaes desta praça, fosse a esta diligencia por ter pratica do paiz e ser capaz de obrar nesta materia com toda exacção e caridade que pede a ley catholica».

f. 72 do Liv. de bap. da sé matriz e fl. 148 do L.º de bap. do conv. de S. Francisco. Da redacção da deliberação tomada pelo dito adjunto, não resta duvida que o referido parse foi baptizado e seguiu por mar a Surraté com urgencia para terminar os sofrimentos do vigario, director e cristandade. Fizemos estas investigações depois de concluir o presente artigo.

(1) Residência do governador dentro da antiga fortificação abexim.

Assim se cumpriu, e tudo se serenou. Em poucos dias o parse convertido andava pelas ruas de Surrate, alegre, com o seu lindo fato português, confessando ao publico que era Cristo e não Zoroastro quem merecia ser reconhecido como Deus e redentor. Ninguém o importunou mais e nem o pai o quiz mais em casa. O proprio nababo e o director inglês, conhecendo a verdade pela narração dada pelo pe. commissario e guardião do convento de S. Francisco restituiu tudo á normalidade, repreendendo asperamente o velho parse pelas suas falsidades. Cumprida a difficil missão de que estavam incumbidos, fr. Felix e o official regressaram para dar ao govêrno e povo de Damão a grata nova de que o vigario de Surrate, o director da nossa feitoria e a cristandade estavam livres da injusta opressão e agora viviam tranquilos e em boa paz.

* * *

Após a publicação da deliberação tomada pelo adjunto de Damão numa acta, onde graphicamente está descrito o sobredito facto, ficou, todavia, no nosso espirito a curiosidade de saber mais alguma coisa desta igreja de Surrate, pertencente ao Padroado e quando fôra ella erigida. Não conseguindo obter nos arquivos desta cidade o menor esclarecimento, publicamos um artigo no *Examiner* de Bombaim ⁽¹⁾ pedindo a qualquer estudioso que nos declarasse a invocação da referida igreja e uma lista dos seus vigarios. Nada conseguimos, infelizmente, com esta publicação, e também não nos causou surpresa, porque, na verdade, bem poucos se dão ao estudo histórico dos brilhantes feitos dos portuguezes na India, e menos ainda sobre a cristianisação dos povos do Oriente que foi um dos serviços mais relevantes da lusa nação.

Mais tarde, só um velho assento de casamento do arquivo paroquial da sé matriz nos veio revelar o nome dessa freguesia de Surrate. Esta noticia também publicamos no referido jornal de Bombaim.

(1) N.º 4, pg. 39, vol. 68, 1916.

Publicamos integralmente êsse documento paroquial, visto interessar a várias e importantes famílias da nossa capital.

«Aos dous de Fevro. de 1786, *servatis os servandis juris et moris* perante mim Sebastião de Albuquerque, prior confirmado desta matriz de Damão, e as testemunhas abaixo assignadas se receberão á face da mesma por legitimos marido e mulher, com mutuo consentimento expresso por palavras de presente os contraentes Mathias José da Costa de Andrade, ouvidor desta cidade (?), filho de Carlos de Andrade e de Bernardâ da Costa de Andrade já defunta, natural de Ilhas de Goa, freguesia de S. Pedro; e Maria Suriano, filha de Tomas Suriano já defunto, e de Clara Suriano, *natural de Surrate da freguesia de S. Francisco*: ambos solteiros moradores nesta praça.— (aa.) *Sebastião de Albuquerque* — (testemunhas) *Antonio Carlos de Albuquerque* — *Francisco Caetano de Albuquerque Pacheco de Mascarenhas.* (?)»

Até aqui nada de concreto e de positivo encontravamos. Mas um dia, por mero acaso, conversamos sobre êste assunto com o douto juiz de direito desta comarca, o sr. dr. António Bernardo de Bragança Pereira, o qual, com muita surpresa nossa, nos declarou ter sido seu illustre avô no século passado director da feitoria de Surrate e nos apresentou em seguida o retrato desse patriótico e antigo «director da nação». Devemos a s. ex.^a os valiosos esclarecimentos que em seguida damos sobre a referida igreja de Surrate, e aqui com entusiasmo registamos o nosso vivo reconhecimento. Sem o auxilio dêsse documento, na verdade um traslado, nada teríamos conseguido. Não nos foi possível dar na integra todos os officios do inteligente e laborioso director, para não avolumar muito a materia. Na actualidade bem difficil seria colligir noticias tão positivas e nitidas dessa parte das missões do Padroado.

(?) Matias de Andrade, desempenhou também o cargo de presidente do senado. Era grande admirador dos chinezes. E possível que tivesse estado em Macau. Por espirito de troça, os senadores ás vezes lhe apresentavam uns velhos jornais, e liam ao velho Matias, noticias de batalhas em que os Ingleses tinham vencido os chinezes. Frenético, e irado, Matias respondia: mentira! mentira! Os chinezes tem 10 mil milhões de soldados.

(*) L.^a de casamentos da sé matriz, fl. 78.

É certo, que bem cedo os negociantes portugueses frequentaram o porto dêsse grande centro commercial que dava facil accesso ao reino de Cambaia. Eis a razão porque as principais nações europeias tinham aí as suas *feitorias*. O erudito cronista da companhia de Jesus diz-nos que em 1560 «negociava em Surrate aquelle grande amigo de S. Francisco Xavier, Diogo Pereira», por cuja proteção os missionários jesuitas entraram em Surrate, entre outros o P. Marcos Prancudo do collegio dos jesuitas em Damão. (1)

Foi em Abril dêsse ano que Chingis Kan, senhor de Baroche, atacou Surrate com 20.000 combatentes. Poucos dias depois chegava ao referido porto D. António de Noronha, de alcunha o Catarrás. Esperou em campo Chingis Kan e o seu exército, e com os seus 400 ou 500 homens formou um esquadrão fechado. O inimigo duas vezes o investiu com todas as suas forças, mas afinal foi derrotado. Por motivos ponderosos teve D. António que retirar com toda a sua força naval para Damão. Desde êsse ano Surrate passou a ser — a mais rica escala da India, — e sob dominio do Grão-Mogol.

Vejamos agora a correspondência trocada entre o arcebispo primás de Goa com António Bernardo Pereira, director da feitoria de Surrate acerca dos direitos do Padroado nessa cidade (2). Estes documentos, até aqui

(1) *O Oriente Conquistado*, conq. I, div. II, § 75.

(2) Por port. de 7-3-1843 Bernardo Pereira foi nomeado pelo Conde das Antas, director da feitoria de Surrate. Pereira exerceu êste cargo até 28-3-1862, data em que ali veio a falecer e foi baixado a sepultura com as honras devidas ao seu cargo, na capela-mór da igreja de S. Francisco daquelle cidade, pagando-se a titulo de cova uma esmola de 300 rupias em beneficio da egreja (vid. «*Uma memoria á posteridade*» de 20-5-1862, publicada em Margão na tip. da *India Portuguesa*). Poucos anos depois, os restos dêsse benemérito director foram trasladados para Goa no jazigo que a sua distinta familia erigiu no adro da igreja de Majorda.

Como empregado publico, intelligente e patriota, prestou ao governo e não menos aos commerciantes portugueses relevantes serviços. Quando tomou conta do cargo, notou com bastante magoa que todos os privilegios que o governo do Grão-Mogol havia concedido pelo seu antigo formão (documento que não existe em nenhum arquivo nosso) á nação portugueza, tinham cessado virtualmente de existir. Os sub-

inéditos, dão os precisos esclarecimentos sobre o poder ecclesiastico aí exercido através séculos, e que em 1844, anno em que se trocou essa correspondência, já tinha cessado, á face das ilegítimas *usurpações* que esses documentos referem.

I

N.º 33.—Ex.^{mo} e R.^{mo} Snr. Os habitantes católicos de Sorrate a maior parte dêles filhos de Goa, estabelecidos nesta cidade, querem que eu seja interprete dos seus sentimentos, felicitando a v. ex.^a por parte dêles pela sua feliz chegada a estas partes da India. Nada mais agradável, ex.^{mo} sr. do que cumprir com este duplicado e honroso dever, que aliás me compete solidariamente como representante da nação portugueza nesta cidade: pois no momento em que se convertem em jubilo a tristeza e aflições que sentimos por tão dilatados annos, encontro huma solemne ocazião para apresentar os votos de homenagem que dedico á respeitavel pessoa de v. ex.^a Praza ao Altíssimo goze v. ex.^a de mais rigorosa saude por longos annos para conservação dos fins.

A ex.^{ma} e r.^{ma} pessoa de v. ex.^a Deus gue. mt.^{os} annos. — Sorrate 31 de Janeiro de 1844. — Ex.^{mo} e R.^{mo} Snr. Arcebispo Primaz do Oriente. — (a) *Antonio Bernardo Pereira*.

II

Ill.^{mo} Sr. — Acabamos de receber com maior satisfação o officio que v. s.^a nos, escreveu em 31 de Janeiro p p, e as felecitações, que nêle nos dirige em seu nome, e no dos habitantes católicos dessa cidade pela nossa chegada

ditos portuguezes pagavam pelas mercadorias despachadas na alfandega inglesa 7 até 20 por cento, quando aliás estavam sujeitas apenas a 2½ por cento e pela nossa feitoria a 2½ em virtude dos privilegios do dito formão. Após prolongada correspondência Pereira conseguiu da Companhia o reconhecimento dos nossos antigos direitos.

Crêmos que o formão da concessão para a ereção da igreja teria sido obtido por D. Juliana, mãe de Mirza-Zu-l-Quarnain. Vid. *Mirza-Zu-L-Quarnain, a Christian Grandee*, por H. Hosten, S. J., 1916.

a estas partes da Asia. Sobremaneira penhorado por as obsequiosas expressões, com que v. s.^a e eles nos manifestam no seu regosijo, mui grato nos é aproveitar esta ocasião para lhe significar o nosso reconhecimento, e os votos que faremos pelas prosperidades de todos.

Sentimos contudo, que nós não possamos por agora ir consolar pessoalmente essas nossas ovelhas, e espalhar sobre elas as graças e as bênçãos, de que tantas outras tem participado. Somos privados d'este prazer por uma injusta usurpação, que se tem feito da igreja dessa missão ao Real Padroado de S. Magestade Fidelissima; seria para estimar que esses católicos, todos naturais de Goa, como v. s.^a nos certifica, unidos debaixo da jurisdição espiritual do seu único e legítimo pastor—o primaz do Oriente—voltassem ao antigo gremio, de que se acham separados.

• Serviço é este que só v. s.^a pelos meios de prudencia e de convicção é capaz de prestar ao mesmo Real Padroado e á nação que tem ahí em v. s.^a um digno representante; isto nos seria tanto mais agradável quanto é certo, que, inimigo de discordias e dissensões, desejamos unicamente vêr reinar a paz e tranquillidade, que infelizmente tem sido perturbadas nesses ultimos tempos entre os católicos desta presidencia pelas iniquas e dolorosas machinações dos nossos adversarios e contra vontade do santo padre, que pelas bulas de nossa confirmação, em tudo identicas com as dos nossos antecessores, nos reveste de toda jurisdição de que elles gosavam.

Ds. gue. a v. s.^a por muitos annos. Bombaim 24 de Fevereiro de 1844. III.^{mo} Sr Antonio Bernardo Pereira. Encarregado da Feitoria Portugueza de Surrate. — (a) † José, Arcebispo Primaz do Oriente. (2)

III

N.^o 44. — Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. — Accusando a recepção do officio que v. ex.^a me escreveu na data de 24 de Fevereiro, e eu o recebi, quando me achava em Damão, tenho a honra de levar ao superior conhecimento de v. ex.^a, que apenas cheguei a esta cidade, tratei de pôr em execução o que v. ex.^a me ordenava, e com effeito pude

(1) D. José Maria da Silva Torres, 25.^o arcebispo de Goa.

dispor os animos da maior parte dos católicos, que são mais influentes, seguindo sempre a marcha indicada por v. ex.^a, os quaes mostrando-se promptos, e desejosos de voltarem ao antigo gremio de que a seu pezar se acham separados, por não haver quem lhes dê o pasto espiritual, me asseguram que, quando v. ex.^a se digne providenciar, não só abraçarão gostosos a jurisdição deste arcebispado, mas até se prestarão para se levar a effeito qualquer medida que v. ex.^a adoptar.

Cumpre-me expor a v. ex.^a por esta occasião que o antigo edificio denominado — S. Francisco — em que funcionavam os padres deste arcebispado, está oje em ruina, e dependendo grandes concertos, e que o missionario apostólico da Propaganda funciona noutro, que sendo antes uma capela, foi reformado por elle e por seu antecessor.

Tive uma entrevista com o governo da Companhia inglesa nesta cidade para conhecer a sua disposição acêrca da prestação que se dá ao vigário, único recurso para decente subsistência dêste, e alcancei a sua indifference como é de seu costume, etc.. (1)

V. ex.^a se dignará determinar-me o que for servido, porém quando haja por bem incumbir-me alguma diligência, indicará a marcha que deverei seguir, dando-me as sabias instrucções para me conduzir conforme elas.

Ds. ge. a v. ex.^a mais anos. Feitoria Portuguesa em Surrate 15 de Abril de 1844. Ex.^{ma} e R.^{mo} Sr. Arcebispo Metropolitano de Goa e Primaz do Oriente. (a) *Antonio Bernardo Pereira (Director)*.

IV

N.^o 50. — Ex.^{ma} e R.^{mo} Sr. — Depois que tive a honra de escrever a v. ex.^a na data de 15 de Abril último, dando conta do que v. ex.^a se dignou incumbir-me concernente á igreja desta missão; por não haver neste país um só

(1) Não registamos factos estranhos ao assento. Salvo o muito respeito que temos pela affirmacão do distinto director B. Pereira, quer-nos parecer que a igreja de S. Francisco foi coeva da fundação da feitoria. As duas concessões deveriam ter sido feitas no mesmo formão da ereção da nossa feitoria. Facilmente os jesuitas conseguiram garantia al para a religião dos portuguezes. Eles missionavam neste porto de Surrate antes de 1559.

indivíduo que me esclarecesse sobre as ocorrências que em diversas épocas tem havido, do que apenas tinha mui confusa idéa pela conversação com uma e outra pessoa antiga, dei-me ao trabalho de procurar alguma clareza no arquivo desta feitoria, onde poucos papeis existem, tendo sido dispersos outros por demasiado desleixo que em tudo tem havido neste estabelecimento, e com efeito pude achar alguns registos das cartas que fiz coligir, e cujas cópias tenho a honra de remeter para v. ex.^a poder formar algum conceito sobre o que passou noutro tempo: oje me persuado que v. ex.^a não poderá ter conhecimento das duas cartas (B e D) que o meu predecessor Francisco Gomes Loureiro escreveu ao ex.^{mo} sr. arcebispo D. Fr. Manuel de St.^a Catharina; porisso que elas forão conservadas na secretaria do govêrno, como se conhece (E) do sr. governador e capitão general Francisco António da Veiga Cabral.

Tenho também a honra de remeter inclusa a cópia da circular do vigário apostólico, que foi lida nesta igreja no domingo passado 12 do corrente mês. Quando ela se lia, observei um descontentamento em quasi todos individuos que assistiam nesse dia, e ás palavras — o Breve *Multa Præclare* pelo qual S. Santidade derogou o direito do Padroado da Rainha de Portugal nestes paizes sujeitos ao temporal ao dominio britânico—eu me levantei do meu assento separado que tenho na igreja, e saí d'êlle, tornando a entrar quando acabou de se lêr aquele papel de que tinha prévia noção; pois que na vespera appareceu na feitoria o missionario apostólico o padre italiano fr. Nicolau de Jesus Maria, e mostrando-me disse que ia a lêr em obediência á ordem do seu superior. Não sei o motivo desta formalidade que êle praticou comigo: talvez sejam as expressões pouco comedidas que continha.

Por esta occasião não posso deixar de expôr a v. ex.^a que muitos dos católicos, que não sabem senão a lingua de Goa, industani, vivem disconsolados por entre outros motivos não saber o padre nenhuma daquellas linguas ficando de se confessar muitos annos, o que expuseram naquelle mesmo dia em que foi lida a sobredita circular.

Ds. ge. a v. ex.^a etc. Feitoria Port. em Surrate 18 de Maio de 1844 — (a) Antonio Bernardo Pereira.

N. B. — Acompanhou a este officio a cópia da circular do vigário apostólico de Bombaim fr. Luis Maria de St.^a Thereza, datada de 26 de Abril do corrente anno que se

acha estampada no «*Pregoeiro da Liberdade*» n.º 18 de Maio do mesmo anno: as cópias de duas cartas que o director Francisco Gomes Loureiro escreveu ao governador e capitão general de Goa Francisco Antonio da Veiga Cabral nas datas de 30 de Setembro e 28 de Outubro de 1797, relatando o facto acontecido em Surrate sobre a prisão do padre francês fr. Marcelli de Alepó e as providencias que elle tomou naquella ocazião sobre a igreja: as cópias das cartas que o mesmo Francisco Gomes escreveu ao arcebispo D. Fr. Manoel de St.ª Catharina, nas referidas datas e sobre o mesmo assumpto, quaes foram conservadas na secretaria do governo como consta da resposta do governador dito Francisco Antonio de Veiga Cabral que escreveu ao mesmo Francisco Gomes na data de 8 de Novembro do dito anno de 1798, cuja cópia tambem foi junta.

V

Resposta

II.º Sr. — S. Ex.ª Rev.ª, o sr. arcebispo primás, a quem foi presente a sua mui estimável carta de 15 de Abril último, desejando responder por si a v. ex.ª e sentindo muito não o poder, por causa de graves incomodos que tem sofrido na sua saude, me ordenou escrever esta a v. s.ª participando a v. s.ª que recebeu aquella sua carta com grande prazer e consolação, não só por conhecer os verdadeiros e rectos sentimentos de que v. s.ª está animado, mas tambem pela sua constante adhesão á causa do Real Padroado de S. Magestade Fidelissima, e da jurisdicção de s. ex.ª, e pelo zelo patriótico com que tem trabalhado a favor da mesma causa.

S. Ex.ª querendo incumbir a v. s.ª os meios de que devia servir-se para volta daquelle povo para sua jurisdicção, deseja saber antecipadamente a *origem da fundação da igreja de S. Francisco* (1), que fundos tem, e em que estão empregados, tudo com a maxima clareza para poder adoptar medidas as mais decisivas para o bem da mesma Igreja e dos cristãos.

(1) O *italico* é nosso.

Finalmente louvando muito o zelo com que v. s.^a tem empregado os seus esforços para que aquele povo se una ao seu verdadeiro pastor, pede a v. s.^a que trabalhe incessantemente para o mesmo fim até que s. ex.^a dê as ultteriores providencias que julgar convenientes, depois da resposta de v. s.^a.

O ceu conceda a v. s.^a todos bens espirituaes e temporaes, quaes eu desejo a v. s.^a, como amim proprio, por ser de v. s.^a mt.^o att etc.. — (a) *Pe. João Mariano Dias*. Residencia Archiepiscopal do Cabo 9 de Maio de 1844.

VI

Outro officio

N.^o 53 — Ex.^{mo} e R.^{mo} Snr. — Antes que tivesse recebido a carta, que d'ordem de v. ex.^a me escreveu na data de 9 de Maio p. p. o reverendo conego João Mariano Dias, na qual v. ex.^a me ordena que o esclareça sobre a origem da fundação da igreja de S. Francisco, seos fundos, e o emprego destes, já tive a honra de escrever a v. ex.^a em 18 do mesmo remetendo as cópias dalguns papeis antigos que me foi possível descobrir. Oje accusando a recepção da referida carta, cumpre-me expôr a v. ex.^a que sobre a origem da fundação da mencionada igreja, nenhuma outra clareza posso obter, nem ha quem me informe, e porisso me refiro aos papeis que acompanharam a minha correspondencia precedente e em especial a carta do meu predecessor Francisco Gomes Loureiro ao governador e capitão general Francisco António da Veiga Cabral, da data de 30 de Setembro de 1798, pelo qual se conhece que existindo *um Formão* ou decreto do *Mogol* a favor dos portuguezes, para terem uma igreja nesta cidade, *obtido por intervenção duma Senhora D. Juliana, que vivia na corte Delly*, e do embaixador portuguez na mesma, que se supõe era *jesuita* ⁽¹⁾, os

(1) O itálico é nosso. Vid. *Uma Dona Portuguesa na Côte do Grão-Mogol* por J. A. Ismael Gracías, pg. 48. Acerca dos jesuitas v. o cit. liv. a pg. 15 e *Mirza-ju-l-Quarnain* por Rev. H. Hosten S. J. (1916) pg. 189. Os primeiros jesuitas que foram enviados a Delhi

padres franceses ocultando esta circunstancia, pozeram-se de posse desta missão, até que na occasião da prisão do padre Marcelli de Alepo por occorrencias politicas, se descobriu a verdade por acaso: e que agora tenho sabido, que o referido *Formão original em leira persiana, pelo qual o imperador de Delly, concedera aos portuguezes aquella igreja*, existe em poder do missionario apostolico italiano fr. Nicolau de Jesus Maria (bem que este mostre-se ignorante e quer ocultar, como o fizeram os padres franceses) tendo sido entregue á boa fé ou antes por demasiada simplicidade por um chamado Vicente Cactano Fernandes, filho de Goa, estabelecido nesta cidade, o qual administrou os fundos da mesma igreja, quando deixou de existir padre nela, entregou tudo geralmente ao dito missionario apostolico, o que tudo o mesmo Fernandes me significou assegurando me que o affirmaria em qualquer tempo que fosse preciso.

Quanto os fundos limitados que outr'ora tinha, estão oje dispersos, tendo sido vendidas umas casas pelo dito missionario apostolico por 700 rupias chirinas, cujo produto dizia ter empregado no concerto da igreja de Nossa Senhora do Carmo dos propagandistas, que antigamente foi capela do regimento. Existe um terreno, que sendo antes cemiterio oje está reduzido á horta com plantas de cajuris, que ainda são muito novas, porisso nenhum rendimento darão por alguns anos. As casas paroquiais são habitadas por armenio, que creio não paga nada pelo consento do missionario apostolico. Duas livrarias com alguns livros antigos em latim e francês existem em poder do apostolico, quais ainda não estão vendidos, por não haver quem os queira, segundo me explico um dia o mesmo. Outra mobilia quasi a maior parte foi vendida, e o resto aplicada ás casas paroquias da igreja da Nossa Senhora do Carmo, não podendo eu conhecer qual seja distintamente por estar commisturada. Os ornamentos tambem estão applicados a mesma igreja de Nossa Senhora do Carmo. Mais fundes que eu saiba, não existem.

para a cõrte do Grão-Mogol, eram o santo mártir pe. Rodolfo Aquaviva e pe. António de Monserraté. Regosijou-se muito o rei Akbar com a chegada deles, dando-lhes agasalho no seu palácio, e confioulhes um seu filho para ser instruído na língua portuguesa e boas maneiras. — *Ibid*, pgs. 150 (1579).

Todavia se descobrir mais algumas circumstancias, as levarei á presença de v. ex.^a.

Achei na busca que tinha dado aos papeis, os registos duma e outra provisão do ex.^{mo} predecessor de v. ex.^a D. Fr. Mel. de Sta. Catharina, concedendo capela ao director desta feitoria, para se livrar das contestações que havia sobre a jurisdicção, cujas cópias tenho a honra de remeter á v. ex.^a para formar mais acertado juizo no objecto. Pareceu-me dever seguir esta marcha por me desconfiar das minhas proprias opiniões.

Ds. ge. a v. ex.^a etc.. Feitoria portugueza em Surrate 5 de Junho de 1844. (a) *Antonio Bernardo Pereira*, Director.

N. B. — Acompanharam a cópia da carta do director João Baptista Goethals ao arcebispo St.^a Catharina, da data de 8 de Dezembro de 1806, em que pedia capela nesta feitoria de Surrate, alegando a falta do padre na igreja de S. Francisco, perto da mesma feitoria, e a desatenção que soffreu do padre propagandista: as cópias das provisões do dito prelado desde 7 de Janeiro de 1807 uma em que concedeu capela publica na feitoria, e outra em que nomeando capelão-cura ao padre Nicolau Francisco Pereira lhe conferisse a jurisdicção parochial dando-lhe muitas faculdades.

Seguem uma carta do sr. arcebispo de 25 de Junho de 1844 e o officio N.^o 60 do mesmo director de 20 de Setembro, recebendo em resposta a carta de 2 de Dezembro do dito anno. Essas cartas do prelado não estão registadas pelo director sr. Bernardo Pereira no documento donde trasladamos essa correspondencia.

VII

Representação dos católicos de Surrate ao ex.^{mo} arcebispo

Os Catholicos romanos abaixo assignados existentes em Surrate quaes todos naturaes de Goa e suas dependencias, dirigindo ao céo fervorosos votos pela conservação da preciosa saude de v. ex.^a digno astro que hoje brilha no Oriente para illuminação dos fieis e confusão dos seus adversarios elevão esta supplica a respeitavel presença de v. ex.^a na confiança de serem attendidos

como é de esperar de um zelante pastor, que a fortuna lhes deparou, tão sabio e virtuoso quanto era mister para por termo aos dezarrazoados planos dos agentes da curia romana, denominados propagandistas encetados a mais tempo e postos em pratica com mais efficacia durante a triste e longa crize da viuvez da Sé Metropolitana de Goa, Primaciado do Oriente.

Os supptes. fíeis sempre aos seus deveres inabalaveis nos seus sentimentos nunca se deixarão arrastar apoz as falsas (1), não se afastando um só passo do que lhes ditava a sua consciencia e a boa-razão, esperando anciosos esta venturosa época em que unidos todos de baixo da jurisdição espirital do único e legítimo pastor, e primás do Oriente, chegarem a receber a sua benção e alcançar a tranquillidade das suas almas, sentimentos estes que os supptes. manifestarão a v. ex.^a por intermédio do representante (da nação) portugueza nesta cidade.

Hoje que os supptes. pelas luzes espalhadas pelo seu venerando pastor tem conhecido mais claramente a dignidade da causa, e as imposturas dos propagandistas, que os traziam iludidos, pregando-lhes doutrinas subversivas e armando ciladas por todos os lados não podem por mais tempo ficar em silencio, sem erguer a sua voz perante v. ex.^a pedindo que lhes providencie com um sacerdote de jurisdição desse arcebispado para lhes subministrar os auxilios da religião. Nada mais justo, nada mais digno do ser atendido.

Ex.^{ma} Snr. — São muitas as razões que instruem esta sua supplica e seria por certo enfadonha uma longa exposição, a quem não carece: porisso expõem somente que sendo a tranquillidade das suas consciências o principal objecto para ser cuidado, não podem com tudo cumprir com os seus deveres, sem escrupulo, recebendo por uma parte sacramentos administrados por uma intrusa jurisdição, e por outra, mesmo que o quizessem, não lhes he possivel pois não sabendo a maior parte dos supptes. mais que a lingua de Goa, e do Industão, e os padres propagandistas, o actual assim como uma série dos seus antecessores, ignorando estas, e confundindo com o italiano o portuguez que aliás alguns dos supptes. entendem perfeitamente, quando se fala em termos, fica sem se entenderem

(1) O papel está corrupto e as palavras ilegíveis.

um ao outro, tornando-se-lhes por isso inuteis os padres daquela denominação por ambos os fundamentos.

Igual será a utilidade de semelhantes ministros da religião, que em vez de cuidar, quaes vigilantes pastores no bem espiritual das suas ovelhas só estão atentos ao fim da sua instituição, deixando seja por ignorancia das linguas, seja por outros motivos, morrerem estes christãos sem confissão ao menos a hora de morte? Mais .. (os) supptes. também estão sem se confessarem pares de anos porque pelo referido motivo, sem que por isso possam ouvir as palavras do Evangelho!

Bem prevem os supptes., que um missionario desse arcebispado até que o governo da Presidencia de Bombaim se resolva mandar pagar a este a congrua de 50 rupias mensaes que paga a Companhia Ingleza, e ora recebe o propagandista não poderá viver nesta cidade com decencia porisso que o pé de altar parco sendo oje pela diminuta população dos catholicos romanos, e estes mesmos com poucos meios: por este motivo pedem se lhes releve ajuntar a esta uma representação ao dito governo de Bombaim a cuja presença elevão directamente nesta data igual supplica rogando a v. ex.^a solicitar dele aquellas medidas que achar mais acertadas, para o fim de ter meios de subsistencia aquele ecclesiastico, que por v. ex.^a for nomeado.

P. a v. ex.^a sr. Arcebispo Primaz do Oriente seja servido de providenciar na forma requerida. R. Mce.. Surrat 24 de Dezembro de 1844. Seguem as assinaturas.

Segue a transcrição da :

«Petition of the Roman catholics to the Governor in council of Bombay — To the Hon'ble Sir George Arthur, Bart, Governor in Council of Bombay. — The humble petition of the Roman catholic inhabitants of Surrat humbly show etc.»

Apenas reproduzimos o seguinte trecho dessa petição :

«It should be acknowledged that a priest in a parish should be useful to his parishoners, but the Italian Priest in this station is not so. Many of your petitioners know only Goa and Hindoostany languages (on account of their being natives of Goa) and a few Portuguese. How may one be useful who is ignorant of those languages, as well as any other Italian priest, for which reason your petitioners have not heard a sermon for years and many died without receiving the sacramento, when necessary. This

is sufficient ground to be removed such a priest, but your petitioners have also to consider the danger they are exposed to in receiving the sacramento ministered by one who has not received the jurisdiction legitimately from the Archbishop of Goa the only superior of your petitioners etc.. Surrat 24th. December 1844 (signed).

Resposta. N.º 266 of 1845. To Antonio Bernardo Pereira, Director of the Portuguese Factory at Surrat.

Sir. — I have the honour to acknowledge the receipt of your letter dated the 29th. and in reply to inform you, that the parties whose petition you have forwarded have the power of addressing Government themselves.—I have the honour to remain, Sir, very faithfully yours.—(a) G. Arthur.

No officio n.º 93 que segue, o director informa ao arcebispo primás entre outras cousas o seguinte :

«Os fundos mesmo que tinha a igreja de S. Francisco espatifaram os italianos como outr'ora informei a s. ex.ª convertendo-os nas reformadas casas em que habita o propagandista, da igreja de Nossa Senhora do Carmo, e de algumas casas que pertencem a esta chegada á diferentes pessoas etc.»

Em 14 de Junho de 1845 o director officiou de novo ao arcebispo de Goa, sob o n.º 99. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Neste officio o director dá conhecimento ao arcebispo do seguinte facto :

«Cumpre-me expôr a v. s.ª para o fazer presente a s. ex.ª que até esta data estive a esperar, que o dito rd.º prior (de Damão) principiasse a comunicar-se, como s. ex.ª lhe tinha, determinando-lhe, o que achasse mais acertado acerca da sua vinda a esta, afim de que eu pudesse de combinação com elle assentar o mais conveniente; pois que parecia-me indispensável que os católicos todos reunidos fossem pedir ao chefe britânico desta cidade, que mandasse abrir a igreja de S. Francisco, que se acha fechada, e cujas chaves ficam em poder do propagandista alegando que ficava de chegar o padre desse arcebispado que elles tinham pedido ao sr. arcebispo, e sem o qual não poderia preencher suas obrigações espirituais etc.» O itálico é nosso.

VIII

Carta Pastoral

«D. José Maria da Silva Torres, por mercê de Deus e de Santa Sé Apostolica Arcebispo metropolitano de Goa e Primás do Oriente, do conselho de S. Magestade F.^{ma}, Comendador da Ordem de Cristo etc. etc.»

A todos os nossos subditos espirituaes, em especial aos das igrejas da vara de Damão, da de Surrate, e da de todas outras que lhe forem visinhas, saude, paz e benção.

Assim como não podemos duvidar de que os Soberanos Pontífices desde Eugenio 4.^o em 1442 até Inocencio 12.^o em 1696 concedendo ou confirmando por bulas as mais solenes e autenticas e com aprazimento dos sres. reis de Portugal, que os mesmos reis como administradores do Grão mestrado da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo poderiam exercer por bispos da sua escolha, jurisdição, espiritual e ordinaria em todas as terras e ilhas conquistadas e por conquistar o Cabo de Nahore até Japão declararam ao mesmo passo inalienaveis e imprescritaveis os direitos do Real Padroado da Coroa Fidelissima e adquiridos pelos honrosos titulos de conquista, fundação e dotação: tambem sempre tivemos por certo e indubitavel, que segundo aquelas mesmas bulas nas quaes contem a criação e limites deste arcebispado, e de todas as dioceses nossas sufraganeas, se os prelados que forem da nomeação da Augusta Padroeira a Rainha Fidelissima pode exercer justa e legitimamente jurisdição em qualquer igreja fundada no sobredito territorio, e que todos estes bispos chamados vigarios apostolicos da congregação da Propaganda Fide tem mandado para na Asia invadissem as dioceses portuguezes, são intrusos e illegitimos, emquanto outras bulas autenticas, que revoguem a da execução daquelas dioceses não forem obtidas de S. Sé com previo e explicito consentimento da Coroa Fidelissima e solenemente intimados aos respectivos diocesanos para o devido conhecimento dos seus direitos e obrigações.—E por quanto o contrario seria o mesmo que admitir principios de desordem e anarquia na igreja catolica contra a vontade do seu Divino instituidor, lezar por mero arbitrio e capricho os direitos adquiridos por outrem, trabalhar (? sic) os legitimos poderes, que constituem a

jerarquia ecclesiastica, e prejudicar finalmente todas as disposições do direito natural relativo a propriedade de cada um, e a boa fé das concordatas, que são verdadeiros tratados, e uma consequencia evidente e necessaria que o breve *Multa præclare* e todos outros decretos apregoados pelos vigários apostolicos na Asia (1) em nome daquela congregação, longe de serem obras de S. Sé, outra cousa não são mais que produções da mais refinada ambição e injustiça, longe de serem uma lei, que em algum tempo podesse obrigar a consciencia dos subditos deste arcebispado, menos o podem ser hoje, que sobre injustas e cheias de notorias falsidades em suas disposições provisórias evidentemente revogadas pelas solenes bulas de nossa confirmação identicas com as de nossos antecessores posteriores áqueles breve e direitos contradiatorios com eles. Consequentemente subsistindo ao presente em toda simplitude aquelles direitos do Padroado, e

(1) Acerca dêste assunto disse o eminente parlamentar e jurisconsulto dr. José Dias Ferreira no seu discurso sobre a concordata, proferido nas sessões parlamentares de 4 e 5 de Maio de 1887 o seguinte:

«Com o breve *Multa præclare* julgaram-se os propagandistas senhores dos raios do Vaticano, e praticaram então escandalos e atrocidades indignos dos sectários de Mahomet. A guerra da propaganda, começada havia dois seculos, renovou-se com espantosa tenacidade desde que em 1833 se interromperam as nossas relações com Roma, de modo que os vigários apostolicos ora nos roubavam uma igreja, ora edificavam uma capela ao pé da nossa para nos perturbar, levando por todos os modos o desassocego ás consciências dos fiéis.

Porém, acima do desfavor, com que Roma, nos tratava, e acima da guerra deshumana e cruel, que nos movia, a nós, que fomos os primeiros a levar a palavra divina ás regiões do Oriente, e acima de todas as ordens, bulas e breves, que emanavam de bem alto, pois vinham revestidos do selo do vigário de Cristo na terra, conservava-se impossível e sobranceiro um principio eterno e imudável, que reage contra todas imposições, e contra todas as determinações da vontade humana, que é a liberdade de consciencia! (*Applaudos*).

O católico do Oriente deseja estar subordinado aos padres portugueses; e, se o não pudér conseguir, será tudo menos propagandista.

As ordens violentas e anti-religiosas da cúria romana ofenderam e melindraram os católicos das Indias Orientais, mas não lhes abalaram as convicções, nem lhes algemaram a liberdade de suas crenças.

Pelo contrário, a supressão do nosso Padroado naquella religião, pelos breves da corte de Roma, prejudicou umas, ofendeu outras, e irritou todas as cristandades indianas; Roma teve de ceder diante da attitudé enérgica e intransigente não do governo português, mas das christandades do oriente. O orador em segunda talava sobre a origem da concordata de 1857.

jurisdição espiritual adquiridos pela Coroa Fidelíssima em todo o referido territorio, que expresso nas mencionadas bulas constitue a extensão do arcebispado primacial do Oriente, e das dioceses nossas sufraganeas, e do qual nenhuma parte afora do previo consentimento da mesma coroa pode ser alienada e desmembrada para outra jurisdição sem grave dano, injustiça e afronta, não só por todas estas ponderosas razões, mas também pela justa consideração que nos merece a supplica que em 24 de Dezembro ultimo por subir a nossa presença o povo catholico de Surrate. — Havemos por bem autorisar ao rdo. prior e vara de Damão para receber debaixo da sua jurisdição, como nosso legitimo delegado a referida igreja de Surrate, e todas e quaesquer igrejas ou capelas ora sujeitas a padres da propaganda, e outrosim lhe concedemos todas faculdades, necessarias para não só neste caso, como em todos outros que occorressem de urgente necessidade, e de evidente interesse para nossa legitima autoridade, poder delegar toda sua jurisdição nos presbiteros, que julgar conveniente serem, ou nomeados parochos de igrejas restauradas, ou transferidas, para quaesquer outras, ficando obrigado a nos dar parte immediatamente das nomeações ou transferencias que fizer, em conformidade com esta nossa circular, a fim de as confirmarmos ou resolver o que nos parecer razão. — Dado em a nossa residência archiepiscopal do Cabo sob o nosso sinal e selo das nossas armas a 14 de maio de 1845. (a) *Arcebispo Primás*. Está conforme com a propria que fica em meu poder. Sé matriz de Damão 7 de Junho de 1845 — Prior e vigario de vara. (a) *Joaquim St. Anna da Costa*.

No último officio n.º 110 de 28 de Setembro de 1845, o Director informou ao arcebispo que tinha recebido um officio do prior de Damão de 28 de Agosto a quem esperava ali breve, mas o mesmo prior teve de seguir para Goa para se reunir ao colégio eleitoral, por ter sido nomeado eleitor deste circulo.

Do tratado não consta que algum eclesiástico foi mais tarde a Surrate missionar, segundo os desejos do arcebispo primás, e nem se o missionário apostólico italiano tinha deixado escapar, para os legitimos donos, a sardinha

habilidosamente galdida; entregando-lhes a chave da igreja do S. Francisco e o Formão antigo concedendo a ereção dessa igreja. É possível que este precioso documento esteja hoje na biblioteca do Vaticano, como uma preciosa curiosidade dos tempos do *Grão-Mogol*.

Meritórios e louváveis foram os esforços feitos pelo nosso patriótico director de Surrate e os documentos, que elle, em boa hora, deixou aos seus illustres sucessores, dão perduravel testemunho dos relevantes serviços que desasombradamente prestou á Patria e á igreja do Oriente na opulenta cidade de Surrate.

O *Album Literário*, n.º 8 de 1875, fazendo a biographia de António Bernardo Pereira, diz o seguinte a pg. 174:

«A feitoria de Surrate com os seus privilegios civis e comerciais foi um daquêles monumentos de grande valia. Obliterado no decurso do tempo em seus privilegios comerciais foi restaurado por António Bernardo Pereira quando director da feitoria. Envidou elle seus esforços não só á revindicação desses privilegios, mas até com a mesma tenacidade e com o mesmo empenho, e com a mesma iniciativa a *restauração da igreja de S. Francisco daquela decaida cidade* (1) para o seu legitimo diocesano, o arcebispo primaz do oriente e para o seu padroeiro e fidelissimo rei de Portugal. •Bernardo Pereira erguia alto seu pensar.»

Damão.

A. F. MONIZ.

N. B. — O finado Fr. Hauser, S. J. sob a epigrafe «*Some notices of the houses of various religious orders in Bassein, Salsette, etc.*» — Bombay, escreve: After the English had taken possession of Bombay 1668, they drove out the Franciscans (being mostly Portuguese) and called the Carmelites, in 1720 because they were independent of Portugal and of the Archbishop of Goa. — They erected a Convent at Bombay which was later the principal residence of the Vicar Apostolic of Bombay. The churches under the Vicariate of Bombay administered by the Carmelites were: (1) *Hospitium et Oratorium of St.*

(1) O *italico* é nosso. Parece que a igreja de Surrate foi restaurada pelos seus esforços.

Theresia at Surate «Vid» *The Examiner*. N.º 30, vol. 68 pg. 204, 28-7-917. Nos n.ºs anteriores deste jornal foi publicado um outro curioso trabalho histórico. «*Historical Sketch of Goa, Bassein, Salsette, Bombay, Chaul etc.*» pelo mesmo Fr. Hauser. É para lamentar que elle não tivesse concluido essa béla obra. Fr. Hauser esteve de visita a Damão e é possível que tivesse colegido matéria para a sua história.

Um boticário e dois médicos antigos de Goa

(1700-1800)

VICENTE Alvares, natural da ilha de Fidalgos ou Chorão, foi boticário e fisico em nome do rei D. João V com carta de medicina, passada, pelo fisico-mór d'este Estado, José Henriques de Sequeira, e expedida pelo escrivão denominado de câmara, Vitorino Freire de Brito, que a escreveu e registou na chancelaria no liv. 2.º do ano de 1726.

Acompanhou com a sua botica o capitão geral do arraial de Pondá, Antonio do Amaral Sarmiento, quando marchou para a conquista de Sunda, terras de Canará, em 10 de Setembro de 1713, por ordem do vice-rei e capitão general Vasco Fernandes Cezar de Menezes, e serviu nas guerras contra os maratas, desde essa data até 15 de Novembro de 1727, na provincia de Salcete, dando remedios de graça aos infantes, artilheiros e auxiliares, como tambem aos naturais pobres da dita provincia.

*
* *

O reverendo doutor Manuel Caetano Alvares, filho do precedente, natural da mesma ilha, fisico aprovado por duas vezes, pelos fisicos-móres, José Henriques de Sequeira e doutor Simão de Castro, com carta passada em nome de el rei por D. Pedro Mascarenhas, conde de San-

domil, vice-rei e capitão general do Estado da India, em 17 de Março de 1735, sendo secretário deste Estado o desembargador e fidalgo de cota de armas, Luis Afonso Dantas, por portarias, ou despachos de 17 de Agosto de 1734 e de 25 de Fevereiro de 1735, registados na secretaria do Estado no liv. 1.º, fl. 20 das mercês e no liv. 5.º dos registos gerais a fl. 30 v. a 23 de Setembro de 1735 e no liv. 2.º a fl. III v. dos registos de chancelaria a 17 de Setembro de 1735. Primeiro e unico doutor em Portugal e suas conquistas com capelo gratuito na Faculdade de Medicina por alvará de 17 de Fevereiro de 1755, de el-rei D. José I.

A sua carta é do teor seguinte :

Dom José I & — Faço saber a todos os corregedores, provedores, ouvidores, julgadores, juizes e mais justicas e officiaes e pessoas donde e perante quem esta minha carta de approvação fôr apresentada e o seo conhecimento se pedir e requerer, em como por sua petição me representou o reverendo padre Manoel Caetano Alvares, filho de Vicente Alvares, natural da freguezia de S. Bartolomeu, que elle se achava aprovado na faculdade de medicina pelos fizicos môres dos Estados da India, José Henriques de Sequeira e Simão de Castro, como mostrou por certidões authenticas dos ditos fizicos e que condecorou a sua capacidade no curativo dos enfermos, o que tudo foi examinado pelo meu fisico-môr pelas diligências que para este effeito mandou fazer e porque em os meus reinos e senhorios de Portugal e suas conquistas não podia usar da dita sciencia sem faculdade minha, me pediu lha concedesse e visto o seu requerimento ordenei ao dito meo fisico-môr que, estando conforme ao seo regimento e disposições delle, lhe mandasse passar a sua carta de approvação para poder usar da arte de medicina; em virtude do que se lhe mandasse passar a presente e com ella sendo primeiro pelo dito meo fisico-môr do reino assinada e passada pela chancellaria-môr da côrte e reino e pelo meu juizo ultramarino reconhecida, poderá o dito reverendo doutor Manoel Caetano Alvares livremente uzar da dita sciencia de fisica nesta côrte e cidade de Lisboa e em qualquer parte deste meo reino e senhorios de Portugal e suas conquistas e Estados da India, sem outra mais approvação, pelo que mando ás sobreditas minhas justicas lhe cumprão e guardem como nella se contem e declara, e gozará de todos os privilegios e liberdades

que em razão da dita faculdade e de física lhe pertence-rem, da mesma forma que as logrão e guardão aos médicos aprovados pela minha Universidade de Coimbra; e pagou de novos direitos 2.400 reis que se carregarão ao thesoureiro delles no livro 4.^o da sua receita a pagina 104 v. e se registou no livro 8.^o do registo geral dos novos direitos a pag 104. Dada e passada nesta côrte e cidade de Lisboa aos 17 de Fevereiro de 1755. El Rey Nosso Senhor a mandou pelo doutor Manoel Dias Ortigão, fidalgo da sua real caza, medico da sua real camara, lente da vespera jubilado na Universidade de Coimbra, fisico-mór deste reino de Portugal. Algarves e todas as suas conquistas. Eu José da Silva Natividade, Impressor da serenissima caza e Estado do Infantado da sagrada religião de Malta e do fizico-mor do reino a fez e vae sobrescripta por Antonio Soares, cidadão desta cidade, alferes do regimento da nobreza e privilegiados da côrte que servia no impedimento do proprietario Ignacio Richard da Silva &c. Pagou-se do feitio desta 500 reis e de assignar-se pagou já hum marco de prata na forma do regimento e eu Antonio Soares a fiz escrever e subscrevi. — Doutor Manoel Dias Ortigão — Francisco Luis da Cunha de Aragão.

Pagou 520 e aos officiaes 730. — Lisboa 21 de Março de 1755. — Antonio José de Moura. — Segue o reconhecimento da assinatura supra do chanceler-mór da côrte e reino desembargador Francisco Luis da Cunha de Aragão, feito pelo doutor Luis Sanches de Almeida, Juiz da India e Mina e de Justificação. Datada de Lisboa a 22 de Março de 1755.

Existem atestados passados pelos capitães geraes Amarel Sarmento, Abreu da Fonseca, Melo e Lobo da Silva, Melo da Silva e Castro, e Casco e Melo. Pelos valiosos serviços prestados naquelas campanhas, D. João V agradeceu-o com o titulo de senhor da vila de Margão e o regulo Cortaló fez a ele e seus descendentes a mercê perpetua da tença da comunidade da ilha de fidalgos. (*Arg. Her. e Gen.* pelo Visc. de Sanches de Baena, e Gen. dos Alvares, Manueis e Costas pelo cap. C. V. Alvares da Costa (MS.).

(Damão).

C. F. ALVARES DA COSTA

VÁRIA VARIORUM

Sino do Priorado do Rosário em Velha Goa

Do sr. cónego F. X. Vás, a quem devemos já as legendas dos sinos da sé catedral (*O Oriente Português*, VI, 148), da igreja do Bom Jesus (ib., 420) e do mosteiro de Santa Mónica (pag. 152 do presente volume), recebemos agora a do sino do Priorado de N. Sr.^a do Rosário, que é a seguinte:

ASSVMPTA EST MARIA IN
COELVM GAUDENT ANGELI LAUDANTES
BENEDICVNT DOMINVM.

(Effigie de N. Sr.^a)

AVE MARIA GRATIA PLENA
DOMINVS TECVM BENEDICTA TV IN
MVLIERIBVS ET BENEDICTVS FRVCTVS
VENTRIS TVI IESVS. SANCTA MARIA

PETRVS DIES BOCARROS EECIT

1618.

Porque o Barão d'Ourém foi nomeado Governador Geral da India?

Barbosa Colen, illustre escritor, há pouco falecido descrevendo no seu magnifico livro *Entre duas revoluções*

as renhidas pugnas politicas entre o marechal Saldanha e o conde, depois marquês de Tomar, diz:

«Ao Lapa, barão d'Ourém, que era um dos que merecia a confiança mais absoluta de Saldanha, déram-lhe o governo da India. O despacho foi sensacional porque era esse que constava estar escolhido para levantar o primeiro grito da revolta. O barão, que nos cavacos tinha uma linguagem pinturesca e imaginosa, como a doutro general e parlamentar do nosso tempo, que é escusado nomear porque de certo já acudiu ao espirito de quem nos lêr, — designava sempre o conde de Tomar pelo epíteto burlesco de *chinelo*. O presidente do conselho, que sabia disto, quando um outro pretendente ao governo da India, que se vira inesperadamente preferido pelo Lapa, lhe fêz repreensivamente os seus queixumes, objectou-lhe fazendo o gesto de quem praticara um grande e vigoroso esforço:

— Tenha paciencia, meu amigo, mas foi preciso meter esse barão num chinelo!» (ob. cit., II, 313).

Alma minha

O *Primeiro de Janeiro*, do Pôrto, de 9 de Agôsto último, publicou a seguinte carta que lhe dirigiu «um professor de literatura» e que, tendo sido transcrita na *Lusa*, interessante revista de Viana, n.ºs 13 e 14 do corrente ano, julgamos conveniente registar n' *O Oriente Português*:

«Sr. redactor — Li no seu jornal que o sr. vereador do pelouro da Biblioteca communicára, numa das últimas sessões do Senado, o recente descobrimento, em meio das muitas velharias que pejam os armários daquele precioso arquivo da cidade, dum bom volume clássico — nada menos que uma *Década de Diogo do Couto* — pelo qual se prova que o célebre soneto de Camões «Alma minha gentil que te partiste» não foi, como sempre se supôs, dedicado á morte de «Natércia», mas sim á de uma gentil macaense, que ficou sepultada no mar da India por ocasião do conhecido naufrágio em que o divino cantor a muito custo se salvou. Isto representa uma sensacional, uma desconcertante revelação, sr. redactor.

E a força do depoimento agora encontrado, olhando ao prestígio do autor, é decisiva, não resta dúvida. Estou ansioso pela oportunidade de folhear o volume de Couto; tanto mais que o facto trazido a público pelo sr. Gomes de Macedo veio precisamente alicerçar uma suspeita que me andava há muito no espirito.

Que Camões teve amores no Oriente, que esses amores foram bem espirituais e bem elevados, bem dignos do amador idealista de «Natércia» e mais: que essa mulher amada se afogou, tudo isso ressalta do seguinte soneto, menos feliz na forma que na sentida e mimosa inspiração:

Cara minha inimiga, em cuja mão
Pôs meus contentamentos a ventura,
Faltou-te a ti na terra sepultura,
Por que me falte a mim consolação.

Eternamente as águas lograrão
A tua peregrina formosura;
Mas enquanto me a mim a vida dura,
Sempre viva em minha alma te acharão.

E se meus rudos versos podem tanto,
Que possam prometer-te longa história
De aquele amor tam puro e verdadeiro

Celebrada serás sempre em meu canto,
Porque enquanto no mundo houver memória,
Será a minha escritura o teu letreiro.

(Soneto 17 das «Obras Completas», ed. 1873).

Repare se no estreito parentesco, até de linguagem, entre estes versos e o soneto «Alma minha»!

Repito: é importantíssima a comunicação do sr. vereador da Biblioteca, e, se vim á imprensa, foi para certificar sua ex.^a de que o seu acto teve apreciadores e que estes, como certamente toda a cidade e toda a gente culta do país, muito confiam e esperam do prosseguimento das diligências de investigação nos ótimos escaninhos de S. Lázaro..

História militar de Angola e Moçambique

No *Diário do Governo*, n.º 226, II Série, de 25 de Setembro último, lê-se a seguinte portaria ministerial:

«Sendo muito notável a acção militar que, para firmar a posse das nossas colónias e promover o seu desenvolvimento, temos realizado em Africa, sobretudo nas províncias de Angola e de Moçambique, desde as mais remotas épocas até o presente;

E convindo documentar e divulgar êsse enorme esforço, que honra a Nação Portuguesa e constitui um dos melhores títulos de direito á posse das referidas colónias e ao respeito das outras nações;

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Colónias e de Instrução, nomear o coronel do corpo do estado maior José Augusto Alves Roçadas e o tenente-coronel de artilharia José Justino Teixeira Botelho, para escreverem a história militar, respectivamente, das províncias de Angola e de Moçambique, devendo ser-lhes franqueadas todas as bibliotecas e arquivos do país, que, para a missão que lhes é confiada, necessitem consultar.

Paços do Governo da República, 22 de Novembro (aliás, Setembro) de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena* — *Artur R. de Almeida Ribeiro*.

Seria muito para desejar que também se mandasse escrever a história militar da Índia Portuguesa, tarefa de que, em portaria do Governo Geral dêste Estado, de 9 de Setembro de 1911 (*O Oriente Português*, VIII, 219), foi incumbido o capitão do serviço do estado-maior Amandio Oscar da Cruz e Sousa, ao tempo em serviço nesta colónia, falecido, há poucos meses, em Lisboa, sem ter dado, crêmos, principio sequer aos respectivos trabalhos.

Corrigenda

A pag. 191

N.º 119 — foi levado para o convento de S. Francisco.

A pag. 200

N.º 133 — João José Colaço.

A pag. 201

N.º 471 — mês VI.



O ORIENTE PORTUGUÊS

14.º Ano

Vol. XIV — 1917

N.ºs 41 e 42

Novembro e Dezembro



DEPOSIÇÃO DO VICE-REI DA ÍNDIA

CONDE DE ÓBIDOS

MEMÓRIA HISTÓRICA

(Conclusão da pag. 235)

III

Sumário — Relação dos implicados na deposição e dos que foram mandados presos para Portugal — Notícias interessantes a alguns deles, D. Brás de Castro, Carlos Ustarre, António Galdeira de Pina, o rei das Maldivas, Estêvão Soares de Melo, D. Rodrigo Monsanto e Jerónimo Falcato.

TINHAM sido, pois, autores e promotores da deposição, conforme se apura das cartas, que acabamos de trasladar, do governador Manuel Mascarenhas Homem, os seguintes:

1 Dom Brás de Castro, — 2 Diogo de Salazar de Vasconcelos, — 3 Carlos Ustarre, — 4 o clérigo An-

António Caldeira, êstes quatro mandados a bordo da nau capitânia, de que era capitão-mór António de Sousa e Menezes,— 5 o rei das Ilhas,— 6 D. Pedro de Castro,— 7 Manuel de Sousa Cabral,— 8 Estevão Soares de Melo, êstes quatro na nau Nossa Senhora da Graça, de que era capitão-mór D. Fernando Manuel,— 9 D. Rodrigo Monsanto, que ficou em Goa por ter endoidecido,— 10 Jerónimo Falcato que também ficou, aguardando a sua devassa,— 11 Leão Correia de Brito,— 12 João de Salazar de Vasconcelos, provavelmente parente de Diogo de Salazar (n.º 2),— e 13 Nicolau de Moura de Brito.

Dos livros e documentos daquela época pudemos coligir com respeito apenas ao 1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 8.º, 9.º e 10.º, algumas noticias de interesse histórico, que tem nesta memória oportuno cabimento.

D. Brás de Castro

D. Brás de Castro, filho de D. Rodrigo de Castro, foi, como êste, um dos fidalgos mais notáveis de Goa. Militou com distinção contra os holandeses no vice-reinado do Conde de Linhares. Dum character irrequieto e ambicioso, promoveu desordens e intrigas no vice-reinado de D. Filipe Mascarenhas e provou-se culpado no insulto a êsse vice-rei feito em 1648, a que atrás nos referimos. O Conde da Ericeira conta o caso nos seguintes termos:

«Cresceu neste ano (1648) a diferença entre D. Filipe Mascarenhas e D. Brás de Castro, e outros fidalgos daquelle Estado, os quais tendo por natureza não viverem com muyto socego, se lhe acrescentou a este natural a pouca urbanidade com que D. Filipe os tratava, faltando-lhes com aquella cortezia de que devem usar os que governam, para

serem mays respeitados e melhor obedecidos. Estimulados deste desprezo, tomaram desusada e imprudente vingança, formando hua estatua com insignias vituperozas, que amanheceu em Goa nas portas de Mandovim defronte da casa do viso-rey. Enfadado justamente o viso-rey deste desconcerto e desacato, procurou averiguar os autores d'elle. Prendeu parte dos delinquentes, que mandou presos á este reyno, em que entrou Francisco de Souza Chichorro, que morreu depouys, voltando do governo de Angola. D. Bras de Castro, vendo tam proximo o perigo, se ausentou para a terra firme, aonde andou todo o tempo que durou o governo de D. Filipe Mascarenhas.» (1)

Era conselheiro do Estado mais antigo e capitão do passo de Daugim, quando foi da deposição do Conde de Óbidos.

Preso na manhã de 11 de Novembro de 1655 num palmar seu, onde se achava (2), foi conduzido á fortaleza da Aguada e entregue á guarda do respectivo comandante, D. Francisco Luis Lobo, para esse cargo nomeado na mesma ocasião pelo vice-rei, em razão dos seus merecimentos e confiança. Para capitão de Daugim foi nomeado, na referida manhã

(1) *Portugal Restaurado*, t. 1.º, pag. 687.

(2) Na aldeia de Calapôr, freguezia de St.ª Cruz, existe um vasto e valioso prédio, denominado *D. Bras de Castro*, que consiste em palmar, varzeas e marinhas. Pertenceu ao convento de St.º Agostinho que o comprou em 16 de Julho de 1676, por 16,500 xerafins a Aires Teles de Menezes e sua mulher D. Joana Maria de Castro (vide a noticia dos bens desse convento com as pensões que os oneram, publicada pelo sr. cônego F. X. Vás n' *O Herald*, n.º 2337 de 12 de Janeiro de 1908). Com a extinção das ordens religiosas, passou aos próprios nacionais e foi vendido em 1848 pela Fazenda Pública. A sua detalhada descrição predial encontra-se no *Boletim do Governo* n.º 7 desse anno, e o valor, 50,410 xerafins, no *Boletim do Governo* n.º 49 de 1847. Quer-nos parecer que fôsse esse o palmar onde se acharia D. Bras de Castro, quando foi preso, e que D. Joana Maria de Castro seria sua filha que lho teria herdado.

de 11, D. Francisco de Sousa, em atenção a idênticas circunstâncias. Ambos, D. Francisco Luis Lobo e D. Francisco de Sousa eram fidalgos distintos. (1)

D. Francisco Luis Lobo escreveu sucessivamente ao Conde de Sarzedas duas cartas acêrca da prisão e pretensões de D. Brás:

Em 26 do referido mês de Novembro:

«Logo que me chegou o papel de v. ex.^a, fui á casa onde estava D. Brás de Castro, e lhe disse o que v. ex.^a me ordenava, qué convinha ao serviço de Sua Magestade que Deus guarde, que se embarcasse este anno para o reino, e que tratasse logo de seu aviamento. Respondeu-me: que manifestasse a v. ex.^a lhe era necessario escrever a sua mulher sobre o que lhe era necessario de suas cousas; sendo v. ex.^a servido conceder-lhe licença para o poder fazer, juntamente se poderia levar sua casa e filhos, e que faria o que v. ex.^a ordenava.» (2)

No dia subsequente, 27:

«Conforme a ordem de v. ex.^a avisei a D. Brás de Castro que podia levar sua casa para o reino, se quizesse, de que se mostrou contente, e hontem da notificação muito triste no tocante a escrever, nenhuma carta ha de passar sem ser vista por mim. E na mesma forma as que vierem.

Na segurança da sua prisão, tenho o cuidado que é presente a v. ex.^a. Daqui para diante será com maior cuidado, meu irmão aqui assiste commigo até vir a armada do Norte para se lançar, o que não tem feito em razão da doença que teve; muito me ajuda neste cuidado. O capitão e soldados que v. ex.^a

(1) Recomendados á especial consideração de el-rei pelo governador Mascarenhas Homem,—carta de 9 de Fevereiro de 1656, L.^a das monções n.^o 25, fls. 180.

(2) Cit. L.^a, fl. 183.

me fez mercê avisar hontem me mandaria, espero, porque vão adoecendo alguns dos desta praça com o continuo trabalho das vigias. Sobre a paga destes dez reinos, de que tenho avisado a v. ex.^a, ordenará v. ex.^a o que mais for servido.» ⁽¹⁾

D. Brás que ia embarcado para Lisboa na monção de 1656 faleceu na viagem e assim — repitamos com o Conde da Ericeira — não chegou a ser sentenciado conforme as suas culpas mereciam, com gravissimo prejuizo da conservação da Índia.

Da 1.^a carta do comandante da fortaleza da Agua-da vê-se que era casado e tinha filhos. Destes nada podemos saber e de certo não o acompanharam a Lisboa, pois seriam, aliás, mencionados nas cartas do governador Mascarenhas Homem. A mulher era filha de Francisco da Silveira, o claveiro, que foi capitão de Diu; faleceu em Goa e teve jazigo na parede do cruzeiro do lado da epistola, da igreja da Madre de Deus de Daugim, com o seguinte epitáfio por baixo das suas armas:

Aqui jaz Dona Feli-
pa de Castro mo-
lher de D. Br-
as de Castro.

Cunha Rivara viu este jazigo em 1858. ⁽²⁾

Encontrou-se a campa solta nas ruínas do convento da Madre de Deus e, graças á comissão de arqueologia, está a bom recado no Museu da Índia Portuguesa em Velha Goa ⁽³⁾. O epitáfio não traz o dia e ano do óbito de D. Filipa, que de certo deve ter sido depois da citada carta de D. Francisco Luis

(1) L.^a cit., fl. 184.

(2) *Inscrições lapidárias da Índia Portuguesa no Boletim da Sociedade da Geografia de Lisboa*, n.^o 8, 13.^a série, pag. 720.

(3) *O Oriente Português*, 1.^o vol., pag. 87.

Lobo, estando ainda D. Brás em Goa, ou depois do seu embarque e antes de se ter aqui notícia do seu falecimento.

Carlos Ustarte

Faleceu também na viagem, como D. Brás de Castro. Parece que era descendente de holandês. O governador Manuel Mascarenhas Homem, que o mandou preso para Lisboa, não declarou nas suas cartas que Ustarte estivesse implicado na deposição, mas a esta e áquele se refere um documento posterior, que logo veremos. O Conde de Óbidos tinha-se queixado a el-rei, de Ustarte e dum Pedro Lourenço (ou Lauriens) nos seguintes termos :

«Tambem são moradores em Goa dous homes que se chamão Carlos Vstarte e Pedro Lourenço. Eu tinha tenção de os embarcar, porque me constou por dous canarins, escreventes de Francisco Vieira, que reside no Macacá, estiverão presos em Jacatará⁽¹⁾ e em Malaca, que o governador de Jacatará era primo comirmão do Vstarte, e que elle lera, e vira cartas de ambos os nomeados para os olandezes, e todas as drogas, que vinhão por aquella banda, ainda que se disfarçava o commercio com os banianes, com elles era a correspondencia. E com o exemplo do Crom, que em tempo de Castella, sendo homem tão aparentado em Goa, que tinha duas filhas casadas com dous fidalgos, que havião servido os postos de capitão de Ormus e Malaca, foy mandado vir preso, e morreu em Madrid.» ⁽²⁾

⁽¹⁾ Batavia.

⁽²⁾ L.^o das *monções* n.^o 25, fl. 285. ? Quem seria esse Crom de que fala o Conde de Óbidos ? No 1.^o quartel do século XVII esteve na

D. João IV enviou esta queixa ao vice-rei Conde de Sarzedas, em carta de 16 de Fevereiro de 1655, recomendando-lhe que, apenas chegasse a Goa, se informasse e, caso lhe constasse quanto bastante para os embarcar para Portugal, os remetesse declarando o que a respeito de ambos tinha achado. ⁽¹⁾

Está ilegível no livro da respectiva monção a resposta a essa carta ⁽²⁾; o que sabemos unicamente é que dos dois, de quem se tratava, somente Carlos Vstarte foi mandado para Lisboa pelo governador Mascarenhas Homem juntamente com os réus da deposição, sem referência alguma ao atentado. Mas, na monção de 1657 foi dirigida ao vice-rei Conde de Sarzedas (cujo falecimento ainda era ignorado em Lisboa) a seguinte carta assinada pela rainha D. Luísa, regente na menoridade de seu filho D. Afonso VI:

«Por parte de Catherina de Linde, mãy de Carlos Vstarte, se fez aquy petição, sobre se lhe declararem as culpas, porque o dito seu filho fora prezo nessa cidade de Goa, sua fazenda sequestrada e embarcado para este reino, em cuja viagem falecera. E que por eu haver resolutto, que se lhe entregasse sua fazenda com fiança, me pedia, que por haver ficado depositada nessa cidade, por ordem de justiça, em

Índia um fidalgo alemão, de nome Fernão de Crom ou Carom, que prestou muitos serviços ao Estado, e que era casado com D. Maria Laitoa, m' lher nobre da cidade de Goa, de quem houve duas filhas: D. Isabel que casou em primeiras nupcias com D. Pedro de Almeida, capitão de Diu, e em segundas com Diogo de Melo de Castro, tenente-general de Ceilão, — e D. Maria, casada com D. Manuel de Sousa, por cujo falecimento, professou no mosteiro de Sta. Mónica com o nome de Soror Maria de Jesus, tornando-se muito célebre *post mortem*, por se lhe terem descoberto nas palmas das mãos e peitos dos pés sinais de chagas, que foram competentemente reconhecidos e verificados como milagrosos! Crêmos que seria êsse Fernão de Crom o individuo a que se refere o Conde de Obidos.

⁽¹⁾ Cit. L.^o, fl. 328.

⁽²⁾ Idem, fls. 330.

poder de Balthesar da Veiga. e não se ter remetido a este reino, vos mandasse ordenar a fizesseis entregar aos procuradores da dita Catherina de Linde, sobre fiança: e que havendo alguma devassa ou culpa contra o dito seu filho, a fizesseis remeter ao meu Conselho Ultramarino, para tratar de sua defeza; e que no caso de não haver a tal devassa, se entregasse então a dita fazenda livremente, aos ditos seus procuradores e porque o requerimento desta viuva he fundado em justiça, vos encomendo, e mando, que na mesma forma o façaes executar, enviando-me as culpas de Carlos Vstarte, se as ouver, como se devera haver feito, pois elle vinha prezo e dando as ordens necessarias para o mais, e do que fizerdes me avisareis para o ter entendido.» (1)

A esta carta responderam os governadores Francisco de Melo de Castro e António de Sousa Coutinho com a de 29 de Agôsto de 1758:

«O Conde das Sarzedas que Deos perdoe, mandou prender a Carlos Ustarte em ocasião que se fizerão outras prizões e se mandou sequestrar os bens e notificar, se aprestasse para haver de hir pera esse reino. E por falecimento do mesmo Conde se não achou ordem particular para a tal prizão, e só alcançamos dizer se fôra por causa do levantamento, que ouve contra o conde de Obidos v. rey; o govor. Manoel M.^{as} Homem mandou embarcar os que estão notificados, e com elles Carlos Vstarte, de que se mandou devassar por ordem que o mesmo Conde trouxe sobre se comunicar cõ os olandezes. Encarregou-se della ao doctor Luis Mergulhão Borges, juiz dos cavaleiros que mandou a Macassá tirar algumas testemunhas referidas; por falecimento deste ministro se não sabe o que resultou, buscar-se-á entre seus

(1) L.^a das monções n.^o 16, fls. 289.

papeis o que tem obrado e se remeterá ao juiz dos cavaleiros que ora serve, pera acabar de obrar que não deve ser couza de consideração, pois não resultou culpa contra Pero Lauriens, como constara a V. Magde. do traslado da devaça que se remete.

A copia desta carta se remeteo ao juiz dos feitos á instancia dos procuradores de Catherina de Linde para se lhe haver de deferir de fazer justiça, como V. Magde. manda; do que resolveu, não temos té agora noticia». (1)

António Caldeira de Pina

Era sacerdote e doutor (em teologia, de certo). Muito conhecido pelas suas proezas desde Moçambique até Goa. Fôra primeiro mandado preso para Lisboa na monção de 1655 pelo proprio D. Brás de Castro durante o seu govêrno, com a seguinte informação:

«Snr. Mando neste barco para esse reino a hu clérigo por nome Antonio Caldeira de Pina, que depois de nesta cidade ser muita parte de se aver desaposado o Conde de Obidos do cargo de v. rey, intentou depois fazer outras alterações de não menos porte e entendendo que se havião alcançado seus deñhos, se quiz retirar pelo não prenderem, comtudo por ordem do cabido foy trazido á prizão e por que aynda parece que está cõ animo de continuar em semelhantes revoltas a que naturalmente he inclinado, como se vê da copia de seu escrito que mandou do tronco a hu Miguel Díaz que hia para Moçambique, parecendo-lhe ao clérigo que fazia a mesma jornada, é assy julguey por mais conveniente remetelo a esse

(1) L.^a cit. fls. 290.

reino, porque já em Moçambique foy muita occasião de desordens que poderão ser de grãde prejuizo se se não saíra ou o botarão dos Rios có a preça que o fizerão.» ⁽¹⁾

O escripto do padre Caldeira, a que se refere a carta antecedente, conforme a cópia autenticada pelo escripto do cível da corte e das justificações António Gil Preto, é êste:

«Senhor Miguel Dias. — Por estas mãos sagradas, e pello ~~an~~or. que indignamente tomey hoje nellas, que lhe ha de render a vossa mercê a boa cortesia deste escripto mais do que imagina, que quem tira visoreis e põem visoreis quem quer, pera algo presta, agora tenho trabalhos logo virá a bonança, que sou quem todos sabem por letras e qualidade.

O escripto de vossa mercê hei de guardar muito bem para me servir de algemas e machos, e guarde vossa mercê muito bem este meu, pera mostrar, se lhe eu for ingrato. Eu eide hir com vossa mercê sem falta, veja se quer dinheiro pera empregar per sua conta, que a tal primor, eu quero perder para que vossa mercê ganhe.

Se vossa mercê levar gosto, avemos de ser camaradas, e comer ambos. Venhame ver. Levará dinheiro dos fretes logo, e pera matolotagem, que eu quero que vossa mercê coma da minha até dentro de Moçambique. Levo cozinheira muito boa, e moço pera servir e frasqueira ⁽²⁾, se quer dinheiro venha buscar quanto quizer. E se lhe disserem a v. mercê que eu sou muito agastado, responda v. m., eu o sofrerei, que he velho e sacerdote, e com isso os envergonhará a todos. Veja o que ha mister, que ainda daqui sou muito poderoso. Nosso sor. etc..

(1) L.^o das monções n.^o 24, fls. 263.

(2) Vê-se que o padre tinha gosto! ...

Servo de vossa mercê O Doutor *Antonio Caldeira de Pina*» ⁽¹⁾

Segue o reconhecimento da letra e assinatura do padre Antonio Caldeira de Pina, feito pelo referido escrivão do cível da corte e das justificações Antonio Gil Preto.

Tendo, porém, arribado em certa altura o barco em que ia, Antonio Caldeira voltou a Goa ainda no governo de D. Brás, que novamente o mandou prender. Seguiu definitivamente na monção de 1556, informando a seu respeito o governador Manuel Mascarenhas Homem o seguinte:

«Snor. O anno passado hia embarcado para esse reino hu clerigo por nome Antonio Caldeira de Pina, que do mesmo reino veio para este estado por home tribulento, e haver cometido alguns excessos no Brazil, e depois que chegou á India continuou na mesma forma, sendo v. rey Dom Phelipe Mascarenhas, que o mandou para os Rios de Cuama donde foy lançado por serem ynda maiores suas desinquietações, e aquy se veio achar nas do Conde de Obidos v. rey, em que procedeo cô grande soltura, e parece que receando-se D. Bras delle, o mandou prender e embarcar no pataxo que digo; e por haver arribado o tornou a mandar á prisão, e o conde v. rey havia disposto, mandalo para esse reino, como em effeito vay, e pedir a V. Magde. houvesse por bem que não passassem á India semelhantes sojeitos, porque são causa de grandes perturbações e de ordinario se passam a terras de mouros donde cometem alguns insultos contra a christandade e Estado e deixão muitos a fé como se tem experimentado.» ⁽²⁾

⁽¹⁾ L.^o cit., fl. 264.

⁽²⁾ L.^o das monções n.^o 25, fl. 170.

O rei das ilhas

É o rei das Maldivas. Em 1552 viéra para Cochim o rei das Maldivas e se fizéra cristão com sua mulher e alguns da sua comitiva⁽¹⁾. Estabelecido na Índia com pensão do Estado, por mais dum século continuou em Cochim e Goa a sua família até de todo se extinguir.

Pyrard (principios do século XVII) que dá minuciosas notícias dessa família⁽²⁾, viu em Goa o neto dêsse rei, de quem diz:

«Vi em Goa o neto deste rei cristão, que tinha de idade quinze anos, com sua mãe que era portuguesa⁽³⁾. Chama-se êle D. Filipe, e os portugueses o tratam por *Majestade*⁽⁴⁾ e lhe chamam rei das

(1) Pe. João de Lucena, *Vida do Pe. Francisco de Xavier*, liv. IX, cap. XX. Numa carta do vice-rei Conde de Linhares, dirigida á côrte em 18 de Dezembro de 1629 (L.^a das monções n.^o 13, fl. 13 e 13 v.) se lê que o rei veio no governo de Garcia de Sá (1548 a 1549).

(2) *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, trad. e an. por J. H. da Cunha Rivara, t. 1.^o, pág. 200 a 219 e t. 2.^o, pág. 122 a 123.

(3) Conforme se diz na cit. carta do Conde de Linhares, chamava-se D. Francisca de Vasconcelos e era uma das orfãs que tinham vindo de Portugal. É sabido que, no reinado de D. João III se fundou em Lisboa um instituto para amparo e abrigo de raparigas e mulheres orfãs que a êle se recolhiam até ao fim da vida. Chamava-se *Recolhimento das orfãs honradas*. Muitas das recolhidas casavam e vinham para a Índia ou iam para o Brasil, pois um dos essenciaes fins do instituto era acomodar orfãs virtuosas e illustres a casamentos ou officios ultramarinos, sendo despedidas as que a êste preceito não quisessem submeter-se. É isto confirmado pelo padre Francisco de Santa Maria na *História das sagradas congregações*, declarando que el-rei desejava muito povoar o Estado da Índia de gente nobre portuguesa e que a êste fim mandava, bem acomodadas e assistidas, muitas donzelas nobres e pobres, tendo lido uma stão boa fortuna que chegou a ser ralha, casando com um rei de Maldiva—provavelmente essa de que falamos. (Sr. Vitor Ribeiro, *História da beneficência pública em Portugal no Instituto de Coimbra*, vol. 50.^a, pág. 517 e 518; veja-se também uma *Dona portuguesa na côrte do Grão-Mogol*, pág. 46 e 47).

(4) Nisto se enganou o autor. Nem o rei das ilhas de Maldiva nem outro algum rei do Oriente era tratado pelos portugueses por *Majestade*. (Nota da Cunha Rivara).

Ilhas de Maldiva, honrando-o e respeitando-o muito. El-rei de Espanha lhe dá uma pensão, e assim a sua mãe. A sua casa é perto do collegio dos jesuitas, e aí fui ve-los muitas vezes, e até me rogavam a isso porque eu tinha estado nas ilhas de Maldiva, e eles folgavam muito de ouvir contar as suas cousas. Este rei menino anda em demanda com um seu tio que vive em Cochim, onde é casado, e a causa da demanda é que o tio também se diz rei das ilhas de Maldiva. Este tio é casado com uma dama mestiça, mui nobre e mui rica, com o que se sustenta mui limpamente, porque ele da sua parte não tem mais que a pensão d'el-rei, que é pequena, e ainda mui mal paga a maior parte das vezes.» (1)

Pietro Della Valle (1623-1624) também viu em Goa o rei das Maldivas, que deve ter sido o mesmo D. Filipe, mencionado por Pyrard. Escreve o viajante italiano, que em 24 de Junho de 1623, dia de S. João Baptista, assistiu ás festas profanas que na cidade de Goa se realizaram, ficando na rua de S. Paulo em casa dum individuo «que se intitula rei das Maldivas, das quais um dos seus antecessores foi de facto rei, mas, expulso dos seus dominios pelos seus próprios subditos, se acolheu aos portugueses e se fez cristão, com esperanças de recuperar assim o seu reino. Mas os portugueses em nada lhe valeram e elle com os seus descendentes vive despojado do seu reino, logrando apenas o titulo inane de rei, que os portugueses, agora seus aliados, ainda lhe dão. E porque muitas naus mercantes vem das Maldivas commerciar aos portos portugueses, são por elles (os portugueses) forçados a pagar-lhe, como seu legitimo soberano, um pequeno tributo, do qual os governadores dos portos, nos quais, por necessidade,

(1) *Viagem cit.*, t. 2.º, pág. 123.

o rei tem de confiar, subtraem quasi metade. Não obstante, êle percebe anualmente quasi 3 mil corôas por ano, com as quais se mantêm.» (1)

Esse rei D. Filipe, em cuja casa esteve Pietro Della Valle, foi no ano de 1612 agraciado por Sua Magestade com um habito de Cristo e tença de 200.000 réis, mercê que se efectivou em 1618 sendo vice-rei o Conde do Redondo. (2)

Anos depois, o vice-rei Conde de Linhares, informando á côrte desfavoravelmente a pretensão de D. Filipe, para ter um jazigo na capela-mór no convento de S. Francisco — pretensão em que, aliás, tinham concordado os dos conselhos do govêrno e da fazenda, — dizia que o rei queria ficar fora e livre das leis e ordens régias, e que se tinha descontentado dele vice-rei, — e concluia por pedir uma determinação expressa para se lhe não dar o tratamento de rei, porque o não era. (3)

Não é, de certo, o mesmo que pelo governador Mascarenhas Homem foi mandado para Lisboa, pois, ao tempo da deposição do Conde de Óbidos, devia ser falecido ou estar já muito velho, mas o outro rei (seu filho talvez) que êsse tempo, encontramos, de nome D. Luis de Sousa.

Tinha êste rei feito uma viagem a Lisboa, onde conseguiu ser nomeado membro do conselho do Estado da India. Tornando a Goa, investido nesse cargo, que era dos mais elevados na pública administração, viu que o não convidavam ás reuniões e queixou-se disso á côrte. Veio o requerimento a informar ao vice-rei Conde de Óbidos em carta de

(1) *A India em 1623 e 1624*, pag. 39.

(2) *Arquivo Port-Oriental*, fasc. 6.º, docs. n.ºs 451 e 452.

(3) Cit. Carta de 18 de Dezembro de 1629, *Boletim Oficial* n.º 45 de 1884.

13 de Março de 1653 ⁽¹⁾, á qual respondeu D. Brás de Castro em 8 de Janeiro de 1654, que era certo que o queixoso não tinha sido admitido ao exercício dessas funções pelo vice-rei D. Filipe Mascarenhas e pelos governadores que lhe sucederam, nem pelo Conde de Óbidos «ou fosse por lhe faltar experiencia para isso, ou por não parecer justo que se aja de assentar em huma cadeira de espaldar que se lhe dá, quando os mais fidalgos do conselho se assentão em razas». Que «vendo o rei que nunca fôra chamado e havendo feito muitos requerimentos, desistiu do logar do conselheiro em mão do Conde vice-rei entregando-lhe a patente que fica na secretaria e pedindo certidão de tal deixação que lhe foi passada». Concluiu D. Brás de Castro, informando que se não devia deferir ao pedido. ⁽²⁾

D. Luís de Sousa devia estar, pois, a roer no seu intimo o agravo que se lhe tinha feito, ainda no vice-reinado do próprio Conde de Óbidos. O fermento de amargura que lhe refervia na alma, o rugir intimo do seu despeito estaria aguardando ensejo propício para uma reacção.

Preso, foi mandado para a fortaleza de Mormugão, onde ficou até ao seu embarque para Lisboa. A seu respeito o comandante Rui Dias de Menezes informou em 26 de Novembro de 1655 ao vice-rei Conde de Sarzedas:

«Snor. — Conforme a ordem de v. ex.^a notifiquei ao rei das Ilhas para a jornada do reino. Por elle me foi respondido que estava muito prestes para dar cumprimento ao que v. ex.^a lhe ordenava, visto cumprir assim ao serviço de S. Magestade que Ds. ge. Pediu-me licença para escrever a v. ex.^a hum papel.

⁽¹⁾ L.^o das monções n.^o 23, fl. 184.

⁽²⁾ Id., fl. 185.

Veja v. ex.^a se lha hei de conceder, porque diz que por minha via irá ás mãos de v. ex.^a que poucas vezes leio.» ⁽¹⁾

Estêvão Soares de Melo

Fidalgo da casa de Sua Magestade. Muito amigo de D. Brás de Castro, que durante o seu govêrno, o escolheu para ir com 5 galiotas socorrer Ceilão. Estêvão Soares de Melo partiu de Goa em Abril de 1654, invernou em Jafanapatão, em Agosto chegou a Tuticorim e em Setembro a Colombo, apenas com três galiotas, por terem duas arribado a Manar, com o que ficou aquela terra algo aliviada, pois padecia grande falta de mantimento. ⁽²⁾

A 9 de Junho do mesmo ano se lhe passou alvará de licença, que pediu, para, sem embargo de não estar em Goa, e por se achar occupado no serviço do Estado, poderem seus procuradores fazer a renúnciação, em seu nome, da capitania de Rachol em qualquer pessoa que fôsse aprovada pelo governador. ⁽³⁾

D. Rodrigo de Monsanto

Filho natural do Marquês de Cascais. Um dos fidalgos mais ricos de Goa. Era bem aceito do vice-rei D. Filipe Mascarenhas que o nomeiou capitão do passo de Pangim, mas tal provimento não foi confirmado pela côrte, motivo porque o vice-rei

⁽¹⁾ L.^o das monções n.^o 25, fl. 185.

⁽²⁾ Carta de D. Brás de Castro a S. M., de 1 de Fevereiro de 1655, L.^o das monções n.^o 241, fl. 243.

⁽³⁾ L.^o das mercês gerais n.^o 4 (nov. num.), fl. 81.

Conde de Óbidos o substituiu nesse cargo por D. Manuel Mascarenhas. ⁽¹⁾

O mesmo vice-rei concedeu-lhe também, em aforamento, a barca de passagem de Agaçaim (entre Agaçaim das Ilhas e Cortalim de Salsete) com o fôro de 20 pardaus de tangas. As condições em que essa concessão se fez e foi confirmada constam da carta régia de 20 de Março de 1654, dirigida ao Conde de Óbidos, na qual se diz :

« Havendo mandado ver o que o v. rey Dom Philippe Mascarenhas e depois os governadores vossos antecessores, me escreverão, e papeis que aqui se me apresentarão, por parte de Dom Rodrigo de Monsanto, tudo sobre o novo aforamento, que o dito v. rey lhe fêz enfatiota da passagem da barca de Agaçaim, com foro sómente de 20 pardaos de tangas, em que deantes andava, com pretexto da doação, e renunciação que o dito Dom Phelippe lhe fizera da dita barca, como herdeiro de Tristão de Atayde ⁽²⁾, e do direito que o mesmo Dom Rodrigo tinha a ella, por via de sua molher Dona Leonor de Castro, que primeiro foi casada com Marçal de Macedo, de quem a dita barca foi ; Pedindo-me o dito Dom Rodrigo lhe fizesse merce de lha confirmar e respeitando a tudo, e á resposta que na materia deu o procurador de minha fazenda, a que se deu vista ; Fuy servido resolver, vista a qualidade, e serviços de Dom Rodrigo, e direito que tem adquirido na dita barca, pelas causas referidas, que se lhe passe nova carta de aforamento, em tres vidas, com acrescentamento do foro na terça parte mais. Assy o fareis executar logo, sem

(1) Vide a pag. 256.

(2) A mais antiga concessão em aforamento da barca de passagem de Agaçaim, é a que fêz em 1578 o vice-rei D. Luis de Ataíde a Nuno Fernandes de Ataíde, em 3 vidas (L.^o das monções, n.^o 24, fls. 124). Tristão de Ataíde, a que se refere o texto, seria talvez filho dêsse Nuno.

embargo do aforamento em fatiota, que o v. rey Dom Phelippe lhe tinha feito sem ordem minha; e não aceitando Dom Rodrigo a dita mercê nesta forma, então se seguirão os termos ordinarios de justiça....» (1)

A esta carta respondeu D. Brás de Castro em 2 de Fevereiro de 1654:

«Snor — Dom Rodrigo de Monsanto aceitou a merçe que V. Magde. foi servido mandar-lhe fazer e se lhe passou certidão, para em conformidade dela, tratar de rēquerer provisão de aforamento em tres vidas; por andar occupado em serviço de V. Magde. por capitam-mór da armada do Norte a não tirou the o presente». (2)

Em 14 de Maio de 1667 passou a barca a ser aforada em 2.^a vida ao convento de St.^a Mónica na pessoa de Soror Magdalena dos Anjos, filha de D. Rodrigo de Monsanto. (3)

O auto da posse e entrega da ilha de Bombaim aos inglêses foi aí lavrado a 18 de Fevereiro de 1665 «em as casas grandes de D. Ignez de Miranda, viuva do defunto D. Rodrigo de Monsanto» (4); o que deixa vêr que este era falecido antes dessa data. D. Inês de Miranda foi de certo segunda mulher de D. Rodrigo, pois na citada carta régia se fala em sua outra mulher, D. Leonor de Castro.

Jerónimo Falcato

Temos a seu respeito a carta régia de 26 de Fevereiro de 1655 com o documento nela referido. Diz essa carta:

(1) Cit. L.^o, das monções, fl. 122.

(2) Idem, fl. 123.

(3) F. N. Xavier *Resenha das passagens*, no *Boletim do Governo* n.^o 93 de 1864. No *Oriente Português*, vol. 6.^o, pag. 336, acharão os leitores noticias posteriores relativas a esta barca, dos séculos XVIII e XIX.

(4) J. Biker, *Colecção de Tratados da Índia*, III, pag. 32-33.

«Encomendo-vos vejais o capitulo de hua carta do Conde de Obidos, que vos mando remeter em companhia desta. E fazendo puxar pela materia, de que trata, e achando-se contra Jeronimo Falcato alguma cousa, por que mereça ser castigado, ordenareis o seja, como merecer sua culpa». (1)

O capitulo é este:

«Tambem hu Jeronimo Falcato, que teve a seu cargo a minha prisão, falava tão solta, e atrevidamente nas pessoas de Suas Magdes., e no governo, que he merecedor de hu exemplar castigo». (2)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

(1) Cit. L.^o das *monções* n.^o 25, fl. 334.

(2) Idem, fl. 335.

ASSENTO DE ÓBITOS

Convento de S. Francisco de Damão

1729 a 1826

«Lista dos defuntos que se enterrão no Convento de
S. Francisco nesta cidade de Damão» ⁽¹⁾

(Século XVIII)

1

Aos 13 do mes de Dezembro as tres para as quatro horas da tarde se deu á terra a mulher de Francisco Pahim de Mello ⁽²⁾ na sepultura quazi no meio das grades da sala das mulheres da parte de fora da banda do evangelho para a parte do corpo da igreja nesta era de 1729.

2

Aos 20 do mes de Dezembro se deu á terra o cadaver de Antonio Monteiro Roza, casado e morador nesta cidade ao meio dia para hua hora neste conv. de S. Fco. no territorio aonde se costumão enterrar os irmaons terceiros, está esta cova da banda do evangelho e ao pé da capela da portaria, nesta era de 1729. ⁽³⁾

(1) O termo de abertura deste livro de assento de óbitos do convento de S. Francisco é escrito e assinado pelo guardião Fr. Fortunato do Nascimento 25-8-1736. Na nossa lista de guardiães deste convento não se acha o nome deste frade. Em 31-5-1724 era guardião Fr. Bernardino de Jesus Maria. Vid. o vol. III do livro *N. e D. para a História de Damão*, pag. 1.

Quasi toda nobreza e principais habitantes eram Irmãos terceiros, sendo sepultados com o respectivo habito.

(2) Não consta d'este assento o nome da falecida. A familia Pahim de Melo pertencia á nobreza desta cidade. O último membro foi D. Sebastião Pahim de Melo, o qual foi nomeado «protector perpetuo» da confraria de N. Sr.^a do Mar em 29-9-1775 e era proprietário dalgumas aldeias, — cit. vol. III, pg. 225.

(3) Acerca dos irmãos terceiros veja-se o cit. vol., pg. 36.

3

No ultimo de Setembro de 1729 se deu á terra o cadaver de Sebastião Coutinho, solteiro e filho desta cidade, nosso irmão, assistia em caza de Carlos Vas, está enterado na igreja, das grades para dentro, dentro junto ao altar da Conceição na sepultura do meio, ao meio dia para a hua hora.

4

Aos 8 de Janeiro de 1736 se deo á sepultura a mulher do sargento-mor desta Praça Hyronimo Lobo de Mangalhoens, a qual está sepultada no altar da Sr.^a da Conceição, na segunda sepultura junto da parede.

5

Aos 7 do mes de Abril se depositou neste convento do N. Pe. S. Frco. o cadaver de Carlos Luiz e se enterrou aos oito na sepultura do seu proprio pay, que se manifesta na capella-mor tudo no anno de mil setecentos trinta e seis. Foi especial devoto nosso; seja esta lembrança para lhe encomendarmos sua alma p.^a q., *requiescat in pace*.

6

Aos 20 do mes de Mayo pella manha se deu á sepultura o corpo de D. Maria de Moura Lureyro e está enterrada na portaria deste convento de N. Pe. S. Franco. no jazigo dos irmãos terceiros da parte da epistola ao pé do seu marido Vicente Pereira de Sampayo, sendo G.^m do dito conyto. Fr. Francisco de S. Roza de Viterbo no anno 1766.

7

Aos 14 do mes de Novembro pela manha se deu sepultura ao corpo de D. Maria Alves Caetana de Fonceca, mulher do capitão de infantaria Luiz Mendes Anriques e está enterrada na portaria deste convento de N. P. S. Fco. no jazigo dos irmãos terceiros da parte do evangelho ao pé do assento, sendo G.^m Fr. Franco. de S. Rosa de Viterbo, no anno de 1766.

8

Aos 20 do mes de Novembro se enterrou na portaria o corpo do defunto Vicente Pereira de Sampayo, marido

da dita D. Maria asima, e está no meio sepulturas declaradas asima, sendo G.^m Fr. Franco. de S. Rosa de Viterbo no anno de 1765 (sic, aliás) 1766.

9

Segue o assento do oferecimento feito ao dito convento de seis corjas de toucas para a armação do tecto da igreja, estando presente o G.^m Fr. Antonio de S. José, o Irmão presidente Fr. Martinho de S. José e os frades, Fr. Ant.^o de S. Anna, Fr. Antonio da Apresentação e Fr. Antonio de S. Quiteria sendo o doador Antonio Batista Monteiro. O assento é de 6-12-1738.

10

No meu tempo se enterrarão quatro crianças na igreja, a saber: a pr.^a Ignacio Caetano de Freitas aos 29 de Abril, debaixo do coro perto da pia de agua benta de banda da epistola. O segundo, de Manoel Gomes de Costa Peninha, aos 29 de Outubro, e está enterrado hum bocado adiante do coro ao pé da cisterna que sustenta o coro da banda da epistola. O 3.^o de Luiz Mendes Hanniques aos 7 de Novembro e está enterrado da banda de fora. O 4.^o foi o filho do capitão de mar e guerra Joaquim José Pegado, aos 14 de Novembro, e está enterrado debaixo do pulpito da banda do evangelho em hua sepultura de campa pequena, e todos erão machos, na era de 1766, sendo G.^{am} do dito convt.^o Fr. Frco. de St.^a Rosa de Viterbo.

11

Aos 25 se depositou na igreja de noite o corpo de Dona Maria Caetana Izabela da Silva, mulher do capitão de mar e guerra Joaquim José Pegado, e se enterrou aos 26 pelas onze horas do dia, está enterrada da banda do altar da Conceição (1) da parte da epistola, em hua sepultura de layges (sic) dentro ás grades das mulheres ao pé da pia benta pequena, no mês de Abril de 1767, sendo G.^{am} do dito convt.^o Fr. Frco. de Roza de Viterbo.

(1) A imagem de N. Sr.^a da Conceição deste altar, depois da extinção do convento, foi transportada processionalmente para a sé e collocada no altar colateral do lado do evangelho. A sua corôa foi roubada no convento em 1748. Uma nova foi oferecida pelo castelão gov., Mateus Vieira de Silva de Andrade.

12

Aos 9 de Abril de 1768 foi sepultado no jazigo dos irmãos terceiros da parte do evangelho junto o assento, Ignacio de Freitas que faleceu na noite de oito, sendo G.sm do convt.^o Fr. Franc.^o Xavier de S. Anna e foi sepultado pelo meyo dia, era ut supra.

13

Aos .. de Abril foy sepultado ao pé da pia de agoabenta da porta principal da parte da epistola o f.^o de Ignacio de Freitas e foi dado á sepultura ás 4 horas da tarde no mesmo dia et supra da era de 1768.

14

Aos 31 de Outbr.^o de 1768 foy dada á sepultura neste convento a mulher do feitor Vicente Frez., de Andrade—D. Bernarda Henriques — na sepultura junto ao altar da Conceição da parte da parede a segunda sepultura ás 6 horas da tarde.

15

Aos . de Janeiro de 1769 foy sepultado neste convt.^o o filho do cap.^m João de Souza Mexias no corpo da igreja baixo do pulpito em hua sepultura de tampa pequena. (?)

16

Aos 6 de Fev.^o de 1769 foi dado á sepultura no jazigo dos irmãos terceiros Bento Gonçalves Pereira, capitão de infantaria na sepultura do meio, ás honze horas do dia, sendo presidente deste convt.^o o Pe. Fr. Frc.^o de S. Thomas.

17

Aos 16 de Dez. de 68 (sic, aliás 1769) foi sepultada D. Josepha Correia Frois de Azevedo no jazigo dos irmãos terceiros da parte do evangelho ao pé dos assentos, na sepultura de sima, ás honze horas de manhã, sendo guardião deste convt.^o Fr. Frc.^o Xer. de St.^a Anna.

18

Aos tres de Março foi dado á sepultura Luis Mendes Henriques, capitão de infantaria e está sepultado na sepultura

do meio junto as grades da capela-mor, da parte de fora, sendo presidente deste conv.^o Fr. Thomaz do Carmo.

19

Aos 7 de Fr.^o de 1770 faleceu D. Anna Maria da Guarda Couto ⁽¹⁾, cazada com José Rodrigues, filha de Rodrigo da Guarda Couto e foi enterrada na sepultura que diz ser de seus herdeiros, qe. he entre a porta que vai para a sancristia e o cachão dos frontaes gdes. no canto, sendo G.^{am} Fr. Ant.^o de N.^o S. do Livramento.

20

Aos 11 de Março de 1770 falleceu hua creança por nome Anna, filha de Bento Gonçalves e foi sepultada nesta igreja da parte do pulpito, junto as grades das mulheres, sendo G.^{am} deste convto. Fr. Ant.^o de N. S. do Livramento.

21

Aos 20 de Mayo de 1770 faleceu o alferes Franco. da Cruz, e foi enterrado no jazigo dos ir. terceiros da banda da epistola e da parte de fora do arco da capella, sendo G.^{am} deste convto. Fr. Ant.^o de N. Snr.^a do Livramento.

22

Aos 29 Setembro faleceu o sargentomor e governador desta praça Henrique da Costa Fraco (sic, aliás Franco) e está sepultado debaixo do arco da capela-mor na segda. sepultura p.^a a parte da Snra. da Conceição, sendo G.^{am} Fr. Ant.^o de N. S. do Livramento, anno de 1770.

23

Aos 28 de Junho de 1771 faleceu o cap.^m João de Sousa Mixia, cavalleiro da ordem de Christo e esta sepultado na sepultura de campa. debaixo do pulpito, sendo G.^{am} Fr. Ant. de N. S. do Livramento.

(1) Os frades só davam o titulo de *Dona* ás senhoras pertencentes á nobreza. Era com religioso rigor applicado o titulo, porque as damas que possuíam os seus brazões de armas, não queriam confundir-se com outras que não tinham tal direito ou privilegio.

24

Aos 16 de Julho do mesmo anno faleceo o cap.^m de granadeiros Ant.^o Fr.^a (sic, Ferreira ?) e está sepultado no jazigo dos irmãos terceiros sendo G.^{am} (o mesmo).

25

Aos 28 de Abril de 1771 falleceo D. Maria, mulher de Filipe José Ripado (1) e está sepultada á porta da igreja junto a pia de agua benta da parte da epistola, sendo Gar. o chm.^o (sic, carissimo?) ir. Fr. Ant.^o de N. S. do Livramento.

26

Aos 28 de Agosto de 1774 foi enterrada D. Rosa Maria da Guarda Couto em huma sepultura que fica ao pé dos caixões dos frontais grandes no claustro á mão direita sahindo da aula da sacristia; declaro que esta defuncta não devia ser enterrada na dita sepultura como herdeira della e como se não poude averiguar se lhe pertencia ou não, senão na mesma hora em que estava o corpo ao pé da sepultura, por evitar escandalos se mandou enterrar por amor de D.^a, não tendo os seus herdeiros acção, herdando ... de darem alguma esmola ao convto. pelo enterro da defuncta na dita sepultura, e como as folhas 117 thé 122 se não acha consto de que á tal geração pertença tal sepultura, não se poderão os seus herdeiros nela enterrar sem que a paguem ao alvedrio do Pe. G.^{am} que presente fôr: pena que se lhe poz em o anno de 1724 pelo edital que se vê neste livro a folhas 116, que perderião sua justiça os que não justificassem terem sepulturas neste convento para se lhe passar consto solemne, como se vê dos mais que principião as fl. 117 thé 122, e como nenhuma noticia se achou *in scriptis*, para que outro G.^{am} lhe não aconteça outra desordem, como a mim aconteceu, e supponho aconteceria ao Pe. Fr. Antonio de N. Sra. do Livramento, que tãobem enterrou outra defuncta da tal geração na dita sepultura; demais o trabalho de deixar

(1) Ripado era capitão de infantaria e governou Damão tres vezes nos anos 1770, 1773 e 1775 até 24 de fev. Vid. cit. vol., pags. 8 e 9.

esta memoria neste lugar, para a que a todos conste e todos os futuros possam ver. ⁽¹⁾

27

Aos 29 de Junho de 1787 faleceu o Ill.^{mo} Sr. Governador D. Christovão Pereira ⁽²⁾ e veio sepultar neste convento e jaz ao pé do altar da Conceição a parte do evangelho.

28

Em o mês de Setembro de 1787 veio a enterrar neste convt.^o hua filha de Luis de Mello, entia da de Manoel Ant.^o de Faria.

Século XIX

29

Aos 28 de Abril de 1802 veio a enterrar Casimiro José Antonio Domingues, sobrinho de Jacinto Domingues, e fica enterrado no cruzeiro deste convt.^o na quinta sepultura contando da parte da janela da Snr.^a da Conceição em fé do que se fez este assento no mesmo dia, hera ut supra. Fr. Ant.^o de S. Anna, G.^{am}.

30

Aos 16 de Janr.^o de 1805 faleceu Dona Anna de Souza, mulher de João Bernardo Nogar e foi sepultada neste convt.^o na sepultura depois da grade junto á porta pequena, aonde se interravam os parentes de Vicente Luiz e para memoria se fez este assento. Fr. José da Virgem Maria, Guardião.

31

Aos 7 de Fevereiro de 1806 faleceu o Ill.^{mo} Gor. Jozé Maria Sarmento, e foi sepultado no cruzeiro deste con-

(1) Acerca do referido edital e as sepulturas, cujas justificações se procederam no convento, veja-se o cit. vol. III, pg. 29 a 47.

(2) Cremos que ha algum equívoco neste assento. O gov. D. Christovão Pereira de Castro governou Damão pela 1.^a vez em 1786 (2 de Jan. até 20 de dez. 1786) e pela 2.^a em 1792. Terminou o seu governo em 29 de nov. 1798. Faz nos parecer que foi algum fidalgo, dos muitos que ainda habitavam esta cidade no último quartel do século XVIII, que foi ali enterrado. O equívoco provém da semelhança do nome.

vento na quinta sepultura, contando da parte da janella da Snr.^a de Conceição, em fé do que se fez este assento no mesmo dia, mez, ut supra. Fr. Luciano da Penha de França, Guardião.

32

Aos vinte e hum de Abril de 1809 foi dada á sepultura a mãy do Ignacio Pires de Menezes neste convt.^o, na sepultura, depois da grade ao pé do confissionario que fica por parte da epistola do altar da Sr.^a da Conceição, que se conta na segunda pela banda do palmar (1) e para memoria se fez este assento no mesmo dia, mez, era ut supra. Fr. Luciano da Penha da França G.^{am}.

33

Aos 10 de Janr.^o de 1813, faleceu Vicente Luis de Souza, e no mesmo dia foi enterrado na igreja deste convento *gratis*, por ser nosso devoto na sepultura que dizem ser de seus maiores, que fica ao lado da epistola abaixo das primeiras grades e para memoria passei este, que assignei no m.^o dia, mez e era supra. Fr. Luis dos Remedios, Guardião.

34

Ao primeiro de Julho de 1817 faleceu o major do campo de Damão pequeno, Franc.^o Caetano de Albuquerque, e deu se á sepultura neste convento de S. Franc.^o no cruzeiro em que as mulheres ouvem missa, na ultima sepultura da parte da epistola e essa he de grade e por ser verdade passei este. Convt.^o de S. Franc.^o aos 2 de Julho de 1817. Fr. Bernardino de Sena, Guardião.

(1) Este palmar ou horta do convento de S. Francisco ainda existe. Funcionou ai por dois anos a destilatória official com um encanamento por baixo das muralhas. Uma parte do cano era da cosinha do convento, do edificio do qual nada resta. O seu frontispicio foi abatido no gov. do sr. Nuno Campos (1900), como também a parte superior da muralha detrás do convento. O governo suspendeu este trabalho depois de enormes despesas feitas, sem nenhuma utilidade. Hoje existe uma grade de madeira que circunda este recinto sagrado, onde jaz a fina flor da nobreza portuguesa que rivalisava com a de Baçaim. Ficou assim satisfeito o nosso pedido ao sr. gov. geral, Arnaldo Novais, na sua visita a esta cidade.

35

Aos 11 de Março de 1819, foi sepultada no corpo da igreja deste convento da parte do altar de N. Sra. da Conceição junto á sepultura do seu avô a filha de Francisco Ant.^o de Oliveira Nogar e de D. Francisca de Paiva Quintal Falcão e de idade de tres dias,—feito no mesmo dia hera ut supra. Fr. Bernardino de Sena, Guardião.

36

Aos 16 de Junho de 1826, faleceu Francisco Antonio de Oliveira Nogar e foi sepultado aos 17 no corpo da igreja deste convento da parte do altar da N. Sra. da Conceição junto á sepultura do seu sogro, filho de João Bernardo de Oliveira Nogar e de D. Anna de Sousa e para memoria se fez este assento. Fr. José da Conceição, Presidente.

Lista dos bemfeitores do Convento de S. Francisco

Aqui as folhas quarenta comessam os nomes dos nossos especiaes devotos deste convento, de N. Pe. S. Francisco, de Damam, no anno de 1748 aos 5 de Abril da mesma era ut supra, feito por mim guardião, abaixo assignado, para os encomendarmos a Deus.

Fr. José de S.^a Theresa, Guardião.

1.^o *Carlos Luis*, mt.^o nosso especial devoto e assim depois de sua morte etc. Dá sempre varias cousas a este convento. Lembremos de o encomendar a Deus.

2.^o *Matheus Vieira da Silva de Andrade, Castelão e Gor. desta Praça*, nosso muito especial devoto, o qual mandou fazer hua coroa grande de prata para N. Sra. da Conceição por se ter furtado a que tinha da igreja e se fez aqui esta lembrança para que os prelados tenham cuidado de o encomendar a Deus.

3.^o *Ant.^o Bapt.^o Monteiro* deu varias canaquins e teadas para aperfeiçoar os panos e toucas da armação deste convento.

4.^o *O sargento mor desta praça e cap-mor do campo Francisco Palermo de Souza* e sua mulher Dona Antonia, muito nossos especiaes devotos pelas grandes esmolas que nos fazem.

5.º O *Ir. João de Miranda* nosso especial devoto, que de continuo esta favorecendo a este convento.

6.º O *N. Ir. da Ordem Joaquim José Pegado, capitão de mar e guerra*, q' de continuo nos está favorecendo com a sua pobreza em tal extremo de devoção que ainda se lhe não pedio couza alguma para este convento nelle podesse remediar que deixasse de fazer.

7.º *A Sra. nossa Ir.ª Syndica D. Maria Isabel Flôr de Menezes*, especial devota nossa, que está prompta para servir a este convento em tudo que for necessario, esta servido em muito.

8.º *A commnidade de S. Agostinho* que todos annos dá a esta comunidade meio ará de bate.

9.º *Domingos Mascarenhas*, especial devoto nosso, que todos os annos dá a esta comunidade hum ará de bate e tambem lhe assiste com missas, se lhas pedem. Não nos esqueçamos de o encomendar a Deus N. Snr. com especiaes orações. (1)

10.º Não nos esqueça de orarmos a Deus Sr. Nosso durante a vida, e depois della, pelo nosso grandissimo bemfeitor, *Ir. da nossa ordem, major que foi do regimento e praça desta cidade, e hoje Tenente-coronel de Dio Luiz Josepho Prelo*. o qual assistiu neste convento 25 xs. e nos remediou e favoreceu, como a todos he patente etc..

11.º He digno tambem da mesma memoria o nosso *Ir. da ordem Jacinto Domingos, actual Director da nação portuguesa em Surrate*, o qual concorreu com quinhentas rupias chirinas para a reedificação deste convento.

12.º D'especial commemoração se fez merecedor o *Gor. desta praça Jorge Frederico Lecor*, que promoveu com as suas esmolos a respeito a reedificação da igreja deste convento e resto delle. Oremos para elle p.ª que tenha saude e mt.ª felicidades temporaes, coroadas com a gloria eterna. (1811).

13.º A m.ª gratidão devemos a *N. Ir. Syndico João Bernardo d'Oliveira Nogar*, que não só concorreo com grandes esmolos para a reedificação da igreja, aula, torri-

(1) Domingos Mascarenhas é um dos ascendentes mais illustres do nosso distincto académico e homem de letras, sr. Constâncio Roque da Costa, pelo lado materno. Pertenciam a esta caza as aldeias de Bimpôr, Dabél e Jampôr. Após a queda de Baçaim esta familia estabeleceu-se em Damão. O seu primeiro membro chamava-se Gabriel Mascarenhas.

nha, claustros, refeitório, escada e corredores deste convento, cuja obra durou 2 an.^s e alguns mezes, mas fez sempre apromptar a tempo carpinteiros, serradores, pedreiros, que tanto custão a achar neste paiz, bem como ferreiros tambem, comprando todos os materiaes por preço modico, dando alem disto tudo quanto se lhe tem pedido p.^a o m.^m convento, sem nunca jámais negar es-cuza alguma. Oremos por elle p.^a que as mt.^{as} felicidades temporaes de que já goza, pois he pelòs seus estudos mathematico, capitão de fragata da real marinha de Goa e actual feitor e alcaide-mor de Damão por Sua Alteza Real; tendo já sido juiz d'alfandega, e ouvidor d'esta mesma cidade, se accumulou outras mt.^{as} que se perpetuem na sua ille. familia, as quaes sejam finalmente coroadas com a gloria eterna. He tambem cavalleiro professo na ordem militar de S. Bento de Aviz.

14.^o Tambem merece o nosso agradecimento *Manoel Ignacio de Rencosa, capitão de mar e guerra da real marinha de Goa*, que concorreo com esmolas e madeira para a reedificação deste convento. Oremos para elle p.^a que D. lhe dê saude e mt.^{as} felicidades que sejam coroadas com a gloria eterna. Foi govor. interino desta praça e cidade de Damão e he cavalleiro professo na ordem de S. Bento de Aviz.

15.^o O nosso Ir. Franco. Caetano Pr.^a e a sua esposa são Ir.^{as} da nossa ordem por patente do N. M. R. Pe. Ma. Prol. Fr. Mel. do Carmo, da data de 31 de Dezbrio de 1824 e são nossos bemfeitores a quem este convento he muito obr.^o. Oremos por elles nos st.^{as} sacrificios da missa, p.^a que conservem com muitas felicidades etc..

16.^o A mesma gratidão devemos a *N. Ir. Sindico Victorino Jeremias Nazareth e sua esposa*, nossa irmã, que nos tem obzequiado muito, cuja casa he franca aos religiosos deste convento e nunca faltou com nada que nos pedissimos: he especial bemfeitor deste convento. Oremos por elles (o mais como do assento supra).

Damão.

A. F. MONIZ.

COMÉDIAS DE DIU ⁽¹⁾

POR

SIMAM MACHADO

POUCA gente conhece hoje em Portugal as COMÉDIAS DE DIU e as de ALFÊA, do *excelente poeta Simam Machado*, como lhe chama, e com razão, o seu editor — António Alvarez. A edição das COMÉDIAS é de 1631. Achamos tão formoso e bem travado o dialogo, nas COMÉDIAS DE DIU, tão portuguezas de lei as feições dos diversos personagens portuguezes que nela figuram, e também tão aprimorada a metrificacão das COMÉDIAS (onde evidentemente ha enxertos infelizes de mão estranha e incompetente) que vamos dar umas pequenas amostras daquelle primor.

Tivemos sempre em Portugal mãos versadas em todos os labores; e descuidámo-nos ingratamente de desempoeirar os nossos arquivos riquissimos. Só ás vezes as saudades levam os velhos ás velharias. Os moços desprezam o seu pelo estranho, o antigo pelo modernissimo, o museu arqueológico pelas barracas das Amoreiras.

Vejamos um excerto dos versos de Simam Machado.

O governador da India, Nuno da Cunha, prepara uma expedição com destino a socorrer a Praça de Diu e trata-se em Goa de apurar a gente expedicionária. Estão em scena dois moços portuguezes, garridos e ousados, e apparecem depois dois soldados, um dos quaes vai partir para Diu. Chamam-se os primeiros — *Gouveia* e *Azevedo*; os soldados, que chegam posteriormente, chamam-se *Braz Pires* e *Fernão Gil*.

(1) Extraído da antiga revista *Repúblicas*, de Lisboa, e comunicado pelo sr. Jerónimo Quadros.

SCENA ...

Gouveia e Azevedo

AZEVEDO

A liberdade, que traz
Comsigo a guerra, me faz
querêl-a sempre na terra ;
quem me quizer fazer guerra
faça me viver em paz.

GOUVEIA

Mui contrária opinião
tendes de todas as mais.

AZEVEDO

De todas as demais, não ;
se disserdes das que vão
mais erradas, acertais ;
Vêdes-me, aqui ando agora
á patifa, desgrojado,
e com isso tam honrado
como deshonra me fôra
se faltara a ser soldado.

Ponho-me a jogar no meio
da rua, por toda a terra ;
namoro, arrúo, passeio.
Isto, que de seu é feio,
fal o ser fermoso a guerra.

Se mentis, — é fidalguia,
pois se jurais ! bizzarria.
Dizei-me, — esta liberdade,
êste viver á vontade
tem no mundo egual valia ?

Na paz tudo hade ser sizo,
tudo, andar empertigado,
não se vos enxerga um rizo,
quando não, estaes julgado
por homem de pouco avizo.

Se arruaes de verbo a verbo,
Sois vadio ao soalheiro;
fanchono, se sois cazeiro,
se confiado, soberbo;
se corrido, — malhadeiro.

Emfim a paz é barreira
a que tira o mundo todo;
guerra é rêde barredeira;
cada um anda a seu modo
e bem, de qualquer maneira.

GOUVEIA

Essa vida soldadesca,
a que quereis dar a palma,
é vida mui velhaquesca;
para o corpo não tão fresca
como podre para a alma.

É uma vida perdida;
tudo o que tem é de má;
vida de — tanto me dá!
vida que vive sem vida
que n'ella vivendo está.

Pois o toque principal
que dizeis da liberdade
quereis ver quão pouco val' ?
ha mal que faça mais mal
que viver home á vontade?

Nem ao soldado convem
vida livre, antes cativa;
que se olhaes bem, para bem,
é necessario que viva
como quem vida não tem.

A soltura é liberdade
em que hoje os soldados dão;
Se se ha de falar verdade,
é por que em tudo a razão
anda escrava da vontade.

AZEVEDO

Daís muito em contemplativo!
deixaes issò para o herivo!
Para o derradeiro termo

guardo eu esse defensivo;
não me curo antes de enfermo.

(Sai Braz Pires e Fernão Gil)

BRAZ

Digo, se, o que Deus, não queira!
eu lá geitar o ferrado,
que á terra mandeis recado,
por que d'inha paranteira,
seja carpido e chorado.

FERNÃO

Deus vos levará em paz
e vos tornará aqui vivo.

BRAZ

Se elle aqui vivo me traz
inda heis de ter por captivo
um mui chapado mouraz.

Dizei á Joana Matheus
e a Catelina Gonçalves
e á Berlanja e ás demais
que me encomendem a Deus

FERNÃO

T' seu medo; não temais.

AZEVEDO

Ha, senhor soldado!

BRAZ

Praz!

AZEVEDO

Sois de bésta ou d'arcabuz!

BRAZ

(Quanta malicia aqui jaz! ...)
Sou de dizer que haja buz,
Se quereis viver em paz.

GOUVEIA

(Manda-nos calar a graça
mais dina e mais festejada).

AZEVEDO

E' escravona, a espada?

BRAZ

Tire lá mão! não m'a faça
bem me entende, — acovardada! —

GOUVEIA

Basta; que nos injuria.

AZEVEDO

E traz a barba comprida.

BRAZ

Bem mostraes na cortezia
que anda em vós a fidalguia
já na derradeira vida!

AZEVEDO

Este vilão deixa atraz
o do Danubio.

BRAZ

Quem traz
a vilão tão dianteiro
parece-me que inda o cheiro
d'elle cocegas lhe jaz.
Cuidareis, se vem á mão,
que eu serei por hi algum ...
Inda que vesti gibão
não me pousou pé ninguem
a que eu non posesse a mão.

GOUVEIA

Não me pareceste tal.

AZEVEDO

Dae-o ao demo, que é afoito.

BRAZ

Conheceis-me muito mal,
Per mortes de sete ou oito
me vim eu de Portugal.

GOUVEIA

Por este rosto, se posso,
que hemos de ser camaradas.

BRAZ

Das nuvens, senhores, caio!
De pessoas tão honradas
eu quero ser o lacaio.

.....

INDEX ALFABÉTICO, CRONOLÓGICO E REMISSIVO

(Continuação da pag. 162 do presente volume)

Te

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Teca sua discripção	18	Dezembro	1800	181	79
Teca, remeta-se a sua semente, e arvores	8	Dezembro	1800	181	527
Tecidos	Vide Damão.				
Tê Deum no ultimo do ano celebre- se na Sé	18	Março	1734	103	118
Temporaes, noticias de dous neste ano; seus funestos effeitos no Mar, e Terra	19	Fevereiro	1783	163	466
Tenças	Vide Habitos.				
Tenção do Desembargador da Re- llação morto, ou ausente dalha sem embargo da disposição em contrario da Orden. L. 1. fl. 6. § 18	4	Março	1691	56	180
Tenente do Mestre de Campo Gene- ral e seu Ajudante sua criação ..	11	Fevereiro	1700	64	50
Tenente do Mestre de Campo Ge- neral hé menor o seu soldo do que o de Sargento-Mór	16	Abril	1756	139	60
Tenentes-coroneis e Capitães Te- nentes	Vide Promoçoens.				
Terço auxiliar de Goa se excita, e acrescenta	28	Abril	1773	153	163
Terço auxiliar, e Ordenanças da Provincia de Bardes se excitão, e consolidação	28	Abril	1773	153	171
Terço auxiliar, e Ordenanças da Provincia de Salsete se excitão, e consolidação	28	Abril	1773	153	177
Terço auxiliar	Vide Milicias.				
Testamentos, não se pode obrigar a que sejam registados antes do en- teirio do Testador, e sobre isto interponha o Procurador da Co- roa recursos	9	Setembro	1790	99	15
Testamentos, dividas nelles confes- sadas, como se devem pagar, e com que differenças	7	Abril	1753	126 123	18 470
Tette sua Planta	Vide Governadores.				
Tette					

Th

Theatinos larguem as Igrejas de Vanapatão do Bispo de Meliapor debaixo de que penas devem ser expulsos de Goa, e mais Dominios	2	Maio	1713	80	75
---	---	------	------	----	----

Th

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Theatinos como se devem admitir á profissão os seus Noviços	27	Setembro	1752	125	582
Theatinos, sobre a congrua e Ajuda de custo dos seus Missionarios . . .	7	Fevereiro	1786	168	182
Thesoureiro d'Alfandega tem mil xerafins por anno	15	Março	1784	165	58
Thesoureiro Geral sua criação . . .	10	Abril	1769	143	18
Thesoureiro Geral do Estado não hé officio, que seja provido necessariamente em officiaes da Fazenda, mas hé officio trienal . . .	18	Fevereiro	1786	168	11
S. Thomé, e Costa de Coromandel noticias á seu respeito	3	Fevereiro	1758	125	499
S. Thomé cidade tomada pelos Franceses em	2	Junho	1672	87	211
S. Thomé cidade sua fundação . . .	24	Janeiro	1688	52	409
S. Thomé visinho a Madrastra, relação de varias cousas á seu respeito, e sobre os Ingleses o pertencerem	11	Abril	1720	86	503 e segs.
S. Thomé cidade, vão para lá alguns Soldados Portuguezes	14	Abril	1729	96	146
Thumquim sua perseguição, e martirio de Francisco Bocarelli				92	872

Ti

Timor, seja a sua Missão soccorrida pelos Padres da companhia de Jesus, d'Goa, China, e Japão . . .	25	Março	1722	88	1
Timor, convidem-se os Padres da Cruz dos Milagres, para hirem lá, para Missionarios	10	Março	1728	89	144
Timor, recommendações ao Vigario Geral de S. Domingos sobre o comportamento dos seus Missionarios	26	Fevereiro	1724	91	77
Timor faça se diligencias para hirem para áquella, Missionarios da Cruz dos Milagres	4	Março	1716	93	69
Timor, providencia, sobre a sua Missão	8	Outubro	1738	109	18
Timor desordens do seu Governador, com o Governador do ecclesiastico, e com o envidor, cuja jurisdição arrogou o Governador, e o preñeo: prevaricações do Governador, e tambem do do ecclesiastico	14	Abril	1790	171	548

Ti

	Dia.	Mês	Ano	N.º	Folhas
Timor se estanque lá o Sandalo...	26	Agosto	1719	86	89
Timor seu estado.....	23	Janeiro	1724	89	144
Timor augmente-se a sua cultura, sugeição, e segurança.....	20	Dezembro	1727	95	15
Timor, e Solor suas produçoens de ouro, tambaque, e prata, pedras preciosas, madeiras estimaveis; tudo em abundancia etc.	8	Dezembro	1730	96	35
Timor representação dos seus Reys, e coroneis, etc. sobre utilidades que podem resultar d'aquella Ilha	4	Janeiro	1730	98	128
Timor produz canela e cravo.....	22	Janeiro	1732	99	240
Timor, noticias á seu respeito, e Paz celebrada.....	9	Janeiro	1734	102	128
Timor, e Solor noticias a seu respeito	1.º	Fevereiro	1738	125	446
Timor reflexoens, sobre aquella Colonia, Comercio, etc.	26	Janeiro	1775	152	228
Timor seu estado actual de abatimento	8	Fevereiro	1768	142	181
Timor, e Solor seu estado, e meios de tornar ventajosas as suas utilidades que constão da descripção geral daquellas Ilhas	10	Abril	1781	161	849 e 850
Timor, procure-se-lá fortificar Babão, para evitar os Holandeses.	10	Abril	1724	91	67
Timor, sobre varios assuntos á seu respeito com os Ollandeses	31	Janeiro	1764	136	350
Timor, que officiaes, e gente tem em Liphão, e successos das nossas armas, acompanha huma Relação dos soldos militares.....	24	Janeiro	1729	95	285
Timor, mudada a residencia do Governo, e a praça de Liphão para Dily, eo porque, e falta d'estabelecimento de rendas, para pagamentos publicos	4	Fevereiro	1772	149	134
Timor, e Macão dá se conta todos os annos do estado, em que estão: e dá se á deste anno.....	5	Outubro	1725	93	305
Timor continue-se a sua viagem, ou por Goa, ou por Macao; e haja cuidado em dotar o seu Seminario, e cuidar nas suas fortificaçoens etc.	16	Outubro	1743	117	3
Timor o Barco da Pauta de Macau para lá vá em direitura	10	Setembro	1731	101	596

T1

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Timor, sobre o Navio de sua viagem.	4	Fevereiro	1752	125	98
	30	Dezembro	1709	1327	164
Timor, como se devem pagar os soldos do seu Governador.....	6	Agosto	1725	98	319
Timor, soldos do seu Governador se paguem lá, e não em Goa: só no caso unico de lá se não pode- rem pagar	28	Março	1735	104	58
Timor, o seu Governador não póde por titulo algum haver pagamen- to pela Fazenda Real de Goa, mas só pla. de Timor.....	11	Abril	1737	107	61
Timor, acontecimentos desastrosos praticados pelos Frades de S. Domingos naquella Ilha	30	Abril	1777	157	275
Timor, sobre os cativeiros daquella Collonia	10	Maio	1790	172	560
Timor, procedimento que se teve com hum dos seus Governadores, e por que motivo	18	Abril	1791	172	593
Timor deploravel estado, em que se acha: instrucçoens que se de- rão ao novo Govor., e o modo de regenerar aquelle util Estabele- cimento.....	30	Abril	1811	191	155 f.º p.
Timor seja socorrido pelo Senado de Macao.....	4	Janeiro	1820	198	405
Timor, torão judiciosas as Instruc- ções com q' foi munido o Govor., e se darão providencias p.º o seu restabelecimento.	6	Junho	1812	192	670
Timor	Vide Caixaria.				
Timor	Vide Cuprão.				
Timor	Vide Liphão.				
Timor	Vide Macao.				
Timor	Vide Missionarios.				
Timor e Solor	Vide Missões.				
Timor	Vide Sandalo.				
Tipú Sultão, desconfianças do Esta- do a seu respeito	9	Maio	1784	164	1168
Tipú Sultão, como nos devemos por- tar com elle; insinuaçoens a este respeito	7	Fevereiro	1785	166	179
Tipú Sultão seus progressos, e Guerra do Marata contra elle...	15	Fevereiro	1786	167	3
	7	Dezembro	1785	167	4
Tipú Sultão, para boa direcção dos negocios a seu respeito, se reme- te da Côte collecção de quanto se passou com o seu Pay	7	Março	1786	168	599

Ti

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Tipú Sultão, paz que fez com a Córte de Puném.....	14	Março	1787	168	1195
Tipú Sultão, paz com o Marata, ou Puném; Receio do Estado, e se receya huma convenção delle com os Franceses.....	18	Julho	1787	167	140
Tipú Sultão seus movimentos, e embaiadores que manda a França.	1.º	Fevereiro	1788	169	290
	10	Outubro	1787	169	293
Tipú Sultão, sua paz com o Marata.	Vide Marata.				
Tipú Sultão, reflexoens sobre a sua inimidade ao Estado, e vistas politicas; como deve ser olhada a sua força.....	28	Julho	1788	170	405
Tipú Sultão manda pessoa sua a Goa, para a tentar talvez os sentimentos do Estado.....	23	Fevereiro	1790	171	15
Tipú Sultão Guerra com os Ingleses, e com Puném dos Maratas..	13	Março	1790	171	345
Tipú Sultão intenta não verificar os preliminares de paz com os Ingleses	30	Setembro	1792	173	435
Tipú, entregamos lhe o Piro, e elle nos franquea os seus Portos	Vide Piro.				
Tipú Sultão intenta formar com o Estado hum tratado de commercio, sobre o estabelecimento de Taná, e de Mangalor; e huma sua Peytoria em Goa, todos os seus Portos se nos achão abertos.	27	Março	1798	177	310
Tipú Sultão seu estado actual.....	22	Abril	1799	178	102
Tipú Sultão, sua discripção, e de seu Pay, e sua morte.....	3	Maio	1800	179	484
Tipú Sultão.....	Vide.				
Tipú Sultão informe-se, se pela perda dos seus Dominios. nos faz conta algum d'elles, e se informa, que o Piro	17	Novembro	1800	181	126
	22	Abril	1802	181	128
Tiracol importancia do seu Forte..	27	Fevereiro	1772	149	327
Tiracol tomado pelo V. Rey Marquez d'Alorna	23	Novembro	1746		

To

Tomadia de Dinheiro feita por denuncia não se despenda, nem ainda por assento do Conselho da Fazenda, sem primeiro se sentenciar	31	Março	1733	102	13
--	----	-------	------	-----	----

To

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Tombar se mandão as Terras da Índia, principalmente as da Corôa	26	Março	1680	45	87
Tombo das Terras do Estado, providências á seu respeito	3	Março	1594	2	263
Torre do Tombo sua criação em Goa	25	Fevereiro	1595	1	52
Torre do Tombo sua criação	13	Fevereiro	1602	5	50
Torre do Tombo sua criação, e que papeis se hão de Guardar	13	Fevereiro	1602	7	87
Torre do Tombo	Vide Secretaria do Estado.				
Tournon Cardeal de Tornon, não se publiquem, nem executem os Breves passados a seu respeito, nem sigão as censuras por elles fulminadas	16	Março	1712	78	94

Tr

Traje das mulheres dos Naturaes, informação que se pede a seu respeito, e se diz, que nada influe ..	6	Outubro	1802	183	125
Tratado com Angria	22	Março	1804	183	127
Tratado com o Rey de Manamutapa, em que se reconhece vassallo do Rey de Portugal	Vide Angria.				
Tratado da Paz entre Portugal, e Inglaterra em 1654	28	Junho	1629	13	458
Tratado de Paz celebrado em Surrate, entre Portugal e Percia ..	10	Julho	1654	25	389
Tratado de Paz por occasião da Guerra do Norte, e de Goa, e mais memorias	13	Janeiro	1709	96	269
Tratado de Limites entre Portugal, e Castella, remetido para a India.	28	Fevereiro	1740	118	17 e segs.
Tratados de Pases remetidos do Reino	27	Março	1750	123	663
Tratados sobre commercio, Alliança, e Paquetes celebrados com a Inglaterra	23	Março	1680	45	143
Tratado de commercio com os Ingleses	Vide Ingleses.				
Tratamento de Mercê, c assento a quem se dá na India pelo V. Rey.	Vide Commercio.				
Tratamentos Ley dos Tramentos ..	12	Janeiro	1729	95	75
Tratamentos Ley dos Tramentos ..	29	Janeiro	1739	109	107
Tratamentos Ley dos Tramentos ..	26	Abril	1739	109	106
Tratamentos declaração sobre a sua Ley na India	2	Abril	1751	124	486

Tr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
Travancor					Vide Missoens.
Tribunaes approvação d'estarem ao pé da residencia do V. Rey	24	Fevereiro	1595	5	572
Tribunaes a formalidade do seu despacho, para se observar na India.	23	Outubro	1718	80	1
Tribunaes como devem assistir nas funçoens da Igreja					Vide Festas.
Tripulação dos Navios que se defenderem tem hum e meio por cento do seu valor.....	14	Setembro	1798	178	774
Tropa de Salsete observe-se á seu respeito do numero dos seu officiaes o costume antigo, etc.	24	Outubro	1715	82	86
Tropa sobre a restauração da Guarda do V. Rey, e mais do Estado	19	Março	1734	103	128
Tropa o seu Mappa.....	9	Janeiro	1750	122	272
Acha-se em todos os livros das monçoens subsequentes.					
Tropa toda a da India a regimendada.....	28	Março	1750	123	94
Tropas projecto sobre o seu melhoramento	10	Janeiro	1752	124	359
Tropas se arregimentem, e tenham soldos iguaes, e os dos soldados hé de 10 xerafins	29	Março	1754	127	5
Tropas estejam sempre promptas á primeira ordem.....	13	Abril	1766	139	317
Tropas sobre a sua uniformidade de manejo etc. ordem dos Governadores interinos, para se observar em 5 cap	11	Fevereiro	1767	140	240
Tropa na India, representa-se o seu estado de decadencia que propeem ao Governo pela Secretaria do Estado o coronel Henrique Carlos Henriques	11	Fevereiro	1769	141	769
Tropa de Goa, aprova-se o que se estabeleceo interinamente, sobre o seu manejo.....	22	Março	1768	142	153
Tropas da India, observem-se a seu respeito todas as Leys, e Ordens expedidas para as do Reino.....	30	Março	1773	153	110
	9	Maio	1783	168	267
	7	Março	1786	168	248
Tropa Alv.ª q' estabeleceo hum livro de registo em cada regimt.º p.ª os vencimentos dos soldos, altas, e baixas; determinando-se					

Tr

	Dia	Mês	Ano	N.º	Folhas
igualmente, q' p.ª sua escripturação se escolha hu' subalterno habil, vencendo soldo dobrado.....	28	Abril	1773	153	127 te 134
Tropas do Estado remetão se todos os annos as rellaçoens, com distincção dos Europeos, e Nacionais, e com informação do prestimo, merecimento, e capacidade dos comandantes, e officiaes.....	15	Abril	1777	158	923
Tropa se remeta annualmente o seu Mapa.....	2	Abril	1778	159	250
Tropa os seus Mapas achão-se em quasi todos os livros das monçoens.....					
Tropa, pedem-se Mapas da regular, e auxiliar, da qualidade, e quantidade de officiaes, e soldados, e do estado das Fortificaçoens, e Praças, petrechos: e munigoens militares, juntando-se lhe quanto se faz preciso para a defesa do Estado.....	14 16	Setembro Março	1796 1798	175 177	811 358
Tropas da India, para se regularem obstão as intrigas de Henrique Carlos Henriques.....	27	Março	1782	163	189
Tropas da India Collecção das principaes ordens dirigidas da corte á seu respeito desde o anno de 1779, mandadas executar inviolavelmente.....	7	Março	1786	168	243
Tropa esteja unida o mais que for possível.....	9	Maio	1790	172	130
Tropa use de Laços, e Tiadores na forma do modelo junto.....	26	Fevereiro	1796	177	153
Tropa, sobre o seu vencimento andando embarcada.....	Vide Artilharia.				
Tropa de Macao.....	Vide Macao.				
Tropa, modo do estabelecimento para o seu pagamento.....	Vide Pagamento das Tropas.				
Tropa falsa d'Europeos.....	25	Dezembro	1811	191	1045 2.ª p.
Tropas.....	Vide Reclutas.				
Tropas.....	Vide Licenças.				
Tropas Inglesas existentes em Goa, o seu Mapa, e ellogio.....	6	Maio	1800	179	431
Tropa Inglesa.....	Vide Ingleses.				
Tropa Inglesa.....	Vide Ingleses noticias.				

(Continúa)

Publicações recebidas

Da Academia das Sciências de Lisboa :

ACTAS DAS SESSÕES DE 1.^a CLASSE — vol. II — 1905—1910.

ALBERT ARTHUR ALEXANDRE GIRARD, por Paul Choffat—
tomo XIV, n.º 3.

ALGUNS ASCENDENTES DE ALBUQUERQUE E O SEU FILHO, por
Antonio Baião.

BOLETIM BIBLIOGRAFICO — vol. I n.º 1, Dezembro de 1910
— n.º 1, Outubro de 1911 — n.º 2, Setembro de 1913 —
n.º 3, Dezembro de 1914 — 2.^a série — n.º 3, Março de
1916 — vol. II, 1.^a série, n.º 1, Março de 1917.

BOLETIM DE SEGUNDA CLASSE — vol. II — 1902 — 1909 —
vol. III, n.º 1, Janeiro de 1910 — n.º 3, Março de 1910 —
n.º 4, Abril de 1910 — n.º 5, Maio e Junho de 1910 — n.º
6, Julho e Agosto de 1910 — n.º 7, Setembro de 1910 —
vol. III — n.º 1, Outubro de 1910 — n.º 2 Novembro de
1910 — n.º 3 Dezembro de 1910 — n.º 4 Janeiro de 1911
— n.º 5 Fevereiro e Março de 1911 — n.º 6 Abril e Maio
de 1911 — n.º 7 Junho de 1911 — vol. V, n.º 3 Novembro
e Dezembro de 1911 — vol. VI, n.º 1, Janeiro a Junho de
1912 — n.º 2, Julho de 1912 — vol. VII, n.º 1, Outubro
de 1912 a Março de 1913 — n.º 2, Abril a Julho de 1913
— vol. VIII, n.º 2, Abril a Julho de 1914 — n.º 3 Agosto
e Setembro de 1914 — vol. IX, n.º 1, Novembro e Dezem-
bro de 1914 — n.º 2, Janeiro a Julho de 1915 — n.º 3,
Agosto a Outubro de 1915 — vol. X, n.º 1, Novembro de
de 1915 a Fevereiro de 1916 — n.º 2, Março a Junho de
1916 — Homenagem a Olavo Bilac.

CARTAS DE AFONSO D'ALBUQUERQUE SEGUIDAS DE DOCU-
MENTOS QUE AS ELUCIDAM — vols. V e VI.

CATALOGO BIBLIOGRAFICO DAS PUBLICAÇÕES RELATIVAS AOS
DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES, por L. Consiglieri Pedroso.

CATALOGO DAS OBRAS REFERENTES Á GUERRA PENINSULAR,
por Cardoso de Bethencourt.

CENTENARIOS DE CEUTA E DE AFONSO D'ALBUQUERQUE —
1916.

CRÓNICA DA TOMADA DE CEUTA por Gomes Eanes de Zu-
rara, publicada por F. M. Esteves Pereira.

ELOGIO DE RAIMUNDO ANTÓNIO BULHÃO PATO, por Julio
Dantas — 1915, tomo XII parte II, n.º 6.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE
LISBOA — tomo XI, parte II — 1909.

JORNAL DE CIÊNCIAS MATHÉMATICAS, FÍSICAS E NATURAIS
— tomo VII, n.º 28 Novembro de 1910.

LITERATURA ESPANHOLA EM PORTUGAL, por Sousa Viterbo
— tomo II, parte II — 1915.

LIVRO DA GUERRA DE CEUTA, por Mestre Mateus Pizano;
trad. port. por Roberto Correia Pinto.

MARROCOS E TRES MESTRES DA ORDEM DE CRISTO, por
Vieira Guimarães.

SESSÃO PÚBLICA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
em 7 de Dezembro de 1913.

Da Academia de Ciências de Portugal:

TRABALHOS DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE PORTUGAL —
série 1.ª, tomos IV e V.

Da Universidade de Lisboa:

ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, vols. I, II e III.

DECRETO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1880 an. por Lingu
Róguy Delvy — 1916.

O ORIENTE PORTUGUÊS

Revista da comissão de arqueologia

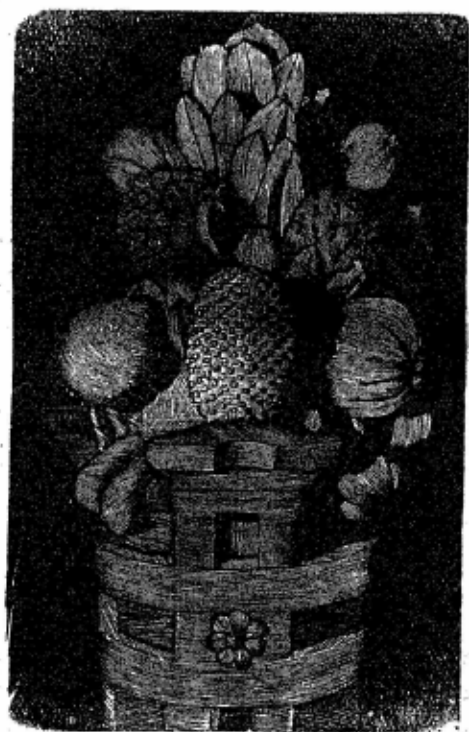
Fundada em 1904

Volumes publicados

Na Imprensa Nacional de Nova Goa

	Pag.
1.º — 1904	IV-IV — 637
2.º — 1905	VII — 650
3.º — 1906	VI — 493
4.º — 1907	VIII — 521
5.º — 1908	VII — 418
6.º — 1909	VII — 433
7.º — 1910	VII — 380
8.º — 1911	VII — 306
9.º — 1912	VII — 304
10.º — 1913	VII — 296
11.º — 1914	VII — 302
12.º — 1915	VII — 306
13.º — 1916	VII — 366
14.º — 1917	VII — 329





S. R. No. 3

ca

Archaeological Library,

Call No.

59194
946.905/O.P

Author—

Title— O Oriente Portugues.

Volume XIV 1917

Borrower No.	Date of Issue	Date of Return

"A book that is shut is but a block"

CENTRAL ARCHAEOLOGICAL LIBRARY
GOVT. OF INDIA
Department of Archaeology
NEW DELHI

Please help us to keep the book
clean and moving.